



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARÍLIA SILVA DE OLIVEIRA

**Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a
liderança de Marina Silva**

Brasília, 2016

MARÍLIA SILVA DE OLIVEIRA

Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Orientadora: Profa. Dra. Rebecca Neaera Abers

Brasília, 2016

MARÍLIA SILVA DE OLIVEIRA

Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Banca examinadora:

Profa. Dra. Rebecca Neaera Abers (Presidente)

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Kathryn Hochstetler

Departamento de Ciência Política da Universidade de Waterloo

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Marisa von Bülow

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Debora Rezende de Almeida

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Para Marcelo Balaban

Agradecimentos

Chegar ao fim de um doutorado traz uma satisfação danada. Peito cheio de alegria por ter vencido uma etapa tão intensa do desenvolvimento acadêmico e da vida. Certamente, essa caminhada só é possível porque no percurso encontramos pessoas que nos dão suporte, carinho, abrigo, força e coragem. Algumas delas são anjos, e eu tive a sorte de ver suas asinhas muitas vezes durante esse período. Sou muito agradecida pelo tanto que recebi durante o meu doutorado.

Meu primeiro agradecimento é institucional. Agradeço ao governo do Partido dos Trabalhadores que, numa política de ampliação e fortalecimento das universidades públicas, concedeu-me a oportunidade de encontrar um Instituto de Ciência Política (IPOL) com seu corpo docente renovado e qualificado com professores jovens e também experientes dispostos a valorizar o espaço público de produção e disseminação do conhecimento. O investimento desse governo em ciência e tecnologia me permitiu a dedicação exclusiva ao doutorado, com bolsas de estudo concedidas para estudo no Brasil e para capacitação no exterior, com o doutorado sanduíche. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência que me concedeu as bolsas. Ademais, os recursos públicos me possibilitaram participar de pesquisas, no plural, que agregaram de forma significativa a minha formação em ciência política. A universidade é um direito de todos e tem o poder de mudar vidas. É uma riqueza que esse governo nos deixou.

Ainda no plano institucional, agradeço aos vários professores do IPOL que contribuíram com a minha jornada, e aqui nomeio alguns com quem tive maior interação: Lúcio Rennó, Luis Felipe Miguel, Denílson Bandeira Coêlho, Carlos Machado, Thiago Trindade. Agradeço aos atenciosos secretários do IPOL que foram fundamentais em diferentes momentos, especialmente a Thaynara, Thatiane e Fábio. Muito obrigada! Agradeço à equipe da limpeza e da vigilância que trabalhou para encontrarmos um ambiente agradável e seguro para desenvolvermos nossas atividades.

Durante o doutorado sanduíche, a estrutura e o suporte concedidos pela Balsillie School of International Affairs, pela Universidade de Waterloo e pelos seus funcionários foram incríveis e essenciais para que eu pudesse ampliar meus horizontes e ter excelentes

condições de estudo. Sou muito grata a cada um dos servidores que me auxiliaram em minha jornada canadense.

Em nome de Félix Garcia e de Roberto Pires, agradeço ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que me permitiu interessante oportunidade de pesquisa e me concedeu acesso a banco de dados com identificação de ocupantes de cargos de confiança no Ministério do Meio Ambiente de 1999 a 2012. Sem esses dados, eu não teria conseguido elaborar boa parte desta pesquisa.

Agora, quero falar dos anjos e trago a este texto, com muito carinho e admiração, minha orientadora, Rebecca Abers. Meu agradecimento a ela não tem fim. Convivi nesses 4 anos e meio com uma professora dedicada, preocupada com a formação dos seus alunos, em nos fazer sair da zona de conforto, mas respeitosa dos nossos limites, preocupada com o nosso desenvolvimento acadêmico e incrivelmente disponível. Pessoalmente, é uma figura! É divertida, generosa, inteligente e de um humor ímpar. Como foi bom que os nossos caminhos se cruzaram! Obrigada por tudo e por tanto. Levarei o seu exemplo comigo, *ever*!

Na categoria das orientações, tenho outro agradecimento mais que especial para fazer. Kathryn Hochstetler me concedeu uma oportunidade incrível de interlocução. Eu tive a sorte de dialogar com uma das principais referências sobre ativismo ambiental no Brasil e isso foi de importância extrema para a pesquisa desenvolvida. Ela teve a generosidade de ler os capítulos desta tese e de me dar retornos que certamente qualificaram este trabalho. Sou muito agradecida a ela, que me recebeu com toda atenção e cuidado numa nova comunidade, cidade e país. Tenho uma grande admiração pelo seu trabalho, pela sua forma de trabalhar e também pela pessoa alegre e cheia de energia que é. Reconheço que devo pedir desculpas, publicamente, pelas tantas vezes que reclamei do impiedoso frio canadense e da minha dificuldade em me adaptar. Muito obrigada por tudo, Kathy!

No processo de qualificação de projeto e elaboração da tese, Marisa von Bülow e Debora Almeida, do IPOL, foram muito atenciosas e deram contribuições fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho. Estavam sempre disponíveis para uma conversa, para uma reflexão compartilhada sobre a pesquisa e também sobre as coisas da vida. Encontrar com vocês nessa caminhada foi uma grande sorte. Quero ainda agradecer ao Marcelo Kunrath Silva, que foi muito gentil em aceitar o convite para participar da banca de qualificação de

projeto e, agora, da defesa da tese. Suas contribuições durante a qualificação nortearam parte importante da tese. Sou muito grata a vocês que, junto com Kathy, compõem a minha banca de defesa de tese.

Os meus entrevistados para a pesquisa de campo foram a demonstração pura de gentileza. Não tive dificuldade em acessá-los, sempre fui bem recebida e as entrevistas fluíram de forma interessante. Muito obrigada por disponibilizarem seus conhecimentos, análises e reflexões. Espero ter feito jus ao que me foi repassado e peço desculpas se não usei de forma adequada a informação. Os erros são todos meus.

O que seria da vida sem nossos queridos amigos? A lista é grande, mas destaco alguns que estiveram comigo partilhando as angústias e conquistas desses últimos quatro anos: Daniela Ramos, Diana Barbosa, Ana Amélia Silva, Juana Lucini e Daniele Duarte – nossos almoços e os encontros de doutorandas foram bálsamos. Vocês são mais que queridas. A lista continua com Lauro Stocco, Laura Fagali e outros que estão no meu coração. Um agradecimento especial vai para a minha companheira de doutorado, Ana Karine Pereira, que compartilhou comigo tanta coisa nesses últimos anos. Uma amizade que surgiu durante o doutorado e que seguirá rompendo institucionalidades.

Minha turma de doutorado foi muito pequenininha. Éramos apenas três: eu, Mateus e Clóvis. Mas, outros doutorandos e pós-doutoranda fizeram desse período um encontro mais rico, como Camila Penna e Igor Brandão. Também agradeço à turma do nosso grupo de pesquisa, Resocie. Tenho um orgulho enorme de ter participado da criação desse grupo e de vê-lo crescer com uma moçada interessada e comprometida. Nos últimos tempos, com o doutorado sanduíche e a escrita da tese, andei bem ausente. Quero ainda agradecer ao Luiz Vilaça, um menino de ouro! Vá em frente, Luiz, que seu caminho será bonito!

Agradeço ao acolhedor grupo do CEAS, ao trabalho que me engrandece e que me faz olhar para dentro de mim constantemente. O Yvens tem uma importância fundamental na minha vida e na minha história. Minha gratidão é profunda. Também agradeço aos colegas que encontrei no Canadá durante o doutorado sanduíche. Um agradecimento especial vai para a minha família favorita de venezuelanos: Antúlio, Masaya, Vera e a canadense Ela. Vocês foram um presente da vida e fizeram a nossa experiência estrangeira mais suave e leve. Agradeço ainda a Mojgan, Ana Katrina, Vivian, Patrícia, Amanda, Tracey, Paul, Mary,

Pauline, Annie e Mohamed que enriqueceram culturalmente o meu mundo e me deram suporte.

Minha família foi porto seguro durante todo período. Agradeço ao meu pai e à minha mãe que me incentivaram e deram todas as condições para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao doutorado. Vocês foram demais! Meu irmão não poderia me dar alegria maior quando, junto com a Tati, me presentearam com a sobrinha mais linda da face da terra. Maria Luísa renovou o meu ser, trouxe uma alegria genuína e um amor profundo para dentro de mim. Sou eternamente grata à minha amada família. Em nome da tia Maria, agradeço a toda “Pereirada” pela torcida. Um grande obrigada vai para minha sogra, Maria Delith Balaban, sempre dando apoio e se pondo à disposição para ajudar no que fosse necessário. Você está no meu coração. Em nome dela, agradeço à toda família Balaban e Caldas Pereira, mas não posso deixar de mencionar a avó Lygia e a Clementina pelo carinho especial.

Há dois peludões que me fazem sorrir todos os dias, especialmente pela manhã, quando pulam em mim ávidos pela ração, ou quando chego em casa e eles demonstram toda alegria em me ver. Tobias e Bonifácio, nossos cachorros queridos, são seres especiais a quem devo muito amor. Sou muito grata também à Ângela pela sua gentileza e por estar presente em nosso cotidiano.

Agradeço ao meu sol, ao meu anjo favorito, que me faz correrem as lágrimas só de pensar no quanto é fundamental em minha vida. Marcelo, meu parceiro de vida, o caminho até aqui teria sido bem mais difícil se não fossem o seu apoio, o seu amor, sua atenção e dedicação. Sem você, nem sei.... Por isso, pela nossa história e pelo o que temos a viver, dedico esta tese a você.

Por fim, agradeço aos meus guias espirituais e à divindade que me dá coragem para seguir adiante. Sou uma pessoa de sorte.

“Vamos aprendendo aos bocadinhos, e vamos sabendo mais até um dia podermos mesmo aprender sozinhos, criando as nossas próprias pistas para questões que ainda nem sabemos que existem.”

(Valter Hugo Mãe, *As Mais Belas Coisas do Mundo*)

Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva

Resumo

Ao buscar compreender porque um grupo de ambientalistas se dispôs a mudar sua prática de ação coletiva para uma prática partidária com a formação de um novo partido político, a Rede Sustentabilidade, refizemos o percurso do movimento ambientalista em sua luta para defender e promover a agenda ambiental como pauta política relevante. Aliar-se a partidos políticos e a outros grupos da sociedade civil, atuar nas arenas partidárias e adentrar o sistema político eram estratégias para promover seu projeto. Argumentamos que as oscilações e crises na relação com as legendas partidárias que os representaram, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT), foram fatores decisivos para a mudança de estratégia dos ambientalistas, para eles mesmos fazerem sua própria representação político-partidária e alcançarem o sistema político. O papel de liderança de Marina Silva possibilitou aos ambientalistas, que a apoiaram em toda sua trajetória política, a viverem uma experiência política intensa nas diferentes arenas de atuação do PT, o que os capacitou politicamente e trouxe confiança para tomarem a decisão de formar, eles mesmos, um novo partido político. As formas da interação de Marina Silva com essa e com outras legendas partidárias deram o tom da relação entre movimento ambientalista e partidos políticos. Ela se tornou a intermediadora principal entre ambos. A abordagem teórica para este trabalho foi elaborada a partir da literatura sobre movimentos sociais e sobre partidos políticos. Propomos um diálogo entre ambas que partisse dos conceitos básicos, sobre o que é movimento social e partido político, como se organizam, como constroem suas identidades, quais são suas estratégias, em quais pontos eles se relacionam e onde se localizam os principais pontos de atrito na interação entre ambos. Nesse diálogo, os dilemas entre identidade e estratégia dos movimentos sociais e identidade e estratégia dos partidos políticos expuseram tensões e conflitos constantes da interação entre esses diferentes objetos de análise. Isso nos leva a questionar porque um movimento social forma um partido político. Para compreender a criação da Rede Sustentabilidade, focamos na análise do processo sociopolítico que culminou na sua formação, em vez de focar na organização partidária em si, como é de praxe na literatura sobre partidos políticos. Concluimos que a Rede Sustentabilidade é consequência da experiência prévia do movimento ambientalista nas arenas partidárias – governamental, legislativa e eleitoral – e da relação deles com diferentes partidos políticos, especialmente com o Partido dos Trabalhadores.

Palavras-chave: movimentos sociais; partidos políticos; interações movimento-partido; ambientalismo; Rede Sustentabilidade.

Movement to institutions: environmentalism, political parties and the leadership of Marina Silva

Abstract

In order to understand why a group of environmental activists decided to shift their collective action, eventually creating a new political party, the *Rede Sustentabilidade*, we tracked the environmental movement and its struggle to defend and promote the political relevance of the environmental agenda. Building alliances with political parties and different civil society groups and acting within party arenas and the political system were strategies to accomplish these goals. We argue that creating a new political party was a consequence of the crises and conflicts experienced by environmentalists with political parties through which they sought political representation, especially the *Partido dos Trabalhadores* (PT). Some environmentalists decided to represent themselves, forging access to the political system by creating their own political party. That important decision was strongly influenced by the leadership role of Marina Silva. As a leader within both social movements and the formal political system, she was able to connect environmentalists to political parties so that they could gain political experience in different party arenas – governmental, legislative, and electoral - mainly through the PT. The movement-party relationship was thus almost entirely brokered by Marina Silva. The theoretical approach that guides our analysis draws from both the social movement and the political party literatures. We dialogue with both literatures to explore converging and diverging understandings of how political parties and social movements should be defined, how they build identities and strategies, and how they organize. The study shows that interactions between the two objects of analysis produced constant dilemmas for social movement and party identities and strategies. Our focus is on the party formation process rather than on the organization of the new party, more commonly studied in the party formation literature. We conclude that the *Rede Sustentabilidade* is a consequence of both the previous political experience of environmentalists within party arenas and their relationship with different political parties, especially the PT.

Keywords: *social movements; political parties; movement-party interaction; environmentalism; Rede Sustentabilidade.*

Abreviaturas e Siglas

ABEMA - Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente
ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apedema - Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
APPN - Associação Paulista de Proteção à Natureza
APREMAVI – Associação de Proteção do Meio Ambiente e da Vida
AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CIEC - Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte
CN – Congresso Nacional
CNB – Conselho Nacional de Biossegurança
CONAFLO - Comissão Nacional de Floresta
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAS – Direção e Assessoramento Superior
DETER – Detecção de Desmatamento em Tempo Real
Diqua – Diretoria de Qualidade Ambiental
Disam – Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental
DNIT – departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
E – Arena Eleitoral
Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EPE – Empresa de Pesquisa Energética

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FLONAS – Florestas Nacionais

FNAEC - Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

G – Arena Governamental

GTA – grupo de Trabalho Amazônico

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Florestas.

ICV – Instituto Centro Vida

IDEC - Instituto para Defesa do Consumidor

IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade

IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

IMAS – Instituto Marina Silva

IMAZOM – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

ISA – Instituto Socioambiental

IUCN - International Union for Conservation of Nature

L – Arena Legislativa

MA – Movimento Ambiental

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MBS – Movimento Brasil Sustentável

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MMS – Movimento Marina Silva

MNP – Movimento Nova Política

MP – Medida Provisória

MS – Movimento Social

MSaúde – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Sem Terra

MT – Mato Grosso

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PADEQ – Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Exploração
Madeira Ilegal

PAS – Plano Amazônia Sustentável

PDS – Partido Democrático Social

PEN – Partido Ecológico Nacional

PF – Partido Formal

PFL – Partido da Frente Liberal

PI – Partido Informal

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileiro

PNF – Plano Nacional de Florestas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP – Partido Político

PPCDAm – Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia

PPG-7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PPS – Partido Popular Socialista

PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileiro

PRODES – Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

PV – Partido Verde

RJ – Rio de Janeiro

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos

SAICA – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas

SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia

SDS – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEMA-RS – Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

SMAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SP – São Paulo

SPOA – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SQA – Secretaria de Qualidade Ambiental

SRH – Secretaria de Recursos Hídricos

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TNC – The Nature Conservancy

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UHE – Usina Hidrelétrica

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

WWF-Brasil: Word Wide Fund – Brasil

Índice de Ilustrações

Diagrama 1: Movimentos Sociais - 42

Diagrama 2: Partidos Políticos - 49

Diagrama 3: Mapa do terreno de ação da interação entre movimentos sociais e partidos políticos - 75

Diagrama 4: Mapa do terreno de ação nas arenas eleitoral e legislativa – movimento ambientalista e partidos políticos - 120

Diagrama 5: Mapa do terreno de ação na arena governamental – movimento ambientalista e PT - 193

Diagrama 6: Mapa do terreno de ação na arena eleitoral - movimento ambientalista e PT - 235

Diagrama 7: Mapa do terreno de ação na arena eleitoral – movimento ambientalista e PV - 237

Diagrama 8: Mapa do terreno de ação na arena eleitoral – movimento ambientalista e Rede - 265

Gráfico 1: Taxa de desmatamento na Amazônia Legal medidas por meio do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) - 179

Imagem 1: Marina Silva Presidente - 214

Imagem 2: Marina, a cara do Brasil - 218

Imagem 3: Seja +1 e Casas de Marina - 222

Tabela 1: Composição das secretarias e diretorias do MMA - 135

Introdução.....	17
1. A pesquisa	17
2. Organização da tese.....	31
1. Movimentos sociais em interação com partidos políticos	36
1.1. Introdução.....	36
1.2. Caracterizando movimentos sociais e partidos políticos.....	39
1.2.1. Movimentos Sociais.....	40
1.2.2. Partidos Políticos	44
1.3. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: evidenciando identidades e estratégias de cada um.....	52
1.3.1 Identidade e estratégia coletivas	55
1.3.2 Identidade e estratégia partidárias.....	62
1.3.3. Identidade coletiva <i>versus</i> identidade partidária?	67
1.3.4. Identidades e interação entre movimentos sociais e partidos políticos	72
1.4. Lideranças (broker entre identidades).....	74
1.5. Mapa do terreno de ação	79
2. De onde começamos e como nos formamos	86
2.1. Introdução.....	86
2.2. Formação do ambientalismo no Brasil.....	89
2.3. Primeira onda do ambientalismo brasileiro: conservacionismo científico	92
2.4. Segunda onda do ambientalismo brasileiro: politização.....	95
2.4.1. Formação de partidos políticos e do movimento ambientalista.....	97
2.4.2. O papel do PV	98
2.4.3. Assembleia Constituinte (ANC) e ativismo ambiental na arena eleitoral	100
2.4.4. Ativismo ambiental na arena legislativa.....	103
2.4.5. De volta à sociedade.....	104
2.5. A terceira onda do ambientalismo: profissionalização	109
2.5.1. Novas formas de organização e de relação com o Estado	109
2.5.2. Ações direcionadas para a arena governamental	112
2.5.3. Ação direcionada para a arena legislativa	114
2.5.4. A importância do PT na arena legislativa.....	117
2.5.5. Forma-se uma liderança petista na arena legislativa	120
2.6. Achados.....	123
3. Trajetórias que nos unem.....	129
3.1. Introdução.....	129
3.2. Composição Ministerial.....	133
3.3. Análise das ocupações e nova composição.....	146
3.4. Achados.....	153

4.	A política que defendemos	158
4.1.	<i>Introdução.....</i>	<i>158</i>
4.2.	<i>Confluência de propostas e reconhecimento</i>	<i>160</i>
4.2.1.	Transgênicos	163
4.2.2.	Licenciamento	173
4.2.3.	Políticas de Biodiversidade e Floresta – PPCDAm e Lei de Gestão de Florestas	180
4.3.	<i>Achados.....</i>	<i>195</i>
5.	Eleições, um acaso do destino?	202
5.1.	<i>Introdução.....</i>	<i>202</i>
5.2.	<i>Transformações no PT.....</i>	<i>205</i>
5.3.	<i>De volta à sociedade.....</i>	<i>208</i>
5.3.1.	Movimento Marina Silva	219
5.4.	<i>Campanha eleitoral em 2010 – para onde os diferentes convergem</i>	<i>225</i>
5.4.1.	Resultado das Eleições.....	234
5.5.	<i>Pós-eleições</i>	<i>236</i>
5.6.	<i>Achados.....</i>	<i>238</i>
6.	Tecendo a Rede	244
6.1.	<i>Introdução.....</i>	<i>244</i>
6.2.	<i>Movimento Nova Política.....</i>	<i>246</i>
6.3.	<i>Formação da Rede Sustentabilidade</i>	<i>253</i>
6.4.	<i>A Rede e o movimento ambientalista</i>	<i>262</i>
6.5.	<i>Achados.....</i>	<i>267</i>
7.	Conclusão	273
8.	Bibliografia.....	285
9.	Anexo 1	298

Introdução

1. A pesquisa

Audácia. Os sentidos dessa palavra estiveram presentes nos discursos de jornalistas, analistas políticos, políticos de carreira e, acredita-se, de parte da população brasileira após conhecerem as intenções de um “partido que não é partido”, mas uma rede¹. Trata-se da Rede Sustentabilidade (Rede) que criou suas próprias normas a fim de se diferenciar da velha política partidária, tal como argumentam seus criadores. Sua intenção é representar o novo, as novas dinâmicas sociais, o cidadão politicamente ativo, no ensejo de uma ética política revalorizada. A criação da Rede foi anunciada no dia 16 de fevereiro de 2013, em evento na cidade de Brasília, quando um grupo de ativistas, liderado por Marina Silva, tornou pública a intenção de participar do sistema partidário com seu próprio partido político. O evento foi animado por pessoas de diversos setores – acadêmicos, jovens militantes de diferentes bandeiras, ambientalistas, políticos, empresários, dentre outros – e mobilizou mais de 1.700 pessoas².

A Rede, essa proposta cuja compreensão força os eleitores brasileiros a irem além de seu entendimento comum sobre organizações partidárias, fazia seu *début* no cenário político causando polêmica. Ela se pretendia um movimento aberto, autônomo e suprapartidário que objetiva reunir brasileiros interessados em mudar o futuro do país. Afirmar contribuir para superar o monopólio partidário de representação política institucional; promover a efetiva participação dos cidadãos nos processos decisórios, com a proposta de participação direta daqueles que a integram; abrigar candidaturas de cidadãos que não façam parte de seus quadros, mas que compartilhem de seus ideais; e florescer uma nova cultura política no Brasil³. Essa proposta passa uma ideia arrogante para os políticos que se veem desvalorizados

¹ Sonháticos e performativos na Rede, de Gaudêncio Torquato, no jornal O Estado de São Paulo <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,sonhaticos-e-performativos-na-rede,1000807,0.htm>, acessado em 1/4/2014.

² Entrevista 19, 7/3/2014.

³ Fonte: <http://redesustentabilidade.org.br/a-rede/> acessado em 1/4/2014.

pelo discurso da nova política proposto pelos ativistas. Já os analistas políticos enxergam ingenuidade na intenção de iniciar uma reforma política a partir de um código de conduta que diferencia dos outros políticos aqueles que se filiam à Rede.

Esse movimento partidário poderia receber menos importância se fosse organizado apenas por ativistas da sustentabilidade ou ecólogos, como foi o Partido Ecológico Nacional – PEN, reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2013⁴. Mas, à frente da Rede Sustentabilidade estava ninguém menos do que a terceira colocada na disputa presidencial de 2010. Marina Silva, filiada ao Partido Verde, à época, angariou quase 20 milhões de votos. As razões pelas quais recebeu tal montante de votos são destoantes. É possível que sejam votos de protesto (Nicolau, 2010), pois os principais concorrentes, Dilma Rousseff e José Serra, não eram opções para parte dos brasileiros. O fato é que seu desempenho foi surpreendente e ameaçava causar desequilíbrios no jogo eleitoral de 2014, caso se candidatasse. Portanto, a criação da Rede preocupava grupos políticos já estabelecidos, como representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB).

Após o evento de lançamento da Rede, a proposta desta investigação foi se desenhando com o objetivo de estudar interações que o movimento ambientalista, em sua complexidade e heterogeneidade, estabeleceu com partidos políticos para influenciar o sistema político, o que, argumentamos, resultou na formação da Rede Sustentabilidade. Estudar a composição da Rede e os seus objetivos significava alcançar um grupo diverso de atores sociais e políticos, agrupados em setores distintos e com racionalidades e repertórios de atuação próprios. Mas, nessa heterogeneidade, algo nos despertou a atenção. Estavam ali presentes ativistas do movimento ambientalista que se aproximaram de Marina Silva quando assumiram cargos no Ministério do Meio Ambiente (MMA) enquanto ela era a Ministra da pasta ou que participaram ativamente, localizados na sociedade civil, de seu governo. Mais tarde, esses mesmos ambientalistas, que acompanharam Marina quando ela pediu exoneração

⁴ Em 2013, o TSE concedeu registro a mais outros dois novos partidos: o Solidariedade e o Partido Republicano da Ordem Social - PROS.

do MMA, apoiaram-na em sua campanha eleitoral em 2010 e, agora, militam para a Rede Sustentabilidade⁵. Chamamos esse grupo de marineiros, nosso principal objeto de pesquisa.

Entretanto, a análise sobre as formas de interação entre movimento ambientalista e partidos políticos ao longo da trajetória movimentalista demonstrou articulações de um número maior de atores e organizações sociais do que aqueles que compõem o grupo dos marineiros. Nesse sentido, registramos e acompanhamos também a atividade de atores e organizações sociais do movimento ambientalista que, como estratégia de ação coletiva, articulavam com as instituições públicas e com partidos políticos desde a origem desse movimento. Em termos de organizações, elas não são muitas e são facilmente mapeáveis, quais sejam: Fundação SOS Mata Atlântica; *Greenpeace*; *WWF-Brasil*; *The Nature Conservancy* (TNC); Instituto Socioambiental (ISA); e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A seleção dessas organizações ocorreu a partir do relato dos entrevistados que nomearam aquelas que representavam o ambientalismo em nível nacional com constância ao longo dos anos⁶. Agir em nível nacional geralmente significava uma articulação mais próxima com instituições políticas.

Ao enxergar os marineiros vindos do movimento ambientalista atuando para a criação de mais um partido político⁷ e recebendo o apoio de diferentes parceiros de luta, o problema que se colocou para esta pesquisa foi: por que um grupo de ambientalistas se dispôs a alterar sua prática de ação coletiva para a criação de um novo partido político? Portanto, por que investiram na formação da Rede Sustentabilidade? Na literatura sobre criação de novos partidos políticos, há certo consenso de que a emergência de um novo partido é um resultado possível da interação entre partidos existentes e grupos que consideram formar um novo partido (Hug, 2001). Isto é, a interação prévia com partidos políticos existentes tem importância significativa para que entusiastas da formação de uma nova legenda deem vida

⁵ O registro do grupo em 2013 foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral por não ter alcançado o número mínimo de assinaturas válidas para criação de um partido. Esse ocorrido foi alvo de críticas por parte dos adeptos da Rede, pois argumentaram que o Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma Rousseff trabalharam para que os cartórios rejeitassem as assinaturas. De acordo com assessora de Marina Silva, 70% das assinaturas encaminhadas à zona eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva foi rejeitada (Entrevista 19, 7/3/2014). Em 22 de setembro de 2015, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu à Rede Sustentabilidade o registro de partido político.

⁶ Outras organizações aparecem nas entrevistas, como a Funatura, o IMAZOM, o IMAFLORA, mas elas articulam de forma esporádica com o sistema político.

⁷ O primeiro partido que criaram foi o Partido Verde, na década de 1980.

ao seu projeto. Considerando a relação próxima que ambientalistas construíram com o Partido dos Trabalhadores (PT) em diferentes arenas de atuação partidária – legislativa, governamental e eleitoral - e com seus parlamentares, nossa hipótese é: os ambientalistas que criaram a Rede Sustentabilidade o fizeram a partir das experiências políticas que tiveram ao tentar influenciar o sistema político e das relações que criaram com partidos políticos, especialmente com o Partido dos Trabalhadores. Outros partidos também influenciaram esse processo, como a parceria que estabeleceram com o Partido Verde para as eleições de 2010, mas a relação com o PT teve peso mais relevante.

Dessa hipótese, se desdobra outra que aposta no papel de liderança da ativista sociopartidária Marina Silva para definir o nível de aproximação e interação de ambientalistas com o PT. Defendemos que Marina possibilitou um grupo importante de ambientalistas, que a apoiou em toda sua trajetória política, a viver uma experiência política intensa nas diferentes arenas de atuação do PT, e a relação da líder com o seu partido dava o tom da interação entre movimento e partido. O mecanismo que fazia de Marina a líder política dos ambientalistas é a defesa que ela fez do projeto ambiental desse grupo da sociedade civil. Ou melhor, ao defender o projeto dos ambientalistas com relativo êxito e compromisso, Marina acionou neles o que Melucci chamou de poderes que legitimam a liderança: recompensa, identificação e competência⁸.

Os projetos, na definição de Ann Mische (2001, p. 139), são um horizonte de possibilidades mais ou menos aberto, estruturado culturalmente por meio de narrativas existentes e implica orientação, missão, vocação, num engajamento autoconsciente de um futuro mutável. O projeto desse grupo de ambientalistas é exercer influência na elaboração e execução da agenda e política ambiental no sistema político e acessar os recursos do Estado, uma vez que compreendem que a questão ambiental passa pela disputa de poder político. As formas como ocorrerá a influência variam diante da capacidade de agência dos atores sociais e partidários envolvidos, bem como do contexto político em que atuam. Na

⁸ Melucci aborda cinco poderes – de recompensa; coerção; conformidade; identificação; e recompensa – que concedem legitimidade ao líder, isto é, o critério fundamental que governa as trocas entre o líder e sua base de apoio e o fundamento do poder do líder. Nós utilizaremos os poderes de recompensa, identificação e competência nesta tese, pois a relação entre líder e liderados, em nosso caso, é construída em função de elementos positivos.

interpretação que fizemos de projetos, eles são compostos por repertórios, pelas experiências vividas pelos seus propositores - o que Rossi (2015) chamou de *estoque de legados* - por identidades e estratégias, ponto que vamos esclarecer mais adiante. Refletem, portanto, as nuances internas da ação coletiva dos atores sociais.

Nesta tese, seguimos a orientação de diferentes linhas de pesquisa de que estratégia está em forte associação com elementos simbólicos, como a identidade assumida pelos grupos (Friedland e Alford, 1991; Fligsten, 2001; Mische, 2008; Jasper, 1997; 2004; 2014). Essa ligação é balizada pelos valores do grupo, experiências, ideologia e cultura que direcionam os ativistas para as estratégias que lhes são familiares, de acordo com valores individuais e identidades coletivas (Jasper, 1997; 2014). Ocorre, dessa forma, sintonia de estratégias com elementos simbólicos. Com essa compreensão, consideramos que a relação de atores e organizações de movimentos sociais com partidos políticos podem ocorrer tanto na chave de elementos simbólicos quanto na de elementos estratégicos sem que uma anule a outra.

A proposta de trabalhar com o termo sistema político e não apenas com o Estado, como é de praxe, surge da necessidade de ganhar escala de análise e alcançar uma dinâmica política que se entranha nas organizações e instituições que fazem parte desse sistema, quais sejam: as instituições dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em nível federal; o instituto eleitoral e os partidos políticos. Como nosso foco é a interação entre movimentos sociais e partidos políticos para influenciar o sistema político, nós reduzimos, para fins de análise, o lugar de atuação institucional dos movimentos sociais às arenas típicas de atuação dos partidos políticos: legislativa, governamental e eleitoral. Os atores e movimentos sociais são analisados em interação com partidos políticos nessas arenas, ou seja, os movimentos sociais adentram as arenas partidárias e atuam nelas com a ajuda de lideranças sociopartidárias para influenciarem o sistema político. No interior do campo político, eles precisam dos recursos que os partidos políticos lhes garantem para alcançarem seus objetivos e realizarem seus projetos.

O apoio mútuo entre partido e movimento pode ser variado, de acordo com as demandas dos grupos e dos contextos sociais e políticos nos quais atuam. Todavia,

reforçamos que a nossa análise está direcionada para as arenas político-partidárias, para onde os ambientalistas direcionaram sua ação e para onde também migraram.

Partindo do lançamento de um partido político por ativistas ambientais brasileiros, a Rede Sustentabilidade, fizemos uma retrospectiva a fim de identificar e mapear o que levou esses ambientalistas a formarem mais uma legenda, dentro de um sistema partidário que abriga mais de 30 partidos políticos, e de quererem, eles mesmos, serem os atores políticos a implementarem suas causas. O recorte temporal desta pesquisa inicia na formação do movimento ambientalista, na década de 1980, e termina no dia 5 de outubro de 2013, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou o pedido de institucionalização formal da Rede Sustentabilidade. Estabelecemos essa data final porque após a negativa do TSE, Marina Silva e alguns marineiros se filiaram ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) a fim de participarem das eleições gerais de 2014. Portanto, o projeto Rede Sustentabilidade estava em suspenso por esse período. A Rede foi formalmente reconhecida pelo TSE em 23 de setembro de 2015, data de sua institucionalização como partido político e momento em que a pesquisa de campo para esta tese já havia sido concluída e sua redação estava adiantada. O que mais nos interessa é o processo que levou à formação da Rede Sustentabilidade, isto é, o que levou ambientalistas a, no dia 16 de fevereiro de 2013, apresentarem publicamente sua intenção de fazerem sua representação partidária por eles mesmos. Portanto, não há prejuízo em estabelecermos o recorte temporal em 5 de outubro de 2013.

Nos estudos sobre formação de partidos políticos, o foco é amplamente direcionado às características da nova organização partidária, sem examinar as razões pelas quais a legenda surge (Mair, 1997; van Biezen, 2005). Nesse sentido, um estudo cujo foco é o processo para a formação de um partido, e não o partido em si, pode contribuir para essa literatura e se torna uma importante justificativa para a pesquisa. Não são necessários muitos esforços para encontrar referências do quanto os movimentos sociais foram e são importantes para a formação de partidos políticos, nem o quanto os partidos políticos exercem influências sobre as dinâmicas e repertórios de ação coletiva (Goldstone, 2003; 2004; Schwartz, 2006; Cowell-Meyers, 2014; Mudge e Chen, 2014). O curioso é observar que essas interações foram pouco estudadas (Combes, 2009; McAdam e Tarrow, 2010), tornando-se relativamente fácil mapear os trabalhos e momentos em que tanto a literatura sobre

movimentos sociais e de partidos políticos realizou esforços para compreender um pouco mais sobre o envolvimento de movimentos sociais na formação de partidos políticos.

Durante as décadas de 1980 e 1990, um conjunto de pesquisadores sobre partidos políticos organizou reflexões sobre os efeitos que a forma inovadora de atuação coletiva dos Novos Movimentos Sociais, direcionada para a ação partidária, estavam produzindo sobre o sistema político de países europeus, com a formação de novos partidos políticos e a adaptação de outros já existentes (Kitschelt, 1989; Dalton e Kuechler, 1990; Kitschelt, 1990; Müller-Rommel, 1990; Poguntke, 1992). Diferentes configurações de organizações partidárias com importante participação de movimentos sociais eram observadas, como o Partido Verde alemão, e o relativo equilíbrio do sistema partidário parecia se alterar.

Uma das razões pelas quais as novas organizações partidárias eram estudadas com dedicação era porque se acreditava que os Novos Movimentos Sociais poderiam cumprir a função representativa que os partidos de massa europeus gradativamente estavam perdendo (Mair, 1994). Tomada pelo excitamento gerado pelos movimentos políticos após 1968 e pelo consequente choque gerado em sistemas partidários estáveis, a maior parte da literatura sobre partido, sistemas partidários e comportamento eleitoral decidiu analisar o tamanho dessas mudanças e o quanto do conhecido passado estava sendo deixado para trás (Mair, 1997 p. viii)⁹. Material bastante interessante sobre esse fenômeno também pode ser encontrado na literatura sobre movimentos sociais. Jenkins e Klandermans (1995) organizaram importante obra que trouxe as principais reflexões desse período de transformações.

Com a abertura democrática no Brasil e na América Latina e a formação de novos partidos políticos, vários estudos se dedicaram a analisar a terceira onda democrática¹⁰, porém a tendência analítica predominante desses processos era institucionalista (Avritzer, 2002; Dagnino et al., 2006). No caso brasileiro, importantes exceções foram os estudos de Meneguello (1989) e especialmente de Keck (1992) sobre a participação de atores sociais na formação do Partido dos Trabalhadores. No campo movimentalista, uma produção

⁹ O autor explicou que o que ocorreu na Europa nesse período não consistiu tanto em mudanças, mas, sim, em persistência dos antigos partidos políticos e sobrevivência dos sistemas partidários. Apesar do novo, foi o tradicional modelo partidário que permaneceu. Ele explica que, no caso do Partido Verde alemão, apenas 5% da população aderiu ao seu ideário e que o Partido Socialista Alemão não perdeu seus adeptos.

¹⁰ Trata-se da abertura democrática que aconteceu nos países da América Latina, Leste Europeu e em alguns países da Ásia.

importante analisava os riscos que o engajamento partidário oferecia para os movimentos sociais que estavam, ao mesmo tempo, (re)estruturando sua ação coletiva (Viola, 1987; Alvarez, 1990; Escobar e Alvarez, 1992; dentre vários outros). Parte dessa discussão se concentrou numa abordagem sobre autonomia *versus* identidade (Cardoso, 1987; 1992; Hellman, 1992; Munck, 1997) e deixou de observar e explorar os ganhos da interação sociopartidária.

Anos após, o estudo de van Cott (2005) sobre a formação de partidos étnicos em países latino-americanos ofereceu grande contribuição para a reflexão de movimentos sociais formarem partidos políticos. Apesar de seu foco estar direcionado para os aspectos institucionais do sistema político e partidário para a formação de novos partidos políticos, a autora se apoiou na bibliografia de movimentos sociais para compreender a dinâmica da ação coletiva dos movimentos étnicos. A pesquisadora concluiu que os partidos étnicos foram formados muito mobilizados pela crise de representação política da esquerda naqueles países.

A crise da esquerda parece ser um elemento importante para a participação de movimentos sociais na formação de partidos políticos, uma vez que essa conclusão também foi alcançada nas análises sobre o envolvimento dos Novos Movimentos Sociais na formação de partidos políticos na Europa - e esse não deixa de ser um ponto de partida para nós ao argumentarmos que a experiência e a interação política que tinham com o Partido dos Trabalhadores forneceram elementos para os ambientalistas a formarem a Rede.

As literaturas sobre partidos políticos e sobre movimentos sociais foram desenvolvidas separadamente e isso se tornou um desafio para nossa pesquisa. Apesar de registrarem a importância que uma tem para a outra, o diálogo entre ambas foi escasso e quando o fizeram, analisaram fenômenos específicos, tais como: interação entre movimento sociais e partidos políticos nas eleições; na elaboração de políticas públicas; na formação de partidos políticos; na relação com o Estado; em situações de protesto. Há uma carência considerável da análise da relação cotidiana, das interações em torno da coevolução de partido político e movimento social. É nesta ausência que buscamos contribuir. Propomos um diálogo entre as duas literaturas que parte dos conceitos mais básicos, sobre o que é movimento e partido, como se organizam, como constroem suas identidades, quais são suas estratégias, em quais pontos eles se relacionam, onde estão os principais pontos de conflito.

Nesse propósito, a análise das interações cotidianas fornece instrumentais que possibilitam uma análise histórica de atores e organizações que interceptam e mudam o percurso daqueles que cruzam seu caminho. De um lado, usar instrumentais da teoria dos movimentos sociais - como a construção processual da identidade coletiva, das estratégias, dos projetos - e vincular suas transformações às diferentes formas de relações sociais construídas pelos movimentos sociais foi uma elaboração necessária para perceber como a interação com partidos políticos, especialmente nas arenas partidárias, demanda esforços e replanejamentos da ação coletiva. De outro, conhecer sobre o funcionamento da organização partidária, sua dependência identitária e estratégica do mercado eleitoral, ajudou a marcar as diferenças na lógica de atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

A relação entre movimentos sociais e partidos políticos é prenhe de tensões e a intermediação de uma liderança sociopartidária defendendo projetos do partido político ao qual é vinculada e do movimento social com o qual construiu legitimidade para representar é fator que possibilita a ocorrência e também a intensidade das interações entre movimento e partido. Nos conflitos entre os projetos, a líder pode decidir se apoia um ou outro ou mesmo se consegue conciliar ambos. Nesse sentido, a postura da líder terá importância relevante para as interações entre partido e movimento. Com essa leitura, aproximamos elementos da teoria dos movimentos sociais ao da organização partidária, contribuindo para esse diálogo que precisa ser desenvolvido

Atualmente, movimentos contrários à política de austeridade, que se intensificou na Europa após a crise econômica mundial de 2008, criaram novas formas de organização partidária que emergiram da mobilização social, como o Podemos, na Espanha, e o Syriza, na Grécia. Ambos conquistaram importante êxito nas últimas eleições nesses países e vêm despertando o interesse de pesquisadores tanto de movimentos sociais como de partidos políticos. Em outros países, como África do Sul e Argentina, novos partidos políticos com a proposta de criarem maior conexão entre sistema político e a sociedade também estão surgindo¹¹. Nesse sentido, a formação da Rede Sustentabilidade acompanha uma onda de inovações ao que se refere à organização partidária e, junto a isso, sugere um caminho novo

¹¹ Na Argentina, foi criado o partido *La Red* com propostas de incorporar as vantagens da internet para criar novo modelo de participação cidadã. Na África do Sul, o *Lekgotla For Democratic Advancement* propõe trazer inovações em torno da democratização e regras de *accountability*.

de análise para as agendas de pesquisa, que contemple mais amiúde as interações sociopartidárias. É nesse cenário de ocorrências empíricas, mas de ausências analíticas, que este estudo se insere e deseja contribuir.

A escolha metodológica para recapitular o histórico das interações entre movimento ambientalista e partidos políticos foi a pesquisa qualitativa, com opção pelo estudo de caso, que nos permitiu analisar e situar a ação política dos ambientalistas em cada contexto político, desde a década de 1980 até 5 de outubro de 2013. Observamos, numa análise histórica, conjunto de fatores que contribuiu para um grupo de ambientalistas se associarem a partidos políticos e a se decidirem por formar um novo partido político. A parceria construída entre ambientalistas e o Partido dos Trabalhadores durante décadas e as tensões consequentes da aproximação entre ambos tiveram implicações diferentes para a decisão dos ambientalistas de formarem a Rede Sustentabilidade.

Como se trata da condução de investigação de um único caso de forma intensa e detalhada, foi necessária elaboração de consistente fundamento teórico e proceder com a interação constante entre questões teóricas e os dados coletados. Baseamo-nos principalmente na realização de entrevistas em profundidade para a coleta de dados. Complementamos as entrevistas com o exame de documentos de diferentes ordens: jornalísticos, institucionais, registros de eventos, campanhas na internet, dentre outros. De acordo com Poupart (2010), o uso de métodos qualitativos e das entrevistas em profundidade é uma forma de acessar o ponto de vista dos atores sociais para compreender e interpretar suas realidades. A entrevista em profundidade permite “compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais” (Ibid., p. 216). Nossa proposta é interpretar as interações sociopartidárias e a formação da Rede Sustentabilidade a partir das narrativas de vivência das pessoas envolvidas nesse processo, portanto, a ferramenta que nos pareceu mais apropriada para acessar essas informações eram as entrevistas em profundidade.

Em relação aos estudos sobre movimentos sociais, della Porta (2015) assinala que a escassez de coleta sistemática e confiável de dados concede às entrevistas em profundidade uma grande importância metodológica, pois os entrevistadores dão grande contribuição ao fornecerem informações úteis sobre o movimento, desde a estratégia de mobilização até as

dinâmicas internas. As entrevistas, na sua opinião, são também de fundamental importância para o estudo dos motivos, crenças, atitudes, identidades e emoções dos ativistas dos movimentos, uma vez que trazem a agência humana para o centro das análises do movimento (Ibid., p. 229). Nosso enfoque é a percepção dos ambientalistas sobre a construção de elementos simbólicos e estratégicos que vincularam suas ações àquelas dos partidos políticos. Isso nos é muito caro, pois entendemos que movimentos sociais e partidos políticos possuem formas de constituição, organização e funcionamento bastante distintas.

Com isso em mente, realizamos 43 entrevistas com 40 pessoas diferentes, 3 dessas foram entrevistadas novamente a fim de tirar dúvidas ou de coletar novas informações. Uma primeira sessão de entrevistas ocorreu ao longo de 2013, outra sessão se deu entre 2014 e 2015, com maior concentração neste último ano. As 6 primeiras entrevistas cumpriram um propósito exploratório. Elas foram extremamente elucidativas e guiaram a elaboração de grade para as entrevistas da primeira e segunda sessões. A fim de preservar a identidade dos entrevistados, numeramos cada entrevista e apresentamos os entrevistados no masculino¹², para dificultar possíveis relações com seus nomes. Optamos por essa forma de apresentação porque alguns entrevistados solicitaram anonimato, por revelarem informações que poderiam lhes causar conflitos. Assim, decidimos por ocultar todas as identidades para homogeneizar o texto. Há perdas para o trabalho ao assumirmos o anonimato dos entrevistados, porém, posto na balança, a perda seria maior se não pudessemos utilizar a informação por eles concedida. No primeiro grupo de entrevistas, contei com a participação e auxílio de Rebecca Abers, que conduziu algumas dessas entrevistas.

Em 2014, Kathryn Hochstetler gentilmente cedeu um estoque de mais de 30 entrevistas realizadas durante as décadas de 1980 e 1990 com ativistas ambientais no Brasil, os quais eram representantes tanto de movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil quanto de instituições públicas e partidos políticos. Hochstetler também nos forneceu diferentes documentos com registros sobre atividades dos ambientalistas, partidos políticos e instituições públicas que aconteceram nesse período. Esse material foi bastante útil para acessar informações sobre o processo de formação e consolidação do movimento

¹² Inicialmente, mantivemos a identificação de gênero de cada entrevistado. Porém, com isso, poderia ser fácil reconhecê-los. A tese já estava escrita e as alterações para o gênero masculino implicava em menos alterações no texto. Com maior disponibilidade, objetivamos transformar para o modelo entrevistada (o).

ambientalista no Brasil, que ocorreu praticamente na mesma época da formação de novos partidos políticos. As entrevistas de Hochstetler revelaram que durante esse período houve uma coevolução de movimento e instituições ambientalistas, considerando também os novos partidos políticos, que formou ambientalistas com múltiplas identidades. As entrevistas de Hochstetler podem ser identificadas pela data de realização delas (anos de 1980 e 1990), expressas nas referências de cada entrevistado.

A seleção dos entrevistados seguiu critério de representatividade. Num primeiro grupo, selecionamos todos os ambientalistas que faziam parte do núcleo da Rede e os entrevistamos. Na sequência, entrevistamos quem militava na criação da Rede Sustentabilidade e trabalhou com Marina Silva no MMA em cargos de direção política. Depois, expandimos o grupo de entrevistados para diferentes pessoas que ocuparam cargos de direção política no MMA durante a gestão de Marina Silva, militantes ou não da Rede; para outras pessoas que militavam na Rede; para servidores públicos de outras agências, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e outros Ministérios que interagiam com representantes do movimento ambientalista; para ativistas que participaram da campanha eleitoral de 2010 e que compuseram os diferentes movimentos de apoio à candidatura de Marina Silva. Seguimos com as entrevistas com representantes do ambientalismo que não participavam da Rede nem apoiavam Marina Silva; e outros que apoiavam Marina Silva, sem participar da Rede; e ambientalistas que apoiavam ambos. Também entrevistamos representantes e parlamentares de diferentes partidos políticos que atuam na área ambiental. Importante lembrar que quando falamos de ambientalistas que atuam no movimento, estamos nos referindo àqueles que interagem com o sistema político. As entrevistas foram todas transcritas literalmente.

Infelizmente, não conseguimos realizar entrevista com Marina Silva. Fizemos diversas tentativas, tivemos datas agendadas, mas o acontecimento da campanha política de Marina Silva para as eleições de 2014 e minha saída do Brasil para estágio no exterior entre agosto de 2014 e julho de 2015 prejudicaram a realização da entrevista. Nesse sentido, recorremos às falas públicas, entrevistas, depoimentos, reportagens, dentre outras formas de comunicação que a ex-senadora concedeu e fez em diferentes veículos de comunicação, tais como: rádio, programas de TV, jornais, campanhas, sites da internet, dentre outros. Também

registramos informações que diferentes membros de sua equipe nos forneceram sobre a posição da ambientalista diante de diferentes situações políticas pelas quais passaram juntos. Cruzamos e confirmamos as informações referentes a ela para apresentarmos o seu conteúdo nesta tese.

A realização das primeiras entrevistas teve caráter exploratório para compreender o ambiente em que estávamos adentrando, os sinais da relação entre movimento ambientalista e partidos políticos, bem como os porquês sobre a formação de uma nova legenda partidária. Como a interação movimento e partido se mostrava fecunda entre os ambientalistas entrevistados, partimos para compreensão do campo teórico sobre o assunto, mas não encontramos abundância de referências sobre as dinâmicas sociopartidárias, o que nos levou a nos debruçarmos sobre a literatura de partidos políticos e sobre a de movimentos sociais. A literatura sobre movimentos sociais, organização partidária e sobre a formação de novos partidos políticos foi extremamente útil para entendermos aberturas dos partidos políticos a movimentos sociais, as diferenças estruturais e identitárias entre ambos e os pontos onde pode ocorrer a ligação entre eles.

Com essa dinâmica, trabalhamos a sobreposição de estratégias dedutivas e indutivas, com a teoria lançando sinais para a pesquisa empírica e a empiria conduzindo a elaboração teórica. Dessa forma, construímos o problema e as hipóteses de pesquisa. Para della Porta (2015, p. 231), esse procedimento iterativo não constitui um problema de fato para as pesquisas qualitativas com uso de entrevistas, pois *“knowledge proceeds through frequent interaction between theory and research, reflection and fieldwork”*. Apesar de que a autora observa que clarificar questões teóricas é um passo importante para o desenvolvimento das ferramentas de pesquisa.

As entrevistas realizadas se mostraram uma fonte rica e confiável de dados e nos possibilitaram refazer o percurso dos ambientalistas, considerando suas interações com o sistema político e, especialmente, com partidos políticos. Weiss (2004) observou que as entrevistas em profundidade são de difícil categorização, portanto, o processo de análise se baseia em interpretação, resumo e integração. Isso não impede que categorizações mais gerais sejam feitas para organização da informação. E esses foram os passos que seguimos, interpretando e organizando as informações, além de confrontar as entrevistas para

confirmação dos dados. O material coletado foi organizado em ordem cronológica e pelo contexto político porque a relação entre ambientalistas e o PT foi apresentada pelos entrevistados como uma evolução temporal, como algo que se transformou em função do desenvolvimento do partido e do movimento ambientalista. Essa organização nos permitiu também categorizar os dados em função de períodos políticos – abertura democrática, neoliberalismo e as diferentes gestões do PT no governo.

As entrevistas revelaram que, durante a década de 1980, de abertura democrática, de formação de novos partidos políticos e de movimentos sociais, o anseio pela construção democrática uniu membros de movimentos e partidos para transformarem o sistema político, ainda que houvesse receio nessa relação. A elaboração da nova Constituição Federal se mostrava como evento importante para influenciar a política institucional. Por isso, representantes de movimentos sociais se arriscavam para incluírem novas pautas na agenda política, e os partidos eram veículos para esse objetivo. O Partido dos Trabalhadores, pela sua forma de luta política, atraía mais representantes de movimentos sociais do que os outros partidos e a aproximação dos ambientalistas se mostrou maior com esse partido e com o PMDB.

Na década de 1990, as entrevistas demonstraram uma nova forma dos movimentos se relacionarem com partidos políticos e com o sistema político. A essa altura, os partidos formados na década anterior já tinham conseguido eleger alguns parlamentares para cargos legislativos em nível nacional. Isso voltou a ação política de parte dos ambientalistas prioritariamente para a arena legislativa. Nesse momento, Marina aparece como uma liderança importante para os ambientalistas - que a chamavam de porto seguro no Congresso Nacional - pela defesa que fazia da agenda socioambiental. Por isso, ela se tornara também pessoa conhecida internacionalmente pela sua luta. Ela foi se tornando figura importante e respeitada na estrutura partidária, com destaque para o partido ao qual era filiada, o PT. Observamos que a liderança sociopartidária de Marina Silva se iniciou nesse período e se estendeu pelos anos seguintes. Nesse período, os entrevistados também revelam uma fase de profissionalização do movimento ambiental, cuja algumas de suas organizações passam a ser prestadoras de serviços públicos para o governo.

Nos anos 2000, com o PT assumindo o governo federal, as narrativas das entrevistas são de ativistas desejosos de participar do governo de um partido que sempre apoiaram. Achavam natural fazer o trânsito para a arena governamental e apostaram nisso, tornando-se, vários deles, representantes governamentais. Há um reconhecimento, entre seus pares, que os ativistas, vindos do movimento ambientalista para o Ministério do Meio Ambiente, conseguiu implementar o projeto da sociedade civil. Marina era ministra chefe dessa pasta e orientou os ambientalistas nesse período. Ela consolidou seu papel de liderança do movimento, mas, por outro lado, desgastou a relação com seu próprio partido em nome de um projeto. Os entrevistados esboçaram as diferentes dificuldades e tensões que tiveram com o PT e como se decidiram se afastar desse partido. Isso implicou uma perda de espaço político, o que, segundo eles, os levou a buscar novas formas de representação política, criando um partido. Portanto, segundo o que se observa das entrevistas, o PT foi necessário, mas não suficiente para a formação da Rede Sustentabilidade.

2. Organização da tese

A tese está organizada em três partes e em 5 capítulos. As partes foram divididas pelas arenas políticas onde se concentra a interação institucional dos ambientalistas com partidos políticos. São as arenas institucionais próprias de atuação dos partidos políticos: legislativa, governamental e eleitoral. Como estamos analisando o direcionamento de atores e organizações do movimento ambientalista para as arenas institucionais e sua interação com os partidos, esses nos pareceram ser os espaços mais apropriados de exame.

No primeiro capítulo, que apresenta discussões com a literatura sobre movimentos sociais e sobre partidos políticos, nosso principal objetivo foi definir a compreensão que temos desses conceitos. Movimentos sociais, redes informais de indivíduos e organizações, e partidos políticos, organizações formais que incluem indivíduos, redes e outras formas organizacionais, diferenciam-se em distintos pontos, especialmente, em sua forma organizacional, na construção de identidades e estratégias e, para a literatura de partidos políticos, em sua função (Schattshneider, 1960; 1964; Kitschelt, 2006). O desenvolvimento desses conceitos ampliou nossa percepção de que atores e organizações de movimentos

sociais podem interagir com partidos políticos sem necessariamente fazerem parte da estrutura formal desses partidos, sem a necessidade de filiação partidária. Os movimentos atuam na estrutura informal dos partidos políticos, influenciando as políticas partidárias. Concebemos a organização partidária como partido expandido, integrado de uma parte maior e formal e de outra que é menor e informal, onde ocorre a interação com atores externos ao partido, mas que podem influenciar as políticas partidárias.

Nesse capítulo, examinamos o papel potencial de líderes mediando a interação entre movimento social e partido político. Os líderes podem ter dupla identidade, reconhecida pelos atores tanto do movimento social como do partido político. Essa liderança exercerá o papel de *broker* ao conectar grupos distintos na defesa de projetos próprios que podem ter traços em comum. O comportamento e ação dessa liderança será importante para a medida da relação entre ambos os atores estudados. As estratégias e identidades movimentalistas e partidárias, que não raro entram em atrito nas interações sociopartidárias, são aspectos de força que influenciarão o comportamento da líder, se pende para a defesa do projeto social ou do projeto partidário ou mesmo se busca conciliá-los. Argumentamos que o trânsito da líder nas diferentes arenas partidárias é importante para verificar a fidelidade de sua base de liderados sociais e partidários, pois espera-se que a cada movimento seu, seus liderados a acompanharão, fazendo os mesmos trânsitos entre as arenas. É importante também para compreendermos o formato de interação entre partido político e movimento. Ao final do capítulo, apresentamos um mapa do terreno de ação que nos auxiliará na análise das interações sociopartidárias apresentadas nos capítulos empíricos.

No capítulo 2, destacamos a atuação dos ambientalistas na arena legislativa, apesar de também exercerem influência na arena eleitoral e governamental, até o ano de 2003. A ação destacada de grupos movimentalistas em determinada arena não exclui sua participação e ação nas outras arenas. Neste capítulo, abordamos a formação do movimento ambientalista no Brasil e a influência do contexto político para definir suas identidades e estratégias de ação coletiva. O movimento se estruturou no mesmo período de abertura democrática no país e do surgimento de novos partidos políticos, dentre eles, o Partido dos Trabalhadores. Argumentamos que o movimento se associou à esquerda política brasileira e criou vínculos com o PT, ainda na década de 1980, que influenciariam sua ação política por muitos anos. A

Senadora da República pelo PT, Marina Silva, na década de 1990, emergiu como uma liderança política para os ambientalistas no Congresso Nacional. Os ambientalistas direcionaram, nesse período, a ação para essa arena legislativa e tiveram em Marina Silva uma forte defensora de suas causas e projetos. Seu papel de líder sociopartidária é acionado nesse período.

Os capítulos 3 e 4 são complementares e trazem a ação dos ambientalistas direcionada para e ocorrendo na arena governamental, com foco no período em que Marina Silva esteve no Ministério do Meio Ambiente (2003-2008). O trânsito de Marina Silva para a arena governamental deslocou, de forma considerável, a ação dos ambientalistas para esse novo espaço político, muito em função da trajetória que compartilharam em período anterior. Enquanto Senadora, Marina trabalhou em proximidade com atores e organizações importantes do movimento ambientalista e alguns deles foram convidados a ocuparem cargos de direção política em seu Ministério. Ela possibilitou ativistas ambientais a participarem do governo do PT e a transformarem suas propostas em políticas públicas, executando o projeto de importante grupo de ambientalistas que atuava na sociedade civil. Ao atritar propostas, estratégias e identidades dos atores sociais no governo com o núcleo de gestão do Partido dos Trabalhadores, Marina Silva preferiu defender o projeto dos seus liderados vindos da sociedade civil. Sua permanência no governo do PT se tornou inviável, ao passo que o papel de liderança política de Marina Silva para os ambientalistas foi fortalecido. A estratégia, identidade e projeto de sociedade civil se sobrepuseram aos do partido político, e a interação entre ambientalistas e PT que se mostrava intensa em décadas anteriores se tornou fraca e esporádica. O PT deixou de ser o principal representante político dos ambientalistas nas arenas institucionais. Esses capítulos têm um caráter mais descritivo ao apresentar as trajetórias dos ocupantes de cargos públicos no Ministério do Meio Ambiente e as políticas públicas que defenderam

A ação coletiva dos ambientalistas na arena eleitoral é o foco do capítulo 5. Aqui, demonstramos o processo de articulação política feito por Marina Silva e seu grupo de liderados, que chamamos de marineiros, após deixarem seus cargos no Ministério do Meio Ambiente. Os ambientalistas se articularam com outros setores da sociedade civil, como empresários e militantes de diferentes causas sociais e políticas, e criaram novos

movimentos, como o Movimento Brasil Sustentável, para tentar fortalecer e dar centralidade à agenda ambiental. Era uma estratégia de atuação na sociedade, de construir a consciência ambiental e de sustentabilidade. Todavia, a identificação de Marina Silva como uma liderança político-partidária levou os ambientalistas a sugerirem uma campanha política, em que Marina Silva seria candidata à Presidência da República. Acreditavam que, dessa forma, a agenda ambiental teria mais visibilidade tanto para a sociedade como para o meio político-partidário. Com Marina Silva atuando na arena eleitoral, a ação e os esforços de ambientalistas que interagiam com o sistema político foram consideravelmente direcionados para essa arena.

A liderança de Marina Silva sobre os ambientalistas e outros grupos sociais se mostrou forte e estruturada durante a experiência eleitoral. Ela agregou diferentes grupos ao seu redor, colocando distintas institucionalidades para conversarem e assimilarem novas estratégias, identidades e projetos. Um novo discurso surgiu dessa interação de diferentes: a Nova Política, que chegou a desbancar o discurso da sustentabilidade em algumas ocasiões. Marina se desfilou do PT e, junto com o grupo de marineiros, fez a filiação ao Partido Verde para concorrer às eleições. A interação de ambientalistas com o PT foi reduzida a quase nada e sua vinculação ao PV se mostrou uma ação de caráter fortemente estratégico para viabilizar sua participação nas eleições de 2010.

Ela alcançou o terceiro lugar no pleito eleitoral e desequilibrou forças políticas que já estavam estabelecidas no sistema político e partidário brasileiro. Novamente, Marina fortaleceu o projeto da sociedade civil que, dessa vez, era dar centralidade social e política à agenda ambiental e de sustentabilidade. Fortalecer o projeto de atores da sociedade civil é o mesmo que fortalecer sua relação de liderança com eles, legitimada pelos poderes de recompensa, identificação e eficiência. Contudo, a relação conflituosa entre ambientalistas e partidários verdes demonstrava as tensões inerentes ao processo interacional de movimento social e partido político. Os atritos se mostraram insustentáveis e Marina Silva e os marineiros se desfilaram do PV, alguns com a ideia de formarem um novo partido político.

No sexto e último capítulo, abordamos o processo de formação da Rede Sustentabilidade entre 2010 e 2013. A experiência eleitoral que agregou grupos sociais e políticos de diferentes institucionalidades deslocou o discurso ambiental para uma narrativa

mais política e politizada, a da Nova Política. Muitos ambientalistas, apesar de aprovarem o discurso da Nova Política, não se identificavam de maneira orgânica com as transformações que ocorreram no grupo que acompanhava Marina Silva, os marineiros. O discurso da sustentabilidade ambiental perdeu centralidade para o da sustentabilidade da política. Os ambientalistas eram reticentes ou apresentavam posturas muito marcadas contra a estratégia de formar mais um partido político. Acreditavam que a estratégia e o projeto deles não passavam pela tomada de poder, de fato, mas, sim, por uma ação forte e articulada de sociedade civil.

Os militantes da Rede Sustentabilidade informaram que a experiência de interação com partidos políticos, especialmente quando assumiram postos na arena governamental e encararam uma campanha eleitoral, possibilitou-lhes aprendizado institucional e acúmulo de capital político para continuarem com a ação por dentro do sistema político, formando uma nova legenda partidária. O processo de formação da Rede é ambíguo para muitos ambientalistas que não sabem ao certo o que esperar desse novo partido político. A liderança de Marina Silva teve muita força sobre os rumos e decisões políticas que os marineiros tomaram para a formação da Rede Sustentabilidade e, nesse aspecto, os poderes de recompensa, identificação e eficiência conferidos a Marina pela realização do projeto ambiental foram trincados, bem como sua legitimidade no papel de liderança. Ao fim, percebemos mais um esfacelamento da ação ambientalista com a estratégia partidária do que o fortalecimento desse grupo. Muitos querem voltar para o formato de interação que tinham com o PT antes de ocupar a arena governamental, mas também querem que esse PT volte a ser como era antes.

1. Movimentos sociais em interação com partidos políticos

1.1. Introdução

Na literatura dedicada ao estudo de movimentos sociais e ao estudo de partidos políticos, numerosos são os trabalhos que evocam as interações entre esses dois atores. A análise acadêmica das interações, todavia, não acompanhou a quantidade dessas evocações (Combes, 2009; McAdam e Tarrow, 2010). A carência de análise das relações se explica, em parte, pelo afastamento das duas disciplinas (De Leon et al., 2009). Ao longo dos anos, os partidos políticos se constituíram em objeto canônico da ciência política, ao passo que, até a década de 1990, a análise dos movimentos sociais se concentrava na sociologia (Sawicki, 1994; Combes, 2009). Mudge e Chen (2014) assinalaram que a ordem não foi sempre essa, a sociologia clássica dos partidos surgiu à medida em que os próprios partidos eram organizados. Porém, ainda na década de 1960, os sociólogos políticos lançaram seus olhares para outros temas, deixando o estudo de partidos aos cuidados da ciência política.

Na década de 1990, sociólogos e cientistas políticos, conjuntamente, produziram novas análises que abordavam os partidos para além de seu formato organizacional, como forças causadoras de mudanças históricas, como efeitos de outros processos políticos e sociais e ainda como organizações que possuem importância em si mesmas (Ibid., p. 312). Nessa proposta, o trabalho de Schwartz (1990) ofereceu uma grande contribuição, ao tratar os partidos políticos como “rede de relações”, inaugurando uma nova abordagem sociológica e política que pensa os partidos em formato mais flexível. Tal abordagem avalia os partidos políticos como organizações que possuem uma instância formal e outra informal. Nesta instância informal, os partidos estabelecem relações com uma rede de atores que vão desde consultores de campanhas eleitorais a movimentos sociais, passando por grupos de interesse e financiadores de campanhas¹³.

¹³ Para mais informação, ver Bernstein, 2005; Heaney e Rojas, 2007; Heaney et al., 2009; Heaney e Rojas, 2015; Scholzman, 2015

Alguns pesquisadores sobre movimentos sociais, atentos a essa perspectiva, voltaram a atenção para os laços entre partidos e movimentos com o objetivo de refazerem o enquadramento no qual ambos eram analisados como modos de ação política mutualmente excludentes¹⁴. Com isso, ofereceram grande contribuição para as pesquisas nessa área (Mudge e Chen, 2014). Num esforço de ressignificar os laços entre política institucional e não institucional, os movimentos sociais, os partidos políticos e o Estado passaram a ser analisados por muitos desses pesquisadores como organizações interconectadas num formato dinâmico (Goldstone, 2003a). Nessa seara, foram produzidos estudos que examinam como movimentos e partidos atuam em conjunto e que abordam os partidos políticos como canais por meio dos quais os movimentos sociais afetam políticas e Estados.

No geral, esses três objetos são considerados por alguns estudiosos como entidades distintas entre si (Goldstone, 2003; 2004; Desai, 2003; De Leon et al., 2009; Amenta et al., 2010; Mudge e Chen, 2014), mas há estudos na área de movimentos sociais, como o de Cowell-Meyers (2014), que assinalam que movimentos sociais podem se transformar em partidos políticos, tornando-se uma unidade. Cowell-Meyers nos apresentou o conceito de partido-movimento (*movement-party*), movimentos sociais que se transformam em partidos políticos. Para a autora, partidos podem funcionar como uma tática de confronto escolhida pelo movimento social.

Estudiosos sobre partidos políticos, em número ainda menor que os pesquisadores anteriores, ao partir do desenvolvimento da literatura que conferia importância às redes de relação dos partidos, também se dedicaram a analisar formas de interação entre esses e movimentos sociais. Nesse campo, é possível citar os estudos de Schwartz (2006), de Heaney e Rojas (2007; 2015) e o de Scholzman (2015). Um aspecto em comum entre esses estudos, com exceção dos trabalhos de Heaney e Rojas, é que destacaram a fusão dessas duas formas organizacionais, chegando a, em alguns casos, considerarem-nos como uma entidade. Os movimentos sociais, para esses pesquisadores, são estruturas com diferentes regularidades capazes de lhes conferir características de organizações formais. Eles foram analisados, assim como os partidos políticos, pelas lentes da teoria organizacional. O trabalho de Schwartz tornou conhecido o conceito de movimentos de partido (*party movements*), definido como

¹⁴ Ver Gamson, 1990; Tilly, 1978; e Jenkins e Klandermans, 1995.

movimentos sociais que se engajam com partidos políticos para mudarem os valores e instituições da sociedade e, assim, podendo se tornar uma unidade articuladora (Schwartz, 2006).

Apesar de, por vezes, encontrarem pontos de convergência, no geral, as literaturas sobre movimentos sociais e partidos políticos abordam esses objetos como entes distintos, acabando por exagerar as suas diferenças. Numa análise das duas literaturas, a distinção entre movimento social e partido político pode ser marcada pelo processo de construção e manutenção da identidade coletiva e da identidade partidária, bem como da escolha de estratégias e táticas resultantes de reflexões realizadas a partir de como os movimentos sociais e os partidários se enxergam, conectam-se e se relacionam internamente ao seu grupo e com o mundo externo, além dos recursos de que dispõem e acessam¹⁵. Em outra abordagem, Kitschelt (2006) assinala que os partidos políticos formados por movimentos sociais são organizações diferentes do que considera um partido puro, a não ser que cumpram os requisitos sugeridos pelo autor para se tornarem de fato um partido político ao fazer a transição institucional, quais sejam: investimentos funcionais para resolver problemas de ação coletiva e de escolhas sociais.

Diante do dilema dos elementos que favorecem e dificultam a interação entre movimentos sociais e partidos políticos, desenvolvemos um diálogo com ambas as literaturas, construindo nossa compreensão sobre movimentos sociais e partidos políticos, apresentamos as formas distintas em que as literaturas abordam a construção da identidade de ambos e como ela influencia a escolha de estratégias e táticas dos movimentos e dos partidos. Assim, pretendemos trabalhar a seguinte questão: quais elementos podem contribuir para aproximação e distanciamento entre movimentos sociais e partidos políticos?

Nesta tese, assumimos que há um terreno de sobreposição entre movimentos sociais e partidos políticos, que chamamos de partido informal, em que ambos interagem intensamente, produzindo influências mútuas. Defendemos que os elementos que aproximam ou distanciam partidos e movimentos podem ser as estratégias e identidades assumidas por cada um e defendemos ainda que as interações entre movimentos sociais e partidos políticos podem ser mediadas e estimuladas por pessoas que exercem papel de liderança na

¹⁵ Ver Heaney e Rojas (2015)

organização partidária e no movimento social, os líderes sociopartidário, pois, por carregarem consigo características das diferentes institucionalidades a que pertencem (cf. Simmel), os líderes funcionam também como *brokers*, conectando campos distintos (Mische, 2008).

Neste capítulo, primeiramente, apresentamos nossa compreensão sobre movimentos sociais e partidos políticos. Na sequência, abordamos o processo de construção de identidade e de estratégia de cada um, marcamos semelhanças e diferenças entre a identidade coletiva e partidária e apresentamos argumentos que suas identidades e estratégias podem ser elementos que aproximam ou distanciam partidos e movimentos e que, nessa interação, fortes lideranças, pertencentes aos dois grupos, podem dar a intensidade e o grau da relação entre eles. Essas interações, na nossa proposta, acontece no terreno do partido informal. Por fim, apresentamos um mapa de terreno de ação para analisar as interações entre movimentos sociais e partidos políticos, a ser utilizado nos capítulos empíricos da tese.

1.2. Caracterizando movimentos sociais e partidos políticos

Movimentos sociais, partidos políticos e grupos de interesse são sempre comparados uns com os outros. Para Kitschelt (1990), eles foram produzidos no mesmo forno e só podem ser compreendidos como partes de um padrão geral de intermediação de interesses. Della Porta e Diani (2006) comparam seus diferentes estilos de organização política. Entretanto, explicam os autores, a diferença entre movimentos sociais e outras organizações não consiste de distinções nas características organizacionais ou padrões de comportamento, mas do fato de que os movimentos sociais não são organizações, nem mesmo um tipo peculiar delas. Eles são, ao contrário, redes que podem ou não incluir organizações, dependendo de circunstâncias especiais. Como consequência, uma organização, independentemente de seu traço dominante, não pode ser um movimento social (Ibid., p. 25).

Para della Porta e Diani (2006, p. 28),

far from analyzing movements which largely overlap with a specific organization, a view of a movement as an informal network of several individuals and organizations would help us

to identify the tension between movement and organizational dynamics within complex empirical cases of collective action, and possibly to trace its evolution over time.

Essa lógica de investigação, conforme defendem os autores – que recorrem aos registros de Panebianco (1988) e Hedström et al. (2000) – também pode ser aplicada para a análise da formação de muitos partidos contemporâneos, especialmente aqueles que emergiram da agregação de organizações autônomas prévias. Tal leitura de della Porta e Diani ajuda a sustentar a argumentação desta seção, qual seja: i) movimentos sociais não são organizações; mas, ii) podem incluir organizações, a depender das circunstâncias; iii) eles são redes sociais; e iv) partidos políticos e movimentos sociais são categorias diferentes, pois os primeiros são organizações formais com aspectos de informalidade, como as redes que constroem com atores da sociedade civil, ao passo que os movimentos sociais são redes informais que podem ou não incorporar organizações formais. Ademais, o objetivo primeiro dos partidos políticos é a busca pelo poder político-institucional, o qual alcançam por meio de competições eleitorais. Eles são as únicas organizações autorizadas a participarem diretamente das eleições. Os movimentos sociais podem influenciar de diferentes formas as eleições, mas não participar diretamente delas. O formato da ação de ambos também são destoantes, conforme abordaremos nas subseções seguintes.

1.2.1. Movimentos Sociais

Melucci (1996), no empenho de sistematizar o estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva, definiu movimento social mais como categoria analítica do que empírica. Para o autor, eles são formas de ação coletiva que envolvem conflito, solidariedade e tem caráter disruptivo. Para Diani (1992; 2003a), movimentos sociais são atores engajados em processos sociais que estão envolvidos em relações de conflito com um oponente claramente identificado, partilham uma identidade coletiva e estão conectados por redes informais.

A caracterização dos movimentos sociais como redes, segundo della Porta e Diani (2006), permite observar de forma mais completa o espaço reservado para a participação dos indivíduos dentro dos movimentos, cuja característica marcante é o senso de estar envolvido num esforço coletivo, o que desenvolve para um sentimento de pertencimento e de identidade coletiva. A participação dos indivíduos na ação coletiva acontece por impulsos e motivos distintos, ela é flexível. Este é um contraponto da participação em organizações, mesmo

aquelas organizações de movimentos sociais, que, na maioria das vezes, pressupõem hierarquias, mobilização de recursos como liderança, estruturas administrativas, incentivos para participação e meios para alcançar recursos e apoio (McAdam e Scott, 2005).

Mas, o fato é que movimentos sociais não raramente são representados por organizações formais, da mesma forma que as organizações respondem a movimentos sociais e desenvolvem processos movimentalistas em seu interior (Davis e Zald, 2005). Casos empíricos demonstram que as organizações têm relevante papel em promover e sustentar a ação coletiva, em desenvolver diferentes lógicas organizacionais no interior dos movimentos e atuar como importantes fontes de identidade para a constituição de um movimento (della Porta e Diani, 2006). Na prática de funcionarem como fontes de identidade e como atores que asseguram a continuidade da ação coletiva, elas acabam por desempenhar um papel de representação e, em alguma medida, de liderança em nome de algum movimento (Ibid., p. 138). Mas, não há consenso em torno das diversas definições sobre organizações de movimentos sociais. Por isso, della Porta e Diani assinalaram a importância de reconhecer que há uma heterogeneidade de formas organizacionais adotadas por ativistas de movimentos sociais, mas que esses são redes e não organizações.

Para Diani e Bison (2004), a ação coletiva é conduzida num contexto de redes interorganizacionais por atores que se vinculam por solidariedade e identidades compartilhadas que precedem e sobrevivem a campanhas e coalizões específicas. Essas vinculações possuem também razões estratégicas e táticas para que os movimentos sociais, articulados em rede, alcancem seus objetivos. As estratégias e táticas são expressões de identidades coletivas (Jasper, 2014), conforme será abordado mais adiante.

Conforme se observa, as definições citadas de movimentos sociais marcam um distanciamento de sua unidade de análise em relação ao Estado ou às instituições políticas, ao conceber os movimentos como desafiadores do sistema político. Mesmo correntes que trabalharam a relação dos movimentos sociais com o Estado, como a teoria do processo político, entenderam os movimentos sociais como *challengers*, como atores excluídos da ordem política (Tarrow, 1989; McAdam, 1996). Essa perspectiva ditou grande parte das pesquisas sobre interações entre sistema político e movimentos sociais. Abers e von Bülow (2011) identificaram que, na literatura sobre movimentos sociais, ora o Estado não é

relevante, ora é observado como inimigo, contra o qual os movimentos sociais devem entrar em disputa.

Os teóricos que observaram o papel desempenhado pelos chamados Novos Movimentos Sociais (Touraine, 1984; Melucci, 1989, della Porta e Rucht, 1995; Kriesi, 1995), na segunda metade do século XX, tentaram mudar essa percepção, provocados pela militante ação das lideranças sociais no interior do sistema político, diversificando seu repertório de ação. Mas, de acordo com Goldstone, os pesquisadores ainda os viam agindo fora do mundo institucionalizado, “*emerging only for intermittent rounds of conflict with established institutions and authorities*” (2004, p. 337). Para Melucci (1996), o movimento político, que interage com o sistema político, busca ampliar os critérios de participação e melhorar a influência dos atores sociais sobre o processo de tomada de decisão, garantir acesso a esse processo, e se esforçar para abrir novos canais para a expressão de demandas previamente excluídas. Tentam empurrar, em qualquer situação, a participação para além dos limites estabelecidos pelo sistema político existente, mas expressa conflito ao romper com o confinamento do sistema político (1996, p. 35), portanto, está em atrito com o Estado.

Combatendo essa visão, Goldstone afirma que os movimentos sociais não devem ser analisados apenas como forças reprimidas que lutam contra o Estado. Ao contrário, ele propõe que os ativistas sejam situados num campo relacional dinâmico, no qual as ações e interesses dos atores estatais - grupos aliados e contrários aos movimentos – e o público em geral, todos, influenciem a emergência, atividade e resultados dos movimentos sociais (2004, p. 333). Pesquisas empíricas vêm demonstrando repetidamente que os atores e as estruturas dos partidos políticos, do Estado e dos movimentos sociais são interdependentes¹⁶. Portanto, Goldstone acredita ser essencial mapear o campo das relações dos movimentos sociais com outros atores e grupos que afetam suas atividades¹⁷. Para o autor,

[it] would not simply treat a movement as an “outside” actor seeking opportunities for “non-institutional” actions; rather, movements would be seen as elements in a complex field of players in politics and society that are seeking advantages by using a variety of tactics. Thus, movements could work through political parties and institutionalized actions as well as by protest, and political parties

¹⁶ Ver Goldstone (2003).

¹⁷ Goldstone propõe rever a estrutura de oportunidade política em uma noção mais flexível de campos relacionais externos, que tem duas partes: uma para o estudo de movimentos individuais e outra para estudos comparativos de clusters de movimentos ou diferentes movimentos ao longo do tempo e espaço (2004, p. 358).

and politicians could work through supporting movements, counter-movements, or protest actions (Goldstone, 2004, p, 359).

Abers e von Bülow (2011), na mesma linha traçada por Goldstone (2003; 2004), argumentam que delimitar o estudo sobre movimentos sociais a um tipo específico de ação coletiva torna formas importantes de organização, ação ou relações sociais invisíveis. Uma delas é a atuação de atores localizados dentro da arena estatal. Nas ocasiões em que a literatura pertinente identificou a possibilidade de atores estatais serem aliados de movimentos sociais, afirmam, houve resistência em admitir que essas alianças podem envolver a construção de redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade, que, por sua vez, podem gerar ativismo a favor dos movimentos sociais a partir do interior do Estado (p. 54).

A perspectiva de lideranças sociais e seus grupos presentes em diferentes arenas sociais e políticas, construindo vínculos com atores do sistema político em sua ação coletiva cotidiana resgata a interpretação do ativismo social multi-engajado e ressignifica a compreensão dos movimentos sociais como *challengers* do sistema político. Eles são, ao contrário, constituintes desse sistema em suas ações de apoio e trocas com partidos políticos, burocratas e com as constelações de grupos e dinâmicas que se formam durante os processos eleitorais, de campanha política e de protesto.

Essa base argumentativa pavimenta o caminho para a compreensão do grupo de ambientalistas estudado nesta tese. Os ambientalistas que articulam com o sistema político federal estão organizados em redes de organizações e indivíduos multi-engajados localizados na sociedade e nas instituições políticas (Hochstetler e Keck, 2007). Eles atravessam as fronteiras entre Estado e sociedade, articulam com partidos políticos, participam de eleições, fazem *lobby* e se vinculam a atores sociais estratégicos em função de identidades partilhadas e estratégias construídas coletivamente para conquistarem eficácia política e os objetivos das ações pelas quais se colocam em luta. Segundo a orientação de Goldstone (2004), isso não significa desistência da ação de protesto, que pode, inclusive, ter apoio de partidos políticos e incentivo de determinadas áreas do governo.

Compreendemos que movimentos sociais são redes informais de indivíduos e organizações engajados em processos sociais, que envolvem relações de conflito e de parceria com atores e instituições sociais e políticas, partilham de identidade coletiva,

estratégia e projetos e implicam solidariedade. Estão situados num campo relacional dinâmico, no qual ações e interesses de atores e instituições políticas e do público em geral – aliados ou contrários aos movimentos sociais - influenciam a emergência, atividade e resultado da ação coletiva dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, está incluída toda ação política dos movimentos, não apenas as extra-institucionais, como os protestos, mas também atividades de *lobbying*, ação judicial, parcerias com partidos políticos em ações nas arenas eleitoral, governamental e legislativa.

Uma forma de ilustração de determinado movimento social pode ser um círculo de traçado pontilhado que exprime o caráter poroso e informal das fronteiras dos movimentos sociais com seu ambiente (contexto social, político, econômico, cultural etc.). No interior desse círculo, estão indivíduos, organizações, lideranças que se identificam com o movimento e que interagem com outros movimentos e organizações.

Diagrama 1: Movimentos sociais



1.2.2. Partidos Políticos

Schattschneider (1964, p. 61), numa análise funcional dos partidos políticos, assinalou que partido é, antes de tudo, um intento organizado de alcançar o poder, entendendo por tal o controle do aparato estatal. Essa pretensão o distinguiria dos grupos de pressão e

dos pequenos partidos cujo interesse no poder é remoto para que afete o formato de sua atuação política. A vida dos partidos, para o autor, gira em torno da posse do poder ou da luta por ele. Dessa forma, só quando uma organização partidária tem o timor nas mãos, ou é capaz de criar e manter uma real expectativa de acesso ao poder, chega a ser um partido. Para Schattschneider, o poder é o que dá sentido à existência partidária.

V. O. Key (1942) conceituou os partidos políticos como a composição de três partes interconectadas: o partido como organização; o partido no eleitorado; e o partido no governo¹⁸. As três partes contribuem para a operacionalização do partido sem exercer domínio uma sobre a outra. Esse modelo se tornou importante marco referencial para pesquisadores do campo de partidos políticos (Bernstein, 2005; Heaney e Rojas, 2015). Porém, outra classificação parece ter arrebatado a Ciência Política (Ribeiro, 2008), qual seja: os tipos ideias de organismos partidários, que criou os modelos de partido de quadros¹⁹ e o partido de massa²⁰ e valorizou a abordagem organizativa dos partidos políticos, elaborado por Maurice Duverger.

Ao longo dos anos, os modelos de análise dos partidos políticos foram refeitos e ampliados, com linhas que ora exploravam o partido em seu aspecto organizacional (Panebianco, 1995)²¹, ora em sua aproximação com o Estado (Katz e Mair, 1995)²² ou com a sociedade civil (Schwartz, 1990; 1994)²³, dentre outras. A definição de partidos políticos

¹⁸ O partido como organização se refere aos oficiais e empregados do partido; o partido no eleitorado inclui eleitores que regularmente apoiam o partido e seus candidatos nas eleições; e o partido no governo se refere aos candidatos que concorrem a cargos políticos.

¹⁹ “(...) agremiações de notáveis formadas no século XIX e que sobrevivem no século XX especialmente sob a forma de partidos conservadores e liberais. (...) algumas de suas características centrais: a) origem interna ao parlamento; b) organização interna de baixa intensidade; c) fraca articulação estrutural entre as instâncias organizacionais; d) estrutura nacional descentralizada; e) ausência de critérios claros de adesão; f) financiamento partidário dependente de alguns grandes doadores privados; g) concentração do poder decisório nas mãos da elite parlamentar” (Amaral, 2013, p. 14)

²⁰ “(...) os partidos de massa contam com as seguintes características: a) origem extraparlamentar; b) organização interna de alta intensidade; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; d) rigorosos requisitos de filiação; e) financiamento compartilhado entre os membros do partido; f) forte doutrinário; g) subordinação dos parlamentares ao partido” (Amaral, 2013, p. 14). Eles surgem na segunda metade do século XIX e início do século XX com a expansão do sufrágio e incorpora um grande contingente de pessoas à cena política (Ibid.)

²¹ Mudanças estruturais, socioeconômicas e a complexificação do espaço político, que passa a ser pautado por por *issues* que vão além dos aspectos classistas e de esquerda e direita geraram a tendência de transformação do partido burocrático de massa em partido profissional-eleitoral. (Panebianco, 1995)

²² Partido cartel, ver definição na nota nº 25.

²³ Partido rede, definição apresentada mais adiante.

pode ser, a considerar as diferentes linhas, contraditória em alguns aspectos e elaborada a partir de diferentes referências. O que parece ser consenso na literatura pertinente é a definição de que são organizações políticas²⁴. Se formais ou informais, isso já é campo de disputa.

Ribeiro (2008) apresentou um conceito de partido político sintetizando o trabalho de três autores que privilegiam seu aspecto organizativo – Maurice Duverger; Umberto Cerroni; e Angelo Panebianco, a ver: “o partido é uma organização de estrutura particular, durável e tendencialmente difusa, dotada de um programa político escrito e adequadamente aprovado por seus membros e que atua eminentemente nas arenas eleitoral, parlamentar e governamental” (Ibid., p.32)²⁵.

A partir dos anos 1990, uma nova agenda de pesquisa sobre conceituação e tipologia dos partidos políticos começou a se consolidar na Ciência Política, reforçando os vínculos dessas organizações com as instituições públicas. Essa agenda retomou a perspectiva weberiana de partidos políticos, a qual assinala que partidos moldam a composição estatal e inserem interesses partidários nas arenas racionais-legais da política (Weber, 1999). Tal leitura enfatiza os laços dos partidos com o Estado.

A obra de Katz e Mair (1995) se tornou muito influente nessa nova agenda. Eles apresentaram o conceito de partido cartel²⁶, que corresponde a uma nova forma de partido político, uma quarta geração que sucede o partido de quadros, que foram predominantes no século XIX; o partido de massa (1880-1960), que representava interesses da sociedade civil junto ao Estado; e o partido catch-all (1950-1990) que, ao competir por votos, coloca-se entre sociedade civil e Estado como agência eleitoral independente (Ribeiro, 2008).

Para Katz e Mair, as ligações estabelecidas com o Estado são igualmente ou mais importantes do que seus vínculos com a sociedade civil. Eles justificam a quebra do

²⁴ Apesar de haver referências que consideram que partidos políticos são tão diferentes das firmas a ponto de limitar a utilidade de analisá-los sob a égide das teorias organizacionais. Ver comentários em Schwartz (2010).

²⁵ Katz e Mair (1995) assumem que as arenas eleitoral, governamental e legislativa dos partidos políticos correspondem à sua face pública, em oposição à organização partidária, em que o partido se voltaria para si mesmo. Conforme visto, V. O. Key (1942) também considerou as arenas eleitoral e governamental do partido como seus principais elementos de operacionalização.

²⁶ Partido cartel: um partido diferente para o qual a conquista de espaços no parlamento e no governo é fundamental para a sobrevivência dos partidos, uma vez que permite acesso do partido a recursos considerados vitais. (Katz e Mair, 1995). Tente a focar a ligação do partido com o Estado mais do que com a sociedade civil.

paradigma da função pendular do partido entre sistema político e sociedade civil argumentando que o exercício de poder no governo e o espaço conquistado no parlamento foram experiências determinantes para a sobrevivência dos partidos políticos, uma vez que permitiu seu acesso a recursos estatais considerados vitais. Nessa lógica, os vínculos com o Estado são considerados tão cruciais a ponto de reduzir as dúvidas acerca da “dependência dos partidos em relação ao Estado” (Ribeiro, 2008, p. 41). Se antes o partido era o agente intermediário entre Estado e sociedade civil, no estágio atual, de partido cartel, o Estado é o agente intermediário entre partido e sociedade. Se há maior partidarização do Estado, há menor partidarização da sociedade (Ibid.)

No Brasil, estudos sobre a transformação do Partido dos Trabalhadores (Samuels, 2008; Ribeiro, 2008; Amaral, 2010), nossa versão nacional de partido de massa, abordam a aderência do partido à estrutura estatal após conquistar espaço no Congresso Nacional e em governos estaduais e federal. Tal fenômeno promoveu certo descolamento do partido em relação à sociedade, mas não o distanciou totalmente de sua base, o que levou Ribeiro (2014) a classificar o PT como partido anfíbio, adaptado ao terreno do Estado, mas que nada nas águas da sociedade civil.

O PT, uma legenda que surgiu a partir de seus vínculos com organizações da sociedade civil, como sindicatos e diferentes movimentos sociais (Meneguello, 1989), passou pela transição tipificada por Katz e Mair (Ribeiro, 2008; 2014) e alterou qualitativamente seus vínculos com a sociedade após mais de uma década sendo o timoneiro, para usar a expressão de Schattschneider, do governo federal (Gómez Bruera, 2015). Conforme abordaremos ao longo da tese, as mudanças de estratégia política do PT causaram efeitos para a ação coletiva do movimento ambientalista.

A transformação do PT foi também abordada como exemplo de crise dos partidos políticos ou oligarquização desses, tal como sinalizou Michels (1962) há mais de um século. Para Michels, os partidos políticos estabelecidos – e as grandes organizações sociais – tendem a se tornar oligarquias, governadas por um pequeno núcleo que se distancia dos interesses da massa que deveria representar. Quanto maior o êxito alcançado pelo partido, mais difícil exercer democracia interna e representar devidamente as massas. O partido se distancia de suas bases.

Apesar da onda que entrelaçou partidos políticos e Estado de forma determinante, e ganhou espaço na literatura sobre organizações partidárias, na década de 1990 são também registradas pesquisas que complexificam a estrutura organizacional dos partidos e suas vinculações com diferentes atores da sociedade civil. Os partidos políticos, nessa linha, são concebidos principalmente como campos de atores heterogêneos e largamente variados que estão informalmente interconectados (Bernstein, 2005; Cohen et al., 2008; Scholzman, 2015).

Dentro dessa abordagem, partidos não são estruturados apenas por entidades que se organizam formalmente sob o rótulo partidário, mas incluem pessoas e organizações que trabalham de forma regular para promover e/ou moldar os interesses do partido, como grupo de ativistas, profissionais de campanha e consultores que, em alguns momentos, podem ser filiados ao partido, participando de sua estrutura formal, mas, em outros, serem apenas vinculados a candidatos, campanhas específicas, ao braço executivo ou legislativo do governo, a doadores, grupos de interesse associados ou não ao partido (Bernstein, 2005, Heaney et al, 2009) e a movimentos sociais (Schwartz, 2006; Heaney e Rojas, 2007; 2015). Heaney e Rojas (2015) consideram que, apesar de ter componentes organizados formalmente, a totalidade da organização partidária é muito mais informal do que formal, o que confronta abordagens clássicas da literatura sobre organização partidária²⁷.

Nessa abordagem, os atores que compõem o chamado setor informal dos partidos políticos são, em muitos casos, considerados tão essenciais aos partidos quanto o são seus filiados e oficiais internos (Schwartz, 1990; Bernstein, 2005). Os pesquisadores dessa área geralmente se referem ao elemento informal da organização partidária como “redes”, mas também foram utilizados termos como “*party network*” (Schwartz, 1990; 1994; 2006), “*party matrix*” (Monroe, 2001), “*expanded party*” (Bernstein, 1999) e “*party in the street*” (Heaney e Rojas, 2007, 2015).

Aqui, vale esclarecer que *party network*²⁸, ou melhor, partido em rede se refere à parte que está fora da considerada estrutura formal das organizações partidárias, mas, que, nem por isso, deixa de fazer parte da legenda e de interagir ativamente com sua face formal. Trata-se

²⁷ Ver, por exemplo, Duverger e Panebianco (1995).

²⁸ Masket (2004) assinalou que o termo rede ou *party network* deve ser utilizado apenas quando aplicado análise de redes para analisar a estrutura informal dos partidos políticos.

do que Bernstein (1999) chamou de partido expandido, a soma da estrutura formal e informal do partido. Isto é:

$\text{Partido formal} + \text{partido informal} = \text{partido expandido}$
--

A pesquisa sobre partido rede surgiu de uma avaliação dominante nos Estados Unidos, nos anos 1980, de que os partidos perderam espaço para novas formas de organização que se sobrepuseram às políticas partidárias, com destaque para: i) o Congresso Nacional americano, onde os políticos se tornaram agentes de reeleição e de formulação de políticas públicas autônomos em relação ao partido; e ii) as eleições, em que as campanhas passaram a ser centradas nos candidatos – que organizavam suas próprias campanhas para concorrerem primeiro às nomeações e então às eleições gerais. Houve quem observasse essa transformação com pessimismo e também com otimismo (Bernstein, 2005)²⁹.

Esses estudos recorreram à teoria organizacional, uma vez que os partidos são compreendidos como organizações, à teoria da escolha racional, colocando em destaque os interesses e preferências de grupos e indivíduos e a utilidade das relações desses com o partido ou com os nomeados e candidatos a eleições, e à metodologia de análise de redes para compreender a interação entre os diferentes agentes que rodeiam os indivíduos e grupos que compõem o que chamam de parte informal do partido.

O trabalho de Heaney e Rojas (2007; 2015), dentro dessa corrente, foi inovador ao propor, a partir da análise do movimento anti-guerra nos Estados Unidos, que movimentos sociais exercem papel significativo na estrutura partidária, compondo também a rede partidária e, portanto, sua parte informal. Eles foram igualmente inovadores ao quebrarem com a análise dominante da escolha racional e da teoria organizacional em estudos sobre a rede dos partidos e se propuseram a olhar as dinâmicas no nível micro, observando o comportamento dos indivíduos e considerando a força das múltiplas identidades que os

²⁹ Tais estudos, no geral, observaram os partidos no eleitorado, no legislativo e no governo, seguindo a definição de face pública estabelecida por Panebianco (1995).

ativistas políticos, tanto dos movimentos sociais como dos partidos políticos, trazem para as decisões das alianças entre partido e movimento³⁰.

Dentro dessa linha, eles propuseram o conceito “partido na rua” (*party in the street*): a intersecção entre movimento social e partido político composta por atores que desejam que partidos e movimentos trabalhem juntos, num modelo de estratégia interna-externa (*inside-outside*) que combina mobilização eleitoral e *lobby* com manifestações e ação direta (2015, p. 22)³¹. Os partidos vão, em sentido literal, para a rua apoiar movimentos sociais e os movimentos, por sua vez, trabalham como suporte das estratégias partidárias.

Em consonância com o conceito dos autores, o partido na rua é mais um fenômeno das bases do que do grupo de elite de um partido, constitui uma entidade política concreta, que se localiza entre o *mainstream* da organização e política partidária (partido político formal) e o movimento social radical. É útil como recurso para localizar o comportamento de um ator político em relação a partidos e a movimentos sociais, mesmo se esse ator não pertence determinantemente a uma categoria ou à outra.

Para os autores, partido político na rua e movimento social são compreendidos como redes organizadas e descentralizadas, são campos de atividade política guiados por objetivos políticos de certa forma semelhantes, mas que se distinguem pelos níveis de disposição em comprometer suas posições e preferências em função das táticas políticas – o partido na rua se apoia nas táticas de ativistas, apesar de que também reconhece o valor de trabalhar com instituições³². Os atores políticos que são mais orientados para o partido político ou para o movimento social podem entrar em conflito em relação a estratégias e objetivos de articulação política e isso pode gerar dilemas para o formato de interação entre esses atores.

³⁰ O trabalho deles se diferencia daqueles de Schwartz (2006) e de Scoholzman (2015) exatamente porque esses últimos analisaram movimentos sociais como organizações, estruturas macros que, em articulação com os partidos políticos, podem fundir em uma mesma entidade. Ademais, eles continuaram focando no nível macro de análise, tradição dessa linha de pesquisa. Vale destacar que estamos tratando de estudos que se encaixam na corrente analítica que utilizam o instrumental analítico e metodológico de partido em rede. Nesse sentido, eles são inovadores. Estudos empíricos que analisaram a participação de diferentes grupos na formação e atuação de partidos políticos, como aquele de Margaret Keck (1992) sobre a formação do PT no Brasil, sem a abordagem de partido rede não se encaixam nessa corrente.

³¹ Heaney e Rojas (2015) tomaram emprestado a conceitualização tripartite de Key, de partido como organização, partido no eleitorado e o partido no governo, para desenvolverem o conceito de partido na rua.

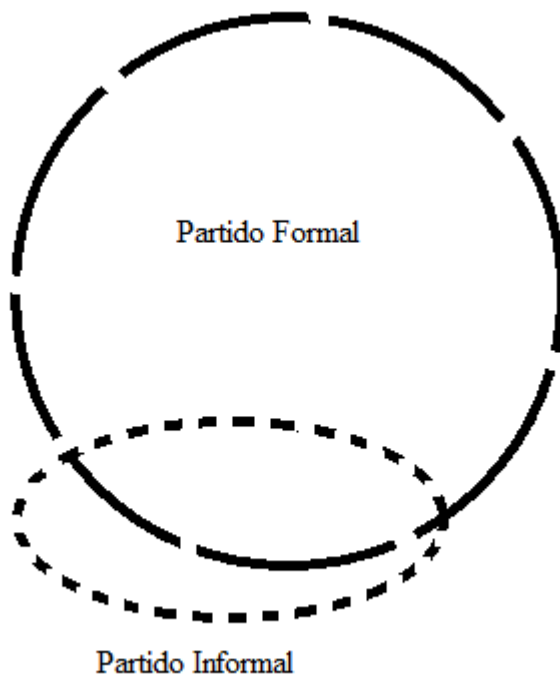
³² Para mais detalhes, ver Heaney e Rojas, 2015, p. 22.

Apesar da definição de partido na rua contemplar a interação entre partido e movimento de forma ampla e a valorizar aspectos simbólicos dessa interação entre as duas formas de ação política, o que vai ao encontro do nosso argumento, a compreensão de partido político elaborada nesta tese, que se baseia nas informações abstraídas dos dados empíricos observados na pesquisa de campo, é uma junção dos diferentes conceitos acima resenhados.

Entendemos por partido político a organização política composta por uma estrutura formal – que remete a questões de estratégia da organização partidária, de burocratização e de busca pelo poder; e outra informal – que dialoga, interage com diferentes atores e, por vezes, se posiciona na sociedade civil. É orientado pela busca de votos e de poder, possui identidade e estratégias próprias, em princípio renovadas a cada quatro anos em função das eleições, e possui estatuto e programa político aprovados pelos integrantes da organização. Essa organização tem uma face pública, que representa sua atuação nas arenas eleitoral, legislativa e eleitoral e, conforme conquista poder e espaço no Estado, tende a se vincular com maior intensidade às dinâmicas e estruturas estatais do que com a sociedade civil, tornando-se um partido cartel ou adquirindo perfil de partido anfíbio.

Um círculo com traçado não muito pontilhado pode descrever o conceito formal de organização partidária. Nele, é adicionado um outro círculo, menor e mais pontilhado, que significa a rede de relações da organização partidária, ou seja, sua parte informal, que se relaciona principalmente com atores da sociedade civil, com atores políticos diversos, dentre outros, sem que sejam filiados ao partido. Defendemos que a interação entre movimentos sociais e partidos políticos acontece, prioritariamente, no terreno do partido informal. Esse argumento será desenvolvido adiante.

Diagrama 2: Partidos políticos



1.3. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: evidenciando identidades e estratégias de cada um

Diferente dos pesquisadores que analisaram partidos políticos e movimentos sociais como organizações com possibilidade de fusão em uma mesma organização partidária (Schwartz, 2006; 2010; Masket, 2004; Scholzman, 2015; Corwell-Meyers, 2014), o posicionamento aqui defendido é que movimentos sociais e partidos políticos são entidades distintas, que constroem alianças e pontes em função de elementos simbólicos e/ou estratégicos. Os movimentos sociais são redes informais que podem incluir organizações, e partidos políticos são organizações que podem se conectar a redes. Mesmo os movimentos sociais que formam partidos políticos com forte e ampla aliança, a organização resultante dessa experiência - um movimento político, conforme destacou Kitschelt (2006) - para se tornar partido político requer alterações na sua dinâmica organizacional (Ibid.) e identitária (Rosenblum, 2008).

Para tratar dos partidos políticos formados por mobilizações de movimentos sociais, Kitschelt (2006) apresentou o conceito de partido de movimento (*movement party*), que significa “*coalitions of political activists who emanate from social movements and try to*

apply the organizational and strategic practices of social movements in the arena of party competition” (p. 280). A transição do partido de movimento para qualquer forma de partido puro envolve investimentos numa estrutura organizacional mais rígida de partido e em formas de agregação de interesses que demandam uma estrutura mais institucionalizada, característica que Kitschelt considerou insuficientes, ou até mesmo ausentes, no partido de movimento. Para ele, um partido de movimento não dispõe das mesmas características de um partido tradicional.

Os movimentos sociais são redes informais de organizações e indivíduos que compartilham identidade coletiva e táticas de ação coletiva que, em consonância com a literatura, são pouco comuns aos partidos políticos, organizações de natureza estritamente política que, no geral, se orientam pela busca de poder e de voto. Ambos são conjuntos descentralizados e distintos de organizações e indivíduos estrategicamente motivados. Em algumas situações, podem partilhar estratégias e reforçar a identidade um do outro, mas tanto as estratégias quanto a identidade dos movimentos e dos partidos são construídas em processos e com propósitos distintos (Heaney e Rojas, 2015), conforme apresentaremos na revisão de literatura adiante. Eles não são atores unificados nem homogêneos. Como é possível, então, para movimentos e partidos trabalharem juntos ou formarem alianças sob essas condições?

Schwartz (2006; 2010) defende que a busca por acesso a recursos é o principal elo das alianças e pontes construídas entre movimentos sociais e partidos políticos. Tais alianças estão suscetíveis a tensões e comportamentos oscilantes entre ambos os atores, e o fiel da balança são justamente os recursos políticos em jogo nas interações. Essa perspectiva é compartilhada por pesquisadores que lançam mão da teoria das organizações e da escolha racional para compreenderem os enlaces de partidos políticos com diferentes grupos da sociedade civil (Masket, 2004; Bernstein, 1999; 2005). Sobre as tensões entre ambos, Schwartz (2010, p. 603) assinala que:

Activists with roots in social movements keep each party in a state of tension as it tries to gain its own advantages from relations with social movements while protecting itself from domination by social movements that could lead to the exclusion of broader support. Schattschneider (1960) gave parties and their leaders a critical role in organizing and channeling the kinds of conflict or contention generated by social movements, an argument

reiterated from a very different theoretical perspective by Schofield and Miller (2007), who note the difficult balancing acts parties face when dealing with social movements.

Heaney e Rojas (2015) defendem que as múltiplas identidades de atores políticos que participam, ao mesmo tempo, de movimentos sociais e de partidos políticos influenciam a forma e a intensidade das interações nesses dois diferentes campos, conforme chamam ambos. Inspirados na proposta de afiliações grupais de Simmel³³, de que indivíduos pertencentes a grupos diferentes são portadores das identidades desses grupos, compreendem que ativistas políticos presentes nos dois campos constroem as pontes e alianças entre eles. Essa abordagem já foi trabalhada por Ann Mische em diferentes estudos nos quais defende que lideranças com dupla ou múltiplas identidades conectam grupos diferentes, exercendo o papel de *brokers*, e que, a depender do “público”, uma ou outra identidade irá se sobrepor (2001; 2008). Para Heaney e Rojas (2014; 2015), a identidade partidária sempre se sobrepõe à identidade coletiva dos movimentos sociais, porque a julgam mais forte e representativa de vários grupos sociais.

Nesta tese, observamos exatamente a situação oposta, de que os movimentos sociais, muitas vezes, podem manter lealdade à sua identidade de movimento social nas diferentes interações que estabelecem com partidos políticos. Consideramos que as identidades dos atores sociais e políticos são processuais, que se transformam à medida em que diversificam suas relações. Os movimentos sociais, ao se relacionarem com partidos políticos e assumirem que não são partidários, afirmando sua identidade coletiva, não significa que suas identidades não são transformadas nessa relação, mas que, para eles, é importante manter a diferenciação de sua origem social, de sua identidade social em relação à identidade partidária.

Ao analisar as literaturas sobre formação da identidade coletiva dos movimentos sociais e da identidade partidária, observamos poucos pontos em comum e vários pontos distintos entre elas e afirmações de que são processos diferentes que não se fundem, conforme defende Rosenblum (2008). Todavia, em alguns momentos, elementos identitários podem aproximar representantes de movimentos sociais a partidos políticos, e vice-versa, mas, por

³³ Para Simmel, o indivíduo pode ter associações simultâneas a diferentes grupos sociais. A posição social do indivíduo é determinada pelos grupos que se cruzam em sua pessoa em virtude da sua afiliação a eles (Simmel, 1955, p. 150).

uma mudança na estratégia de atuação, esses mesmos elementos identitários podem se tornar opostos, conforme abordaremos, especialmente, nos capítulos 2, 3 e 4 desta tese³⁴.

Defendemos que há aspectos simbólicos e estratégicos que aproximam movimentos sociais e partidos políticos que não se encaixam na conta dos interesses imediatos, nas preferências eleitorais ou nos recursos que cada um dispõe, conforme estabeleceu Schwartz (2006; 2010), mas em identidades e estratégias partilhadas que podem ser ativadas pelas múltiplas identidades encontradas nos representantes que fazem parte, ao mesmo tempo, de movimentos sociais e de partidos políticos, conforme defenderam Heaney e Rjas (2015), mesmo que a partilha dessas identidades e estratégias sejam situacionais e pontuais, e que partido e movimento assumam uma distinção clara entre eles. A formação de partidos políticos por representantes de movimentos sociais também desafia a dicotomia das identidades coletiva e partidária. Nas subseções seguintes, apresentaremos como a literatura de movimentos sociais e partidos políticos abordam a formação da identidade e da estratégia de ambos.

1.3.1 Identidade e estratégia coletivas³⁵

A identidade coletiva dos movimentos sociais, em geral, está relacionada a como os atores sociais formam uma coletividade e se reconhecem como sendo parte dela, como sustentam essa coletividade ao longo do tempo, como se diferem de outros atores e em como a ação em coletividade faz sentido para os participantes de um movimento social.

Para Melucci (1996), identidade coletiva é um processo recorrente de ativação das relações que vinculam os atores sociais e nas quais indivíduos partilham orientações e o campo de oportunidades e ameaças onde a ação coletiva acontece (p. 70). Concebida como

³⁴ No capítulo 2, discutiremos como a proposta de luta política do PT, partido que se formou durante a década de 1980 com a participação de vários movimentos sociais foi importante para aproximar ambientalistas que se identificavam com a forma petista de luta política. Nos capítulos 3 e 4, quando o PT assumiu a chefia do governo federal e que vários ambientalistas, vindos do movimento, assumiram cargos políticos neste governo, eles fizeram questão de diferenciarem sua identidade e sua distinção em relação ao PT. Afirmavam que eram os representantes do movimento ambientalista no governo e que trabalhavam para Marina Silva e não para o governo. Marina Silva era Ministra do Meio Ambiente e se consolidava tanto como liderança social como liderança partidária.

³⁵ A identidade dos movimentos sociais e dos partidos políticos são coletivas. Porém, na literatura de movimentos sociais, sua identidade é abordada como coletiva e, na literatura sobre partidos políticos, a abordagem é identidade partidária. Seguiremos essa orientação.

um processo, a identidade coletiva está associada a redes de relações ativas entre atores que interagem, se comunicam, influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões (Ibid.). Com isso, as formas organizacionais e os modelos de liderança dos grupos sociais, que definem identidade coletiva, são partes constitutivas e também resultados da influência das relações em rede.

Valorizando igualmente o aspecto relacional da identidade coletiva, Tilly (2005) argumenta que identidades residem na relação com os outros, os indivíduos e grupos terão tantas identidades quantas forem as relações e laços sociais que construírem com outros indivíduos e grupos e, conforme mudem suas relações sociais, mudam igualmente suas identidades. Melucci (1996), todavia, defende que a identidade coletiva nunca é inteiramente negociável, porque a participação na ação coletiva está dotada de significados para os indivíduos e para o grupo. O processo de construção da identidade requer certo grau de investimento emocional, o que habilita os indivíduos a se sentirem parte de uma mesma unidade e relutarem em relação a certas mudanças. Essa elaboração demonstra um dilema constante para os movimentos sociais e para a ação coletiva. Fazer escolhas estratégicas é, portanto, importante e significativa para resolver os impasses, mas também podem gerar e alimentar novas tensões e dilemas.

Ao discorrer sobre os dilemas que envolvem as identidades coletivas dos movimentos sociais, Ann Mische (2008) apura a compreensão de Tilly e Melucci ao afirmar que o processo de construção e transformação de identidade coletiva repousa nas redes relacionais dos atores sociais que se ligam pelas histórias e projetos a eles associados. Isto é, nem a construção de identidade nem as relações ocorrem no abstrato, elas estão baseadas em filiações organizacionais, posições institucionais e associações culturais para acontecerem. Assim como assinalou Tilly (2005), Mische defende que a identidade dos atores sociais envolva representação de diferentes alinhamentos e fronteiras, bem como orientações em relação a possível ação futura, o que ela chama de projetos.

Os projetos são um horizonte de possibilidades mais ou menos aberto, estruturado culturalmente por meio de narrativas existentes e implicam orientação, missão, vocação, num engajamento autoconsciente de um futuro mutável (Mische, 2001, p. 139). Em função da natureza intersubjetiva das relações humanas, o processo de formação de projetos envolve a

capacidade de interpretar e coordenar a ação de um ator de acordo com os motivos e projetos de outros atores.

A noção de projeto está vinculada a uma construção futura, à projetividade. Todavia, essa noção não ignora tempo passado nem presente. É por meio da avaliação de ações passadas, com a ocorrência e contingência de eventos do presente, que se projeta ações para mudar situações num futuro de longo, médio ou curto prazo, para o qual a elaboração de narrativas se constitui como veículo, na perspectiva de Mische. A projetividade é uma das dimensões da agência³⁶ e está culturalmente inserida no que as pessoas elaboram, narram e articulam, de forma a influenciar seu grau de liberdade e manobra em relação a estruturas existentes (Mische e Emirbayer, 1998).

Quando os indivíduos mudam de um ambiente organizacional para outro, os alinhamentos que tinham com determinado grupo se transformam ao longo do tempo, afetando as identidades coletivas dos atores sociais que passam a ser múltiplas e cambiantes. Nesse aspecto, Mische (2008) argumenta que a identidade múltipla dos agentes impõe uma série de desafios aos movimentos sociais, tais como: quais identidades representam e quais projetos defendem? Qual identidade ou projeto deve se sobrepor ao outro? Como se comunicar nas diferentes audiências?

O que ela chama de projeto tem um efeito importante para a identidade coletiva. Conforme os indivíduos e grupos elaboram suas ações futuras, com os projetos, em função da resignificação que fazem de experiências passadas e da interpretação de contextos, favoráveis ou não à ação coletiva no presente, eles redefinem estrategicamente a ação e, portanto, as relações sociais e a identidade coletiva. Melucci (1996) também reconhece a importância dos projetos para a ação coletiva, mas ele os coloca em serviço da identidade, os projetos se transformam de acordo com os processos de construção da identidade social. Utilizaremos a ideia de projetos considerando a elaboração de Mische, mas, com a defesa de

³⁶ As outras dimensões são interativa e prática avaliativa. A projetividade está situada na intersecção crítica entre a dimensão interativa e a prática avaliativa. Para Mische e Emirbayer (1994, p. 984), “it involves a first step toward reflectivity, as the response of a desirous imagination to problems that cannot satisfactorily be resolved by the taken-for-granted habits of thought and action that characterize the background structure of the social world”.

que projetos influenciam identidades e estas influenciam os projetos. Como trabalhamos identidade associada a estratégias, é importante dedicar uma reflexão sobre esse assunto.

McGarry e Jasper (2015) argumentam que identidade coletiva oferece tanto benefícios como riscos e sugerem estudá-la abordando seus dilemas. Conforme alegam, ela é politicamente necessária como símbolo para recrutar pessoas e estimular oponentes, mas também ficcional, pois nem todo membro se adequa ou aceita a identidade coletiva da mesma forma e grau, impondo variados dilemas ao grupo (p.6), como o de criar fraturas na identidade coletiva. O enquadramento na abordagem desse tema é importante e, ao que se mostra, variado. Portanto, vale o esforço de esclarecer nossa compreensão de identidade coletiva: ela é uma variável útil de análise; preenche de tensões que criam fraturas ou subgrupos de identidade; é processual e se transforma nas relações com os outros, inclusive com outros grupos políticos e sociais; é, portanto, cambiante.

Nesta tese, seguimos a orientação exposta por Jasper em diferentes trabalhos (1997; 2004; 2014) - também reforçada por autores da teoria social, como Mische (2008)³⁷, autores da teoria dos campos, como Fligsten (2001)³⁸, e da sociologia organizacional, como Friedland e Alford (1991)³⁹ - de que estratégia está em forte associação com elementos simbólicos, como a identidade assumida pelos grupos. Essa ligação é balizada pelos valores do grupo, experiências, ideologia e cultura que direcionam os ativistas para as estratégias que lhes são familiares, de acordo com valores individuais e identidades coletivas (Jasper, 1997; 2014). Ocorre, dessa forma, sintonia de estratégias com elementos simbólicos.

Melucci (1996) já sinalizara com o argumento de que a identidade coletiva é um processo que envolve definições cognitivas concernentes aos fins, meios e ao campo de ação coletiva. As definições cognitivas, assim, sempre permitirão algum tipo de cálculo entre

³⁷ Mische argumenta que foi um erro separar analiticamente identidade de estratégia para atender agendas de pesquisa que, na década de 1980, buscavam diferentes justificativas teórico-metodológicas para justificar a ação dos movimentos sociais. Ela se refere especificamente ao clássico texto de Jean Cohen (1985).

³⁸ Para Fligsten, os indivíduos podem ser, ao mesmo tempo, orientados por elementos de identidade coletiva e por força das estratégias a perseguirem. O autor trata das habilidades sociais que são habilidades de mediar entre diferentes concepções de identidade e interesse no sentido de gerar consenso num campo complexo.

³⁹ Os autores surgem a ligação entre aspectos materiais e simbólicos quando afirmam que “Individual participation in various social relation should be analyzed not only in terms of the material interests that operation of the institutions serves, but in terms of the symbolic meaningfulness of that participation” (1991, p. 250). E se inspiram no trabalho de Lyn Hunt sobre a revolução francesa que considera “that the new symbolic behaviors of the revolution were not simply the means of power, but their ends” (p. 250-51).

meios e fins, orientando as estratégias e táticas adotadas por um grupo, o que vale para movimentos sociais e partidos políticos. Portanto, partimos do princípio de que estratégias estão associadas diretamente com elementos simbólicos, como identidade.

Pesquisadores sobre movimentos sociais identificaram que identidade, emoção, ideologia, poder e estruturas de mobilização, dentre outros fatores estruturais e culturais, exercem influência direta sobre o desenvolvimento e implementação de estratégia (Maney et al., 2012). Há uma diversidade de ênfases dirigidas ao estudo de estratégias dos movimentos sociais, mas, para Maney et al., que tentam construir uma ponte entre os diferentes conceitos e abordagens sobre o assunto, estratégia pode ser definida como um plano de ação coletiva direcionado a cumprir objetivos em um contexto particular (2012, p. xvii). O posicionamento que utilizamos, para os efeitos deste trabalho, é a influência da identidade coletiva na definição das estratégias dos movimentos sociais e vice-versa.

Elementos simbólicos, como a identidade coletiva dos grupos, direcionam os ativistas para as estratégias que são familiares a eles, de acordo com seus valores (Jasper, 1997; 2004). Melucci (1996) assinalou que os elementos cognitivos, inerentes ao processo de construção de identidade coletiva, balizam as escolhas de estratégias e táticas dos movimentos sociais. As opções estratégicas, dessa forma, podem refletir o que os movimentos sociais acreditam, do que eles gostam e quem eles são.

De acordo com Poletta e Jasper (2001, p. 284), se as pessoas de movimentos sociais se decidem por participar motivadas pelo que são, as formas de protesto que escolhem são influenciadas pela identidade coletiva. Portanto, para os autores, o cálculo instrumental, quando necessário, depende das identidades coletivas que estão largamente associadas com estratégias particulares, táticas, formas organizacionais e lógicas deliberativas. As escolhas estratégicas podem ser, nessa abordagem, declarações sobre identidade. Por outro lado, conforme assinalam os autores, os ativistas podem definir suas identidades em função da situação estratégica. Se representam seu grupo a uma audiência pública, podem se mostrar mais unificados e homogêneos do que se mostrariam numa reunião de colegas ativistas. Nesse sentido, suas identidades podem ser situacionais.

Na tentativa de construir uma definição abrangente para estratégias dos movimentos sociais, Rossi (2015) assinala que elas estão fortemente relacionadas com repertórios de

confronto dos movimentos sociais e com a acumulação de legados históricos, que compreendem, em certa medida, elementos cognitivos. O autor elabora o conceito de repertório de estratégias (*repertoire of strategies*)⁴⁰ como “*a historically constrained set of available options for non-teleological strategic action in public, semi-public (evolving across specific groups), or private arenas*” (p. 22); e de estoque de legados (*stock of legacies*) como (p. 31):

(...) the concatenation of past struggles, which, through the sedimentation of what is lived and perceived to be lived as well as what is intentionally learned, produces an accumulation of experience that adds or eliminates specific strategies from the repertoire of strategies as both a self-conscious and oblivious process.

O estoque de legados delimita a percepção do ator da disponibilidade de estratégias em seu repertório, baseado na acumulação de participação em eventos e experiências e num processo intencional de aprendizagem que construirá o estoque de legados. Na percepção de Rossi, escolhas estratégicas são o resultado de um conjunto historicamente sintetizado de opções disponíveis e concatenadas. Nesse sentido, um ator coletivo cria repertórios a partir da avaliação de estratégias passadas, em função das quais opta por considerá-las, readaptá-las ou rejeitá-las de maneira consciente ou não (Rossi, 2015, p. 32).

Se observarmos com atenção o conceito de repertório de estratégias e de estoque de legados, associado ao entendimento de que identidades e estratégias dos atores sociais são entrelaçadas, podemos propor uma assimilação de estratégias com projetos. Os projetos, horizonte de possibilidades que implicam orientação e engajamento autoconsciente e coordenação da ação coletiva, baseiam-se na concatenação, para usar o termo de Rossi, de experiências passadas e presentes que vão orientar as ações futuras, que podem adicionar ou eliminar estratégias específicas em função do acúmulo de experiências, conforme supõe o conceito de estoque de legados.

O conceito de projeto construído por Mische e Emirbayer é mais amplo e complexo do que o de estratégia, de repertório de estratégias ou de estoque de legados, baseia-se fortemente em elementos culturais. Porém, essa aproximação pode nos servir para compreender que, quando considerarmos identidade coletiva como elemento relevante na

⁴⁰ Ele desenvolve essa definição a partir do conceito de repertório de contenção, de Charles Tilly, e informa que repertórios de contenção e repertórios de estratégias estão intimamente relacionados (Rossi, 2015, p. 23).

definição de projetos, podemos evocar também a estratégia,. Uma vez que estratégias têm implicações para identidades, também terão para os projetos e vice-versa. Os projetos, para Mische, estão baseados fortemente nas narrativas dos atores sociais. Nós não operacionalizamos o conceito de narrativas, mas, em seu lugar, evidenciamos o elemento identidade como o elo que aproxima os atores sociais em defesa de projetos.

Ao propor uma abordagem social de estratégia, Jasper (2004) assinala que “escolhas estratégicas são feitas dentro de um complexo conjunto de contextos culturais e institucionais que moldam os jogadores, as opções percebidas, as escolhas feitas entre eles e os resultados” (p. 5). Meyer e Staggenborg (2008; 2012) endossam essa complexidade e acrescentam que estratégia⁴¹ envolve processos de tomada de decisão nas interações com movimentos de oposição, autoridades e outros atores do campo multiorganizacional do movimento (2008, p. 213). Tal como identidade coletiva, a escolha de estratégias depende do processo relacional. Os autores identificam três elementos chave de estratégia que podem ser observados nos movimentos sociais e que mudam de acordo com as interações, quais sejam: arenas, táticas e demandas⁴².

Entendemos, então, que estratégia pode ser um plano de ação, baseado num repertório de estratégias construído em função de um estoque de legados e de interações diversas entre atores do grupo e outros atores das redes do movimento. A estratégia é influenciada por contextos culturais e simbólicos, como a identidade coletiva, e reflete o que os movimentos sociais são. Com essas características, pode constituir elemento dos projetos dos movimentos sociais. A estratégia, por sua vez, é composta de três elementos – arenas, táticas e demandas - que mudam de acordo com as interações dos movimentos sociais.

Exploraremos especialmente os elementos arenas e demandas e os observaremos como partes dos projetos dos movimentos. Como nesta tese se trabalha as interações entre

⁴¹ A teoria dos jogos é considerada uma das mais importantes correntes analíticas a abordar questões de estratégia de forma direta e consistente, mas algumas críticas repousam sobre sua capacidade. Ela foca num conjunto estreito de jogos com claros desfechos e payoffs, bem como em jogadores coerentes e capazes de ordenar suas preferências, quando a maioria dos sociólogos estão interessados numa variação maior de fatores culturais e institucionais (Jasper, 2004, p. 4).

⁴² Arenas: os movimentos selecionam arenas para ação coletiva, eles também mudam de arenas, níveis ou alvos em função de como são acolhidos nessas arenas ou de oposição à sua ação. Táticas: são os meios específicos de implementar estratégias e compreendem as formas de ação coletiva adotadas pelos movimentos. Demandas: os movimentos fazem escolhas estratégicas sobre as demandas ou reclamações a fazerem, são sempre enquadradas e direcionadas a um alvo (Meyer e Staggenborg, 2008, p. 213-214)

movimentos sociais e partidos políticos e a articulação e migração dos primeiros para o sistema político, por intermédio dos partidos, as arenas de atuação dos movimentos sociais que serão observadas são as mesmas arenas de atuação dos partidos políticos – legislativo, governo e eleições. Ademais, estaremos também atentas à articulação movimentalista e partidária dentro de suas redes e organização, respectivamente, ou nas ações de protesto que lutam juntos ou em oposição.

Antes de finalizar esta subseção, é importante fazer uma distinção importante entre estratégia e tática, que muito é discutida na literatura de movimentos sociais. Seguindo a orientação de Rossi, estratégia é o plano de como vencer uma luta (a guerra), enquanto tática representa os meios e o plano para vencer uma única campanha (uma batalha). Tática envolve os subobjetivos do movimento, numa escala menor, enquanto estratégia é sobre como um movimento alcança seus objetivos, numa perspectiva mais ampla e de maior prazo⁴³. Como assinalam Meyer e Staggenborg (2008; 2012), tática é um elemento da estratégia.

1.3.2 Identidade e estratégia partidárias

Quando se trata de identidade partidária, tem-se à mão um leque de diferentes enquadramentos que podem se referir desde à ideologia da organização partidária até à capacidade de eleitores se identificarem com a imagem externa de determinados partidos políticos.. De acordo com Rosenblum (2008, p. 336), identidade partidária se refere a “*an individual voter’s avowed affiliation with a political party and has both cognitive and affective elements. It is a matter of personal identification, not legal status or membership (...)*”. A identidade partidária, nesse contexto, se estabelecerá por elementos simbólicos do eleitor com a organização partidária.

Para Janda et al. (1995), a identidade de um partido político é definida como a imagem que os cidadãos trazem à mente quando pensam sobre determinado partido. Os autores assinalam que os partidos políticos desenvolvem sua identidade através das diferentes faces que apresentam para o público: a identidade pode ser moldada pelos líderes e apoiadores do partido quando estão no governo; pode ser formada pela sua face organizacional - se são

⁴³ Essa diferenciação apresentada por Rossi é retirada da obra de Nepstad e Vinthagen (2012, p. 282, n. 1). Ver Rossi (2015, p. 16).

descentralizados e disciplinados ou desorganizados e fragmentados; e pelas posições que tomam relativas a questões políticas, ou *issues*.

Uma vez que as lideranças, apoiadores, organizações partidárias e políticas/*issues* mudam ao longo do tempo, os partidos políticos exibirão diferentes identidades. Eles podem ter certo controle ao moldar sua imagem, influenciando a forma como os eleitores os identificam, ou podem não ter controle nenhum, quando da ocorrência de casos de corrupção e de escândalos que maculam sua face pública e organizacional (Ibid., p. 172). A identidade partidária é, nessa perspectiva, estabelecida de fora para dentro, diferente daquela construída pelos movimentos sociais, predominantemente de dentro para fora⁴⁴. Nessa dinâmica de formação da identidade identitária pelos eleitores de um partido, parece também não ser relevante a questão de pertencimento, fundamental na discussão sobre movimentos sociais. A identidade, na literatura sobre movimentos sociais, é construída por elementos que ligam as pessoas, que produzem senso de pertencimento, de grupo.

Panebianco (1995), ao olhar para a organização partidária, argumenta que a ideologia – manifesta ou latente – do partido é o que alimenta as lealdades dos seus membros por meio da distribuição de incentivos de pertencimento e de solidariedade: os *incentivos coletivos de identidade* e os *incentivos seletivos*. O primeiro incentivo é administrado de forma igual a todos os membros, ao passo que o segundo, que pode ser *material* e de *status*, é distribuído de forma desigual a alguns membros do partido. Conforme explica, os *incentivos seletivos materiais* podem ser a distribuição de cargos e salários e os *incentivos seletivos de status* são representados pela distribuição de recursos e posições de poder, geralmente dentro da estrutura estatal. Os partidos necessitam das duas formas de incentivos – de *identidade e seletivos* - que devem estar em equilíbrio na organização partidária. Panebianco aborda principalmente a identidade daqueles filiados à organização solidária e não de seus eleitores, como o fizeram Janda et al. (1995).

A identidade partidária é alimentada, prioritariamente, pela ideologia, que também demarca o território político do partido: “uma reserva sobre a qual o partido estabelece seus direitos e que contribui para definir sua identidade organizativa externa, perante outras

⁴⁴ Vale destacar que a identidade coletiva de um movimento social depende também, de acordo com a maioria das análises, do reconhecimento de grupos externos a ele, de distinguir entre nós e eles e ser reconhecido em suas características por esse “eles” (Melucci, 1996; Mische, 1997; Poletta e Jasper, 2001, dentre outros)

instituições e o eleitorado, e para reforçar sua identidade interna (...)” (Ribeiro, 2008, p. 45). Aqui se encontra um aspecto de diferenciação da identidade partidária em relação à identidade coletiva. Para Poletta e Jasper (2001), a identidade coletiva não se estabelece por ideologia puramente, porquanto uma de suas características é que os membros do grupo, no geral, carregam consigo sentimentos positivos pelos seus pares, algo que a identificação por ideologia não necessariamente promove. Mas essa discussão é campo de disputa, como o é o argumento de que os processos de formação das identidades coletiva e partidária são distintos.

Interpretando o trabalho de Panebianco, Ribeiro explica que a ideologia terá credibilidade apenas se for expressa, por meios práticos e imediatos, em uma linha política que apresenta os esforços empregados para a consecução dos objetivos ideológicos. A linha política, centro simbólico da identidade partidária, “estabelece a atuação tática do partido, em termos de alianças políticas e sociais, posição frente ao governo (apoio ou oposição), posicionamento em relação a temas permanentes etc.” (Ibid.) e, dessa maneira, define a identidade externa e reforça sua contraparte interna ao partido.

Distintos grupos da elite do partido possuem sua própria e concorrente linha política, por meio da qual distribuirão incentivos àqueles que os apoiam. As elites competem entre si pelo controle da linha política predominante. Dá-se, internamente ao partido, competições e distintos jogos de poder vinculados a interesses e preferências. Dentro dessa dinâmica, o elemento simbólico do partido, a ideologia, é mantida em função da distribuição de incentivos relativos a elementos simbólicos, mas especialmente a elementos materiais e de poder.

Dessa forma, a identidade da organização partidária é construída, em boa parte, em função dos interesses de poder⁴⁵ - elemento já sinalizado por Schattschneider (1964; 1960), para quem a competição política ajuda a promover os alinhamentos e divisões sociais e políticas com coerência e relevância. Ela é calçada em disputas internas, que alcançam atores

⁴⁵ Ribeiro (2008, p. 47) explica que: “Como os partidos socialistas e social-democratas integravam camadas populares e operárias, e de classe média-baixa, seus militantes possuíam poucas fontes alternativas de identidade, sociabilidade, emprego, status, ascensão social etc., o que tornava a carreira no aparato burocrático altamente atrativa. Daí a tendência à passividade e deferência em relação à direção, que se convertia em oligarquia”.

externos ao partido, e se mostra fraturada pela competição das linhas políticas. Já que as linhas são o centro simbólico da identidade partidária e estabelecem a atuação tática do partido, no processo de competição, a identidade partidária pode sucumbir às necessidades táticas dos concorrentes em busca de poder. Observamos um forte enlace entre identidade e estratégia, mas o elemento estratégico parece ter preponderância nos cálculos partidários, enquanto, para os movimentos sociais, como visto na última subseção, essa equação pode ser mais equilibrada (Boggs, 1986; Kitschelt, 1990; 2006; Poguntke, 2001; Heaney e Rojas, 2015).

Sobre estratégia e identidade partidária, seguimos a orientação já exposta neste capítulo de que ambas estão imbricadas. Ainda que desenvolvamos essa observação a partir da literatura de movimentos sociais - e expomos trabalhos na área da teoria de campos e da teoria organizacional que defendem esse argumento -, Panebianco e Ribeiro sinalizam que essa relação é também factível para o estudo sobre partidos políticos.

A literatura que evoca as estratégias dos partidos políticos parece se basear fortemente na dinâmica da competição que ocorre no mercado eleitoral (Schattschneider, 1960; Mair, 1997; Hug, 2001; Meguid, 2005) para definir a escolha de estratégias pelos partidos políticos. Schattschneider (1960) aborda que estratégias e táticas são estabelecidas em função do mercado eleitoral e de um sistema de pressão sobre as políticas partidárias, ou melhor, em função de “*whose game we play*” (p. 48) para converter apoio de qualquer grupo em votos. As estratégias, nesse sentido, estão direcionadas para a conquista de votos e de poder.

As estratégias partidárias também são desenhadas em função do posicionamento dos partidos políticos no sistema partidário e eleitoral. Ao estudarem a formação de novos partidos políticos, caso que nos interessa neste trabalho, Meguid (2005) e Hug (2001) se preocuparam com a aderência e espaço que os novos partidos conquistarão no sistema eleitoral. Meguid observa que, em razão da pressão do sistema eleitoral, as estratégias dos novos partidos serão guiadas pelas estratégias daqueles partidos já estabelecidos no sistema político, com mais poder e capacidade de assumir governos, que são orientados por votos. Os novos partidos seguirão a estratégia de buscarem assimilação com os partidos estabelecidos ou se distinguirão deles, caminhando para um desalinhamento político. Hug aborda o surgimento de novos partidos políticos como um desafio ao sistema partidário

vigente, não apenas pela possibilidade de desequilibrar ou não a distribuição de votos, mas pelas mudanças que podem causar no sistema eleitoral, em diferentes aspectos.

De acordo com Mair (1997), a existência de um mercado eleitoral pode ser visto como uma necessária, se não suficiente, condição para a competição partidária. A competição ocorre porque os partidos disputam espaço, para além da arena eleitoral, nas arenas legislativa e governamental. Suas estratégias para obterem sucesso nessas arenas dependerá de um conjunto de fatores organizacionais dos próprios partidos e institucionais do sistema eleitoral e partidário que irão reger os comportamentos partidários.

Cohen e seus colegas (Cohen, Karol, Noel, and Zaller 2008) asseveram que partidos são estruturas para coalizões de atores promoverem seus próprios interesses e suas estratégias estão a serviço desses interesses. Nessa lógica, para Heaney e Rojas (2015), partidos e movimentos trabalham bem juntos quando eles servem as necessidades instrumentais de cada um e defendem que

The divergent perspectives of movement and partisan actors are often coupled with strong preferences over which tactics should be deployed to achieve political goals (Jasper 1997, pp. 229– 50; Snow and Soule 2009, pp. 171– 2). Partisans tend to prefer more institutional tactics, such as voting and lobbying (Heaney and Rojas 2007). Movement actors tend to prefer more confrontational tactics, such as public demonstrations and direct action (Fitzgerald and Rodgers 2000). Of course, some leaders and activists see value in both institutional and confrontational tactics. When they weigh the trade-offs of partisan and movement approaches, they conclude that both are needed to force the changes that they want in the world. These movement partisans try to use the institutional power of political parties to advance the goals of the movement and attempt to harness the grassroots energy of social movements to promote the electoral success of the party. (Heaney e Rojas, 2015, p. 21)

O que observamos a partir dessa pequena resenha sobre estratégia partidária é que ela é normalmente guiada pela dinâmica do mercado eleitoral – se esse é aberto ou fechado, se restrito ou expansivo, se é grande ou pequeno (Mair, 1997), dentre outras características –, pela realização de interesses e pela conquista de votos, poder, espaço político no sistema eleitoral e no governo. A ideologia do partido, conforme estabeleceu Panebianco, também pode ser elemento importante para a estratégia partidária e, de acordo com Mair (Ibid.), as políticas de identidade terão influência sobre o grau de abertura de um mercado eleitoral, bem como sobre as estratégias partidárias. Portanto, identidades/ideologia exercem

influência sobre as estratégias partidárias que são estabelecidas geralmente em função de uma estrutura de competição eleitoral.

1.3.3. Identidade coletiva *versus* identidade partidária?

Quando a análise da identidade partidária está direcionada para os atores sociais que se tornam partidários de alguma legenda, a questão de interesses e preferências individuais também é uma tônica. Rosenblum (2008) argumenta que há obstáculos para compreender o fenômeno do partidarismo (*partisan politics*) como identidade (*identity politics*) quando a distinção é baseada entre grupos de identidade, de um lado, e grupos de interesse e *advocacy*, do outro. Para ela, se partidarismo é apenas o alinhamento da preferência dos eleitores com o partido, e se proximidade ideológica ao partido é vista como atalho para interesses, então, partidarismo é reduzível a interesses (Ibid., p. 343). Em contraste, Rosenblum considera que grupos de identidade não são definidos por objetivos instrumentais, mas pelos interesses politicamente relevantes e largamente partilhados pelo grupo em função de suas experiências. O ponto em questão para a autora é que identidade social não é reduzível a interesses. Ela propõe, todavia, um paralelo entre partidarismo, ou identidade partidária, e identidade ou identidade social.

A autora usa o termo *identity politics* com o mesmo significado de identidade social, a ver: “ ‘*Identity politics*’ (...) begins with mutual identification of people around recognizable social attributes—usually ethnicity, race, or the catch-all ‘culture’ ” (Rosenblum, 2008, p. 343). A compreensão de identidade social, portanto, está associada a grupos sociais específicos ou a uma cultura generalizada. Aqui, é importante fazer um esclarecimento. Os conceitos de identidade social e de identidade coletiva podem ser muito próximos, até mesmo confundidos. Identidade social, em geral, envolve sentimentos de pertencimento a grupos específicos, como étnicos, geracionais etc. Identidade coletiva, conceito aplicado ao estudo dos movimentos sociais, envolve sentimentos como solidariedade, partilha e também pertencimento, mas não se refere apenas a coletividades específicas, como no caso da identidade social, ele parece ser mais amplo. Por isso, adotamos identidade social e identidade coletiva como conceitos muito próximos e complementares. Para mais esclarecimento sobre o assunto, ver Naujorks e Silva (2016).

Para Rosenblum, os marcadores da identidade social podem ser positivos ou negativos, autodesignados ou impostos pelo meio externo e o grupo pode se aparentar como superior ou estigmatizado. Ela argumenta que partidarismo é um tipo de identidade distinta da identidade social e apresenta, como exemplo, o caso de um partido que se constituiu com forte vínculo a um grupo social cristão, mas, que, ao longo do tempo, seguiu a propensão natural de saltar da identidade religiosa para a identidade política, enfraquecendo sua expressão cristã. Dessa forma, a identidade social nem sempre é automaticamente traduzível em identidade política, muito menos a partidarismo (Ibid., p. 345).

Partidarismo é, portanto, uma forma de identidade política não reduzível à identidade de um grupo social anteriormente formado⁴⁶ e vai além da identidade social, a ver:

None of this undermines partisanship as identity politics in a register different from other social identities and as something more than their immediate political expression. My way into partisanship may begin with “my own sort of person” in social terms, but the transitional steps from social identity group to partisan political identity involve loosening, eclipsing, or transformation of this prior identity for political purposes. Understanding partisanship as epiphenomenal, an instrumental association in political service of some other social identity, may describe some activists focused on specific policy goals, but it is unfaithful to a common personal experience of partisanship (Rosenblum, 2008, p. 346/7, grifo meu)

O partidarismo, no sentido proposto acima, altera a experiência dos atores partidários que também guardam identidade com diferentes grupos sociais. Rosenblum (2008) afirma que o partidarismo transcende esses grupos e, para muitos, tem o caráter e a força de identidade política original e autossustentada, independente da identidade social. Ela esclarece que focar exclusivamente na origem social dos partidos deturpa a natureza do partidarismo, ou de identidade partidária, sua relativa autonomia ao que concerne os grupos sociais que se identificam com partidos (p. 347). Algo que se apreende da elaboração de Rosenblum é que as múltiplas identidades sociais dos integrantes de um partido serão preteridas em função da identidade partidária. Aqueles mais vinculados a movimentos sociais, por exemplo, teriam dificuldades para defender a identidade social e coletiva do movimento social, caso entrasse em atrito com a identidade partidária que, conforme vimos, está muito baseada em interesses de poder.

⁴⁶ Isso é oposto à tradição ortodoxa que considera que indivíduos se tornam partidários por conta de sua vinculação a algum grupo social, religioso ou cultural.

Rosenblum descreve, com essa elaboração, a diferença na natureza e na escala da identidade social - ou identidade coletiva - da identidade partidária. Lembrando que consideramos identidade social e identidade coletiva conceitos próximos e complementares, como posto acima. Conforme abordamos nas últimas subseções, há pontos essenciais de distinção entre identidade social/coletiva e identidade partidária, bem como entre estratégia dos movimentos sociais e dos partidos políticos. Identidade coletiva envolve emoção e definições cognitivas, é um processo de ativação das relações que vinculam os atores sociais, pode ser baseada por posições estruturais, mas que nunca são automaticamente traduzidas em identidades, requer esforços para se tornar identidade coletiva. A identidade de um grupo pode ser fraturada, tal como a do partido político, e os grupos terão tantas identidades quantas forem as relações sociais que construírem. Mas, de acordo com Melucci (1996), a identidade coletiva nunca é inteiramente negociável, como pode ocorrer com a identidade partidária, conforme extraímos do trabalho de Panebianco.,

A identidade partidária pode ser baseada em imagens que os cidadãos possuem dos partidos sem pressupor graus de pertencimento, quando não são filiados ao partido. Ela envolve, prioritariamente, a identidade pessoal, ao passo que a identidade coletiva nunca é reduzível ao nível do indivíduo e não é um agregado de identidades individuais (Poletta e Jasper, 2001). O centro simbólico mais importante da identidade partidária é a ideologia (Panebianco, 1995), mas esta, para os atores sociais, não assegura a formação de identidade coletiva, pois, de acordo com Poletta e Jasper (2001, p. 298), *“collective identity is not the same as common ideological commitment”*.

Uma forma considerável de manter a identidade partidária é por meio dos incentivos seletivos. O mesmo acontece para a identidade coletiva dos movimentos sociais, mas, no caso dos partidos, esses incentivos são fortemente materiais e se estabelecem muito por interesses. De acordo com a literatura, a identidade partidária implica em cálculo racional para avaliar escolhas balizadas pelos interesses em jogo, diferente do processo de formação da identidade coletiva cujos elementos simbólicos, como pertencimento, reconhecimento e identificação, costumam ser predominantes. Identidade coletiva influencia e sofre influências de interesses, identidades e incentivos, mas, conforme posto, o aspecto simbólico está mais presente do que na identidade partidária.

Retomando o conceito de partido-movimento (*movement-party*) de Cowell-Meyers (2014), movimentos sociais que se transformam em partidos políticos, a autora chama nossa atenção para o processo de partidos políticos formados a partir de critérios de identidade social, como o partido Coalizão das Mulheres da Irlanda do Norte, formado por representantes do movimento feminista deste país. Nesse caso, a interação entre movimento social e partido político - que atuou por muitos anos no parlamento irlandês, ainda que de forma marginal – se deu fortemente por questões de identidade. A autora argumenta que a formação do partido foi uma tática de confronto utilizada pelo movimento social feminista que otimizou consideravelmente o debate político sobre questões levantadas pelos movimentos sociais. Ela avalia movimento e partido numa relação muito imbricada, sem a diferenciação pontuada por Rosenblum (2008).

Outros exemplos citados por Cowell-Meyers são os partidos verdes na Europa, os quais, por meio de ação baseada em participação democrática, inclusão e deliberação alteraram as formas de representação política do sistema partidário em alguns países e atraíram um conjunto de movimentos sociais, para além daqueles que formaram esses partidos, formando partidos-movimentos. Ao longo da década de 1980, na Alemanha, o movimento ambientalista fez uma manobra política que se consagrou como um marco das relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Trata-se da formação do Partido Verde, em 1979, que, já em 1983, conseguiu votos suficientes para posicionar ativistas no parlamento alemão e promover representação política para os movimentos pós-materialistas que se desenvolveram durante a década de 1970 (Boggs, 1986).

A partir do momento em que foram catapultados para a política institucional, os Verdes passaram a adotar uma estratégia dupla que envolvia, simultaneamente, desenvolver o partido e o movimento, as políticas eleitorais e as lutas sociais, a reforma legislativa e as ações de protesto (Ibid., p. 177). A nova ideologia política que pregavam permitia aos Verdes a liberdade de caminharem em “duas pernas”: uma no campo institucional e outra na sociedade. Isso era estratégico e indispensável para resistir, por exemplo, a pressões relativas à absorção institucional. Mas, para tanto, a perna no movimento deveria estar bem fincada e mais sólida do que a outra no mundo institucional. Naquele momento, os Verdes significavam a convergência entre partido e movimentos que sugeria uma larga redefinição

da política, um aprofundamento da democracia que propunha participação ampla dos movimentos sociais na política. Nesse processo, a política eleitoral foi componente de um conjunto mais amplo de atividades e projetos dos ambientalistas e não um fim em si mesmo, como explica Boggs (1986).

A identidade do movimento social, todavia, é muito valorizada por Boggs, pois considera que é ela que permite a criação de partidos políticos. O autor também se preocupa em destacar a importância para o partido em ter sua identidade consolidada e bem definida para poder adentrar a corruptível esfera política. O partido pode se perder nas relações com outras agremiações ou com os novos interesses que surgem no interior do sistema político e, com isso, afetar a dinâmica dos movimentos sociais que representa.

Poguntke (1992; 2001) demonstrou o quanto adentrar o sistema político transformou a ideologia e a organização dos Verdes na Alemanha, no sentido de que suas práticas políticas assumiram padrões da política institucionalizada, inclusive com reorientação das ações dos movimentos sociais que os apoiavam. Com esses estudos empíricos, Poguntke demonstrou o que, mais adiante, Rosenblum (2008) argumentaria sobre como a experiência partidária transforma a identidade coletiva dos movimentos sociais que formam partidos políticos ou que se aproximam deles. A questão de as identidades coletiva e partidária serem opostas é, portanto, campo de disputa e se operacionaliza empiricamente de formas diferentes. Cowell-Meyers (2014) identificou que essa relação é muito pouco explorada pelas literaturas de movimentos sociais e de partidos políticos. Em algumas situações, essas identidades podem ser partilhadas, em outras, podem ser opostas, conforme demonstraremos nesta tese com o caso de um grupo de ambientalistas e sua relação com o PT.

Sobre estratégias de movimentos sociais e de partidos políticos, observamos que, para os últimos, as estratégias estão inseridas dentro de arenas políticas em que a competição e a disputa por votos e por espaço político estabelecem as regras do jogo. Ao contrário, as estratégias dos movimentos sociais geralmente são elaboradas em função de um estoque de repertórios partilhado, de orientação instrumental e também suscetíveis à influência do contexto, mas que são elaboradas mais por características internas aos movimentos em comparação com as estratégias partidárias. Quando partidos e movimentos se sobrepõem em

suas atividades, as identidades e estratégias, que definem seus projetos e comportamentos, podem se chocar pelas diferenças em suas naturezas.

1.3.4. Identidades e interação entre movimentos sociais e partidos políticos

As interações entre movimentos sociais e partidos políticos, que passam a atuar em parceria nas arenas institucionais públicas, demandam indivíduos com habilidades desenvolvidas para serem ouvidos, reconhecidos pelos seus pares e apoiados para fazerem os trânsitos ambientais e os discursos estratégicos e convenientes nos diferentes ambientes e situações em que se encontram, habilidades que Mische (2008) considera próprias de liderança. O papel desempenhado por lideranças sociais, na perspectiva dessa estudiosa dos movimentos sociais, envolve conectar mundos, grupos, identidades e projetos distintos por meio dos diferentes lugares, ou públicos, em que esses agentes se encontram. É, portanto, um importante elemento de análise⁴⁷.

Ao que tange aos múltiplos lugares em que os atores e líderes se localizam, especialmente quando ocorre o fenômeno da coevolução de movimento social e de partido político, Heaney e Rojas (2015) chamam atenção para o fato de que, ao interagirem por razões diversas, especialmente pelo comportamento de ativistas políticos que atuam nos dois campos ou que defendem as bandeiras tanto de partidos como de movimentos sociais, em diferentes momentos, os atores demonstram como operam as múltiplas identidades. Nos casos de coevolução e de dupla ou múltiplas identidades, conforme argumentam, as lógicas de desenvolvimento dos partidos dependem, em parte, das suas respostas às estratégias dos movimentos sociais. Da mesma forma, as lógicas de desenvolvimento dos movimentos sociais dependem, em parte, das oportunidades abertas e fechadas para eles pelos partidos políticos (p. 27).

Por meio da coevolução, há um retorno entre partidos e movimentos que os autores afirmam criar *path dependence*. Quando as identidades desses ativistas múltiplos entram em choque, uma vez que partido e movimento possuem identidades e estratégias distintas, os autores defendem que a identidade do partido político é a que prevalece, na mesma lógica

⁴⁷ Ela se inspira no conceito de ação grupal de Simmel (1955). Ver nota nº 19.

elaborada por Rosenblum (2008)⁴⁸. Será que é sempre assim? A identidade do partido sempre prevalecerá em qualquer situação? No modelo apresentado pelos autores, essa sobreposição faz sentido porque estão analisando pontos de intersecção das duas identidades e o indivíduo que pertence a esses dois grupos.

Todavia, nos casos em que os movimentos sociais fazem alianças com partidos, mas se mantêm leais à sua identidade, a partilha de identidades comuns pode ser fraca, a sobreposição pode acontecer apenas em momentos específicos. Ademais, esse comportamento pode oscilar ao longo do tempo. Num dado momento, a identidade/estratégia de um pode fortalecer as do outro, como no caso da coevolução de ambos, mas em outro momento, os conflitos podem se sobrepor às parcerias. Os casos em que os movimentos sociais criam alianças com os partidos políticos e atuam nas arenas institucionais com sua parceria política podem ser um recurso estratégico, ou porque ambos defendem momentaneamente uma mesma *issue*, ou percebem algum nicho de identificação entre movimento e partido, ou mesmo podem se dar por outros motivos, como a formação de um partido político por movimento social. Dessa forma, como pode acontecer e se sustentar a interação com partidos políticos para além da busca de acesso a recursos? Essa pergunta se desdobra em outra: quais elementos podem assegurar ou romper a interação desses dois grupos?

Na literatura, a aproximação entre movimentos sociais e partidos políticos pode ocorrer por interesses, por busca de acesso a recursos, como defendeu Schwartz (2006; 2010), por identidades partilhadas e em função de temas e momentos específicos (Mische, 2008; Heaney e Rojas, 2015), pela formação de partidos políticos por movimentos sociais (Cowell-Meyers, 2014) ou pode se dar a partir da imagem que representantes de movimentos sociais criam dos partidos políticos em função da atuação de seus líderes, por características organizacionais e pelas posições que assumem relativas a questões políticas. Esses podem ser apenas aspectos de identificação dos partidos que, ao longo do tempo, exibirão diferentes identidades, conforme assinalaram Janda et al. (1995). Nessas diferentes situações, o papel de um líder forte, que concentra em torno de si tanto a legitimidade de liderança por parte

⁴⁸ Eles desenvolvem a lógica de que os partidos políticos possuem identidades mais fortes que as de movimentos sociais e uma das razões para isso é que a identidade partidária é renovada de 4 em 4 anos, a cada momento eleitoral. Outro motivo é que o campo partidário é mais sólido e formal que o campo movimentalista.

dos movimentos sociais como por parte de seus pares nos partidos políticos pode ser o elo entre ambas entidades e o definidor do formato dessas relações.

Nesta pesquisa, vamos focar o papel do líder, do *broker*, que liga grupos diferentes. No nosso caso, os ambientalistas, que foram para as arenas políticas a fim de defender e promover seus projetos políticos, e que, mesmo se relacionando com atores de diferentes institucionalidades, buscaram manter alguma lealdade às suas origens e identidades, processo também que teve oscilações durante o período analisado. Quando, no interior das instituições públicas, com o partido que apoiavam na chefia do governo, perceberam a complexidade das dinâmicas, disputas de linhas (identidades) e de estratégias partidárias, pularam do barco partidário, mas mantiveram um vínculo forte com uma liderança partidária, que os inseriu mais ainda nas arenas partidárias. Portanto, lideranças desenvolvem um importante papel nessa relação entre movimentos sociais e partidos políticos.

1.4. Lideranças (*broker* entre identidades)

Ao explicar que a linha política dos partidos - centro simbólico da identidade partidária e que estabelece sua atuação tática - está sempre em disputa pelas diferentes elites, que também criam suas próprias linhas políticas, Panebianco (1995) revela uma organização partidária internamente fraturada, de distintos grupos que se esforçam para ser predominantes ou para assumir controle sobre a identidade predominante do partido. O termo elites pode ser traduzido para lideranças partidárias, as quais se relacionarão em maior ou menor grau com atores da sociedade civil. Para o caso analisado nesta tese, interessa-nos especificamente os vínculos com movimentos sociais.

Lideranças partidárias com fortes vínculos com movimentos sociais podem se destacar tanto na estrutura partidária, por conseguirem mobilizar sua rede de apoio social que transfere força e legitimidade para a linha política que defende no interior do partido, junto com sua base partidária; como com os movimentos sociais, por construírem benefícios recíprocos crescentes e, internamente ao partido, por conseguirem defender uma agenda vinda da sociedade civil, ou que com ela compartilha, e aprovar projetos de interesse dos

movimentos sociais. Dessa forma, tornam-se lideranças sociopartidárias, com influência no partido político e nos movimentos sociais.

O contrário também pode acontecer, o líder sociopartidário lutar pelas bandeiras dos movimentos sociais e isso ser mal recebido pelos membros do partido, por aproximar ou confundir a identidade partidária com a de movimentos sociais (Heaney e Rojas, 2015). Ainda, lideranças sociais podem entrar em atrito com lideranças sociopartidárias por seu comportamento e formas de defender as posições movimentalistas que não reconhecem como próprias de movimentos sociais. Nas diferentes formas de interações, principalmente quando há resultados positivos, as lideranças sociopartidárias constroem relações de confiança com seus apoiadores na sociedade e podem decidir, em caso de sobreposição e confronto de identidades, se se mantêm fiéis ao partido ou ao movimento ou mesmo agirem estrategicamente mediando demandas e preferências.

No caso analisado por Heaney e Rojas (2007; 2015), eles demonstram a intermediação de diferentes lideranças sociais e políticas que se mobilizavam contra a política de guerras do governo estadunidense, em especial Barack Obama, e que levaram o Partido Democrata para a rua, o que chamaram de *party in the street*. Aqui, nós focaremos no movimento contrário, a articulação com a ida de lideranças de movimento social, de atores com identidade construída no campo social, para as arenas institucionais por intermediação de uma forte liderança sociopartidária, a fim de avançar seus projetos. Mas não deixaremos de considerar também a importância e a complexidade do partido na rua e a ação de atores sociais que preferiram atuar apenas no campo da sociedade civil.

O papel de liderança sociopartidária, portanto, será fundamental para analisar as interações entre movimentos sociais e partidos políticos, pois, além das identidades coletivas e estratégias que aproximam ou separam esses distintos grupos, o líder que faz a mediação das interações entre eles pode definir a intensidade e o formato das interações, uma vez que assume ou defende de forma categórica os projetos de um ou de outro. Para Melucci (1996), o fundamento da liderança repousa nas relações sociais, nos tipos das relações, porquanto liderança é uma forma de interação, em que cada ator ou parte envolvida faz investimentos específicos: “*as long as the leader pursues the goals of the group and satisfies the expectations of its members s/he can rely on them for support and loyalty*” (p. 333). Nessa

relação de confiança, o líder sociopartidário pode traçar estratégias que contemplem ambos os projetos conjuntamente, aproximando ainda mais movimento social e partido político, estabelecendo e fortalecendo trocas entre suas bases e a liderança.

Ao conceber que a construção da liderança está baseada nas relações sociais, Melucci apresenta críticas às correntes que se fiam na liderança carismática, que valorizam as qualidades do líder e a dependência de seus seguidores, como se a massa fosse um agregado amorfo de indivíduos irracionais organizados pelo líder. Para o autor, nessa leitura, é retirado da massa criticidade e o poder de agência social. Contudo, não há dúvidas de que formas de lideranças carismáticas são frequentes, especialmente no mundo político-partidário. Nesse sentido, Melucci propõe uma teoria de liderança carismática baseada em relações sociais que aborda a liderança carismática como um tipo particular de troca entre as duas partes (líder e base) para uma relação. Assim, liderança carismática é “*a specific type of exchange in which predominates, with respect to other dimensions, affective identification with the extraordinary qualities of the leader and the enhancement of the followers’ individual and collective identity*” (p. 337). Esse formato de liderança está baseado, portanto, em elementos de identidade coletiva.

Segundo Melucci, a identificação é um dos cinco tipos de poder que concedem legitimidade ao líder, isto é, o critério fundamental que governa as trocas entre o líder e sua base de apoio e o fundamento do poder do líder. Esses tipos de poder são: poder de recompensa; poder de coerção; poder de conformidade; poder de identificação; e poder de competência. Para nós, interessa especificamente os poderes de recompensa, de identificação e de competência, que legitimam a relação entre ambientalistas e Marina Silva.

O poder de recompensa é baseado no reconhecimento de que o líder está apto a fornecer benefícios aos membros e ajudá-los a obter as vantagens que buscam. Esse reconhecimento envolve estabelecer relações contratuais e formas de negociação entre o líder e sua base. O poder de identificação é baseado na identificação dos membros com o líder, no respeito e aceitação que ele goza, e na gratificação emocional que ele proporciona. A capacidade do líder de fornecer símbolos de identificação e de reforçar a identidade coletiva é de grande importância, uma vez que, dessa forma, o líder também reforça a estrutura psicológica dos membros individuais (Melucci, 1996, p. 341). O poder de competência

significa o reconhecimento dos talentos específicos do líder com respeito aos objetivos do grupo. Sucessos ou falhas ao alcançar os objetivos são o maior ponto de referência ao avaliar a efetividade do líder⁴⁹.

Melucci considera as lideranças como combustíveis para o processo de mobilização e ação coletiva dos movimentos sociais. São responsáveis por promover os objetivos, as estratégias e táticas para a mobilização, por prover os meios da ação, manter e reforçar a identidade e mobilizar o apoio da base. Tornar-se um líder, defende Melucci, requer a internalização dos valores e normas do grupo, além de representar e defender esses arranjos normativos (p. 342). Percebe-se, com essa pequena resenha, que o líder assume um papel de defesa dos projetos dos movimentos sociais, que contêm e reforçam suas identidades, repertórios, demandas, estratégias, planos de atividade. Ao defender os projetos e obter sucesso em sua jornada, sua base legitima os poderes de recompensa, identificação e competência do líder. Se considerarmos que uma liderança sociopartidária transita em mundos diferentes, social e partidário, ela terá a capacidade de aproximar ou de distanciar diferentes atores, a depender do poder de reconhecimento de suas ações em assegurar sucesso na realização dos objetivos de suas bases.

As lideranças em movimentos sociais, para Ann Mische (2001, p. 138), sinalizam um caráter de mediação que pode operar em vários níveis, quais sejam: entre os recrutas e a organização do movimento social; entre a organização e seus aliados; entre alvos e públicos; e também entre as múltiplas organizações que o líder possa pertencer. Inspirada pela releitura que Breiger fez da proposta Simmeliana sobre a dualidade dos grupos, ela considera que *“persons are carriers of the various groups they belong to, just as groups are the carriers of their individual members”* (Ibid. p. 141), e complementa essa assertiva com o argumento de que os líderes trazem com eles, para uma dada posição de liderança, tudo dos outros grupos ou projetos com os quais estão associados. Isso pode ser implícito ou explícito. O que está em jogo, para a autora, é que em adição a ser líder de um dado grupo, um ativista é também a conjunção de todos seus compromissos assumidos fora desse grupo, como no caso de múltipla identidade, fenômeno que deve ser equilibrado e coordenado de alguma forma.

⁴⁹ Para Melucci, “[t]he legitimization of the leader is always founded on multiple factors, and as exchange relations widen in scope, the leader can replace resources that are in short supply or no longer legitimate” (1996, p. 341).

Todavia, conforme Diani (2003b) chamou atenção, a dinâmica de conectar grupos diferentes pode não estar associada apenas a papéis de liderança, mas de *brokerage*. Para o autor, um *broker* pode ser definido como um ator conectando outros atores que não estão relacionados uns com os outros, que não estão se comunicando por causa de alguma barreira social ou política, mais do que apenas a mera ausência de oportunidades práticas (p. 107). Ele diferencia o papel de liderança, que pode ser o papel de centralidade de um ator ou grupo numa rede social, ao de *brokerage*. Um *broker* não necessariamente é um líder, e vice-versa, e Diani organiza alguns elementos que estabelecem essa diferença em função do papel exercido pelos atores e grupos na rede, bem como seus recursos e outras características importantes. Não é do nosso interesse, nem cabe a esta pesquisa, esmiuçar a rede entre ambientalistas e petistas ou outros partidários, mas, de identificar os indivíduos que estabelecem um papel de liderança e também de *brokerage*, portanto, esses conceitos nos são importantes⁵⁰.

O líder, então, terá a responsabilidade de, numa dinâmica relacional com suas bases, organizar, propor e defender projetos – compostos de identidades, estratégias, planos de ação, repertórios, estoques de legados –, conquistando legitimidade de sua base que reconhece as recompensas garantidas pelo papel exercido pelo líder, base que se identifica com suas ações e com os símbolos que evoca e percebe a realização dos seus objetivos. O líder sociopartidário exerce o papel de *broker* no que diz respeito a conectar grupos diferentes, no nosso caso, movimentos sociais e partidos políticos, além de assumir características de liderança carismática, comum no mundo partidário, em especial na defesa de ideologias. Nesse sentido, a defesa de projetos, com a legitimidade que alcança ao defendê-los – poder de recompensa, identidade e efetividade –, pode ser um mecanismo de análise da interação do líder sociopartidário com suas bases e de aproximação entre movimentos sociais e partidos políticos.

O conceito de líder sociopartidário, que se destaca no exercício do papel de liderança tanto na organização partidária como com movimentos sociais e pode ter desempenho crucial na intensidade das interações entre movimento social e partido político e definir suas formas relacionais, é a contribuição que trazemos à teoria que analisa e relaciona atores sociais e

⁵⁰ Para um debate mais atualizado sobre *brokerage*, ver Gurza Lavallo e von Bülow (2015).

políticos. É importante observar que, para exercer o papel de liderança, os mecanismos que ativam e legitimam esse papel devem estar ativos entre líder e liderados para ambos os campos, social e político, para ter efeito. Eles são ativados em função da defesa de projetos dos liderados pela líder.

Para o caso analisado, Marina Silva, liderança partidária e também de diferentes movimentos sociais, em especial dos ambientalistas, conecta com habilidade grupos distintos dentro e fora do sistema político e exerce de forma inquestionável papel de centralidade na conexão dos diferentes grupos e também na formulação de projetos, bandeiras nas diferentes arenas por onde transita, conforme será demonstrado nos próximos capítulos. Ela é, nesta tese, líder e *broker* de grande parte dos ambientalistas e das linhas políticas partidárias que valorizam os elementos socioambiental, sustentabilidade e o da nova política⁵¹.

No movimento ambientalista e nos partidos políticos, há constelações de lideranças com diferentes papéis, mas Marina Silva assumiu uma centralidade relevante de representação política para grande parte dos ambientalistas e para uma corrente partidária. A partir dessa observação, possibilitada pela pesquisa empírica e pelo aprofundamento na teoria pertinente ao assunto das interações entre movimentos sociais e partidos políticos, coletamos instrumental para a elaboração do mapa de terreno de ação apresentado neste trabalho.

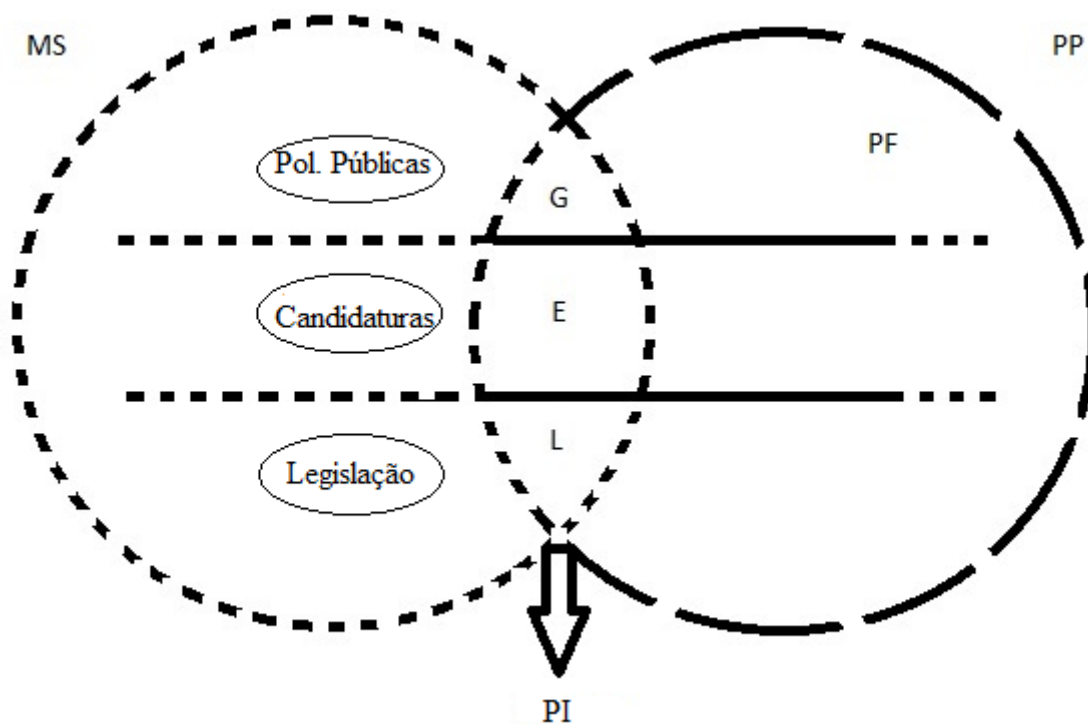
1.5. Mapa do terreno de ação

O mapa de terreno de ação é proposto para auxiliar a visualização da sobreposição de ações entre movimento social e partido político nas arenas partidárias, da localização da líder nas arenas partidárias e a relação com os liderados em dois sentidos: i) o deslocamento dos liderados nas diferentes arenas, que pode acontecer em função do posicionamento da líder; e ii) o trânsito da líder em função de garantir a execução dos projetos de sua base, portanto, provocado pelos liderados. Ao defender os projetos, a líder ativar os poderes que legitimam

⁵¹ Vale a pena trazer para o texto observações de Melucci (1996) e Diani (2003b) em torno do papel da liderança: numa perspectiva relacional para essa questão, Melucci sugere que papéis de liderança não precisam implicar controle sobre uma organização unificada ou reconhecimento de carisma de seus seguidores. Eles podem resultar da localização de certos atores no centro de troca de recursos práticos e simbólicos entre organizações de movimentos sociais e, assumimos aqui, entre movimentos sociais e partidos políticos.

sua liderança e fortalecerá a relação de confiança com os liderados. Considerando uma líder sociopartidária, que representa movimentos sociais e partido político, a defesa do projeto de um e/ou do outro pode afetar o grau e a intensidade da interação entre movimento social e partido. Portanto, o mapa é um recurso visual que auxilia a acompanhar os deslocamentos nas arenas partidárias de líder e de liderados.

Diagrama 3: Mapa do terreno de ação da interação entre movimentos sociais e partidos políticos



Nesse mapa, MS é movimento social; PP é partido político; PF é partido formal; PI significa partido informal; G, governo; E, eleições; e L significa legislativo.

Conforme descrito anteriormente, os movimentos sociais são redes informais de indivíduos e organizações engajados em processos sociais, que envolvem relações de conflito e de parceria com atores e instituições sociais e políticas, partilham identidade coletiva, estratégias, projetos e implicam solidariedade. São representados na forma circular à esquerda do leitor, cujo traçado é pontilhado para reforçar a característica de rede que se conecta com o ambiente e com diferentes atores e organizações sociais e políticas. Os indivíduos e grupos interagem dentro do círculo dos movimentos sociais, e com seu diversificado ambiente, influenciados pelas arenas políticas (representadas pelas linhas

pontilhadas sobre a forma circular), com os partidos políticos e atores que trabalham para os partidos nas arenas políticas, e ainda com oficiais e políticos da organização partidária.

Partidos políticos são organizações políticas compostas por uma estrutura formal – que remete a questões de estratégia e organização partidária, de burocratização e busca de poder - e informal – que dialoga, interage com diferentes atores e, por vezes, se posiciona na sociedade civil. São orientados pela busca de votos, possui identidade e estratégia próprias e atuam nas arenas governamental, eleitoral e legislativa, a chamada face pública do partido, para fazer oposição à sua face organizacional⁵². Estão representados pela forma circular à direita do leitor, cujo traçado é semi-pontilhado, para expressar que a organização partidária se relaciona com o meio ambiente, porém com menor fluidez de como o fazem os movimentos sociais.

As linhas horizontais são as fronteiras de divisão entre as arenas e também significam a influência que tais arenas exercem sobre movimentos sociais e partidos políticos. Em relação aos movimentos, as linhas são pontilhadas porque a influência nem sempre é imperativa, pois os atores sociais podem escolher se interagem ou se atuam nas arenas partidárias. Já em relação aos partidos políticos, as linhas são contínuas por representar um imperativo, pois as arenas partidárias indubitavelmente influenciarão a atuação dos partidos políticos. Os três pontos ao final da linha sobre a organização partidária têm sentido de reticência, de continuidade da influência.

Reforçamos nesta tese a atuação política dos movimentos sociais que articulam, transitam e atuam no interior do sistema político, com foco nas arenas legislativa, eleitoral e governamental, para onde direcionam seus projetos e onde atuam. Os partidos políticos, por meio de seus líderes, são pontes para os movimentos sociais atuarem e entrarem nessas arenas, portanto, a parte em que as formas circulares se sobrepõem é nosso ponto crucial de análise. O formato criado pela sobreposição tem o traçado pontilhado para ambas as direções dos círculos porque informa que a união entre partidos e movimentos possibilita que atores sociais transitem nas arenas políticas, mas também alcancem a estrutura formal dos partidos,

⁵² Ver Katz e Mair, 1995.

como também as lideranças e atores políticos irão transitar nas arenas políticas, encontrando os movimentos sociais e podem se direcionar para as estruturas dos movimentos sociais.

O encontro dos movimentos sociais com os partidos políticos ocorre pela estrutura informal dos partidos políticos. O partido informal (PI) diz respeito às interações da organização partidária com atores e organizações da sociedade civil, que não são filiados ao partido político, e que podem assumir formas variadas. O PI pode ser considerado o partido na rua, conforme Heaney e Rojas (2007; 2015) defenderam. No nosso caso, a sobreposição acontece nas arenas políticas – legislativo, eleições e governo -, pois os atores sociais são influenciados por essas arenas e atuam dentro delas. Mas, nem por isso, deixa de contemplar o significado de partido na rua, pois, conforme o partido se aproxima dos movimentos sociais, ele se abre para e apoia ações dos movimentos sociais, que podem ser protestos que ocorrem, por exemplo, nas ou direcionados para as arenas eleitoral, governamental ou legislativa.

O partido informal é crucial na nossa análise. Ele representa o terreno onde ocorre a sobreposição entre os movimentos sociais, que migram para as arenas partidárias com o objetivo de influenciar o sistema político, e os partidos políticos. Conforme resenhado, as literaturas sobre ambos os analisam prioritariamente como objetos distintos e separados, especialmente ao que se refere às suas identidades. Mas, argumentamos que essa separação é, por vezes, equivocada e representa mais um campo em disputa do que uma separação concreta.

As identidades e estratégias dos movimentos sociais e dos partidos políticos são elementos importantes para decretar a proporção da interação entre ambos. Os partidos e movimentos podem vir a partilhar elementos identitários ou de estratégia, em situação de coevolução, por exemplo, mas, para cada um, o processo de construção da identidade e da estratégia pode ser distinto entre si e se manter por mecanismos específicos que não são, geralmente, partilhados entre ambos.

Um líder com forte expressão no partido político do qual é membro e no movimento social ao qual pertence pode definir a proporção da interação entre ambos, que pode ocorrer em função da legitimidade que alcança de suas bases – poder de recompensa, de identificação e de efetividade – ao defender seus projetos. Lembrando, mais uma vez, que nesta tese os projetos são compostos por uma ação de projetividade, por plano de ação, identidades,

estoques de legados, estratégias, enfim, elementos que ligam os indivíduos e o líder à base de apoio, que podem produzir os poderes de legitimidade. Essa liderança poderá ter trânsito fluido dentro do partido político, dentro do movimento social e, sendo uma liderança forte e importante, poderá transitar dentro das diferentes arenas políticas, defendendo os projetos do movimento social, do partido político ou tentando conciliá-los, quando possível.

Ao transitar nas arenas, a líder sociopartidária defenderá os projetos das bases que lhe concedem legitimidade. Seu posicionamento frente a essas arenas é fundamental para compreendermos se dá prioridade à defesa do projeto social ou partidário ou se concilia ambos. Na defesa dos projetos, supomos que o líder fortalecerá a identidade com sua base, bem como os elos de ligação entre eles. O posicionamento do líder também pode distanciá-lo ou aproximá-lo do grupo social ou do grupo partidário, portanto, acompanhar o seu trânsito e seus posicionamentos é de fundamental importância para o mapa que apresentamos.

Esse mapa não é estático, ele é dinâmico e se move conforme a sobreposição de atividades engendradas pelo movimento social e pelo partido e a arena em que atuam. Em momentos em que o partido está no governo, a liderança também pode se posicionar na arena governamental e defender os projetos do movimento social de dentro desse lugar, direcionando a relação entre partido político e movimento com maior foco para essa arena, em que a estratégia principal será de parceria entre movimento social e partido político para elaboração e implementação de políticas públicas. Se o momento é eleitoral, o compartilhamento de elementos simbólicos e estratégicos - traduzidos pelos projetos - entre ambos e fomentado pela liderança pode levar à concentração da articulação para a arena política eleitoral, com apoio a candidaturas e maior interação entre partido e movimento nessa arena. O mesmo pode ocorrer na arena legislativa, onde a estratégia principal será de influenciar a legislação. Mas, no geral, espera-se que a articulação aconteça nas três arenas ao mesmo tempo, com momentos de destaque para uma ou para outra.

Após a análise apresentada nos capítulos empíricos, verificaremos, pela estratégia e pelo projeto predominantes do movimento social, em qual arena sua ação se inseriu ou para qual se direcionou. Observaremos o posicionamento da líder, verificando se é compatível com a arena de maior atividade do movimento social. Esse mapa ajuda a visualizar a sobreposição da interação entre movimento social e partido político e em qual arena ela se

concentra, fortalecendo nosso argumento de que movimentos sociais migram ou se direcionam para as arenas partidárias quando seu projeto é influenciar o sistema político e de que lideranças sociopartidárias podem exercer papel fundamental nesse processo.

Parte 1:

Arena Legislativa

2. De onde começamos e como nos formamos

2.1. Introdução

A proposta que apresentamos neste capítulo é contextualizar a formação do movimento ambientalista no Brasil e a consolidação do ambientalismo como um campo específico onde se movem diferentes interesses sociais e políticos, construído de forma bastante heterogênea. Defendemos que, em sua estruturação, o movimento construiu relações com atores e instituições políticas, estabelecendo redes de ativismo entre sistema político e sociedade. Ao longo do processo de constituição do movimento, os ambientalistas se associaram à esquerda política, constituindo diferentes tipos de vínculos também com partidos políticos. Essas interações revelaram um caráter de multi-engajamento do movimento na defesa de seus projetos, demandas e interesses e como sua rede de interação é ampla, abrangendo diferentes campos.

Os trabalhos nesse campo não são numerosos, ao contrário, concentram-se em poucos estudos. Conforme Alonso et al. (2007) argumentaram, a mudança da chave analítica dos novos movimentos sociais, com suas pautas pós-materialistas, para uma análise da sociedade civil e da esfera pública, que foca no associativismo e na participação da sociedade civil em espaços deliberativos, diminuiu o fluxo de pesquisa sobre movimentos sociais nos anos de 1990⁵³. Nesse sentido, a produção de análises sobre o movimento ambientalista, claramente pós-materialista, e sua relação com o sistema político não é vasta.

A principal referência é o livro *Greening Brazil: Environmental activism in State and society*, de Kathryn Hochstetler e Margaret Keck (2007). Ele traz uma análise rica e minuciosa da formação e consolidação do ambientalismo no Brasil, tanto na sociedade quanto nas instituições públicas, pondo em destaque o caráter poroso das fronteiras entre sistema político e sociedade civil nessa área desde o surgimento do movimento ambientalista.

⁵³ Para mais informação sobre as mudanças analíticas no Brasil e na América Latina, ver Dagnino (2002) e Dagnino et al. (2006).

Outros trabalhos que tangenciam essa temática observaram as mudanças na ação coletiva na área ambiental em função das oportunidades políticas criadas pelo contexto. Mas, alguns autores, como Hochstetler e Keck (2007) e Alonso et al. (2007) não deixaram de olhar para aspectos simbólicos da constituição do movimento ambientalista. A ligação entre dimensões estratégicas e simbólicas parece necessária na análise de um movimento que surge e se estrutura com forte interação com o contexto político, impulsionado pelo período de transição do regime autoritário para o democrático, quando há uma efervescência de participação política no país.

Os autores trabalharam o ambientalismo em três correntes, ou, como chamaram Alonso et al. (2007), *frames*, quais sejam: conservacionista, preservacionista e socioambientalista. No conservacionismo, a natureza é vista como mundo selvagem e a interferência nela deve seguir uma lógica técnica, restritiva aos cientistas (Diani, 1992). O preservacionismo, de caráter totalmente protetor, propõe a criação de santuários para proteger a natureza das interferências do progresso (Tavoralo, 2001). No socioambientalismo, típico do Brasil, o problema ambiental passa das ciências naturais para as humanas (Alonso et al. 2007) e incorpora o aspecto social como fator relevante da causa ambiental. Para os últimos autores, “o fato de um ou outro ganhar ascendência em cada uma das fases de formação do movimento ambientalista brasileiro dependeu dos itens sob debate na agenda pública e da habilidade dos ativistas de vinculá-los às diferentes estruturas de oportunidades políticas” (Ibid. p. 157).

Neste capítulo, pretendemos não somente apresentar essa literatura, mas também mostrar como o movimento ambientalista se conectou desde os anos 1980 ao Partido dos Trabalhadores (PT), algo pouco discutido por outros autores, porém fundamental para entender os processos de interação entre movimento ambientalista e PT nos anos 2000. Essa conexão é também importante para compreender o surgimento de Marina Silva como liderança central dos ambientalistas e como um grupo de organizações ambientalistas passou a interagir em torno dela e de seu partido político. O PT e Marina Silva se tornaram, portanto, os principais representantes políticos do movimento ambientalista, e esse é o principal argumento deste capítulo.

O Partido da Mobilização Democrática Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁵⁴ foram de fundamental importância para o ambientalismo no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que garantiu um artigo específico para tratar sobre a matéria ambiental. Mas, a partir da década de 1990, esses partidos cederam progressivamente espaço para uma representação que se tornava mais fluida para os ambientalistas, aquela que construíam com parlamentares do PT. Essa legenda chamava atenção dos movimentos sociais em geral, pois, dentre os poucos partidos de oposição naquele período, era o único que organicamente construiu vínculos com diferentes movimentos sociais, tornando-o uma exceção no sistema partidário brasileiro (Meneguello, 1989; Keck, 2002).

Dentro do PT, havia parlamentares ambientalistas e outros sensíveis a essa bandeira, mas eram poucos, podendo contá-los nos dedos das mãos. Dentre eles, destaca-se Marina Silva, eleita Senadora Federal pelo Acre nas eleições de 1994, para um mandato de 8 anos. Ex-seringueira, parceira de Chico Mendes na luta pela preservação da floresta amazônica, ela se tornou, de acordo com entrevistada, a verdadeira representante do socioambientalismo no Congresso Nacional e, com isso, “o porto seguro” do movimento social na promoção do ambientalismo (Entrevista 2, 27/4/2013). O argumento sobre a projeção do PT e de Marina Silva como representantes políticos dos ambientalistas será desenvolvido a partir da literatura já citada e também com o apoio de entrevistas realizadas em pesquisa de campo.

Conforme exposto na introdução, esta tese foca nos indivíduos e organizações do movimento ambientalista que escolheram como estratégia de ação coletiva agir em interação com o sistema político. Esse é um grupo reduzido de organizações não governamentais. Neste capítulo, é apresentada a constituição dessas organizações que atuam em nível nacional. São elas: Fundação SOS Mata Atlântica; *Greenpeace*; *WWF-Brasil*; *The Nature Conservancy* (TNC); Instituto Socioambiental (ISA); e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A seleção dessas organizações ocorreu a partir do relato dos entrevistados que

⁵⁴ A criação do PSDB data de 25 de junho de 1988 e a promulgação da CF/1988 aconteceu em 5 de outubro de 1988.

nomearam aqueles que representavam o ambientalismo em nível nacional de forma mais constante ao longo dos anos⁵⁵.

O capítulo abrange a estruturação do movimento e sua trajetória desde a década de 1950 até o ano de 2002. Ele está dividido em seis partes. Na sequência dessa introdução, é apresentada breve seção sobre as características das instituições políticas e sua influência no processo de surgimento do movimento ambientalista e a consolidação de um campo ambiental no Brasil. Após, serão apresentadas as três ondas do ambientalismo brasileiro e será destacada a interação do movimento com o Estado e com partidos políticos, especialmente na segunda onda - com o processo de redemocratização política - e na terceira onda, com a ampliação política e social da agenda ambiental e a implementação do projeto neoliberal. Por fim, concluímos que o movimento ambientalista construiu identidades coletivas e percepções simbólicas influenciados pelo entorno político em que surgiu e isso contribuiu para que estabelecesse, desde cedo, relações de identidade e estratégicas com partidos políticos. Nessa interação, o Partido dos Trabalhadores e a Senadora Marina Silva desenvolveram papel importante para a representação política desse movimento.

2.2. Formação do ambientalismo no Brasil

O movimento ambientalista emergiu durante o período de transição do regime autoritário para o democrático, entre as décadas de 1970 e 1980⁵⁶. Esse contexto político, de acordo com Hochstetler e Keck (2007, p. 10), contribuiu para se configurar um ambientalismo mais politizado e orientado para a esquerda, em comparação com o ambientalismo em outros países, e contribuiu para a construção de fortes relações interpessoais entre ambientalistas nas instituições políticas e na sociedade civil, que passaram a atuar juntos, ativando e bloqueando redes. O ambientalismo brasileiro, dessa forma, opera por meio de redes que envolvem atores sociais e políticos desde a sua formação.

⁵⁵ Outras organizações aparecem, como a Funatura, o IMAZOM, o IMAFLORA, mas elas articulam de forma esporádica com o sistema político.

⁵⁶ Apesar da constituição do movimento ser datada desse período, pesquisadores demonstram preocupações diversas de atores políticos e sociais com o meio ambiente e a relação do homem com a natureza (Pádua, 1987; Hochstetler e Keck, 2007)

Em termos institucionais, as autoras destacaram três características da política brasileira que são fundamentais para compreender a especificidade do movimento ambientalista e do ambientalismo no país: a transição de regimes; o impacto do federalismo; e a concomitância de regras formais com dinâmicas informais nos processos institucionais. Os efeitos dessas características políticas se manifestaram na construção de diferentes identidades coletivas do movimento ao longo dos anos; nas disputas e conflitos entre atores e campos - sejam eles sociais e/ou políticos; na definição da ação coletiva e escolha de estratégias; no escopo da atuação – se local, estadual ou federal ou mesmo se conservacionista, preservacionista ou socioambientalista; dentre outros elementos importantes para construção estruturas, identidades, estratégias de ação coletiva e projetos.

Sobre a transição de regimes, as autoras resenharam alguns argumentos de teóricos da democracia que perceberam uma relação direta entre democracia, democratização e meio ambiente. O ponto comum entre os autores é a leitura de que democracia e conceitos a ela vinculados, como participação e descentralização, estão associados de forma positiva com proteção ambiental (Ibid. p. 11). O processo de democratização no Brasil, por exemplo, implantou mecanismos institucionais, como a anistia, a lei de ação civil pública, a assembleia constituinte, a lei que possibilitou a criação de novos partidos políticos, que foram cruciais para o estabelecimento de normas de proteção ambiental e para o fortalecimento do movimento que surgia no país (Loureiro e Pacheco, 1995; Alonso et al., 2007; Hochstetler e Keck, 2007).

Em relação ao federalismo, Hochstetler e Keck ressaltaram que as vinte e sete unidades da federação brasileira diferem não apenas em ecologias políticas, mas também em ecologias físicas, que produzem efeitos para a dinâmica político-institucional e dos movimentos sociais. No país, temos áreas caracterizadas por florestas, como na Amazônia e na Mata Atlântica, pela savana, cerrado, pantanal, pampas, semiárido e também áreas de transição. Cada um desses biomas está localizado em regiões diferentes do Brasil. As configurações das relações entre homem e natureza nesses biomas definem problemas de ação coletiva levantados pelo movimento ambientalista.

Em termos de ecologia política, a autonomia administrativa, econômica e política dos municípios e estados em relação à União, e na relação de uns com os outros, configuram um

mundo de possibilidade de arranjos institucionais que trazem consequências diretas para as formas de organização dos ativistas ecológicos. Conforme abordam, há variações nos padrões de comportamento político, de partidatismo, alianças, atitudes em relação ao Estado, ao setor privado e à sociedade, e citam Ames e Keck para argumentarem que “*these variations mean that approaches to environmental concerns differ widely, as does the capacity to deal with them*” (Ames e Keck, 1997, p. 98, *apud* Hochstetler e Keck, 2007, p. 15). Com essa influência, os problemas de ação coletiva percebidos pelas organizações do movimento em diferentes partes do país também ganham especificidades.

Para Alonso et al. (2007), devido às complexidades das relações federativas, as organizações ambientais da sociedade, que se constituíram no âmbito do movimento ambientalista, optaram, em sua maioria, por uma atuação localizada em detrimento da atuação em nível nacional, apesar de haver um conjunto dessas organizações que nacionalizaram sua luta, especialmente num engajamento dirigido para o sistema político, construindo identidades e estratégias em função de garantir mais espaço político para a agenda ambiental. Ainda, após a Constituição Federal de 1988, os municípios, estados e a União passaram a exercer competências concorrentes para o meio ambiente, o que, para Loureiro e Pacheco (1995, p. 139), levou à revisão das tradicionais relações entre esferas de governo e reforçou a necessidade de revisão do federalismo no Brasil. Com esse aparato institucional, as dinâmicas envolvidas na defesa do meio ambiente saudável em diferentes níveis da federação moldaram formas de luta e de ativismo com heterogeneidade.

A terceira característica política, que ajudou a moldar o movimento e o campo ambiental no Brasil, é o que Hochstetler e Keck chamam de caráter informal da política e a politização do Estado. Conforme argumentam, a democratização e o federalismo foram projetos políticos inacabados, uma vez que a democratização deixou bolsões de autoritarismo e de desigualdades, e o federalismo está repleto de jurisdições vagamente definidas. Os problemas que emergem dessas situações geralmente são resolvidos por meio de acordos informais. Ademais, a Constituição Federal de 1988 determinou que muito das determinações constitucionais fossem regulamentadas por normas e regramentos jurídicos posteriores, os quais dependem da ação e, em última instância, do interesse dos legisladores em criá-las.

As três características abordadas, com diferentes processos institucionais, foram decisivas para moldar a constituição do ambientalismo no Brasil e também estratégias e identidades do movimento ambientalista. Essa percepção, especialmente o processo de democratização, é compartilhada por pesquisadores que se dedicaram a compreender os diferentes momentos do movimento ambientalista no Brasil, bem como o processo de constituição desse campo em diferentes espaços sociais (Viola, 1987; Viola e Vieira, 1992; Loureiro e Pacheco, 1995; Bernardo, 1999; Alonso et al. 2007; Drummond e Barros-Platiau, 2006).

Hochstetler e Keck (2007) oferecem outra grande contribuição ao enquadrarem diferentes fases do ambientalismo em três ondas: a primeira é a fase do nacional desenvolvimentismo, do começo da década de 1950 até o começo da de 1970; a segunda foi o período da liberalização política, de 1974 até o final da década de 1980; a terceira onda, segundo as autoras, é marcada pelo desafio da restauração democrática, crise econômica e maior intercâmbio com entidades internacionais, começa em 1989 se estende até os dias atuais. Será demonstrado que as três características das instituições políticas brasileiras exerceram influência na definição dessas três fases.

2.3. Primeira onda do ambientalismo brasileiro: conservacionismo científico

A primeira onda do ambientalismo brasileiro é formada por uma comunidade de formação predominantemente científica que defendia os ideais de conservação do meio ambiente e dos recursos naturais. A história do conservacionismo ambiental é iniciada nesta fase. A maior preocupação dos ativistas era o desenvolvimento econômico e especialmente a política desenvolvimentista do regime militar que ameaçava o meio ambiente. Nessa fase, foi editada relevante legislação ambiental no Brasil, que passava pelo Código Florestal, alterado recentemente; a Política Nacional de Saneamento; e o Código de Mineração, atualmente em discussão no Congresso Nacional para receber emendas (Drummond e Barros-Platiau, 2006; Franco e Drummond, 2009).

As organizações criadas durante as décadas de 1950 e 1960 tinham caráter fortemente científico e se orientavam pela perspectiva conservacionista e preservacionista do

ambientalismo. Uma característica do conservacionismo brasileiro desse período é que não rejeitavam o desenvolvimentismo do governo militar, mas demandavam que os planos fossem implementados de forma racional, sem degradação ambiental (Hochstetler e Keck, 2007; Guimarães, 1991).

Em 1958, foi criada a principal organização ambiental da sociedade nesse período: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), no Rio de Janeiro. Seus criadores eram engenheiros agrônomos e cientistas naturais que trabalhavam juntos na burocracia estatal com assuntos ambientais, mas também por pessoas que vinham de outras organizações que não eram públicas. Tinham como objetivo tentar frear o que chamaram de degradação do país. A Fundação, apesar de excluir políticos e partidos políticos, com o tempo, passou a ter parlamentares entre seus membros. O fato de ser constituída por funcionários públicos, num período de governo militar, trouxe aspectos positivos para a mobilização que conduziram à época:

A situação de funcionários públicos dos membros da FBCN deu-lhes desde sempre a feição de um grupo de interesse, procurando influir diretamente sobre as decisões de Estado, por meio de lobby, em detrimento de mobilizações públicas. Antes e durante o regime autoritário, essa estratégia foi bem-sucedida: a FBCN influenciou a criação de leis, órgãos e políticas ambientais e seus membros ascenderam aos cargos de direção na área. Nesse sentido, a trajetória de seus membros se confunde com a montagem da própria burocracia ambiental brasileira, dando à FBCN um caráter paraestatal até a década de 1970 (Alonso et al., 2007p. 155).

A linguagem do cientificismo também possibilitou maior aproximação dos conservacionistas da FBCN com os tecnocratas e desenvolvimentistas do governo militar⁵⁷. Essa geração foi chamada para liderar as primeiras instituições ambientais surgidas no Brasil (Hochstetler e Keck, 2007, Guimarães, 1991). Inspirado e, de certa forma, pressionado pelos debates da Conferência Ambiental de Estocolmo, em 1972, o governo brasileiro criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) no ano seguinte e nomeou Paulo Nogueira Neto, um destacado ambientalista, para chefiar a instituição. Ainda que ele não exercesse opinião de peso no governo durante os 20 anos que permaneceu na SEMA, conseguiu negociar ações relevantes para o cenário ambiental, como a Política Nacional de Meio Ambiente, publicada

⁵⁷ Os conservacionistas também possuíam contato e interagiam com pessoas e organizações conservacionistas internacionais, como a IUCN (International Union for Conservation of Nature).

em 1981⁵⁸. Segundo Alonso et al. (2007), desde esses marcos, o “aparato burocrático-legal ambiental” foi se constituindo e ofereceu aos ativistas novos espaços políticos para veicular suas reivindicações.

No âmbito da sociedade, em 1971, no Rio Grande do Sul, foi criada a histórica Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). A AGAPAN iniciou suas atividades realizando pequenas campanhas na cidade de Porto Alegre, mas, rapidamente, assumiu projetos maiores e até políticos, dentre eles, campanhas levantando questionamentos sobre o desflorestamento na Amazônia e vinculando o desmatamento na região sul do país, causado pelos pequenos agricultores, à ausência de uma política de reforma agrária (Hochstetler e Keck, 2007). Em termos de estratégia de mobilização, a AGAPAN se diferenciava bastante da FBCN. A primeira, também formada por cientistas naturais e engajada na constituição da burocracia ambiental no Rio Grande do Sul, realizava manifestações simbólicas, campanhas para difundir informação e palestras, ao passo que a FBCN possuía uma ação social mais tímida. Em função disso, atraiu jovens ativistas do movimento estudantil e, no começo dos anos 1980, a associação gaúcha se tornaria mais politizada, seguindo o padrão de um conjunto de organizações que aproveitaram a abertura política para protestar e se manifestar.

Poucas associações surgiram no eixo sul-sudeste nesse período. Considerando a FBCN e a AGAPAN logo da sua formação, esse período de desenvolvimento do ambientalismo é essencialmente conservacionista, com forma de cientificismo que segrega associações com a questão social. Já nas primeiras formas organizacionais, o movimento vai se estabelecendo por meio de redes com atores sociais e institucionais como forma estratégica de realizar seus objetivos, se adequando à definição de Diani e Bison (2004) sobre ação coletiva conduzida por movimentos sociais.

⁵⁸ De acordo com Hochstetler e Keck (2007), Paulo Nogueira Neto conseguiu seus feitos mais pelas suas relações pessoais do que pela importância que a agenda ambiental possuía no governo militar. Ele era parente próximo de parlamentares, possuía uma rede bem estabelecida com proprietários de jornais no Brasil e também com lideranças ambientais internacionais, pois era vinculado à IUCN.

2.4. Segunda onda do ambientalismo brasileiro: politização

A segunda onda, que começou em 1974 e foi até o final dos anos 1980, intitulada por Hochstetler e Keck como “novo ambientalismo”, introduziu uma crítica ao autoritarismo que existia no país e a seus projetos desenvolvimentistas. O país vivia o momento de distensão política, que conduziu à abertura democrática. O processo de transição foi de 1974 a 1989. Ao longo desse período, o movimento ambientalista assumiu um repertório de protesto e se apropriou dos embates políticos que ocorriam no Brasil.

2.4.1. Padrões de mudança das organizações ambientalistas

Nos anos 1970, a atuação dos ambientalistas se concentrava principalmente em associações locais e estaduais, pequenas, que concentravam suas ações em campanhas locais, como a luta liderada pela Associação Paulista de Proteção à Natureza (APPN), criada em 1976, contra a construção de um aeroporto na região metropolitana de São Paulo, em defesa dos remanescentes de Mata Atlântica ali existentes (Bernardo, 1999). Durante a década de 1980, a politização do movimento se tornou mais intensa e surgiu uma incipiente rede de ambientalistas que se juntaram em campanhas em torno de temas que pudessem gerar debate público mais amplo (Alonso et al., 2007), como protestos contra o Programa Nuclear Brasileiro, resultado de um acordo que o Brasil estabelecera com a Alemanha.

Para Bernardo (1999), a campanha contra a construção do aeroporto em São Paulo, coordenada pela APPN, tem importância particular, pois argumenta que foi ali que começou a ser gestada as lideranças e a visão de ambientalismo que predominaram na Assembleia Constituinte de 1986. A partir de divergências que ocorreram no interior da APPN, surgiu a OIKOS. Liderada por Fábio Feldmann, egresso da APPN, “a OIKOS surgiu exatamente para associar a questão ambiental com a social. (...) veio explicitamente para colocar o ambientalismo no campo da política. Até então os ecologistas vinham tratando dos problemas pontualmente, ou seja, à medida que eles iam surgindo (...) (Fábio Feldmann, em entrevista a Bernardo, 1999, p. 32). Ademais, a OIKOS partiu para a profissionalização das estruturas organizacionais, como também o fez a recém-criada Fundação SOS Mata Atlântica, prática que se tornaria comum durante a década de 1990, na terceira onda do ambientalismo.

A associação entre meio ambiente e questões sociais e políticas era uma característica das novas organizações que surgiam no momento de redemocratização e era também ponto divergente com as antigas associações que atuavam pontualmente com campanhas e protestos e defendiam ações estritamente de conservação/preservação ambiental. Integrantes da Fundação SOS Mata Atlântica, naquela época, criticavam as estratégias das associações que mantinham sua articulação por campanhas e desvinculadas do aspecto social, pois consideravam que elas não conseguiam sustentabilidade ao longo dos anos, tinham vida curta e não sabiam aproveitar o momento político para promoverem a bandeira ambiental e fazer conexões (Entrevista 43, 8/7/1990; Entrevista 44, 1990). A análise sobre estratégias de ação e sobre a compreensão do ambientalismo de algumas organizações, para essas entrevistadas, pareciam fazer parte de um mesmo problema e demonstravam disputa de compreensão sobre ambientalismo e estratégias de ação coletiva. Defender o ambientalismo, para elas, passava por tratar de questões sociais e por empenhar ações em relação com o sistema político.

Desses diferentes contextos e práticas de mobilização, Alonso et al. (2007, p. 156) revelaram que “indivíduos isolados se constituíram em pequenos grupos de ativistas ambientais e emergiram diferentes gêneros de identidades coletivas como ambientalistas”. Esses gêneros são: os técnicos, que os autores argumentam terem se estabelecido em função de vínculos profissionais entre cientistas naturais, que já estariam incorporados à burocracia do Estado, e assumiram uma perspectiva conservacionista do ambientalismo; e os políticos, de formação humanística, simpáticos à questão social, que se conectavam com o movimento pela redemocratização, já demonstrando os primeiros traços daquilo que seria futuramente chamado de socioambientalismo. Não é unânime, todavia, que todas as associações de perfil conservacionista se estruturavam em função da ligação com a burocracia. Havia aquelas que se mantinham distantes do poder público, pois o ambiente de desconfiança das instituições públicas, herança do período militar, ainda estava presente na sociedade (Hochstetler e Keck, 2007).

Conforme se observa, no surgimento de novas organizações ambientalistas já se delineavam diferentes concepções de atuação dos ambientalistas que se distinguiam a partir de interpretações diferentes sobre o mundo e estratégias de ação coletiva. Aquela que

prevaleceu no Brasil, e o que o diferencia do ambientalismo dos países do norte, por exemplo, foi a perspectiva socioambientalista, que será melhor explicada mais adiante.

2.4.1. Formação de partidos políticos e do movimento ambientalista

O início da década de 1980 também foi marcada pela criação de novos partidos políticos. Esse novo fato mobilizou alguns ambientalistas e levantaram dúvidas se deveriam se envolver na vida partidária ou se se manteriam apenas com atividades na sociedade. O ano de 1982 foi de fundamental importância para a transição democrática brasileira, pois foi quando realizaram eleições competitivas para os governos estaduais. Nessa ocasião, de acordo com Viola (1987), o movimento ecológico, como chamava, envolveu-se tangencialmente no processo eleitoral, ao passo que outros movimentos sociais se envolveram intensamente na luta político-eleitoral.

Entretanto, um setor minoritário do ecologismo decidiu participar diretamente das eleições de 1982, apoiando candidatos que levantavam bandeiras ecológicas. Segundo o autor, “a maioria dos ativistas ecologistas rejeitam qualquer envolvimento direto com candidatos em 1982, mas o fato de um setor minoritário decidir envolver-se é suficiente para introduzir uma nova dinâmica no interior do movimento” (Viola, 1987, p. 96), a dinâmica da política partidária. O apoio do movimento se concentrou no Partido dos Trabalhadores e no Partido da Mobilização Democrática Brasileiro (PMDB)⁵⁹. No começo de 1984, com a campanha pela eleição direta à presidência da república, denominada “Diretas Já”, que mobilizou milhares de pessoas nas ruas, deu-se início a um novo momento de trabalho político do movimento ambientalista, que se decidiu por lutar pela abertura política e pela pauta ambiental naquele período de oportunidades.

O cenário de discussão política ocorrida em 1982 foi importante para a reflexão dos ativistas que atuavam na campanha das diretas. Viola informou que, durante a campanha, foram reativadas discussões travadas em 1982 e um novo consenso ganhou força no

⁵⁹ Em 1982, havia no Brasil cinco partidos legais, dos quais os maiores eram os sucessores do partido de apoio ao governo militar ARENA, que se tornou o PDS, e o oposicionista MDB, que mais tarde se tornou o PMDB (Alvarez, 1989). O PSDB surgiu de uma cisão no PMDB. A novidade nesse conjunto era o PT, composto por integrantes do novo sindicalismo, movimentos sociais urbanos, intelectuais de esquerda, dentre outros insatisfeitos com o mais do mesmo que se configurava no recente sistema partidário (Meneguello, 1989; Keck, 1992).

movimento: “a defesa do meio ambiente está diretamente vinculada aos problemas de organização do poder e da propriedade na sociedade global” (Ibid.). Em 1985, quando teve início as discussões sobre a formação da Assembleia Constituinte, para a elaboração de uma constituição democrática no país, boa parte dos ativistas se tornaram declaradamente favorável ao envolvimento direto do movimento nas eleições, apoiando candidatos que emergiam de seu interior.

Há, nesse momento, a compreensão de que a luta pelo meio ambiente saudável compreendia uma estratégia de interação com o sistema político, com os partidos políticos mais precisamente, pois estava para se formar um novo Congresso Nacional, com parlamentares responsáveis por elaborar as novas normas jurídicas do país em democratização. Ainda havia grande desconfiança do poder Executivo que perdia prestígio e amparo, ao passo que o papel estratégico do parlamento se fortalecia. Junto das escolhas sobre estratégias políticas, parte do movimento ampliava a compreensão sobre os elementos constituintes do ambientalismo, que incluía a luta por poder e novas identidades eram forjadas. A formação de novos partidos políticos, com sua parte informal latente e, de certa forma, dilatada pelos eventos e simbolismos da abertura política, era um convite aos movimentos sociais a explorarem o campo político em suas estratégias de ação coletiva. Para parte dos ambientalistas interessados na interação com o sistema político, as decisões tomadas nesse período seriam definidoras de suas estratégias de ação doravante.

Para esse período, é necessário abordar a criação do Partido Verde e as questões que o surgimento de uma legenda essencialmente ambientalista geraram para o movimento que se edifica no mesmo período.

2.4.2. O papel do PV

A proposta de criação de um Partido Verde teve início a partir da mobilização política de ativistas ambientais que tiveram experiências com parlamentares e com os partidos verdes da Europa, especialmente na França e na Alemanha. Esses ativistas haviam sido exilados durante o período de ditadura e, com a lei da anistia, de 1979, puderam voltar ao país trazendo novas ideias sobre representação política e oxigenando o que se pensava por aqui em termos de ambientalismo. Contudo, a criação de um partido verde no Brasil foi controversa porque

parte do movimento era contrária à criação de uma legenda que poderia vir a monopolizar a agenda ambiental e enfraquecer o movimento, que era recente (Gabeira, 1987). Segundo militante envolvido com a formação do partido, os fundadores do Partido Verde brasileiro eram vistos com desconfiança por grande parte do movimento que os julgava arrogantes e de postura autoritária (Entrevista 46, 26/7/1991).

De um lado, os que apoiavam sua criação ofereciam vários argumentos: uma vez institucionalizado, o partido poderia fortalecer o movimento, como aconteceu na Alemanha; a questão ecológica, recentemente descoberta como um grande tema eleitoral, poderia ser mal apropriada por políticos conservadores, portanto, a formação do partido por ambientalistas vinculados à ideologia de esquerda era urgente; a falta de identificação com as propostas políticas existentes na época serviria como apelo para se criar uma nova agremiação inovadora. Por outro, os que eram contrárias apresentavam argumentos relativos à possibilidade do partido prejudicar o amadurecimento e fortalecimento do movimento. Elas estavam preocupadas em estimular mais o movimento ecológico, em fortalecer sua identidade no campo social (Gabeira, 1987).

Em janeiro de 1986, ocorreu a fundação do Partido Verde (PV), no Rio de Janeiro, organizada por ativistas de destaque no cenário ecológico brasileiro: Fernando Gabeira, Liszt Vieira e Carlos Minc. Como não seria possível ao PV disputar as eleições daquele ano, por conta do prazo eleitoral, o partido usou a estratégia de coligar com o PT e o PSB, a fim de conseguir legenda para seus candidatos. As conversas com o PT avançaram e Gabeira foi lançado como candidato ao posto de governador do Rio de Janeiro por esse partido, conquistando o terceiro lugar na competição. Carlos Minc, do Rio de Janeiro, foi eleito o primeiro deputado estadual de bandeira verde.

Um ano depois, em janeiro de 1987, o PV foi oficialmente criado. Segundo Hochstetler e Keck (2007), o estado do Rio de Janeiro formou sua seção partidária mais forte e, apesar dos membros do partido nesse estado se considerarem militantes de esquerda, o perfil do PV fora do Rio de Janeiro era muito mais diverso. O PV, em diferentes eleições e para cargos distintos, precisou do apoio do PT e também fez campanha para esse partido. As autoras informaram, entretanto, que havia uma relação de amor e ódio entre os dois partidos, pois os valores pós-materialistas dos verdes se chocavam frontalmente com a postura

materialista dos vermelhos (p. 93). Com o passar dos anos, tanto PV quanto PT suavizaram suas abordagens.

O movimento ambientalista se constituía como um movimento político, que age nas arenas institucionais e extra institucionais, mas, pela contrariedade de uma grande parte do movimento, criar um partido político da causa ambiental era um equívoco e oferecia riscos para a constituição do movimento, que era muito recente. Nesse sentido, o PV não se tornou o partido representante dos ambientalistas, que se vincularam a outros partidos e buscaram outras formas de interação com o sistema político, influenciando-o, mas não atuando por dentro desse sistema, a não ser pela eleição de Fábio Feldmann para a Assembleia Constituinte e outras legislaturas na Câmara dos Deputados.

2.4.3. Assembleia Constituinte (ANC) e ativismo ambiental na arena eleitoral

A perspectiva de uma constituinte, na percepção de Alonso et al. (2007), impôs aos ambientalistas a necessidade de formarem coalizões mais estáveis, caso quisessem influenciar a elaboração da nova Constituição Federal. Após ser definido que apenas parlamentares eleitos poderiam participar da ANC, os movimentos se confrontaram com um sério problema de ação coletiva, pois deveriam estabelecer suas estratégias de mobilização para influenciar a política. As estratégias aventadas eram: i) criar associações profissionalizadas, com atuação especializada que restringissem a relação com as instituições políticas ao *lobby*; ii) criar associações profissionalizadas que apoiariam candidaturas de qualquer partido que endossasse propostas verdes, como a SOS Mata Atlântica fez; apoiar ou mesmo lançar candidaturas em partidos de esquerda já organizados, como o fez a OIKOS; ou iii) as associações que continuariam a atuar no campo da sociedade civil, sem envolvimento político, como o fez a Seiva Ecológica e outras associações que militavam pela mudança de estilo de vida (Ibid., p. 160). Os três perfis podiam ser encontrados nas organizações ambientalistas da década de 1980. Nesse esquema, estratégias intervinham em identidades coletivas e essas, por sua vez, intervinham nas estratégias. As diferentes formas de ação das associações e de seus membros vão se constituindo, diferenciando os diferentes perfis de ambientalistas dessa época – que interagem ou não com organizações políticas, para além das distinções entre conservacionista, preservacionistas e socioambientalistas.

De acordo com Bernardo (1999, p. 33), “a possibilidade de eleger um constituinte ambientalista mobilizou entidades em todo o país⁶⁰ com a elaboração de lista de candidatos”. A “Lista Verde” de candidatos foi uma iniciativa de ativistas que não apoiavam a criação de um Partido Verde no Brasil e que se organizaram, paralelamente, na Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte (CIEC), cujo objetivo era participar ativamente do processo da Assembleia Constituinte indicando candidatos sensíveis à causa ambiental e filiados a diferentes partidos de esquerda. Constituíram, assim, uma Lista Verde multipartidária de candidatos que poderiam representar os ambientalistas (Viola, 1987).

A inserção dos ativistas ambientalistas nas discussões políticas era marcada pelo conflito de posições (Bernardo, 1999). Nesse sentido, ter projetos para a área ambiental, em termos de ação política e de proposta de política pública, configuraria prestígio de algumas associações e indivíduos em relação a outros. Em São Paulo, por exemplo, onde havia maior número de associações ambientalistas da sociedade civil, a disputa por espaço político colocou em lados opostos instituições como a Oikos e a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema), como será abordado em parágrafo mais adiante. Mas ainda havia associações que mantinham sua perspectiva de distanciamento da política. Cacilda Lanuzza, coordenadora da APPN, entidade que trabalhava essencialmente com campanhas, defendia que o movimento deveria se distanciar de qualquer atividade eleitoral, manter-se distante do mundo da política e reforçava um caráter mais técnico da perspectiva ambiental (Ibid.).

A Assembleia Constituinte foi, portanto, crucial para a decisão de grupos do movimento ambientalista se decidirem pelo envolvimento na política partidária e na arena eleitoral. Listas verdes prévias foram consolidadas em 1986 por coalizões ambientais de nível estadual ou em encontros estaduais mais representativos. Nessas listas, poderiam incluir candidatos de qualquer partido, garantido que esses cumprissem critérios baseados em histórias pessoais e posicionamentos sobre diferentes questões. Os principais critérios eram: ser ativista ou aliado do movimento ambiental e endossar publicamente uma plataforma ecológica, além de defender uma ideologia pacifista. A plataforma deveria defender algumas

⁶⁰ O primeiro Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas, realizado em Belo Horizonte, em 1985, aprovou a proposta de lançar candidatos avulsos, por vários partidos, à Constituinte.

das demandas chave dos movimentos populares e trabalhista: reforma agrária, redução da jornada de trabalho, garantias de emprego pleno, e clamor pelo fim da discriminação racial, sexual, religiosa e ideológica (Hochstetler e Keck, 2007)

A lista poderia incluir candidatos a cargos em níveis federal e estadual. Em seis listas verdes elaboradas nos estados, foram apoiados candidatos para legislaturas federal e estadual, enquanto em outras quatro, foram endossadas apenas candidatos para a assembleia estadual. A lista final foi composta, massivamente, por representantes de partidos da esquerda e de centro-esquerda. De vinte candidatos na lista para cargos em nível nacional, onze eram do PT. O maior partido de oposição na época, o PMDB, já com estigma de partido *catch-all*, posicionou-se em segundo lugar, mas bem atrás do PT, com apenas três candidatos. O PT e o PMDB também dominaram as listas estaduais (Ibid. p. 94).

As eleições estavam marcadas para novembro de 1986, mas a CIEC desmoronou meses antes, apesar de seu inicial sucesso. Para Hochstetler e Keck, a rivalidade entre os grupos, inexperiência em articulações de larga escala, problemas de logística e de recursos vitimaram a comissão. Essa era a primeira experiência política de nível nacional dos ativistas ambientais. Dos vinte candidatos da lista verde, apenas um foi eleito, Fábio Feldmann, que se candidatou pelo PMDB num programa que se constituiu em torno de ideias inovadoras (Bernardo, 1999).

Feldmann representava parte do ambientalismo paulista, mas não era uma unanimidade. A Apedema, como informou Bernardo (1999), especialmente seus segmentos de esquerda, chegou a apoiar outro candidato da lista verde em São Paulo, Valdo França. Para a pesquisadora, a vitória de Feldmann pode ser explicada pela estratégia de um núcleo de ambientalistas de São Paulo com propostas inovadoras, por apoios financeiros e, principalmente, pela própria determinação do candidato. Para Kathryn Hochstetler, a comunidade judaica elegera um dos seus para representá-los na Assembleia Constituinte, não importando se sua principal bandeira era o ambientalismo (informação verbal).

A candidatura de Fábio Feldmann aconteceu via PMDB porque, conforme relatou em entrevista a Maristela Bernardo, era onde a agenda ambiental conseguira mais aceitação (Bernardo, 1999). Sua intenção inicial era concorrer pelo Partido dos Trabalhadores, porém, as negociações não foram frutíferas, uma vez que, naquele período, a determinação

materialista do partido ameaçava a liberdade para a luta política ambiental, pós-material. Para muitos petistas influentes, a questão ambiental era uma expressão burguesa do capitalismo e as questões operárias eram o foco do partido. Todavia, com o crescimento do partido em nível nacional e com a força que a militância socioambiental emergiu na Amazônia - principalmente no Acre, com a ação de Chico Mendes – essa pauta acabou por se desenvolver no partido em anos seguintes. No fim da década de 1980, com as dissidências dentro do PMDB, Feldmann migrou para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em função de sua aproximação com Fernando Henrique Cardoso (Entrevista 16, 3/11/2014).

A Assembleia Constituinte é o evento definidor da decisão massiva dos ambientalistas de optarem pela estratégia político-partidária. Todavia, essa opção, mesmo sendo bastante difusa, não era unânime, pois algumas organizações preferiam apostar na ação técnica, local e independente da política. A mobilização nacional dos ativistas foi indispensável para a garantia de preceitos ambientais na Constituição Federal e também para marcar a interação com partidos políticos como um repertório reconhecido de atuação do movimento ambientalista. A estratégia de interação partidária construída nesse período foi propulsora de uma série de transformações futuras na forma de organização do movimento, conforme veremos nos próximos capítulos. Portanto, a Assembleia Constituinte e o processo de redemocratização são marcos para a ação coletiva do movimento ambientalista.

2.4.4. Ativismo ambiental na arena legislativa

As eleições que elegeram Feldmann aconteceram em novembro de 1986. Em junho de 1987, o novo deputado federal criou, em Brasília, em parceria com organizações da sociedade civil, a Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte (FNAEC) para definir estratégias comuns de luta e agregar todos os esforços para que a Constituição expressasse as demandas da sociedade. O documento de criação da Frente indicava a participação de 63 entidades sob a liderança da Oikos e da Fundação SOS Mata Atlântica. Porém, Bernardo (1999) demonstrou que as duas últimas organizações centralizaram todo trabalho da Frente, que teve pouco envolvimento de outras organizações ambientalistas e ainda ficou constricta a São Paulo.

Além dessa Frente, Feldmann também coordenou a criação da Frente Parlamentar Verde, de caráter suprapartidário, composta por Deputados Federais e Senadores comprometidos em lutar pela inserção de normas ambientais na Constituição Federal. Essa Frente foi mais profícua em alcançar resultados que a anterior, pois foi fundamental nos embates com outras frentes parlamentares conservadoras, criadas durante a Constituinte, que tentavam enfraquecer as proposições ambientalistas para a Carta Magna (Ibid.). A Frente realizava audiências públicas e viagens para que constituintes tomassem conhecimento dos danos e agressões ao meio ambiente *in lócus*, tornando a questão mais real para aqueles que só conheciam discursos. Essa estratégia foi muito noticiada pela mídia e caiu nas graças da opinião pública, que exercia pressão sobre os constituintes.

Essa frente parlamentar levou à criação da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias na Câmara dos Deputados. Após Feldmann assumir sua presidência, na terceira gestão, foi implementado um formato de administração que a aproximou das organizações não governamentais (ONGs), tornando-se mais acessível a elas, constituindo-se em importante fórum de acolhimento das demandas externas ao Congresso Nacional. Outros presidentes deram continuidade a essa prática que Bernardo (1999) considerou como uma metodologia de funcionamento favorável à intervenção das ONGs.

Feldmann se tornou um importante defensor da causa ambiental no Congresso Nacional para além da Assembleia Constituinte. Alonso et al. (2007) consideraram que ele foi o principal *broker* dessa fase do ambientalismo e também foi um importante líder sociopartidário que aproximou e levou as ONGs ambientalistas para a arena legislativa. Ele foi o interlocutor do movimento ambiental no Congresso Nacional e, ademais, buscou modificar a prática política nesse lugar ao “permitir que o parlamento seja uma instância de discussão, de definição, de participação da sociedade civil ao mesmo tempo que o movimento tenha um processo contínuo de inclusão” (Entrevista 45, 14/9/1991). Fábio Feldmann exerceu o cargo de deputado federal por três mandatos consecutivos: 1987-1990, 1991-1994 e 1995-1998. Os dois últimos foram pelo PSDB.

2.4.5. De volta à sociedade

A história do ambientalismo no Brasil é, frequentemente, contada a partir da experiência e articulação do movimento no eixo regional sul-sudeste. As organizações ambientalistas eram mais bem definidas e estruturadas nessas duas regiões, onde organizavam campanhas, alcançavam a mídia e construíam parcerias com diferentes setores, ao menos aquelas que se sentiam livres para interagir com o Estado e com o setor empresarial, como o fez a Fundação SOS Mata Atlântica. Entretanto, na Amazônia, em especial no estado do Acre, uma dinâmica muito importante para o ambientalismo se desenvolvia na década de 1980. Trata-se da militância dos extrativistas da borracha, os seringueiros, liderada por Chico Mendes.

A luta dos extrativistas no Acre contra grileiros, fazendeiros e especuladores que tentavam invadir as áreas da floresta e impedir suas atividades construiu rapidamente uma rede de aliados tanto no Acre (com a igreja e com outros movimentos sociais), no Brasil (com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; a Central Única dos Trabalhadores – CUT; e o Partido dos Trabalhadores) e internacionalmente (Keck, 1995). A CONTAG ajudou a organizar politicamente e a fortalecer as atividades dos extrativistas, estruturando o PT naquele estado e também a CUT. Essa atividade bateu frontalmente com interesses políticos regionais e fez oposição ao PMDB. A repressão e assassinato de extrativistas, militantes e trabalhadores rurais sindicalizados levaram representantes do PT, dentre eles o Lula, e trabalhadores rurais de outras regiões a realizarem protestos naquele estado. Isso chamou a atenção da opinião pública.

Na metade dos anos 1980, os extrativistas receberam grande apoio de ambientalistas, que estabeleceram comitês de defesa da Amazônia em quase todos os estados brasileiros e nas grandes cidades. Os ambientalistas desenvolveram uma relação com Chico Mendes ainda cedo na história de luta desse grupo, da mesma forma que o fez outras organizações onde predominavam membros do PT (Keck e Sikkink, 1998).

Alguns estudantes de pós-graduação à época, como Tony Gross, Mary Allegretti e Steve Schwartzman, que foram realizar pesquisa de campo na região, envolveram-se com a luta dos extrativistas e indígenas e acabaram oferecendo assistência a esse grupo. O britânico Tony Gross, por exemplo, construiu, gradualmente, apoio internacional para os extrativistas quando trabalhou com essa temática na organização Oxfam, de mesma nacionalidade que a

sua. Essa colaboração colocou em evidência para a comunidade internacional a luta de Chico Mendes no Acre e desenvolveu também a ideia de reservas extrativistas – unidades de conservação nas quais a população extrativista tem o direito de permanecer na terra e continuar a desenvolver suas atividades tradicionais. Inicialmente, a mobilização dos extrativistas era considerada uma luta de movimentos e trabalhadores rurais por acesso à terra. Mas, essa visão seria mudada, especialmente a partir de 1988.

Para Keck e Sikkink (1998), a mudança ocorreu, em parte, por causa da aliança entre os extrativistas e os ambientalistas que estavam trabalhando em conjunto para influenciar as regras de empréstimo dos bancos multilaterais para organizações em países em desenvolvimento. Eles tentavam estabelecer mecanismos que favoreciam os povos das florestas, as entidades que trabalhassem com proteção ambiental e que os governos e os bancos doadores fossem ambientalmente mais responsáveis com os projetos a serem implementados. Por outra parte, o verão extremamente quente e a seca em partes politicamente importantes dos Estados Unidos, combinado com dados de satélite que informavam a extensão da floresta amazônica que estava em chamas, impulsionaram as discussões de que o desmatamento na Amazônia estava contribuindo para o aquecimento global. Porém, o estopim para a transformação foi o assassinato de Chico Mendes, que ocorreu no final de 1988.

O ativista Chico Mendes se tornara conhecido pelo seu ativismo de proteção da floresta. O seu assassinato mobilizou a opinião pública nacional e internacional que passou a cobrar ação mais incisiva dos governantes brasileiros em relação à proteção da Amazônia e também à proteção das pessoas que lá habitavam e que defendiam a floresta. Chico Mendes se tornava, com esse fato, um herói e uma grande referência para ambientalistas no Brasil e no mundo. Isto é, alguém cujo legado deveria ser defendido.

Foi nesse cenário que surgiu Marina Silva como uma representante política da militância extrativista. Ela trabalhava muito próxima a Chico Mendes, que se tornou uma inspiração não apenas para ela. Marina continuou a luta do militante e se disponibilizou a fazê-la no âmbito da política (César, 2010). Observamos que, na Amazônia, especialmente no Acre, uma luta ambiental era travada e ela estava diretamente associada a questões de posse da terra, de desenvolvimento social e de militância política com participação do Partido

dos Trabalhadores. Isso seria importante para a consolidação do socioambientalismo no Brasil.

Hochstetler e Keck (2007) argumentam que, no começo da década de 1990, praticamente todas as organizações ambientalistas haviam adotado o discurso e a prática do socioambientalismo, que considera a pobreza e a degradação ambiental como partes da mesma história causal. Sendo mais claras, *“it meant a belief that in the realm of development favoring the poor and protecting the environment were mutually reinforcing goals”* (p. 109).

Para as autoras, há três diferentes causas do socioambientalismo: i) o novo ambientalismo, que emergiu no fim do período militar, quando explodiu iniciativas de mobilização na sociedade civil vinculado ao espectro político esquerdista; ii) a morte de Chico Mendes, em 1988, suscitou a consciência e discussões sobre a ligação entre as lutas pela sobrevivência dos povos tradicionais da floresta e a proteção da Amazônia; e iii) o processo preparatório para a Eco-92, que trouxe junto uma variedade de organizações ambientais, feministas, sindicatos rurais e urbanos e outros movimentos sociais que se envolveram no processo e sustentaram diálogos durante quase dois anos – que foi o período de preparação para a conferência no Rio de Janeiro. Isso não significa que as organizações conservacionistas e preservacionistas desapareceram, elas perderam o espaço e a presença que tinham antes.

Por fim, informam que durante a segunda onda do ambientalismo, os atores sociais fizeram escolhas políticas e organizacionais sobre como serem ativistas ambientais tanto como indivíduos quanto como organizações. Consideram que ser um ativista ambiental não os impede de participar de organizações partidárias, levantar recursos para apoiar sindicalistas em greve ou protestar contra os altos custos de vida. Em sua maioria, os ambientalistas se reconheciam num enquadramento socioambiental, buscaram fortalecer essa identidade coletiva ao passo que também avançavam em relações estratégicas com partidos políticos e com o Congresso Nacional.

Nesse período de abertura política, o Brasil estava retornando a um sistema político multipartidário, em que opositores do regime militar, expulsos do país e do mundo político, regressavam entusiasmados para construir uma nação democrática. Na leitura de Mische (2015), essa movimentação conduziu a um rápido florescimento de pequenos partidos de

oposição, que demandavam alto grau de compromisso e engajamento, e a explosão de movimentos sociais rurais e urbanos. Para a autora, a dinâmica resultante desse contexto foi uma interpenetração de redes partidárias e sociais que tiveram efeitos positivos e negativos para os movimentos sociais.

O envolvimento intenso de lideranças de movimentos sociais com a formação e fortalecimento de partidos políticos drenava as energias dessas lideranças e resultava em rachas internos aos movimentos, a depender da linha política de um partido e a qual partido político as lideranças se associavam (Alvarez, 1990). Problemas de política partidária estavam sendo levados para o interior dos movimentos sociais e causando conflitos. Nesse sentido, o apelo para fortalecer o movimento no campo social em detrimento da atuação político-partidária era constante e estava relacionado com questões de autonomia dos movimentos sociais (Ibid., Escobar e Alvarez, 1992; Cardoso, 1992).

A identidade coletiva dos movimentos sociais é formada a partir de um processo de ativação das relações que vinculam os atores sociais, que desperta laços de solidariedade com seus colegas e sempre requer investimento de “*identity work*” que cria, sustenta e transforma identidades (Melucci, 1996; McGarry e Jasper, 2015). Portanto, a constituição e sustentação da identidade coletiva é um processo relacional. Se o campo relacional dos movimentos sociais inclui instituições políticas e partidárias, sua identidade, estratégias e projetos inevitavelmente serão afetados pelas relações, seja positiva ou negativamente. O movimento ambientalista, no caso das associações e indivíduos que se decidiram pela ação institucional, terá de lidar com as diferentes relações que trazem um mix de desafios à identidade que construíram. Conforme defendido por Boggs (1986), a identidade dos movimentos sociais deve estar bem consolidada para que atores sociais façam os trânsitos político-institucionais necessários aos objetivos da ação coletiva sem prejudicar o movimento. A formação e fortalecimento da identidade dos movimentos sociais são valorizadas por esse autor porque é a consolidação da identidade coletiva que possibilita a criação de partidos políticos por movimentos sociais ou sua interação com as legendas partidárias sem afetar negativamente a estrutura movimentalista.

Mas um grande desafio se impôs aos ambientalistas brasileiros, pois o período de abertura democrática foi marcado pela formação de novos movimentos sociais e de novos

partidos políticos, ocorrendo uma coevolução, ao menos temporal, dos partidos políticos e movimentos sociais que, como assinalaram Heaney e Rojas (2015), entrelaçam-se por razões distintas, especialmente por atores que atuam em ambos os campos e demonstram identidades múltiplas. Para os autores, esse fenômeno tende a criar *path dependence*, pois as lógicas de desenvolvimento dos partidos dependem, em parte, das suas respostas às estratégias dos movimentos sociais, e as lógicas de desenvolvimento dos movimentos sociais dependem, também em parte, das oportunidades abertas e fechadas para eles pelos partidos políticos. O que abordaremos na próxima seção e também nos próximos capítulos exemplificarão como o Partido dos Trabalhadores e o movimento ambientalista, em algum sentido, vivenciaram essa situação de coevolução, múltipla identidade e *path dependence*.

2.5. A terceira onda do ambientalismo: profissionalização

2.5.1. Novas formas de organização e de relação com o Estado

Por fim, a terceira onda ocorreu a partir de 1989, quando boa parte do movimento migrou do protesto para os projetos em organizações não-governamentais, profissionalizando sua ação coletiva e participando de forma mais contundente na influência do sistema político (Hochstetler e Keck, 2007). Porém, inicialmente, essa década trazia grandes desvantagens políticas ao movimento ambientalista. A eleição de Fernando Collor de Melo à presidência da república, em 1989, veio acompanhada do fechamento dos poucos canais burocráticos abertos pelos ambientalistas nas décadas anteriores. A Secretaria Especial de Meio Ambiente perdeu a pouca importância que tinha e virou uma instância em outro órgão de planejamento do governo. José Lutzemberg, um dos fundadores da AGAPAN, na década de 1970, era o representante dos ambientalistas nessa nova instituição, mas houve uma grande decepção com sua atuação política. Ele foi acusado pelos ambientalistas da época de trair o movimento e servir aos interesses do Estado, pois não se dedicou à defesa da pauta ambiental e se ajustava às conformidades da política. No caso da preparação da Eco-92, ele articulou muito pouco. Esse novo cenário político estimulou alguns grupos a profissionalizarem sua atuação e contribuiu para outros perderem força e desaparecerem (Alonso et al., 2007).

Ainda no início da década de 1990, na análise de Alonso et al., ocorre uma grande abertura de oportunidade política para o movimento, que é a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 ou Rio-92. Com o alijamento dos ativistas da estrutura burocrática nacional e as oportunidades de participação conferidas pelo formato da Rio-92, os ambientalistas passaram a investir no fortalecimento de suas associações, buscaram apoio maciço na sociedade civil e se distanciaram do Estado. Assim, surgiram várias ONGs e também o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), que era a instância aglutinadora da rede dos ambientalistas para a Rio-92, o qual existe até hoje, mas com pouca força como rede.

A pauta ambiental foi expandida nesse período, as discussões não ficaram mais centradas no conservacionismo, mas se direcionaram para críticas em relação ao modelo econômico global, às desigualdades sociais, à distribuição desigual dos impactos ambientais, e cresceu a preocupação com a agenda urbana, também chamada de agenda marrom. O conceito de “desenvolvimento sustentável” emergiu com força predominante nesse período. Um dos efeitos da ampliação da agenda ambiental para questões de cunho mais social foi maior aproximação com a luta dos militantes petistas, pois partilhavam ideias comuns de outros movimentos sociais.

A preparação para a Eco-92 exigiu muito da capacidade de mobilização das organizações ambientalistas que passaram a interagir com mais frequência e intensidade com instituições internacionais, as quais se tornaram grandes doadoras de recursos para as ONGs implementarem projetos de diferente ordem na vastidão do território brasileiro, mas com foco maior na região amazônica. Trabalhar nessa região, sem dúvida, era um real atrativo de recursos. As principais organizações ambientais que tinham estrutura para desenvolver os projetos tinham sua sede nas regiões sul-sudeste e passaram a abrir filiais nos estados da região amazônica, como o Instituto Socioambiental (ISA). Outras organizações, coordenadas por acadêmicos, também se desenvolveram em estados da Amazônia, como o Instituto Ambiental de Pesquisa da Amazônia (IPAM) e o Instituto do Home e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON).

A realização da Eco-92 no Brasil estimulou a vinda de importantes organizações ambientais internacionais como o *Greenpeace*, o *World Wild-Life – WWF* e também a *The*

Nature Conservancy. As duas últimas abriram escritórios em Brasília, além de construírem base de trabalho em outras regiões do Brasil. O *Greenpeace* abriu escritório em Manaus, capital do Amazonas, e em São Paulo, onde é sua sede, porém sempre teve funcionários que se dedicaram ao acompanhamento das ações dos poderes legislativo, executivo e judiciário. O mesmo aconteceu com as outras ONGs internacionais, umas se dedicaram mais ao trabalho de *advocacy* do que outras.

O fluxo de recursos das organizações internacionais correu também para o caixa público dos governos federal e estaduais. Muitos projetos e políticas governamentais foram apoiados, estimulados e financiados por organizações internacionais, como Heinrich Böll, braço do Partido Verde alemão, por instituições e governos da Noruega, dos Países Baixos e de outros países, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e pelos 7 países mais ricos do mundo, aqueles que constituíam o G-7, que financiou o Programa Piloto para a Proteção das Florestas do Brasil (PPG-7)⁶¹. É posto em evidência, portanto, o caráter internacionalista do desenvolvimento do ambientalismo no Brasil tanto em termos de orientação de projetos da sociedade civil como de políticas governamentais.

Logo após a realização da Eco-92, um acontecimento explosivo no país minou o foco dos desdobramentos desse evento internacional. Trata-se das mobilizações pela ética na política e contra a corrupção que resultaram no *impeachment* do então presidente da república Fernando Collor de Melo (1990-1992). A mobilização foi comandada principalmente pelos movimentos estudantis, com a liderança mais expressiva da União Nacional dos Estudantes (UNE). O país, que engatinhava no território da redemocratização, mostrava-se inconformado com os desmandos e ingerências governamentais. Foi um momento em que a pauta ambiental politicamente ficou em suspenso.

No ano de 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para a presidência da república, deu-se início a um novo ciclo de relação entre Estado e sociedade, que perdurou até 2002, ano em que findou seu segundo mandato. Com valores neoliberais de descentralização do Estado, muitas das responsabilidades públicas foram repassadas a

⁶¹ O PPG-7 foi o principal doador de recursos para o MMA e o responsável financeiro pela implementação das políticas públicas, o que era realizado por consultores contratados por organismos internacionais e pela contratação de OSCIPs. O Programa oportunizou, pelo planejamento e execução de políticas públicas, maior aproximação entre a sociedade civil e o Ministério.

organizações sociais. Com o argumento de que essas organizações possuíam maior capacidade técnica do que o Estado para alcançar o interior do Brasil e identificar e gerir as demandas, o governo passou a contratá-las para prestação de serviços (Bresser Pereira, 2005). Muitas ONGs ambientalistas foram criadas e se fortaleceram nesse período com o apoio de recursos do Estado e também de doações vindas de países industrializados preocupados com a preservação das florestas e com o desenvolvimento sustentável no Brasil. O movimento, nesse momento, passou a ter a identidade moldada por organizações não governamentais (Alonso et al. 2007) e muitas delas migraram ou abriram escritórios em Brasília, sede do governo federal, para implementarem definitivamente a estratégia de interação direta com o sistema político. ISA e IPAM são exemplos de organizações que estabeleceram filiais na capital federal.

É importante destacar que a disputa por recursos públicos e de doadores internacionais colocava as ONGs em constante competição. Os doadores abriam editais e as ONGs deveriam escrever projetos que seriam avaliados. Os editais definiam, na maioria das vezes, a natureza do trabalho a ser desenvolvido, a região onde as ONGs atuariam e também as suas equipes. A capacitação técnica dos membros dessas organizações, nesse sentido, era imperativa na definição de quais delas obteriam sucesso com os editais e conseguiriam mais doação (Entrevista 47, 3/2/2015).

Para além da internacionalização das ONGs nesse momento, destacamos que os principais recursos do Ministério do Meio Ambiente vinham de instituições internacionais. Isto é, tanto movimento quanto o Estado passaram por processos de internacionalização na área ambiental durante essa década.

2.5.2. Ações direcionadas para a arena governamental

Ainda que o campo de atuação dos ativistas se voltasse com vigor para a sociedade, muito de sua ação foi também direcionada para o Estado, na tentativa de influenciar as políticas públicas num governo neoliberal. Em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA). O preenchimento dos cargos públicos no MMA seguiu a lógica de aproveitar servidores públicos com experiência na área⁶² e contemplar pessoas dos partidos

⁶² Especialmente do IBAMA.

da base de apoio do presidente da república para nomeações a ministros da pasta (Abers e Oliveira, 2015). Contudo, as ONGs exerciam uma grande influência sobre as decisões ambientais, uma vez que elas eram consultadas pelos atores políticos, especialmente durante a gestão de José Sarney Filho como ministro do MMA, de 1999 a 2002. Os ativistas ambientais passavam a interagir de forma mais próxima com o Estado, mas numa situação de prestação de serviços e de consultorias, sem a necessidade de ocupar cargos públicos, com exceção de Mary Allegretti, que chefiou a Secretaria de Coordenação da Amazônia. Conforme já exposto, ela desenvolveu trabalho com seringueiros no Acre e acompanhou a luta de Chico Mendes nesse estado.

O governo do PSDB terceirizou suas atividades e muitas políticas foram desenhadas e implementadas por meio de convênios com ONGs. Ainda que esse cenário fosse interessante para as ONGs por contribuir para sua sobrevivência institucional e a de seus projetos, que conseguiam influenciar o governo de diferentes formas, havia um problema de direcionamento governamental da política ambiental, além da questão ideológica, que não era resolvido.

Bernardo (1999) enfatizou que o governo do PSDB solicitava projetos multifacetados e, muitas vezes, sem propósito, e descreveu como uns projetos poderiam anular outros e o quanto fazia falta uma orientação para construir e operacionalizar, de fato, uma política ambiental completa. A autora trouxe relatos de dirigentes de ONGs que reclamavam sobre os processos de contratação das ONGs para prestação de serviços estatais. Algumas eram contratadas porque seus representantes tinham relações pessoais com o ministro do MMA ou com pessoas do governo que queriam privilegiá-las, ou porque tinham mais trânsito com organizações internacionais e o governo estava interessado nesse *networking* para resolver problemas políticos. Havia situações em que apenas por serem mais estruturadas, algumas ONGs ganhavam quase todos os editais e contratos, mesmo em casos em que o trabalho não fosse na área de atuação da organização. São vários os relatos dos problemas gerados por essa relação com o governo do PSDB.

O Instituto Socioambiental (ISA) foi uma das ONGs estruturadas que aproveitou esse vazio político para tentar orientar o MMA. Seus assessores de políticas públicas eram cotidianamente consultados em relação a questões políticas importantes sobre a agenda

ambiental, como o processo de reformulação do Código Florestal. Dessa forma, influenciavam, desde o campo social, sob a evocação do profissionalismo e da terceirização, as políticas públicas da área ambiental. Outras ONGs, como o Greenpeace que não assinava contratos com o governo, tinham maior autonomia em relação ao Estado, porém, menos interferência nas políticas públicas. A ação dessa última ONG era mais focada no protesto, apesar de que fazia atuação marcada no Congresso Nacional.

Outra questão era a ideológica. Num governo em que as leis do mercado assumem preponderância declarada sobre a organização política do Estado, a fim de torná-lo cada vez menor, muito do que é defendido pela luta socioambiental é destituído de importância e sentido. Os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos cidadãos, em evidência dos menos favorecidos, são diretamente afetados por essa lógica de diminuir a importância e tamanho do Estado e das políticas de atendimento social.

Para Dagnino et al. (2006), esse formato de aproximação entre Estado e sociedade civil é marcado por uma prática de despolitização dos movimentos sociais por parte do governo. Aqueles movimentos e associações da sociedade que transformaram sua estrutura informal em um modelo juridicamente formalizado, como as Organizações Privadas de Interesse Público (OSCIP) – modelo de organização habilitada a assinar contratos com o poder público – eram tratados pelo governo como prestadores de serviços e não como organizações políticas, com repertórios próprios, em luta pela sua sobrevivência e realização de suas demandas. Com esse pano de fundo, o PT, partido de oposição, que congregava bandeiras e lideranças de diferentes movimentos sociais, reforçava seu aspecto de representante político das causas sociais em distintas temáticas.

2.5.3. Ação direcionada para a arena legislativa

Durante a década de 1990, e os dois primeiros anos da década de 2000, apesar do relacionamento com a arena estatal sofrer altos e baixos, vimos também o fortalecimento da ação dos ambientalistas direcionada ao Congresso Nacional. Conforme narrado na seção anterior, Feldmann, enquanto foi Constituinte e Deputado Federal, construiu importantes canais de interlocução entre ambientalistas e a casa legislativa: a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar Ambientalista, que seriam muito

aproveitadas pelos ambientalistas dedicados a defender seus interesses e influenciar parlamentares na aprovação e bloqueio de projetos de lei que estavam em votação ou em elaboração.

Esses canais também foram importantes para os ambientalistas construírem redes com parlamentares e consultores legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os consultores legislativos das duas Casas do Congresso Nacional avaliam e elaboram projetos de leis para os parlamentares, bem como redigem e analisam pareceres sobre diferentes temas. São, pois, atores estratégicos na interação com os parlamentares. De outra parte, os ambientalistas também têm muito a oferecer, pois, como se profissionalizaram e passaram a desenvolver projetos em nível local, possuem informações qualificadas que são transmitidas para os atores do poder Legislativo.

Um consultor legislativo da Câmara dos Deputados informou que há mais de 20 anos as organizações ambientalistas da sociedade civil acompanham a Comissão de Meio Ambiente, constantemente. Ele explica que são aquelas organizações que têm especialização em atuar no Congresso - não são todas que se dedicam ao acompanhamento legislativo ou que possuem capacidade técnica para fazê-lo. De acordo com o entrevistado, elas atuam com alguma coordenação, mas não dizem a mesma coisa, têm demandas e formas de atuação próprias. Em suas palavras,

(...) você acaba formando vínculo com as organizações da sociedade civil. Tem vinte anos que eu encontro representantes do ambientalismo aqui. A gente sabe o que cada um pensa (...). Então, essas pessoas se conhecem. Isso é rede, mesmo que não concordem. É um grupo de líderes das ONGs que têm ação reiterada no Congresso. Tem alguma renovação, mas muitos estão aqui desde o começo dos anos 1990. (...) Nessa rede, uma questão importantíssima é a informacional. Tem hora que você não sabe como estão os dados de sobreposição de Terras Indígenas e de Unidades de Conservação. Se eu ligar para o ISA, eu consigo ter esses dados (...) têm horas que você não sabe e essas pessoas ajudam. Se elas não souberem, elas mesmas te colocam em contato com a pessoa que tem a informação que você está precisando. (...) Tem essa questão informacional e tem outra questão, que não vai ser para todos da consultoria [legislativa], que é uma questão de identidade de ideias mesmo, de se ligar a causas. Você tem que ter parecer favorável ou negativo para tudo aqui. (Entrevista 36, 29/5/2014)

Essa fala tem importante caráter heurístico. Informa que algumas ONGs ambientalistas têm atuação constante no Congresso Nacional ao longo de décadas; que elas se apresentam com interesses e estratégias de ação diferenciadas, apesar de terem alguma coordenação; que não

há muita renovação do perfil e das pessoas que acompanham os projetos nas casas legislativas; que formam uma rede multi-institucional e que as redes se estabelecem por identidades, por defesa de ideias.

Em relação aos parlamentares, consultores legislativos ponderaram que eles possuem atuação especializada em defesa da causa ambiental, independentemente de partido (Entrevista 36, 29/5/2014; Entrevista 17, 10/2/2015). Por essa razão, parlamentares do PSDB e do PT, partidos opostos em posição política e ideológica que se destacaram na defesa de causas ambientais, podem se ver defendendo a mesma causa ou projeto e fazer parte de uma mesma rede com os atores da sociedade civil. Porém, um desses consultores legislativos faz importante ponderação. Ele traz um exemplo: analisa que a compreensão de Feldmann, que era do PSDB, sobre meio ambiente não é a mesma daquela de Marina Silva, que fez maior parte de sua história política no PT. Feldmann sempre buscou interface com o setor empresarial, em desenvolver instrumentos econômicos, tinha uma postura muito mais enfática ao lidar com o governo, mais incisiva do que a de Marina Silva. Por outro lado, quando se aborda a linha socioambiental, que é o território dela, não há muita repercussão para o ex-deputado, pois não é sua coordenada de atuação. O seu ambientalismo é menos social, mais técnico.

Essa observação que estabelece diferença entre a perspectiva de Marina e de Feldmann interessa especialmente em um sentido. Feldmann, dentro do PSDB, foi um ator decisivo e de grande importância para as conquistas políticas e sociais obtidas na área ambiental durante as décadas de 1980 e 1990, mas, conforme será apresentado nos capítulos seguintes desta tese, a liderança de Marina Silva e sua importância foi muito mais além daquela exercida pelo ex-Deputado. As razões para isso podem ser diversas, como a influência do socioambientalismo, que teve boa aderência entre os ambientalistas e Marina Silva se tornou a grande representante desse modelo de ambientalismo; pode estar relacionado com as características do partido que cada um representa; mas também pode guardar relação com o perfil pessoal de cada um dos parlamentares.

Um antigo militante do ambientalismo, que passou por experiências em partido político, em ONGs e também no Estado, informou que a principal característica do ambientalismo na Amazônia foi seu aspecto social, com os problemas vividos pelos povos

da floresta na preservação da principal riqueza da região. Na Mata Atlântica, bioma presente no litoral do Brasil, com apenas 7% de floresta remanescente, o ambientalismo se deu numa chave mais ambiental, de conservação (Entrevista 27, 4/11/2013). Isso se relaciona com o que Hochstetler e Keck (2007) descreveram sobre a influência do federalismo no Brasil e suas diferentes ecologias políticas. Feldmann era um representante da Mata Atlântica e Marina Silva, da Amazônia. O interessante é que, mesmo com essas diferenças, não houve impedimentos para, em 2010, Fábio Feldmann deixar o PSDB, filiar-se ao Partido Verde e concorrer ao cargo de Governador de São Paulo em apoio a Marina Silva, que também se filiou a essa última legenda para concorrer ao posto de Presidente da República.

2.5.4. A importância do PT na arena legislativa

Apesar da importância de Fábio Feldmann e sua militância ambiental na arena legislativa, inicialmente junto ao PMDB e posteriormente com o PSDB, é inescapável reconhecer o papel fundamental que o Partido dos Trabalhadores exerceu nesse período da história do ambientalismo. Na análise de Hochstetler e Keck (2007, p. 110/11)

For many environmentalists, the Worker's Party became a political home not so much because of its socialism (though many environmentalists were also socialists) but because it espoused radical democracy, direct participation, and grassroots organization (Keck, 1992). Although the PT generally treated environmental protection as one laundry list of social demands, it was still the only party in which programmatic questions were debated seriously by party members, who could vote to change party positions (...).

Durante a década de 1980, o PT se constituiu como partido preferencial de candidatos da lista verde e, nos anos 1990, continuava a oferecer uma estrutura de suporte político para o ambientalismo que era importante. A identificação dos ambientalistas com o partido parecia se dar mais no diapasão da democracia participativa, da estratégia e formato de articulação política do que no conteúdo ecológico. Entretanto, na leitura de militante antigo do partido, em determinado momento, o PT tinha mais ambientalistas do que o PV e os mais relevantes deles estavam dentro do PT (Entrevista 18, 28/11/2013). Ele argumenta que, no PT, o ambientalismo foi se constituindo aos poucos. A realização da Eco-92 teve grande influência nesse processo. Tanto que os militantes petistas organizaram um manifesto e, no ano de 1993, o partido fundou a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD). Era o único

partido que tinha uma instância direcionada para a pauta de meio ambiente e isso tem um poder simbólico importante.

Quando o PT começou a administrar governos e prefeituras, os quadros do partido, dentre eles os ambientalistas, assumiram cargos nos órgãos públicos e começaram a ter experiência administrativa. Secretarias estaduais e municipais de meio ambiente foram criadas e, nos governos do PT, elas sempre foram administradas por petistas, não eram cedidas a partidos da coalizão (Entrevista 12, 21/7/2014). Em complemento, militantes do partido com ideias verdes ou sensíveis a elas também eram eleitos a cargos do poder Legislativo, os quais construíam pontes com o movimento ambiental em diferentes estados, como o fez parlamentares no Rio Grande do Sul que eram próximos à AGAPAN (Hochstetler e Keck, 2007).

Sobre as características do PT, entrevistado reforça que o partido não é ambientalista, é um partido vermelho, porém, pelo formato da luta política que travava, atraía os ambientalistas. Ao diferenciar a pegada do PT com a do PV, o que reforça sua estratégia e formato de luta como elementos de aproximação inicial entre ambientalistas e partido, o entrevistado esclarece o seguinte:

O discurso do PV era mais ideológico que político. Não tinha capacidade de fazer reformulação na política. O discurso do PT veio mais pela política do que pelo ideológico. Essa é uma visão mais estratégica. O pessoal que era ligado ao PT, seja filiado ou que tinha ligação política, estava numa luta concreta e muito diversa e o PT era um partido político que disputava agressivamente. O PV nunca disputou agressivamente, nunca teve um apoio muito grande porque a origem dele sempre foi muito elitista. (...) Quando se tem um debate nacional de política ambiental, o PT era o interlocutor das ONGs e não o PV. É porque o PT fazia política com mais amplitude, então, enfrentava os conflitos com mais amplitude (...) você tinha uma visão no PT que dialogava com as ONGs e outra que era contra, porque o PT é um partido muito amplo. Isso está ligado ao segmento da classe trabalhadora que fundou o PT. (Entrevista 18, 28/11/2013)

Apesar dos partidos políticos se formarem com base em ideologias como formas de identidade, o entrevistado faz diferença de um ser mais ideológico que o outro no sentido da prática política. O PV, em sua narrativa, parece ser um partido de retórica, ao passo que o PT tem uma prática mais contundente na arena política, de enfrentar disputas e marcar trincheiras. Ademais, a narrativa reforça o caráter político da causa ambiental, ou seja, a disputa ambiental é também uma disputa política, e o PT parecia oferecer mais recursos para

o embate. A questão do parlamentar especializado e sensível à causa ambiental também faz sentido para esse petista. A defesa da causa ambiental não dependia apenas de partido, mas especialmente de pessoas dentro dos partidos. Apesar disso, o que se apreende do que foi até aqui analisado é que o PT foi se configurando como uma importante representação política para ambientalistas, porque militantes aguerridos à causa faziam parte de seus quadros e se conectavam aos movimentos sociais.

Um ativista ambiental, cuja trajetória no movimento e em ONGs data desde os anos 1980, argumentou, em entrevista realizada anos atrás, que havia uma identificação forte do ambientalismo com o PT, apesar do PV já existir. Além das críticas sobre criar um partido essencialmente ambientalista, o que, no geral, não era totalmente aceito pelo movimento, a representação política feita pelo PT lhes parecia mais completa, no sentido de ser mais ampla (Entrevista 44, 1990). Para analista político, especializado nessa temática, no período de surgimento e consolidação dos partidos, o PT e o PSDB tinham um importante comitê ambientalista. Apesar de o PV ser um partido que surge em função dessa bandeira, ele reconhece que foi no PT que o ambientalismo cresceu em importância e se destacou. À medida que havia crescimento da pauta ambiental na legenda petista, no PSDB, de Fábio Feldmann, o ambientalismo foi perdendo cada vez mais importância e se tornou irrelevante já no começo do século XXI (Entrevista 14, 7/7/2014).

Almeida (2006) retrata que, no Brasil, o PT foi importante aliado dos movimentos sociais durante a década de 1990, quando aqui imperava a corrente neoliberal. Em sua interação com os movimentos, o partido fazia a defesa de seus projetos nas administrações e legislações em que tinha seus membros e militantes em cargos políticos. Não carecia às lideranças sociais serem filiadas ao partido, elas tinham ligações informais com o PT (Gómez-Bruera, 2015) ou constituíam o que Sawicki (1997) chamou de meio partidário. Conforme trabalhado por Almeida (2006), os partidos de esquerda na América Latina tiveram importância nevrálgica para os movimentos sociais no período do neoliberalismo, por fazerem oposição a essa lógica política e econômica e defenderem politicamente as bandeiras dos movimentos sociais, sendo, de certa forma, seus representantes políticos e oferecendo membros de suas bases para apoiarem protestos na sociedade e, assim, fortalecer organizações dos movimentos sociais, prática que chamou de “*social movement partyism*”.

Ainda que houvesse críticas ao PT ou à associação direta de ONGs com partidos políticos, o movimento ambientalista constituiu sua representação política em torno de partidos, especialmente do PT. Ainda que se esforçassem para tentar dissociar sua identidade e entidade de questões partidárias – especialmente porque os doadores exigiam que as ONGs não tivessem vínculos partidários como condição para receberem recursos – o histórico de desenvolvimento desse movimento o interliga a partidos políticos na luta por poder, para influenciar políticas públicas. Ambientalistas trabalharam em campanhas do PT em diferentes momentos e em diferentes níveis da federação, auxiliando na organização de campanhas e também no desenvolvimento de programas de governo (Entrevista 44, 1990; Entrevista 2, 27/4/2013; Entrevista 25, 7/2014). De certa forma, essa interação se tornou simbiótica em alguns momentos e, conforme demonstrado nesta tese, também apresenta traços de uma relação interessada de ambas as partes. Mas, nesse primeiro momento, a identificação entre ambientalistas e partidos políticos, especialmente o PT, envolve questões mais simbólicas de compartilhamento da luta política, da conquista de espaços políticos para agendas caras a eles. O socioambientalismo, que se fortalece na Amazônia e tem o suporte do PT, é elemento identificador para movimentistas e para partidários.

2.5.5. Forma-se uma liderança petista na arena legislativa

É nesse cenário de sobreposição dos partidos de esquerda, de destaque de personalidades políticas e associações entre movimentos e partidos que surgiu Marina Silva. A mulher negra, seringueira, petista e jovem chegava à Brasília para assumir o cargo de Senadora Federal pelo estado do Acre, no ano de 1995. Antes disso, Marina tinha sido Deputada Estadual, em 1989. Ela foi novamente eleita Senadora Federal nas eleições de 2002, também pelo PT.

Já em seu discurso de posse, Marina esclareceu que sua luta era pela defesa da floresta e dos povos que nela vivem e que daria continuidade ao legado de Chico Mendes, com quem militou no Acre. Sua chegada ao Senado Federal foi motivo para elaboração de caricaturas e chacotas sobre sua origem e capacidade de representar politicamente um estado, mesmo que fosse o Acre, um dos mais pobres do Brasil (César, 2010). Contrariando as críticas, Marina logo ganhou respeito pelo seu “mandato de opinião” e chegou a ser líder do partido no Senado ao final de seu primeiro mandato (Ibid.).

Ao assumir o cargo de Senadora, uma das primeiras iniciativas foi elaborar projeto de lei para regulamentar o acesso aos recursos genéticos, assunto que envolve temas espinhosos como bioprospecção, biopirataria, espionagem, bem imaterial, dentre outros. Outra agenda com a qual se envolveu intensamente foi a de transgênicos. Em 1997, a então Senadora apresentou projeto de lei que estabelecia moratória do plantio, comércio e consumo de organismos geneticamente modificados e seus derivados. O PT, na pessoa de Luiz Inácio Lula da Silva, também se posicionou contra o plantio dos transgênicos, chegando a apresentar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra tentativas do governo do PSDB de liberar a transgenia no país. Como será exposto no capítulo seguinte, essa postura do partido mudou depois que assumiu o governo federal.

Ao todo, Marina apresentou 54 projetos de lei (PL) e mais de 100 proposições, a grande maioria vinculada a assuntos socioambientais e à Amazônia (Ibid.). De acordo com um dos seus assessores, Marina conduzia um “legislar coletivo”, em que consultava a comunidade científica, diferentes setores da sociedade e, principalmente, representantes do movimento ambientalista, estruturados em ONGs, que se capacitaram e profissionalizaram durante a década de 1990 para acompanhar a complexidade da agenda socioambiental (Entrevista 19, 7/3/2014). O PL sobre acesso a recursos genéticos, por exemplo, foi elaborado com forte apoio e acompanhamento de Muriel Saragoussi, da Fundação Vitória Amazônica, ONG com sede em Manaus. Saragoussi é doutora em genética e especialista no assunto. Na pauta dos transgênicos, ela foi constantemente assessorada pela equipe do *Greenpeace*, especialmente por Marijane Lisboa. Dessa forma, Marina foi construindo elos com organizações e pessoas.

Para representante do Instituto Socioambiental (ISA), organização especializada no trabalho de *advocacy*, Marina estabeleceu

uma relação muito direta com a sociedade civil no âmbito do mandato do Senado (...) ela era, digamos, o porto seguro das nossas demandas no Senado, assim como nós éramos o aparato, o apoio dela, muitas vezes, de produção de subsídios, de propostas, de pareceres para a atuação dela (Entrevista 2, 24/4/2013).

Mische (2008) assinala que a construção e transformação de identidade coletiva está nas redes relacionais dos atores sociais que se ligam pelas histórias e projetos a eles associados. Marina começava a construir com esses ativistas ambientais uma história de identidade. Ela

deu visibilidade às questões ecológicas e ganhou reconhecimento nacional e internacional pela sua luta. A recompensa e competência são poderes que legitimam a edificação e ação de liderança, segundo Melucci (1996). Marina conquistou respeito e deferência dos representantes de ONGs ambientalistas que a elegeram como sua representante no Senado. O alemão Thomas Fatheuer, diretor do escritório da Fundação Heinrich Böll, ligada ao Partido Verde alemão, e observador externo do ambientalismo no Brasil desde o período da Conferência Rio-92, analisou que o mandato de Marina Silva “amplificou a luta pela preservação do meio ambiente” e “cristaliza[ou] a luta pelas causas socioambientais” (Fatheuer, em entrevista para César, 2010, p. 179).

Foi nesse período que os ambientalistas reconheceram em Marina Silva, então do PT, uma grande aliada e a liderança que poderia defender seus projetos. Outros representantes do partido, como Aluísio Mercadante, Eduardo Suplicy e Gilney Viana também eram defensores, de diferentes formas, das causas ambientais – o primeiro em menor grau e intensidade que os outros (Entrevista 18, 28/11/2013). Os ambientalistas igualmente recorriam à representação da Assessoria Especial de Meio Ambiente do PT, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para influenciar seus parlamentares com ideias socioambientais. Um entrevistado revelou que:

(...) no PT, os parlamentares ajudavam botando pra frente todas aquelas questões [ambientais] de embate, ajudava e inclusive boa parte das lideranças socioambientais tinham em parlamentares do PT apoios importantes no Congresso Nacional (Entrevista 31, 16/1/2015)

É importante trazer em tela que, apesar do PT ter se constituído como “representante político do movimento ambientalista” (Entrevista 9, 2/2/2015), outros partidos também auxiliavam o movimento na defesa ou bloqueio de projetos e políticas relativas ao ambientalismo. Para representante da Fundação SOS Mata Atlântica, a aposta no parlamentar e/ou no partido depende das condições do projeto: em qual comissão das casas legislativas o projeto de lei está, quem é o autor do projeto; quem é o relator; qual o tema da matéria em destaque; dentre outros elementos (Entrevista 25, 7/2014). Portanto, havia também conexões com outros partidos e parlamentares.

Durante a terceira onda do ambientalismo, são observadas diferentes mudanças na dinâmica e identidade do movimento ambientalista: a consolidação da identidade coletiva como organizações não governamentais; a profissionalização das ONGs; o arrefecimento da

mobilização política para uma atuação mais técnica; a internacionalização das redes políticas e sociais que se desenvolveram a partir da Rio-92; a relação com partidos políticos pautada pela defesa e bloqueio de propostas no Congresso Nacional; e o estabelecimento da relação com o Estado por meio de prestações de serviço. Observamos também o fortalecimento de relação com o PT, legenda que abrigava diferentes bandeiras dos movimentos sociais, as quais eram defendidas nas experiências do partido em administração de municípios e estados e também no poder legislativo.

A aderência do movimento ambientalista ao PT parece focar mais a questão da luta política, conforme narrou um entrevistado petista e ambientalista, do que uma identidade de causas. Conforme Hochstetler e Keck (2007) avaliaram, as questões ambientais configuravam mais como uma *laundry list* para os militantes petistas tradicionais do que uma bandeira de luta de fato. Apesar disso, era a legenda que tinha uma instância organizacional dedicada a questões ambientais e foi apresentada pelos entrevistados e analistas como a organização partidária onde o ambientalismo mais prosperou.

Na relação do movimento com parlamentares, o destaque dessa década foi a petista Marina Silva, ainda que houvesse outros parlamentares sensíveis a questões ambientais. De fato, Marina culminou como a representante por excelência da luta pela proteção das florestas e dos povos que nelas vivem. Naturalmente, ela atraiu para junto de si aqueles que compreendiam o ambientalismo da mesma forma que ela, construindo uma rede de atores de diferentes institucionalidades que agiriam em conjunto por muitos anos, conforme será demonstrado nos capítulos seguintes.

2.6. Achados

A proposta deste capítulo foi contextualizar a formação do movimento ambientalista no Brasil. Argumentamos que, em sua estruturação, o movimento construiu relações com atores e instituições políticas, estabelecendo redes de ativismo entre sistema político e sociedade e que sofrem muita influência do contexto político. Alguns atores e organizações do movimento optaram por uma ação coletiva mais técnica, localizada e distanciada das instituições políticas. Mas, outras, com muita força e vontade, lançaram-se à aventura da

intervenção política por compreenderem que o ambientalismo envolve disputa por poder e a luta deve ser travada dentro das instituições políticas ou por meio delas. Esse movimento é, portanto, heterogêneo e algumas poucas organizações e ativistas ambientais atuam no nível federal.

No processo de elaboração da luta política, os ambientalistas se associaram à esquerda política e constituíram diferentes tipos de vínculos com partidos políticos, especialmente com o PT. Esse partido passou a fazer a representação política dos ambientalistas. Primeiro, com identificação na chave da forma de luta política, que promovia participação e inclusão de diferentes atores sociais nas discussões e disputas políticas, ambos compartilhando e defendendo projetos políticos. Na organização da Lista Verde para a Assembleia Constituinte, por exemplo, o PT era o partido que tinha mais candidatos escolhidos pelos ambientalistas como defensores de suas bandeiras, apesar de o candidato vitorioso nas eleições ser Fábio Feldmann, pelo PMDB, quem articulou importantes ações e fez a ponte entre a arena legislativa e ambientalistas durante parte dos anos 1980 e 1990.

Segundo o que foi apresentado sobre a construção de identidade dos cidadãos com partidos políticos, no capítulo anterior, a identificação acontece pela imagem que o partido, ou seus líderes, passa aos seus eleitores e pelo conteúdo de suas propostas (Janda et al., 1995). Mas, ela também pode se dar por elementos cognitivos e afetivos (Rosenblum, 2008), sem necessariamente envolver sentimentos como pertencimento, conforme acontece com a formação de identidade coletiva dos movimentos sociais. A ideologia também pode despertar identidades com partidos políticos (Panebianco, 1995), entretanto, para Poletta e Jasper (2001), ao que se trata de identificação dos movimentos sociais, a ideologia pode exercer um papel bastante negativo e conflituoso por se tratar de algo em disputa. O processo de construção de identidade coletiva de movimentos sociais e de identidade dos partidos políticos guarda alguns pontos de semelhança e muitos de distinção, sendo, portanto, campo de disputa. Consideramos que os movimentos sociais se identificarão inicialmente com os partidos políticos da mesma forma que seus eleitores o fazem, por elementos como imagem e conteúdo ou mesmo por elementos afetivos e cognitivos, caso não sejam eles mesmos a formarem os partidos políticos. Essa identificação possibilitará ao movimento se aproximar

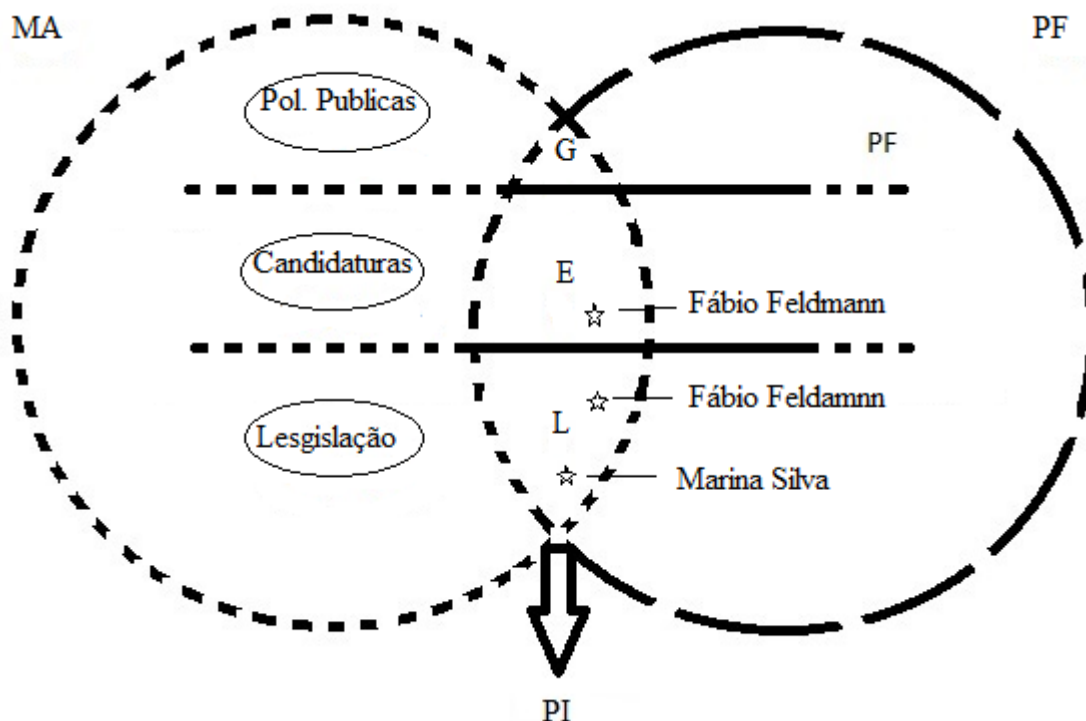
e se envolver com a parte informal dos partidos políticos ao que se referir à agenda ou pauta que eles compartilham.

No caso dos ambientalistas com o PT, conforme exposto neste capítulo, a identificação inicial parece ter acontecido em função do formato da luta democrática, pois o partido era fechado para abordagens pós-materialistas. Contudo, essa perspectiva foi se alterando com líderes ambientais alcançando projeção no partido e levando o movimento a criar maior identificação com os líderes e as linhas políticas por eles defendidas, como aconteceu com Marina Silva e o socioambientalismo.

Entendemos que a aproximação dos ambientalistas com os partidos políticos nas arenas eleitorais e legislativas também eram reforços para criarem identidades diversas. Mische (2008) argumentou que as redes relacionais proporcionam a construção e transformação de identidades dos movimentos sociais e isso nos dá solo para defender que, à medida que os ambientalistas encontravam lideranças partidárias que defendiam suas bandeiras no interior dessas arenas, e com eles se relacionavam em apoio mútuo, o processo de identificação com os líderes se consolidava. Isso aconteceu com Fábio Feldmann e se intensificou com Marina Silva, cujos poderes de recompensa, identificação e competência dos liderados foi mais intenso em função do socioambientalismo. Por fim, esses líderes fizeram a ponte entre partido político e sociedade, entre arenas eleitoral e legislativa e os ambientalistas, inserindo-os, de alguma forma, nas arenas partidárias.

A representação dessa interação no nosso mapa do terreno de ação revela as arenas eleitoral e legislativa destacadas em função da articulação política forte que nelas engendraram os ambientalistas. Eles também atuaram na arena governamental, porém, a ação foi de orientação técnica, de prestação de serviços, profissional, sem a disputa política travada nas outras arenas. Por isso, destacamos a arena legislativa neste capítulo, mas reconhecemos a importância da articulação na arena governamental. Na figura abaixo, marcamos o movimento ambientalista e partidos políticos, uma vez que, durante o processo de abertura política, outros partidos para além do PT também foram importantes.

Diagrama 4: Mapa do terreno de ação nas arenas eleitoral e legislativa – movimento ambientalista e partidos políticos



Os líderes sociopartidários desse período se localizam exatamente nas arenas eleitoral e legislativa, para onde os ambientalistas mais direcionaram sua ação política. Fábio Feldmann, conforme discutido, teve importância no período das eleições para Assembleia Constituinte, em 1986, e em seus mandatos contínuos no Congresso Nacional, recebendo forte apoio para suas candidaturas e legislaturas como Deputado Federal. Os ambientalistas, no mesmo período de abertura política, também apoiaram a candidatura de vários candidatos do PT, os quais foram selecionados para compor a Lista Verde e defender a agenda ambiental. Durante esse período e também na década de 1990, houve um investimento grande de ambientalistas para influenciarem a legislação ambiental, pois o Congresso Nacional, fortalecido com o processo da Assembleia Constituinte, estava relativamente aberto à sociedade civil e tinha a tarefa de regulamentar uma série de normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988. A sobreposição entre movimento e partido foi maior nas arenas eleitoral e legislativa, onde também estavam posicionados os líderes sociopartidários que defendiam o projeto ambiental nesse período, conciliando interesses do movimento ambientalista e dos partidos políticos. A arena governamental, apesar das parcerias técnicas entre governo do PSDB e as ONGs, estava mais esvaziada de articulação política e, coincidentemente, sem nenhuma liderança nela posicionada.

Parte 2:

Arena Governamental

3. Trajetórias que nos unem

3.1. Introdução

A chegada de um novo partido político à presidência da república é sempre acompanhada de ajustes na estrutura estatal e equipe governamental ao novo projeto político a ser implementado. Em 2003, a mudança no cenário político brasileiro era brusca, pois, além de se tratar da chegada de um partido de oposição ao governo anterior, do Partido da Social Democracia Brasileiro (1995 a 2002), o recém-eleito Partido dos Trabalhadores era expressão do incomum no sistema partidário brasileiro (Meneguello, 1989; Keck, 1992). A base partidária formada por lideranças sindicais, movimentos sociais de diferentes bandeiras, trabalhadores e intelectuais que garantiam ao partido uma exclusividade no sistema partidário brasileiro, além das práticas de democracia participativa em experiências administrativas do PT em governos de estado e prefeituras, indicavam que a condução do país seguiria um modelo inovador. Para alguns observadores políticos, como Banaszak (2010), os momentos de mudança nas estruturas internas de um Estado são oportunidades para novos arranjos, novas ideias e lógicas de constituição política e burocrática.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, em 2002, inaugurava, assim, uma nova dinâmica de ocupação de cargos públicos no governo federal (D'Araújo, 2009). A partir de 2003, um número considerável de pessoas participantes de associações variadas assumiu posições políticas estratégicas no governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Mais de 40% dessas, entre a primeira e segunda gestão do governo Lula (2003-2006; 2007-2010), vinha de experiências em sindicatos e em organizações de movimentos sociais, contrariando uma tradição. Em geral, os burocratas de carreira e os filiados a partidos políticos da base de apoio do presidente da república no Brasil são os ocupantes de postos importantes da estrutura estatal (Loureiro et al., 2010). Ao diversificar esse perfil, o governo do PT reafirmava seu compromisso com o sindicalismo e demonstrava abertura para os diferentes grupos da sociedade, sinalizando para maior inclusão da sociedade civil no Estado e para a possibilidade de novos padrões nas relações entre ambos (D'Araújo, 2009).

De fato, a presença de militantes em ministérios de diferentes áreas do governo, como a social e a ambiental, promoveu experiências variadas na relação entre atores políticos e sociais. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) analisaram que, num contexto de maior proximidade entre esses atores, os formatos das novas interações eram ressignificadas de forma criativa. Ativistas que assumiram cargos na administração pública traziam suas bandeiras de defesa na sociedade civil e, por vezes, transformavam as agências governamentais em espaço de militância, promovendo inovações como a criação e fortalecimento de diferentes canais formais de participação e também de canais menos formais de “comunicação, colaboração e negociação entre Estado e sociedade” (p. 326). Para as autoras, o histórico do formato das interações desenvolvidas previamente por grupos sociais e o Estado exerceria influência determinante para as interações ocorridas nesse novo contexto.

Ao ser nomeada pelo presidente da república para chefiar o Ministério do Meio Ambiente do debutante governo petista, Marina Silva, representante importante do partido, formou sua equipe ministerial com referência em pessoas vindas da sociedade civil, do Partido dos Trabalhadores e da administração pública. De acordo com dados apresentados por Abers e Oliveira (2015), 39% da elite dirigente do MMA trabalhou em ONGs ou assessorou organizações sociais, enquanto 22% era filiada ao PT. Ainda havia pessoas com experiência profissional prévia nas burocracias federal, estadual e municipal, e 34% dos nomeados era servidor público.

Os dados demonstram que a equipe responsável pelo direcionamento político do MMA na gestão de Marina Silva (2003 a 2008) era formada prioritariamente por pessoas de perfil militante. Apesar de desenvolver uma dinâmica de abertura à sociedade civil em governos anteriores, essa era a primeira vez que o MMA tinha seus cargos ocupados por vários militantes sociais, os quais teriam a chance de imprimir internamente um pouco da sua prática política. Essa combinação de novas possibilidades no ministério era viável também pelas características da nova ministra da pasta, vista como uma pessoa de dupla cidadania, pois era liderança tanto para movimentos sociais como para ativistas filiados a partidos políticos.

A carência de recursos humanos capacitados para consolidar uma burocracia forte no MMA (Hochstetler e Keck, 2007) era também fator que estimulava a nova ministra a formar seus quadros com referência na sociedade. Nesse período, a qualificação técnica não estava no interior do Estado, mas encontrava-se nas organizações da sociedade civil que investiam na formação e capacitação de seus quadros. Uma vez que a preocupação de Marina Silva era estruturar o Ministério com pessoas capacitadas técnica e politicamente na área ambiental, seus principais recursos eram as organizações da sociedade civil e seu próprio partido⁶³ (Entrevista 19, 7/03/2014).

Pretendemos avaliar neste capítulo o trânsito de pessoas, especialmente de militantes de movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores, para os cargos de direção e assessoramento superior (DAS) de nível 5 e 6, correspondentes aos postos de diretor de programas e secretário de políticas públicas do MMA. Argumentamos que o trânsito ocorreu principalmente em função da ligação de lideranças ambientais com Marina Silva e com o projeto socioambiental que defendia, mas também por terem vínculos com o PT. Argumentamos que os ambientalistas que assumiram cargos no Ministério aproveitaram estrategicamente a oportunidade para dar continuidade aos seus projetos, bandeiras e agendas que já desenvolviam em sua trajetória profissional. Esse era justamente o projeto dos ambientalistas que atuavam em movimento social e em articulação com Marina Silva. Dentro de uma concepção maior de influenciar o sistema político, implementar políticas públicas que foram pensadas e até desenhadas pelos ambientalistas com seus parceiros na sociedade civil era o que os guiava, era o projeto ao assumirem cargos no MMA. Defendemos ainda que o trânsito de Marina Silva e atores da sociedade civil para o MMA deslocou a articulação de grande parte do movimento ambientalista da arena legislativa para a arena governamental.

A história de interação entre o partido e a sociedade civil será narrada a partir da análise das trajetórias dos ocupantes de cargos de confiança, nível 5 e 6, que foram nomeados por Marina Silva. Com essa análise, foi possível identificar pessoas vinculadas a ações e projetos que não apenas garantiram a elas seus postos no governo, mas também definiriam

⁶³Nas experiências de administração de prefeituras e governos de estados, o PT sempre coordenou as secretarias de meio ambiente, acumulando experiência administrativa nessa área, com destaque para o Rio Grande do Sul. Essa prática começou a mudar a partir de 2010, sinalizando certa fragilidade da agenda dentro do partido. Entrevista 12, 21/07/2014.

sua forma de atuação na arena política. A identificação dos ocupantes de cargos DAS 5 e 6 no Ministério do Meio Ambiente só foi possível a partir de análise de banco de dados organizado e fornecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse banco de dados informa sobre os ocupantes de cargos DAS no MMA em todo dezembro de cada ano, no período de 1999 a 2012. Os trânsitos que ocorreram ao longo de determinado ano não foram captados, apenas as alterações de ocupantes de cargos que eram percebidas de um ano para o outro.

Após identificar os nomes dos secretários e diretores de cada ano, de 2003 a 2012, procedemos com buscas na internet para conhecermos as trajetórias profissionais desses agentes. Como geralmente eram pessoas com reconhecida atuação na área ambiental e com formação acadêmica relevante, não foi difícil encontrar informações sobre suas experiências profissionais. A busca na internet foi feita por mim e por mais outros três estudantes de graduação, sob minha coordenação, que compartilhavam informações apenas quando seus bancos de dados estavam totalmente preenchidos, para prosseguirmos com as conferências. Dessa forma, otimizamos o trabalho e qualificamos os dados. Esse processo foi complementado com informações obtidas a partir das 43 entrevistas realizadas por mim de 2013 a 2015.

Ao cotejar as secretarias e diretorias com os nomeados para cargos em cada ano, observamos que há lógicas internas de transferência de cargos intra e entre secretarias que são difíceis de mapear com exatidão. Por essa razão, exploramos neste capítulo as nomeações em 2003, início do governo do PT, e em 2007, início do segundo mandato de Lula no governo e ano em que a equipe de Marina Silva conduziu uma reforma institucional no MMA. O ano de 2003 é o mais significativo, pois demonstra o cuidado e a lógica de composição de cargos escolhida pela Ministra para formar sua equipe e implementar um novo projeto de política ambiental. O ano de 2007 também é relevante em função da reforma e reorientação política e institucional do Ministério.

Este capítulo está organizado em quatro partes. Após esta introdução, segue seção sobre a composição da elite dirigente do MMA, com apontamentos sobre trajetórias profissionais dos secretários e diretores. Na sequência, analisamos a interação das diferentes equipes, com destaque para nomeados vindos de movimentos sociais e ONGs e do PT, e as

implicações práticas da sobreposição de seus projetos num governo petista. Por último, apresentamos as considerações finais com a análise de que, na interação entre movimento social e partido político atuantes na arena governamental, é possível prevalecer identidades e projetos de movimento social em relação a identidades e projetos partidários ao que se refere a políticas ambientais relevantes. É importante lembrar que o próximo capítulo é complementar a este, e o mapa do terreno de ação para a arena governamental será apresentado no próximo capítulo.

3.2. Composição Ministerial

A nomeação de Marina Silva para ministra do meio ambiente foi celebrada pelo movimento ambientalista como um ato de grande simbolismo (Abers e Oliveira, 2015), pois ocorreu na cidade de Washington, Estados Unidos, após Luiz Inácio Lula da Silva se reunir com o então presidente daquele país, George W. Bush, em dezembro de 2002. Lula, recém-eleito presidente da república, informou que a indicação de Marina para “tomar conta da política ambiental” era “o primeiro sinal que eu dou a todo mundo de que a Amazônia será tratada diferentemente em meu governo”⁶⁴.

Marina era a segunda ministra da equipe presidencial a ser indicada, a primeira foi Antônio Palocci, escolhido para chefiar a pasta econômica. O simbolismo não se limitava a isso. Marina era a principal representante da causa ambiental no PT e essa era a primeira vez que o ministério ficaria sob a responsabilidade do partido no governo. Para João Paulo Capobianco, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA) à época, “o Ministério do Meio Ambiente era um dos últimos a serem anunciados e sempre foi motivo de negociações entre os partidos. É um sinal de mudança, de que a questão ambiental passa a ter uma nova inserção política na estrutura do governo”⁶⁵.

Os ambientalistas, muitos dos quais participaram da preparação e elaboração do programa de governo do PT, haviam enviado uma carta ao presidente eleito solicitando a

⁶⁴ Fonte: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=519>, acessado em 13/05/2015.

⁶⁵ Ibid.

escolha de Marina Silva como responsável pela agenda ambiental em seu governo. Foram 140 organizações ambientalistas, apoiadas por cientistas, pesquisadores, representantes do setor empresarial e por políticos que também assinaram a carta. Dessa forma, parecia que os anseios políticos de parte do ambientalismo se realizavam da melhor maneira possível, pois Marina era a possibilidade da implementação do projeto que vinha sendo compartilhado entre atores sociais e políticos.

A coordenação do MMA pelo PT indicava que grupos do movimento que interagiam com o partido poderiam ter espaço político em seu governo. De acordo com entrevistado, Marina Silva procurou organizações ambientalistas e os nomes mais expressivos da área para compor sua equipe, junto com representantes de seu partido com atuação na área ambiental (Entrevista 19, 7/3/2014). Os ambientalistas, a seu turno, também se articulavam para auxiliar o novo governo. Representante da organização não-governamental (ONG) Instituto Socioambiental (ISA) relatou que, após a indicação de Marina ao MMA, começou uma articulação e discussão de montagem de sua equipe ministerial (Entrevista 2, 27/4/2013).

Outro entrevistado, que naquela época compunha a equipe de uma importante ONG ambientalista, narrou que, no final de dezembro de 2002, a nova ministra convocou uma grande reunião em Brasília com ativistas ambientais de diferentes frentes - partido, sociedade, governo, universidade - com a intenção de discutir sobre o cenário da política ambiental brasileira e sobre a nova estrutura do MMA. Naquela ocasião, também discutiram e indicaram pessoas estratégicas para cargos no ministério que compartilhavam os ideais praticados por Marina Silva e lideranças sociais que a apoiavam (Entrevista 37, 25/4/2014). Essa dinâmica sinaliza para um padrão de nomeações diferente, em que a organização da elite dirigente ambiental é discutida com lideranças ambientalistas de diferentes representações, em vez de concentrar apenas nas demandas partidárias.

As ONGs e lideranças ambientais se envolveram nesse processo com intensidades variadas. O ISA, por exemplo, se posicionava enquanto instituição, com alguns indivíduos mais ativos que outros, mas a estratégia de ir ao encontro do novo governo era institucional, ao passo que outras organizações mantinham distanciamento e apenas alguns de seus indivíduos, geralmente os que atuavam no campo da assessoria de políticas públicas, participavam das articulações políticas, como o *Greenpeace*. Mesmo aqueles que

desempenhavam atividades de acompanhamento do sistema político se inseriram nessa atividade com práticas e repertórios distintos. O ISA foi uma instituição que assumiu a liderança da articulação política entre governo e movimento ambientalista, funcionando como um *broker*⁶⁶, e prezava, entre suas práticas políticas estratégicas, a indicação de pessoas de seus quadros para ocuparem cargos no governo. O objetivo não era apenas ter um infiltrado no governo, mas, o ocupante do cargo ia cumprir a missão de implementar uma proposta. Entrevistado da instituição relatou o seguinte:

Nós, do ISA, sempre tivemos uma clareza de que fazia parte da nossa estratégia política contribuir com quadros em diferentes posições do poder público. A gente tem pessoas aqui que saíram para fazer concurso no Ministério Público, pessoas que foram para a presidência da FUNAI [Fundação Nacional do Índio] em diferentes momentos e para o Ministério da Justiça. Quando a Marina foi para o ministério, a gente imaginava que em algum momento viria uma demanda para cima de nós. (...) ao ceder quadros para o governo, você está cedendo quadros que foram formados em cima de uma história e de uma proposta, e a lógica da ida dessas pessoas para o governo é a consolidação dessa proposta, não uma trajetória individual (Entrevista 2, 24/4/2013)

Conforme esperado, Marina Silva procurou a instituição para assumir uma secretaria no MMA. Entrevistados do ISA entenderam que sua contribuição seria na área de biodiversidade e florestas, porque era onde tinham uma pauta definida. Estabeleceram que não assumiriam nenhuma outra secretaria que não fosse nessa área. O ISA vinha articulando o processo de divulgação e proposição para implementação política das recomendações do Seminário de Macapá, realizado em 1999. Esse seminário ocorreu no âmbito do subprojeto “Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios na Amazônia brasileira”, financiado pelo MMA, por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileiro – PROBIO, e coordenado por João Paulo Capobianco.

A coordenação do projeto possibilitou a Capobianco realizar um diagnóstico amplo das necessidades e emergências do bioma, que foram apresentadas publicamente no Seminário de Macapá. A metodologia do Seminário e do projeto pressupunha discutir com a sociedade civil os dados sistematizados sobre a situação da conservação da biodiversidade e da floresta amazônicas e também propostas de ações prioritárias para sua conservação.

⁶⁶ Broker: um ator que conecta outros atores que não estão diretamente relacionados um com o outro (Diani, 2003b, p. 107)

Assim, *inputs* de diferentes perspectivas foram agregados a esse esforço. As recomendações do Seminário de Macapá, dessa forma, tornaram-se referência para o trabalho do ISA.

De acordo com entrevistado (Entrevista 21, 2/4/2014), esse processo colocou a instituição em posição muito relevante em termos de discussão de políticas públicas, aproximando a ONG de diferentes atores governamentais e políticos. Após o resultado das eleições de 2002, o ISA tomou a iniciativa de organizar outro seminário em Brasília com a participação de diferentes organizações sociais de atuação na Amazônia, inclusive de sindicatos de trabalhadores rurais, para debater novamente as ações prioritárias para conservação do bioma e sistematizar contribuições para o novo governo. Com a realização desse seminário, o ISA assumia uma atitude ativa e propositiva diante do novo cenário político. A instituição, em seu trabalho de *advocacy* em Brasília e em outros estados, desenvolveu uma relação fluida com Marina Silva e políticos do PT, o que os fazia crer que conseguiriam influenciar o novo governo com maior incisão. Com a nomeação de Capobianco para a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, o projeto a ser implementado no MMA estava rascunhado, pelo menos ao que se referia ao bioma amazônico.

Capobianco é biólogo e na ocasião de sua nomeação era doutorando em agricultura e meio ambiente pela Universidade Estadual de Campinas. É ambientalista militante, fundador da Fundação SOS Mata Atlântica, da Rede de ONGs da Mata Atlântica e do Instituto Socioambiental, onde era coordenador do Programa Mata Atlântica e integrava seu Conselho Diretor quando foi nomeado para o MMA. Foi membro da Comissão Interministerial Preparatória para a Rio-92 e da Delegação Oficial Brasileira da Rio-92. Foi muito ativo em conselhos ambientais no estado de São Paulo e também no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e se destacava pelo conhecimento sobre questões florestais e de conservação.

É importante observar que o projeto sobre conservação da biodiversidade e florestas na Amazônia foi construído numa parceria entre MMA com organizações não-governamentais ambientalistas e coordenado pelo ISA⁶⁷. O MMA era chefiado por José

⁶⁷ Durante a gestão do PSDB (1995-2002), com a reforma do Estado para torná-lo eficiente, muito das responsabilidades do governo foi transferida para as ONGs, que faziam contrato de gestão com os órgãos federais. Elas passaram a ter um papel fundamental na sugestão, elaboração e implementação de políticas públicas. A sociedade civil se tornou, dessa forma, o lugar de pessoas capacitadas.

Sarney Filho (PFL)⁶⁸, sob a regência de um governo do PSDB. Nesse sentido, Capobianco chegava ao governo do PT com uma pauta construída em parceria com o governo do PSDB. Essa pauta conectava as duas gestões e possibilitava a continuidade de um trabalho realizado por um governo ao qual o PT era opositor, mas o trabalho tinha apoio de grande parte dos ambientalistas.

Outras duas pessoas vieram da sociedade civil para assumirem cargos estratégicos no MMA. A primeira era Marijane Lisboa, que assumiu a então Secretaria de Qualidade Ambiental dos Assentamentos Humanos. Marijane é socióloga com doutorado em ética e meio ambiente, professora universitária e trabalhou no *Greenpeace* de 1991 a 2002, chegando a ser diretora-executiva da instituição. Ela coordenou campanhas nas áreas de transgênicos, resíduos sólidos e poluição do ar. O *Greenpeace* é uma das ONGs que desenvolve atividades de interface política, articulando no interior dos poderes executivo e legislativo e influenciando políticas públicas, além de adotar formas inovadoras de protestos públicos. O apoio da instituição foi importante para auxiliar Marina Silva na elaboração do Projeto de Lei nº 116/1999, de moratória de cinco anos para os transgênicos, um dos mais importantes de sua atividade como senadora. Marijane Lisboa, apesar de não fazer mais parte da equipe do *Greenpeace* quando foi convidada a participar do governo, era o nome indicado para tratar de assuntos nos quais era expert (Entrevista 32, 26/5/2015).

A outra pessoa da sociedade civil era Muriel Saragoussi, que inicialmente assumiu a presidência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e, em 2004, substituiu Mary Allegretti na Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) no MMA. Muriel vinha da ONG Fundação Vitória Amazônica, com base em Manaus. Ela é engenheira agrônoma com doutorado em genética. Muriel fazia parte do grupo de pessoas que apoiava o mandato de Marina Silva como senadora da república desde o início, em 1994 (Entrevista 31, 16/1/2015). Ela auxiliou tecnicamente o gabinete da ex-senadora em diversas ocasiões, com destaque para a preparação e acompanhamento do Projeto de Lei nº 306/1995 de Acesso a Recursos Genéticos. As duas receberam o Prêmio Chico Mendes⁶⁹, em 2002, por trabalho

⁶⁸ Depois dessa experiência no governo, Sarney Filho migrou para o Partido Verde (PV).

⁶⁹ O Prêmio Chico Mendes foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2002, com o “objetivo de valorizar e incentivar iniciativas de proteção ao meio ambiente que contribuem para a promoção do desenvolvimento sustentável”. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/premio-chico-mendes-homenageia-instituicoes-defensoras-da-floresta>, acessado em 11/5/2015.

que realizaram juntas. Muriel foi convidada por Marina Silva para compor sua equipe ministerial. Era engajada em assuntos sobre a floresta, comunidades tradicionais, recursos genéticos e bioma amazônico.

João Paulo Capobianco e Marijane Lisboa foram os primeiros secretários do Ministério do Meio Ambiente que vinham da sociedade civil. Eram pessoas tecnicamente bem formadas, com experiência de trabalho em suas áreas de atuação, e cujas organizações, ou eles mesmos, exerciam articulação junto às instituições políticas, especialmente com o PT, que desempenhava forte oposição política ao governo até 2003 e os auxiliava na implementação do projeto de defender o meio ambiente, numa perspectiva socioambiental, por dentro das instituições políticas. Os ambientalistas conservavam a esperança de dar continuidade à agenda que desenvolviam com Marina Silva na sociedade civil e de se apoiarem mutuamente, uma vez que compartilhavam trajetórias profissionais e similaridades na defesa do projeto ambiental. Por prestar serviços ao Estado, o ISA de Capobianco e outros ONGs também se relacionavam com o governo do PSDB.

Na reserva do Partido dos Trabalhadores para ocupar cargos no MMA⁷⁰, Marina nomeou três secretários: Gilney Viana, para a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS); João Bosco Senra, para a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH); e Cláudio Langone, indicado para a Secretaria-Executiva do Ministério. Apesar de serem do partido, todos tinham trajetória de militância no ambientalismo e as secretarias para as quais foram destinados eram compatíveis com trabalhos que desenvolveram anteriormente.

Viana é médico epidemiologista, doutor na área de saúde e meio ambiente, político, um dos fundadores do PT nos estados do Mato Grosso e Minas Gerais, militante histórico da causa dentro do partido e nas legislaturas em que foi deputado. Ele, junto com Marina Silva, estruturou e fortaleceu a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD) do PT. Foi responsável pela área ambiental na transição do governo (2002-2003) e cotado para ser ministro do meio ambiente. Desenvolveu trabalho com movimentos sociais e ONGs no Mato Grosso.

⁷⁰ Conforme posto anteriormente, a ocupação de cargos públicos geralmente ocorre com a nomeação de burocratas e de representantes do partido no governo ou da base aliada. Nesse caso, como o MMA ficou com o PT, era certo que haveria uma reserva de membros desse partido para compor a elite dirigente do Ministério.

Senra, engenheiro civil e sanitarista, foi diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão da Água, secretário de meio ambiente da prefeitura de Belo Horizonte (1993 a 1996) e secretário de meio ambiente do PT. Langone, engenheiro químico, militante aguerrido do movimento estudantil, criou, estruturou e chefiou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA-RS) entre 1999 e 2002. Era presidente da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (ABEMA) e conhecido do movimento ambiental. Veio para Brasília para contribuir com a gestão administrativa do MMA. Observa-se que, mesmo na cota petista, aqueles que assumiram secretarias no MMA eram pessoas com importante histórico de atuação na área que iriam administrar.

Mary Alegretti, antropóloga e doutora em desenvolvimento sustentável, conduziu a Secretaria de Coordenação da Amazônia. Ela estava no cargo desde 1999, na gestão de José Sarney Filho, e sua continuidade na SCA era estratégica, pois trazia um pouco da memória institucional recente do ministério e era uma aliada na defesa das questões socioambientais, muito caras à Marina Silva (Entrevista 9, 2/2/2015). Todavia, a ex-secretária havia fundado importante ONG ambientalista em Curitiba e construiu fortes vínculos com o movimento dos seringueiros no Acre durante as décadas de 1970 e 1980. Foi próxima de Chico Mendes e também de Marina Silva quando ainda residia naquele estado. Trabalhou no governo do Amapá antes de ocupar cargo no MMA e isso a ligava diretamente à família Sarney. Mary deixou o Ministério no ano 2004, devido a conflitos internos, foi substituída interinamente por Muriel Saragoussi.

No primeiro momento, apenas duas secretarias eram coordenadas por ativistas vindas diretamente do movimento ambientalista. Havia uma preponderância do número de secretários vindos do PT, que eram 3, mas que se equilibravam com a presença de pessoas vindas de diferentes afiliações para as outras 3 secretarias do ministério. As pessoas nomeadas para o secretariado, no geral, possuíam boa formação e trajetórias de atuação militante e profissional na área ambiental. Sobre a composição da equipe ministerial, assessor direto da ex-ministra relata:

“(...) tinha gente que tinha principalmente militância ambiental. O critério básico era capacidade de desenvolver as habilidades entendendo o problema, porque a questão ambiental vai do microscópico ao estratosférico (...) essas pessoas todas foram para gestão porque tinham formação acadêmica e conhecimento na área, tinham militância e capacidade técnica” (Entrevista 19, 7/3/2014)

Esse mesmo assessor, que não era vinculado a ONGs, relatou que as pessoas que assumiram cargos no MMA eram principalmente oriundas da sociedade civil, porque era onde havia pessoas com formação técnica e capacidade política de operar no interior do Estado. Informa ainda que as ONGs eram os laboratórios de preparação desses profissionais porque nem o Estado nem os partidos estavam preocupados com a sustentabilidade até poucos anos atrás. Essas instituições aproveitavam do que era produzido e pensado na sociedade. Observa-se que, em cargos de secretaria no MMA, havia apenas duas pessoas vindas diretamente de ONGs, mas havia críticas na sociedade e também por parte de representantes do governo federal de que o ministério fora dominado por elas.

A fim de compreender o sentido dessa observação, foi analisado o perfil dos ocupantes de outros cargos no Ministério, quais sejam: as diretorias e cargos de confiança de mesma equivalência, os DAS 5. É possível que os secretários vindos de ONGs compusessem suas equipes referenciados em seus colegas de militância no campo social, mas observa-se mais uma vez que há menos pessoas vindas de ONGs do que de outras instituições e experiências profissionais. É importante ressaltar que, para algumas secretarias e diretorias, foi mais fácil fazer o monitoramento das pessoas que ingressaram e deixaram os seus cargos, identificando, inclusive, o nome das diretorias. Para outras, foi difícil proceder com as devidas identificações, seja porque o trânsito de pessoas nos cargos era mais contínuo, seja porque as secretarias ou diretorias foram desfeitas ou fundidas com outras, dentre outros motivos.

Quando se observa a estrutura institucional do ministério nas datas analisadas, percebe-se que uma secretaria, a Secretaria de Política para o Desenvolvimento Sustentável (SDS), que tinha 3 diretorias em sua estrutura, permaneceu bom tempo com apenas um diretor. Uma dessas diretorias, de acordo com servidor do ministério, havia sido transferida para a SCA e a outra pode ter sido ocupada pelo chefe de gabinete do secretário, portanto, é um tanto difícil mapear essas lógicas internas de transformação e transferência de cargos. Isso também aconteceu na Secretaria-Executiva e na equipe de assessoria à ministra. Por esse motivo, foram escolhidos os primeiros anos de cada gestão de Lula, 2003/2004 e 2007, para análise da composição ministerial e não se acompanhou a dinâmica dos trânsitos nos outros anos.

Para facilitar a leitura, a trajetória profissional dos diretores e assessores que ocuparam cargos de DAS 5, nos anos 2003/2004, foi organizada em tabela, organizada por secretarias e diretorias. As trajetórias dizem respeito a ocupações profissionais da pessoa antes de assumir cargo no MMA, em 2003. Entretanto, no Anexo 1 desta tese, é possível encontrar em detalhe as trajetórias desses profissionais e mais análises pertinentes às suas experiências.

Tabela 1: Composição das secretarias e diretorias do MMA

Secretaria de Biodiversidade e Florestas (João Paulo Capobianco)	Diretor	Formação	Trajetória
Diretoria de Áreas Protegidas	Maurício Mercadante	Engenheiro Florestal	Servidor público/Câmara dos Deputados e Funatura (ONG)
Diretoria de Conservação da Biodiversidade	Paulo Kageyama	Engenheiro Florestal	Professor de engenharia florestal/USP – assessoria a movimento ambiental
Diretoria de Florestas	Carlos Vicente	Engenheiro agrônomo	Secretário de Gestão de Florestas do Acre – assessoria a comunidades tradicionais e movimentos sociais
	Tasso Azevedo	Engenheiro florestal	Imaflora (ONG)
Diretoria de Patrimônio Genético	Eduardo Velez Martin	Biólogo	Diretor na Fundação Zoobotânica Rio Grande do Sul
Secretaria de Qualidade Ambiental (Marijane Lisboa)	Diretor	Formação	Trajetória
Diretoria de Gerenciamento Ambiental	Jaqueline Low-Beer	Arquiteta	Professora na UnB e consultora
Diretoria de Proteção e Melhoria da	Ruy de Goes Leite de Barros	—	Funcionário do <i>Greenpeace</i>

Qualidade Ambiental			
Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (Gilney Viana)	Diretor	Formação	Trajetória
Diretoria de Gestão Ambiental e Territorial	Roberto Vizentin	Engenheiro agrônomo	Assessor parlamentar do PT
Diretoria de Economia e Meio Ambiente	Gerson Teixeira	Engenheiro agrônomo	Núcleo agrário do PT
Secretaria de Recursos Hídricos (João Bosco Senra)	Diretor	Formação	Trajetória
Diretora do Programa de Planejamento e Estruturação	Marley Caetano Mendonça	Advogada	Consultora jurídica em órgãos ambientais de Minas Gerais
Diretoria de Programa de Implementação	Júlio Kettelhut	Engenheiro civil	Servidor público, assumiu a mesma função no governo anterior.
Secretaria Executiva (Cláudio Langone)	Diretor	Formação	Trajetória
Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável	Fabício Amilvar Barreto	Engenheiro químico	Órgãos ambientais e SEMA-RS/PT
Consultoria Jurídica	Gustavo de Moraes Trindade	Advogado	Órgãos ambientais e SEMA-RS/PT
Departamento de Educação Ambiental	Marcos Sorrentino	Biólogo/Educador ambiental	Professor universitário e assessor de diferentes ONGs
Fundo Nacional do Meio Ambiente	Raimunda Nonata Monteiro	Jornalismo/Desenvolvimento Sustentável	Professora, órgão público ambiental do Pará
Chefe da Gabinete	Silvio Botelho	Cientista Social	Órgãos ambientais e SEMA-RS/PT

Departamento de Articulação Institucional	Volney Zanardi	Engenheiro químico	Órgãos ambientais e SEMA-RS/PT
Conselho Nacional do Meio Ambiente	Muriel Saragoussi	Engenheira agrônoma	Fundação Vitória Amazônica
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)	Gerson Glavão	Servidor público/Analista de Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia
Secretaria de Coordenação da Amazônia (Mary Allegretti)	Diretor	Formação	Trajetória
Diretoria de Gestão Ambiental da Amazônia	Alberto Carlos Lourenço	Economista	Consultor de projetos no MMA
Diretoria de Desenvolvimento Sustentável	Ana Lange	Antropóloga	Consultora de diferentes projetos na FUNAI/Eletronorte/MMA
Gabinete de Marina Silva	DAS 5	Formação	Trajetória
Assessor	Bazileu Margarido	Engenheiro mecânico/economista	Assessor do senador Eduardo Suplicy (PT) e Secretário de Fazenda de São Carlos (SP)
Assessor	Bruno Pagnocchese	Engenheiro civil	Consultor e trabalhou no Instituto Sociedade, População e Natureza (ONG)
Assessor Internacional	Fernando Lyrio	Mestre em meio ambiente e desenvolvimento	Servidor público/Senado Federal
Assessora	Jane Vilas-Boas	Antropóloga	Assessora de Marina Silva no Senado Federal
Assessor	Nilo Sérgio Diniz	Sociólogo	Assessor de Marina Silva no Senado Federal e articulador da APEDEMA
Assessora de Comunicação	Terezinha Costa Lopes	Jornalista	Assessora de comunicação do senador Eduardo Suplicy e de

			Martha Suplicy, em São Paulo
--	--	--	------------------------------

Algumas observações para a SBF: Maurício Mercadante era importante aliado dos ativistas ambientais na Câmara dos Deputados. A troca de informações técnicas e políticas beneficiava tanto o movimento quanto o servidor público no exercício de suas funções. Devido à sua experiência de trabalho com o tema unidades de conservação, na Funatura, foi o principal protagonista na elaboração do Projeto que resultou na Lei do Sistema de Unidades de Conservação, a Lei do SNUC. Na Câmara dos Deputados, era seu defensor mais aguerrido. Apesar de ser servidor público, a trajetória de Mercadante se desenvolveu em proximidade com a de integrantes do movimento ambientalista, tendo, ele mesmo, feito parte desse grupo. Paulo Kageyama, desenvolvia projetos com movimentos sociais, dentre eles o Movimento Sem Terra (MST) e o movimento ambientalista, os quais assessorava correntemente ao que se refere à conservação dos ecossistemas e das florestas. Ao final de 2003, Carlos Vicente foi realocado para trabalhar no gabinete de Marina Silva, e Tasso Azevedo, engenheiro florestal que vinha da organização não-governamental IMAFLORA, assumiu sua função. Observamos que a SBF foi composta por pessoas de diferentes instituições, mas cujas trajetórias se encontravam na defesa de propostas em comum.

Na SQA, Ruy de Góes Leite de Barros, que vinha do *Greenpeace*, foi nomeado inicialmente chefe de gabinete da secretária, mas logo depois assumiu a Diretoria de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental. Era, portanto, próximo à Marijane Lisboa, também egressa do *Greenpeace*.

Na SDS, Vizentin foi assessor parlamentar de Gilney Viana enquanto exercia cargo de Deputado Federal e Estadual e trabalhou com o político no Mato Grosso. Teixeira era da assessoria agrária do PT, muito envolvido com o partido e importante interlocutor com os movimento sociais rurais. Aqui, a equipe foi composta especialmente por membros ativos no Partido dos Trabalhadores. Com a dissolução da SCA, em 2004, Jorg Zimmermann, servidor públicos que era responsável pelo Programa Demonstrativo da Amazônia (PPG-7), foi realocado na SDS e ficou responsável por uma diretoria. Na SRH, Marley Mendonça havia trabalhado com Senra no Instituto Mineiro de Gestão das Águas antes de assumir cargo no

MMA, marcando também a importância de trajetórias em comum como critério para nomeação de cargos no MMA.

Na Secretaria-Executiva, Langone trouxe, em sua maioria, pessoas com quem trabalhou na SEMA-RS, menos o diretor de educação ambiental Marcos Sorrentino, que era professor da USP e foi importante ativista ambiental nas décadas de 1980 e 1990 em São Paulo, integrando a APEDEMA; Muriel Saragoussi, que era indicada de Marina Silva; e Gerson Galvão, servidor público com experiência na área de planejamento, orçamento e administração. AS SPOAs, instâncias presentes em todos Ministérios, geralmente são chefiadas por servidores públicos e, no MMA, isso não foi diferente.

Lange e Lourenço acompanhavam Allegretti desde a gestão anterior. Em 2004, Allegretti deixou o ministério e as duas diretorias foram ocupadas por outras pessoas. A SCA rivalizava com as outras secretarias que possuíam políticas transversais para o bioma amazônico. Havia no MMA uma discussão se o órgão deveria se organizar internamente em função de temas ou de biomas. A proposta temática foi vitoriosa e a SCA foi extinta. Ademais, o fato de Allegretti ser uma referência do governo do PSDB lhe causava constrangimentos políticos, especialmente com pessoas vinculadas ao PT. Sua nomeação não foi bem recebida pelos políticos próximos à Marina Silva (Entrevista 9, 2/2/2015).

No mesmo ano, Marijane Lisboa, da SQA, também deixou o ministério. O motivo de sua saída foi principalmente os desgastes gerados em relação à posição do governo em liberar o plantio de organismos geneticamente modificados no país, ponto que será discutido mais adiante. Foi substituída por Victor Zular Zveibil, arquiteto e urbanista, com doutorado em políticas públicas e saúde e havia trabalhado em projetos na área de desenvolvimento e meio ambiente em instituições públicas e privadas.

Na assessoria de Marina Silva, Fernando Lyrio, consultor legislativo para a área de meio ambiente do Senado Federal, era um importante aliado de Marina no Senado e também articulava com organizações e lideranças ambientais. Os outros assessores, segundo a tabela, eram majoritariamente funcionário do Senado Federal, de onde vinha a nova Ministra. Observamos que as trajetórias compartilhadas tiveram importância para composição Ministerial. Mische (2008) assinala que elas têm importância significativa para o processo de formação de identidades.

3.3. Análise das ocupações e nova composição

Na formação inicial do MMA, conforme detalhado no Anexo 1 desta tese, observamos que as pessoas que ocuparam cargos de direção eram comprometidas com causas e projetos que desenvolveram em suas experiências profissionais anteriores, o que sinaliza muito positivamente para uma composição baseada em referências profissionais e não apenas em acertos políticos. Mesmo aquelas vinculadas ao partido atestavam experiência profissional na área ambiental. Elas foram nomeadas para áreas nas quais tinham experiência e, por consequência, tentariam desenvolver as agendas em que eram *experts*.

Vale chamar atenção para o fato de que os nomeados para serem secretários no MMA que vinham da sociedade civil possuíam vínculos com Marina Silva em função de projetos que elaboraram conjuntamente. Parece que a relação entre eles era mais aproximada do que entre a ministra e representantes do PT⁷¹. Com isso, podemos sugerir uma aproximação por trajetórias que se cruzam, por projetos compatíveis, o que, para Mische (1997; 2001; 2008) constitui elementos para formação de identidades e contam também, na perspectiva de Melucci (1996), para o processo de formação de liderança.

Capobianco assumiu a SBF com propostas já sistematizadas para a gestão de áreas protegidas. Gilney Viana, na SDS, buscava promover os eixos do desenvolvimento sustentável, focando em comunidades tradicionais, extrativistas, no pequeno produtor, trabalho que desenvolveu no estado onde foi eleito político. Langone trouxe para o ministério sua experiência administrativa em estruturar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul e, no órgão federal, tinha a missão de fortalecer institucionalmente o ministério e também suas políticas. Marijane, cuja agenda marron, voltada para questões urbanas, era pauta de trabalho enquanto esteve no *Greenpeace*, assumia a SQA com a experiência de quem trabalhava com o tema há mais de uma década. Também lhe era bastante cara a agenda dos transgênicos. A ativista ambiental e a organização que representava eram líderes no debate sobre o assunto no Brasil. Senra, na SRH, desenvolveu a política de recursos

⁷¹ Gilney Viana trabalhou com Marina no PT principalmente para fortalecer a SMAD e a área ambiental. Contudo, nas entrevistas, surgiram comentários constantes de que havia atritos entre os dois.

hídricos, com a qual tinha experiência em nível estadual e agora encarava os desafios de pensar essa política para todo o Brasil. Por fim, Mary Allegretti dava continuidade ao seu trabalho na SCA.

Nessa composição, a maioria dos secretários estruturou suas equipes com referência nas pessoas com as quais trabalharam, com os filiados ao partido e/ou com quem possuía proximidade de ideias ou trajetórias. Observamos que, dentre as secretarias, a SBF foi a mais diversa em termos de filiação institucional. Havia pessoas da academia, de ONGs, do serviço público e com experiência em órgão estatal, o que difere das secretarias coordenadas pelo PT, cujas pessoas, em maioria, eram vinculadas ao partido ou com experiências de trabalho em administrações do PT, como foi no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Dentro da heterogênea SBF havia interesses divergentes, mas o que se pensou como política para essa área foi implementado com relativo sucesso e seus executores permaneceram no MMA até praticamente o final da gestão de Marina Silva, em 2008, diferentemente dos secretários filiados ao PT. Seria o apoio de Marina crucial para o sucesso dessa política?

Em 2007, começo da segunda gestão do PT no governo, a ministra empreendeu mudanças na estrutura organizacional do MMA⁷². A reestruturação organizacional do ministério tinha como prioridade acabar com as sobreposições de funções e otimizar as sinergias entre as áreas e setores. De acordo com site do ministério, “[a] reestruturação foi feita para fortalecer e modernizar os mecanismos de ação do governo federal na área de meio ambiente e para adaptá-los às novas prioridades do setor ambiental, como a questão da mudança do clima.” Quatro novas secretaria foram criadas e ocorreu a divisão do Ibama, quando as atribuições relativas à conservação das florestas foram repassadas para o recém-criado Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Um dos secretários do MMA, entrevistado para essa pesquisa, informou que Marina Silva condicionou sua permanência no MMA à possibilidade de reestruturar o órgão e suas autarquias para melhorar sua eficiência. Era um acordo feito com o presidente reeleito, Luís Inácio Lula da Silva (Entrevista 21, 2/4/2014). Uma nova equipe assumiu cargos de confiança, tanto na posição de secretários como de diretores. As alterações foram

⁷²Fonte: <http://www.mma.gov.br/informma/item/4061-reestruturacao-do-mma-define-com-clareza-competencias-de-cada-secretaria>, acessado em 8/8/2015.

coordenadas principalmente por Capobianco, que se tornou o braço direito da ministra, e refletiram a intenção política de fortalecer a estratégia de comando e controle do ministério, de acordo com Gilney Viana⁷³. Para o ex-secretário, que não concordava com o novo direcionamento do ministério, a intenção de Marina Silva com a reforma era:

Uma certa modernização no MMA para que se tenha mais comando e controle, que não era a nossa linha política [de Viana e Langone], pois priorizávamos o socioambiental, baseado no diálogo com a sociedade, com os setores produtivos. A segunda prioridade é uma visão que dominou muito o MMA, que é uma visão muito conservacionista, muitas unidades de conservação, muitas vezes o procedimento feito sem se respeitar as comunidades que nós sempre defendemos⁷⁴.

Viana expôs que ele e Cláudio Langone possuíam visões sobre o ambientalismo diferentes daquela priorizada pela ministra. Os efeitos dos embates de propostas já eram sentidos durante a primeira gestão petista, com confronto mais direto entre a linha de atuação que vinha da SBF, chamada de mais conservacionista, e a dos petistas, que se propunha socioambientalista. Entretanto, a SBF era chefiada pelo ativista Capobianco, que vinha do Instituto Socioambiental, organização militante pela inclusão do elemento social nos debates ambientais e referência nesse assunto. Araújo (2007) sintetizou informações de que foi exatamente na gestão de Marina Silva no MMA quando mais se criou unidade de conservação de uso sustentável⁷⁵ no país, contribuindo para o argumento de que Capobianco era socioambientalista, mas essa questão ainda se mostrava ambígua.

No rearranjo institucional do MMA, os três secretários do PT foram substituídos. Capobianco assumiu a Secretaria-Executiva, Gilney Viana deixou a SDS, que foi renomeada como Secretaria de Extrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural, para Egon Krakhecke, também político do PT, assumi-la. A secretaria conduzida por Senra, SRH,

⁷³ Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2007/04/restruturacao-do-mma-prioriza-comando-e-controle-avalia-ex-secretario/>, acessado em 8/8/2015.

⁷⁴ Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2007/04/restruturacao-do-mma-prioriza-comando-e-controle-avalia-ex-secretario/>, acessado em 08/08/2015. Em relação ao processo de criação de unidades de conservação, que Gilney critica, trata-se de áreas de proteção integral criadas com comunidades tradicionais, fazendeiros com título de posse que estavam nas áreas há muitos anos. Isso se tornou um problema para o núcleo do governo e foi criticado com veemência pelo presidente da república.

⁷⁵ Unidades de conservação que permitem a presença de moradores nas suas áreas e têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. A forma oposta de unidade de conservação é a de proteção integral, que permite apenas visitação e pesquisas, como os Parques Nacionais. Essa categorização foi feita pela Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC. Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/unid/unid_us/, acessado em 11/06/2016.

assumiu novas competências e se tornou Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Com isso, Senra passou a ser diretor de recursos hídricos e Luciano Zica, deputado federal eleito pelo PT e com histórico de atuação na área de resíduos sólidos, assumiu a nova secretaria. Os petistas saíram, mas outras pessoas do partido assumiram seus cargos, cientes das novas prioridades do MMA.

Hamilton Pereira Silva, que presidia a Fundação Perseu Abramo e era integrante da diretoria executiva do PT, assumiu a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAICA), criada na reestruturação do ministério. Na SBF, substituindo Capobianco, veio Maria Cecília Wey de Britto, engenheira agrônoma com importante experiência de trabalho no governo do estado de São Paulo, mesmo estado de onde veio Capobianco. Foi criado na reestruturação o Serviço Florestal Brasileiro (SBF), dirigido por Tasso Azevedo, o Ibama foi desmembrado e a área de gestão de unidades de conservação foi passada para o recém-criado Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), presidido em caráter substitutivo por João Paulo Capobianco até a nomeação de Rômulo Mello para sua presidência, em 2008. O novo presidente do Ibama era Paulo Lacerda, ex-diretor-geral da Polícia Federal, o que sinaliza mesmo para a política de fiscalização, comando e controle a ser exercida pelo órgão.

Com a criação do Serviço Florestal Brasileiro, foram empenhados esforços para modernizar e tornar as florestas nacionais atraentes para o investimento do setor empresarial e promover o controle do uso da floresta no Brasil. Já para o desmembramento do Ibama, uma das razões apresentadas era fortalecer a área de licenciamento ambiental, desvinculando as funções que possuía em relação à gestão de áreas protegidas. Criar uma autarquia para gerenciar as áreas protegidas, para o MMA, era também uma forma de fortalecer institucionalmente essa função no governo (Entrevista 21, 2/4/2014). Essa reestruturação foi bastante criticada, por um lado, e conquistou alguns apoios, por outro. As críticas geravam em torno da suposta fragilização institucional do Ibama para viabilizar mais rapidamente as obras de infraestrutura prioritárias do Plano de Aceleração e Crescimento (PAC) do governo federal, o que foi rebatido por Marina Silva. Elas também diziam respeito à ação voluntária do governo de entregar as florestas nacionais para o setor empresarial, que não teria suas

atividades devidamente monitoradas pelo governo por falta de capacidade estatal (Entrevistas 35, 36, 38). Esse assunto será abordado mais adiante.

Ao analisar as trajetórias das pessoas que assumiram diretorias no MMA com a reestruturação, de nove novos diretores nomeados em 2007, foram identificadas apenas três que possuíam ligação direta com ONGs: André Lima, ex-advogado da Fundação SOS Mata Atlântica e do ISA, foi nomeado para a Diretoria de Articulação de Ações da Amazônia, mas, pela sua experiência profissional com questões sobre desmatamento na Amazônia, passou para a Diretoria de Políticas para o Combate ao Desmatamento, vinculada à Secretaria-Executiva. Ele trabalhou com Capobianco na Fundação SOS Mata Atlântica e também no ISA.

A outra pessoa era Mauro Pires, que foi chefe de gabinete de Capobianco enquanto estava na SBF, mas na reestruturação assumiu diferentes diretorias de programa relacionadas ao bioma amazônico. Pires trabalhou no Instituto Sociedade, População e Natureza, foi articulador da Rede Cerrado de ONGs, consultor de projetos no MMA durante a gestão do PSDB e foi filiado ao PT. Apesar de diferentes experiências, construiu uma ligação forte com ONGs e seus representantes. O terceiro é Pedro Ivo Batista que, apesar de sua identidade forte com o PT e do trabalho que desenvolveu na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do partido, era presidente da ONG Terra Azul, no Ceará, e foi representante das ONGs da região Nordeste no CONAMA. Ele foi responsável pela Agenda 21 no MMA. As trajetórias dos outros nomeados a cargos de direção no MMA foram retiradas do texto para simplificar a leitura, mas podem ser consultadas no Anexo 1.

Pela análise das trajetórias dos ocupantes de cargos de direção no MMA, percebemos que há muitas pessoas com duplas ou triplas cidadanias: são militantes em movimentos sociais, partidos políticos, servidores públicos, professores universitários, funcionários de órgãos públicos que transitaram em diferentes instituições, inclusive ocupando cargos em ONGs em algum momento de suas carreiras profissionais. A dinâmica de trânsito multi-institucional favorece o encontro de pessoas de diferentes filiações que se aproximam em torno de trajetórias e agendas comuns, formando redes de interlocução e articulação entre pessoas para a promoção da causa ambiental. Um dos ex-secretários entrevistado, egresso da sociedade civil, informou que, ao compor sua equipe, levou em consideração o envolvimento

de pessoas de diferentes setores, inclusive do governo, na defesa da causa ambiental e com ideologias próximas na proposição de políticas públicas, sugerindo que essas pessoas percorreram caminhos que se cruzaram em alguns momentos (Entrevista 21, 2/4/2014).

A formação da equipe ministerial, desta forma, parece refletir a dinâmica de uma rede de atores interconectados em torno de trajetórias e da defesa de agendas em comum e sugere estar baseada mais na militância e relevância de propostas defendidas do que na filiação institucional. Nesse sentido, a liderança exercida por Marina Silva teve papel muito importante, pois seu projeto, carisma e compromisso com a pauta ambiental congregava diferentes grupos em torno dela. Entretanto, algo interessante aparece nas entrevistas realizadas e também em diferentes documentos: as pessoas reportam críticas direcionadas a Marina Silva por ter composto seu ministério com pessoas vindas prioritariamente de ONGs e vimos que a filiação institucional é diversificada.

As críticas têm vários sentidos. Pessoas de diferentes organizações sociais temiam que isso gerasse uma desmobilização do movimento (Losekann, 2009); funcionários do governo, especialmente da área de infraestrutura e do agronegócio, acusavam a ministra de defender exclusivamente os interesses dos ativistas ambientais, pois muitos deles estavam no MMA. Eles acirravam as críticas principalmente nos períodos em que eram confrontados por normas ambientais consideradas radicais e contrárias aos seus projetos (Losekann, 2009; Entrevistas 2; 9; 39); e os setores mais conservadores da sociedade, dentre eles fazendeiros na Amazônia, compreendiam que ONGs internacionais estavam controlando a área ambiental do governo e trabalhando para dominar a Amazônia⁷⁶.

O ex-deputado Aldo Rebelo chegou a falar publicamente que Marina se tornara a ministra das ONGs e não da sociedade e que o MMA havia tomado um caráter quase unilateral⁷⁷, pois deixava de representar outros setores da sociedade, como os agricultores. A fala de Rebelo, contudo, tem um tom diferente. O seu ponto remete a posicionamentos político-ideológicos, de compreensão de que a ministra seguira uma lógica de defesa do meio

⁷⁶ Ver http://www.cliptvnews.com.br/mma/amplia.php?id_noticia=102620; <http://www.blogdoambientalismo.com/o-ministerio-das-ongs/>; <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2014/09/21/e-a-amazonia-estupido/>; acessados em 14/05/2015.

⁷⁷ <http://veja.abril.com.br/blog/eleicoes/veja-acompanha-eleicoes-2010/4909/>, acessado em 14/05/2015

ambiente muito próxima àquela das ONGs ambientalistas. Seu projeto político e posicionamento se assemelhavam mais à lógica dos ativistas do que a de seu partido e a do governo federal. De fato, uma importante liderança do movimento social informou que a gestão de Marina Silva foi importante porque ela implementou o projeto político da sociedade civil (Entrevista 30, 26/5/2015).

O reconhecimento de grupos externos ao MMA de que Marina Silva adotou uma postura movimentalista, ou de ONG, no Ministério é importante, pois sugere a desvinculação de sua imagem ao PT. Uma vez que a identidade partidária é construída principalmente por imagem e conteúdo, tema abordado no primeiro capítulo, grupos externos ao partido e ao MMA associarem a Ministra com ONGs significa que essa identificação é mais forte que a partidária, significa que ela internalizou os valores e normas do grupo. Conforme discutiremos no próximo capítulo, um grupo vindo das ONGs desenvolveu, de fato, uma identificação forte com Marina Silva e, ao partilharem suas lutas, trajetórias, estratégias, agenda e políticas, construíram um processo de identificação da Ministra como líder.

Para representante de ONG que possui opinião crítica em relação à gestão de Marina Silva, as pessoas que assumiram cargos no MMA e que vinham de ONGs levaram questões pessoais para o ministério. Suas causas eram tão fortes para eles mesmos que lhes faltava capacidade de negociação e articulação com o resto do governo. Para ele, “era uma atuação de militância e de imposição que levou o Ministério a perder ações importantes, como foi o caso dos transgênicos”, conforme será demonstrado no capítulo seguinte. Acusa ainda que se comportaram no governo como atores sociais e não como agentes políticos, e a Ministra defendeu e se adequou a essa postura (Entrevista 28, 12/4/2013). Essa opinião também é partilhada por servidor público que assumiu cargo no MMA durante a primeira gestão da ministra e cuja trajetória profissional foi construída em diferentes ONGs (Entrevista 24, 26/5/2015).

Um entrevistado, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, narrou situações em que um alto funcionário do MMA, vindo de ONG, reportava-se ao governo como se não fizesse parte dele, como se o MMA fosse uma “ilha independente”. Reportou que, em determinada circunstância, um diretor, que também viera de ONG para trabalhar com Capobianco na

Secretaria-Executiva, argumentou em tom incisivo que trabalhava para Marina Silva e não para o governo do PT (Entrevista 38, 5/6/2014).

Essas ocorrências permitem o exame de um grupo de pessoas, vindo da sociedade civil, que assumiu posição de direção pública no MMA se distinguindo daqueles que eram do partido dentro do ministério e também do restante do governo. Não havia uma sobreposição de integrantes de ONGs no MMA, mas a identidade dessas pessoas com seu campo de origem e a força que construíram no interior do Ministério demonstraram que esses ambientalistas levaram suas práticas políticas para dentro do governo, distinguindo-se dos outros colegas ministeriais e de governo. A integração entre atores do movimento ambiental e do partido, portanto, não ocorreu nessa gestão petista. O fato de estarem todos trabalhando em um mesmo Ministério, com a necessidade de interações cotidianas, era mais uma imposição do arranjo político-institucional, mediado por Marina Silva, para formular e implementar a política ambiental do que por afinidades de propostas e projetos. Não houve sobreposição de estratégia e identidade do partido sobre a do movimento social conforme Heaney e Rojas (2015) e Rosenblum (2008) defendem em casos de sobreposições.

Por fim, essa dinâmica e o papel de forte liderança que Marina Silva exerce para representantes do movimento ambientalista deslocaram a arena de articulação estratégica dos ambientalistas do legislativo para a arena governamental. De acordo com entrevistado, a representação política no Senado, por exemplo, ficou muito fraca na área ambiental. Isso se deveu por consequência da ida de Marina Silva para o Executivo e porque, conforme determinou a Política Nacional de Meio Ambiente, há um exercício de democracia direta nas instâncias participativas vinculadas ao MMA, e Marina fortaleceu esses canais participativos, fazendo a articulação do movimento migrar maciçamente para o Executivo. Para o entrevistado, que é da sociedade civil, o próprio Ministério fazia a articulação necessária no âmbito do poder Legislativo, “ele ia para dentro do Congresso” e o movimento atuava para pautar o governo (Entrevista 2, 27/4/2013).

3.4. Achados

A proposta deste capítulo foi avaliar o trânsito de pessoas para os cargos de direção e assessoramento superior (DAS) de nível 5 e 6, correspondentes aos postos de diretor de programas e secretário de políticas públicas do MMA. Os argumentos defendidos foram: i) o trânsito ocorreu em função da ligação de militantes com Marina Silva e com o projeto socioambiental que defendia, bem como com o PT; ii) os ambientalistas que assumiram cargos no Ministério aproveitaram a oportunidade para dar continuidade aos seus projetos, bandeiras e agendas que já desenvolviam em sua trajetória profissional; e iii) a ida de Marina Silva para o poder Executivo fez a articulação dos ambientalistas migrar da arena legislativa para a arena governamental. Estar na arena governamental, apesar dos desafios e a complexidade da gestão pública, foi recurso estratégico para transformar as pautas que defendiam enquanto sociedade civil em políticas públicas, conforme será detalhado no próximo capítulo, e implementar o projeto de levar a pauta ambiental da sociedade civil para o governo do PT, como política pública.

Conforme demonstrado a partir das trajetórias profissionais dos ocupantes de cargos em nível de secretaria no MMA, três deles – João Paulo Capobianco, Marijane Lisboa e Muriel Saragoussi – junto com suas instituições desenvolveram vínculos de apoio a Marina Silva quando essa era Senadora da República, apoio simbólico e apoio profissional na formulação de pareceres, estudos, relatórios e projetos de lei. O grupo de nomeados apresentava, claramente, uma partilha de intenções, propostas e projetos com a ex-Senadora e Ministra do Meio Ambiente, que já exercia um papel de liderança para eles. Eles tinham uma trajetória partilhada. De acordo com Mische (2001; 2008), a partilha de trajetórias é importante para a consolidação de identidades entre atores que se relacionam, e essa trajetória continuou a ser partilhada na arena governamental. As experiências que vivenciaram no MMA fortaleceram as identidades e, ao defender o projeto de sociedade civil, inclusive se identificando mais com elas do que com seu partido, Marina legitimava sua liderança com os ambientalistas.

Esses secretários foram nomeados para cargos cuja especialidade estava de acordo com a experiência profissional que desenvolveram e com temas com os quais tinham expertise, o que facilitava as tentativas de transformar suas agendas em políticas públicas. Houve embates e crises no exercício das funções, e a permanência dos secretários em suas

atividades estava relacionada com o sucesso da agenda política que defendiam e com a defesa que Marina fazia dessa agenda ou projeto. Observando com as lentes de Melucci (1996), tratava-se do poder de recompensa e competência, que estão baseados no reconhecimento de que o líder está apto a fornecer benefícios aos membros e ajudá-los a obter as vantagens que buscam, mas também tem a ver com o poder de identificação.

No caso de Marijane, que partilhava uma agenda com a Ministra desde a década de 1990 e a tinha como liderança, o poder de reconhecimento, que é um dos poderes que dá legitimidade ao líder, foi rompido e ela preferiu deixar o Ministério por também não se identificar mais com a Ministra. Nesse aspecto, as tensões vividas com as disputas de políticas públicas, estratégias e projetos no MMA evidenciaram alguns dilemas de identidade. McGarry e Jasper (2015) notificaram que nem todos do grupo se adequa ou aceita a identidade da mesma forma e grau. Quando essa identidade muda, em função das novas relações sociais engendradas, como com o PT, e o posicionamento numa nova arena, a governamental, impõem-se variados dilemas ao grupo, que pode fraturar.

A qualificação técnica e experiência profissional também nortearam a nomeação e atuação dos secretários que vieram da cota petista para o MMA: Gilney Viana, Cláudio Langone e João Bosco Senra. Eram nomeações políticas, mas o caráter técnico das escolhas foi preponderante. Os petistas foram nomeados para exercerem funções para as quais tinham expertise e a permanência deles no Ministério também estava relacionada com as propostas e estratégias que tinham para a política ambiental. Observamos que, apesar de serem do mesmo partido de Marina Silva, a petista deu preferência à prática política das pessoas com as quais possuía uma agenda em comum, com quem havia trabalhado anteriormente em pautas que considerava estratégica, pessoas vindas da sociedade civil, com quem o processo de identificação se avultou e com quem os laços de liderança se fortaleceram. Percebemos, nesse sentido, que as trajetórias partilhadas podem exercer papel determinante nas escolhas dos líderes. Capobianco, por exemplo, se tornou seu braço direito e um líder dentro do MMA, abaixo de Marina Silva, sua atuação governamental era legitimada pelo apoio da sociedade que se aproximava ainda mais do Ministério e do reconhecimento que Marina lhe concedia.

Em relação aos diretores, suas trajetórias revelavam filiações institucionais variadas, demonstrando que possuíam “cidadanias” duplas ou triplas. A exceção era as secretarias

chefiadas pelo PT, cujos diretores tinham vínculos e experiências com parlamentares e administrações petistas. Já os diretores das outras secretarias tinham trajetórias profissionais distintas, mas que tangenciavam com aquelas de seus secretários, geralmente na defesa de pautas em comum.

Conforme visto, algumas agendas políticas não conseguiram ir contra os interesses do governo, mesmo que tivessem o apoio de Marina Silva, como a de transgênicos. Já outras agendas obtiveram sucesso e elevaram a importância da agenda ambiental do governo, como as políticas de biodiversidade e florestas para a Amazônia, coordenadas por Capobianco. Nesse sentido, podemos afirmar que parte do projeto de representantes da sociedade civil foi realizado com a participação e apoio da Ministra. Essa observação será complementada por análises mais profundas das políticas no próximo capítulo, mas não há impedimentos para fazermos essa afirmação com as informações que já lançamos no presente capítulo.

A distribuição de cargos públicos na estrutura governamental, de acordo com Panebianco (1995), é um dos incentivos seletivos materiais importantes para o fortalecimento da identidade, da linha política, para dentro do partido, que também terá reflexo para o processo de construção de identidade externa. Contudo, como observamos, a leitura de identificação que ocorreu a grupos externos ao MMA foi o fortalecimento da identidade de Marina Silva como defensora do projeto da sociedade civil e não do Partido dos Trabalhadores, exposto por Aldo Rebelo e outros atores governamentais e da sociedade. Com isso, compreendemos que a experiência na arena governamental fortaleceu mais o projeto e a postura de sociedade civil do que a partidária. Marina lançava, portanto, sinais de suas preferências. Isso fortalecia sua ligação com o grupo de ONGs no MMA e com seus apoiadores no movimento ambientalista e os poderes de liderança.

Conforme trabalhado nesta tese, ao transitar nas arenas, o líder sociopartidário defenderá os projetos das bases que lhe concedem legitimidade. Seu posicionamento frente a essas arenas é fundamental para compreendermos se ele dá prioridade à defesa do projeto social ou partidário ou se concilia ambos. Na defesa dos projetos, o líder fortalecerá a identidade com sua base, bem como os elos de ligação entre eles. Visualizar o posicionamento do líder e para onde se direciona a estratégia de ação dos liderados, a fim de realizarem seu projeto, são de fundamental importância. Essa representação no mapa do

terreno de ação será apresentada no próximo capítulo, em que abordaremos as políticas públicas defendidas pelos ambientalistas e destacaremos a arena governamental como local principal de articulação política.

A ida de militantes da sociedade civil para o Ministério, ou seja, o cruzamento da fronteira para atuar na arena governamental foi intermediado por Marina Silva, responsável pela aproximação mais direta entre movimento social e partido político. Em vez de haver uma preponderância da orientação governamental petista no MMA, a prática e o formato de ação - com as devidas adaptações ao novo contexto político e à arena governamental – preponderantes foram a do movimento ambientalista, ou das ONGs, como preferiram relatar os entrevistados. Isso nos mostra que, numa aproximação entre movimentos sociais e partidos políticos, nem sempre a estratégia e identidade partidárias serão preponderantes em relação àquelas dos movimentos sociais, conforme indicaram Heaney e Rojas (2015). Para o grupo que vinha do movimento ambientalista e assumiu a elite dirigente no MMA, o relacionamento com Marina Silva, o reforço de suas trajetórias, identidades, estratégias e projetos parece ter sido decisivo para o sucesso de suas políticas. Essa perspectiva é importante para a análise dos próximos capítulos.

4. A política que defendemos

4.1. Introdução

Os ocupantes de cargos estratégicos no MMA foram indicados aos seus postos principalmente por causa do trabalho que realizaram ao longo de suas trajetórias profissionais. Eles chegavam ao governo com um histórico profissional e com identidades formadas. Suas causas e propostas eram importantes para eles e exerceriam influência na implementação da agenda ambiental. Eram pessoas com diferentes experiências técnicas e de militância na área, portanto, considerar se os projetos que desenvolveram em suas instituições de origem foram transportados para a atividade governamental e como foram articulados no MMA diante dos vários perfis e interesses alocados na estrutura ministerial é importante para compreender as dinâmicas da militância no interior do Estado e como as propostas vindas da sociedade civil se chocavam com orientações partidárias.

Neste capítulo, que é complementar ao capítulo anterior, analisamos a dinâmica interacional e disputa de agendas entre representantes de movimentos sociais no MMA e o partido político no governo, o PT, por meio da análise de implementação de políticas públicas na área ambiental. Os entrevistados, de forma geral, elencaram políticas que consideraram de sucesso na gestão de Marina Silva, as quais, não coincidentemente, são políticas que diziam respeito à agenda que ambientalistas trouxeram da sociedade civil para o MMA e que foram implementadas com o comprometimento do núcleo do governo do PT, a saber: o Plano de Prevenção de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), a aprovação da Lei de Florestas Públicas e o fortalecimento institucional do Ministério do Meio Ambiente e de suas autarquias.

Os entrevistados também narraram sobre os problemas, as fraquezas e os casos de insucesso da gestão da Ministra, que são os confrontos diretos entre posicionamentos do MMA e do partido no governo, e a consequente derrota da perspectiva ministerial, o que costumaram chamar de “as mortes de Marina”. São eles o caso da aprovação de plantação e comercialização de organismos geneticamente modificados no Brasil e o licenciamento das usinas hidrelétricas (UHE) de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Rondônia. Esses dois

casos ameaçaram a permanência de Marina Silva em seu cargo no MMA em distintos momentos.

O relevante apoio de Marina Silva à proposta política vinda da sociedade civil, para a área de biodiversidade e florestas, com foco na Amazônia, foi o passaporte para a permanência dela e do grupo que o defendia no MMA frente aos vários embates que aconteciam no governo com a área ambiental. A Ministra fortalecia politicamente sua equipe na articulação com o PT ao passo que essa equipe que trabalhava a agenda amazônica, considerada de sucesso, fortalecia a direção de Marina Silva no MMA para o PT, pois desenvolvia uma agenda importante para o governo e demonstrava um nível de conhecimento técnico que se destacava.

Quando essa proposta passou a ameaçar o desenvolvimento de outras áreas estratégicas ao partido no governo, que reagiu, não apenas o grupo que elaborou o projeto se retirou do Ministério, como Marina perdeu espaço político nos novos interesses do partido. Conforme será abordado no capítulo seguinte, esse projeto não se perdeu, ele se transformou em algo maior, mas, por ora, basta dizer que ele elevou a importância da agenda política ambiental a uma escala jamais alcançada em gestões anteriores com a diminuição considerável do desmatamento na Amazônia brasileira.

Como este capítulo complementa o anterior, os argumentos que apresentamos aqui reforçam argumentos já defendidos, mas que são trabalhados de forma mais detalhada, com a análise do embate das agendas e políticas entre representantes da sociedade civil na arena estatal e o partido no governo. Nesse sentido, argumentamos que houve uma identificação e preferência de Marina Silva a uma proposta política, gestada por representantes do movimento ambiental, que garantiu a permanência dela e de militantes sociais em seus cargos no MMA e o apoio de Marina às suas propostas, fortalecendo padrões de interação e de construção de identidade entre a ministra e seus assessores e enfraquecendo seus laços político-partidários. Ao fim da gestão da ministra, em 2008, observamos um processo de construção do papel de liderança de Marina Silva com seus assessores vindos principalmente do movimento ambiental, os quais a elegeram como representante política de suas causas, papel estendido para seus pares na sociedade civil. Neste capítulo, também reforçamos o

argumento defendido no capítulo anterior sobre as diferenças de estratégia, identidade e projeto dos movimentos sociais e partidos políticos.

Na sequência desta introdução, apresentamos uma seção com as agendas políticas que ocuparam o Ministério do Meio Ambiente, seguida pela análise dos embates das agendas, políticas e projetos dos diferentes grupos que interagem na arena governamental. Concluímos que as transformações ocorridas na orientação política do PT, partido no governo que lançou mão de todos os recursos estratégicos para permanecer no poder, tiveram impacto negativo e direto na atuação dos ambientalistas que, mesmo ao atualizarem suas estratégias, identidades e repertórios, mantiveram-se coesos e fiéis ao projeto que os colocou na arena governamental.

4.2. Confluência de propostas e reconhecimento

Para um dos secretários da gestão Marina Silva, três grupos diferentes compuseram o MMA: aqueles que vieram de ONGs; os que eram militantes ambientais no PT; e um grupo fiel à ministra que trabalhou mais diretamente em sua assessoria desde a experiência política no Acre e também no Senado Federal. Conforme narrou, “não era gente que trabalhava com as mesmas pautas ou com as mesmas agendas” (Entrevista 12, 21/7/2014). Essa visão é compartilhada por outro ocupante de cargo no MMA naquele período, mas esse diferenciava perspectivas e modos de trabalhar de pessoas vindas de um mesmo grupo (Entrevista 24, 26/5/2015). Ele evidenciou a diferença de propostas de Tasso Azevedo e Capobianco que trabalharam juntos na Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF).

A pauta do primeiro para a proteção ambiental considerava principalmente estabelecer incentivos econômicos e certificações para o aproveitamento das florestas, enquanto que o último tinha uma tradição direcionada para criação de unidades de conservação e conservação ambiental. Isso gerava embates e conflitos (Ibid.), mas está relacionado com a proposta de Capobianco de juntar diferentes perfis em sua secretaria, pois sua experiência no governo precisava dar conta dos diferentes interesses na área florestal. Outro entrevistado informou que, no primeiro ano de governo, o embate entre os dois era

forte e o trabalho conjunto parecia impossível. Mas, os conflitos foram manejados no interior da secretaria e a SBF logrou alcançar bons resultados políticos naquele período (Entrevista 12, 21/7/2014).

Na opinião da maioria dos entrevistados com algum tipo de vínculo ou experiência de articulação com o Ministério, Capobianco foi o secretário que mais se destacou nesse período e “foi o escolhido de Marina para se tornar o seu braço direito” (Ibid.). Esse espaço foi alcançado devido a uma confluência de intencionalidades e causalidades que foram importantes para desenvolver a política de maior destaque na história do MMA: o Plano de Combate e Controle do Desmatamento (PPCDAm). As ações empreendidas naquele período para combater os níveis recordes de desmatamento na Amazônia foram assumidas e adaptadas pelos gestores que vieram para o MMA após a administração de Marina Silva, e, com algumas variações ao longo dos anos, conseguiram manter a taxa de desmatamento baixa, conforme será mostrado mais adiante. No rastro do relativo sucesso dessa política, outras ações na área de biodiversidade e florestas puderam ser desenvolvidas e elevaram a SBF ao posto de uma secretaria importante, perfil oposto ao que tinha em outras administrações no MMA anteriores a 2003 (Entrevista 24, 26/5/2015; Entrevista 27, 4/11/2013).

A reestruturação e fortalecimento institucional do ministério foi outra agenda que ganhou peso naquela gestão. Novas instâncias de participação foram criadas e fortalecidas⁷⁸, o MMA foi o primeiro ministério do governo Lula a realizar conferências de consulta à população com o objetivo de garantir a participação da sociedade na elaboração de políticas ambientais (Entrevista 39, 13/3/2014). O Sistema Nacional de Meio Ambiente –Sisnama - foi fortalecido e 1.474 novos cargos foram criados para consolidar a carreira de analista ambiental (Brasil, 2012).

Canais formais de comunicação foram criados e a formação de uma burocracia capacitada começou a ganhar projeção, contribuindo para o fortalecimento institucional de um ministério de estruturas muito frágeis. Conforme entrevista do secretário-executivo do MMA, durante a primeira administração de Marina Silva (2003-2006) - Cláudio Langone,

⁷⁸ Como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a Comissão Nacional de Floresta (CONAFLO), as Conferências Nacionais etc.

transcrita no trabalho de Losekann (2009) -, essa agenda foi trazida pelo pessoal que veio da experiência administrativa na SEMA-RS e que conseguiu exercer muita influência no MMA. Eles trouxeram como destaques, dentre outras propostas, fortalecer o Ministério institucionalmente, realizar as conferências nacionais e reestruturar o Sisnama. Essas também eram demandas de organizações ambientalistas que, após os seis meses de governo Lula, publicaram uma avaliação que colocava a reestruturação institucional e do Sisnama como pautas cruciais a serem desenvolvidas no MMA⁷⁹.

Na margem dos insucessos, as maiores críticas ao MMA de Marina Silva são endereçadas ao caso da liberação de plantação e comercialização de transgênicos e a concessão de licenças ambientais para construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira. Por meio desses casos de sucessos e insucessos, é possível compreender a dinâmica de diferentes agendas no MMA e como umas foram se destacando umas em relação a outras. Também é possível perceber disputas de pessoas vindas de organizações da sociedade civil com aquelas indicadas pelo PT para o MMA e com o núcleo de governo. Os embates não estavam restritos apenas às fronteiras ministeriais, eles alcançavam o restante da Esplanada dos Ministérios. Isso indica que a ação conjunta de militantes de movimento social e de partido político na arena governamental começava a gerar conflitos e novas adaptações eram necessárias para que suas propostas se tornassem políticas públicas. A agenda de combate ao desmatamento na Amazônia foi o carro chefe da gestão de Marina Silva e ela também potencializou a agenda verde no governo petista. Em função dela, algumas políticas obtiveram êxito, mas outras caíram em descrença tanto pela sociedade quanto pelos seus implementadores.

Ao abordar esses casos, percebemos que as pautas de políticas públicas no MMA estão muito vinculadas a atividades prévias de militância daqueles escolhidos para implementá-las, ratificando o argumento de que os ocupantes de cargos no MMA chegaram ao governo com estratégias, agendas e pautas rascunhadas para serem implementadas. Levar propostas, agendas e projetos políticos para a estrutura do Estado não é novidade, o interessante é avaliar o alcance que tiveram e ao que tais projetos levaram. No caso estudado, os sucessos ou insucessos como políticas públicas dependeram tanto de fatores políticos e

⁷⁹ Fonte: http://site-antigo.socioambiental.org/esp/novogov/r_amb.shtm

econômicos enfrentados pelo governo, mas também pelo apoio político e dedicação de Marina Silva na defesa de determinadas políticas e na disputa das agendas dentro do MMA. A ministra pendeu não apenas para um tipo de proposta vinda de ONGs, mas também pelo seu *modus operandi*, o que imprimiria ao seu governo uma forte identidade com as ONGs.

Além da disputa das agendas, assessores no ministério informaram sobre conflitos relativos à forma de agir de diferentes grupos no interior da burocracia. Isso não era apenas um resultado de práticas diferentes, mas também de concepções e ideologias em torno do que pensavam sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Conforme relataram dois entrevistados, tem-se o seguinte:

Tinha embates de ideias, mas não era de embates no sentido de brigas, mas muito mais de pôr na mesa e tinha diferentes visões da forma de fazer as coisas. Era mais divergência da forma de fazer do que questões de fundo sobre o que fazer (Entrevista 31, 16/1/2015)

(...) ela [Marina] trouxe pessoas que tinham experiência administrativa e trouxe pessoas que tinham bastante experiência com o tema, mas não tinham experiência administrativa. De fato, a gente vê isso até hoje que alguém que trabalha em ONG, o *modus operandi* é diferente, o *timing*, as limitações. O serviço público tem uma série de amarras que deixam as pessoas desesperadas, especialmente aquelas que estão acostumadas a agir com agilidade. Então, isso causava dificuldades em relação a algumas pessoas, mas, ao mesmo tempo, tem gente que se adapta. (...) O Langone, que vinha com uma experiência administrativa por ter sido secretário de meio ambiente, conseguia juntar a ação do movimento com experiência administrativa que ele tinha. (Entrevista 17, 10/2/2015)

As estratégias de ação junto com as propostas trazidas pelos ocupantes de cargos no MMA se tornaram fontes de atrito entre os diferentes grupos que o compuseram. Nesta seção, serão analisados processos de implementação das propostas de sucesso e daquelas que não lograram êxito enquanto política implementada na perspectiva ambiental de 2003 a 2008. Ao refazer o percurso das propostas, pretendemos compreender repertórios de ação adotados, embates técnico-políticos, as diferentes expertises e como Marina Silva se identificou mais com algumas pessoas e propostas do que com outras. Serão apresentados inicialmente os casos de insucesso, pois os argumentos e os fracassos ajudam a compreender elementos das pautas de sucesso.

4.2.1. Transgênicos

Nas campanhas eleitorais, enquanto Lula era candidato a presidente da república, seu posicionamento sobre a liberação do plantio de soja transgênicas no Brasil era público e claro: contrário ao uso de organismos geneticamente modificados e ao modelo de agricultura de larga escala (Hochstetler, 2007). Sua contrariedade expressava um posicionamento do Partido dos Trabalhadores que chegou a entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), nº 207/1995, contra a lei 8.974, de 1995, de Biossegurança, promulgada por Fernando Henrique Cardoso, então presidente da república. A Lei de Biossegurança estabelecia normas de segurança e mecanismos de fiscalização no uso de técnicas de engenharia genética nos diferentes manejos e comercializações de organismos geneticamente modificados (OGM) e criava, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), estância que teria o poder de decisão sobre uso de OGMs no Brasil.

Essa comissão foi composta por especialistas com comprovado e notório saber científico em assuntos relativos à biossegurança em diferentes áreas; por representantes de cinco ministérios, dentre eles o de Saúde, o de Meio Ambiente e o de Agricultura; representantes de órgão de defesa do consumidor, do setor empresarial de biotecnologia, e representante de órgão de assistência à saúde do trabalhador. Entre 1996 e 1998, integrantes da CTNBio estavam mobilizados para aprovar a plantação e comercialização da soja transgênica *Round-up Ready*, da empresa estadunidense Monsanto, quando o Instituto para Defesa do Consumidor (IDEC), que participava da Comissão, renunciou seu assento e passou a articular, junto com o *Greenpeace* e outras organizações da sociedade civil, ações no campo político e jurídico para impedir a liberação. Marina Silva e o PT apoiaram e se envolveram na coalizão contrária aos transgênicos.

O principal argumento da coalização contra o plantio e comercialização de transgênicos no Brasil era que a Lei de Biossegurança incorria em inconstitucionalidade ao repassar decisões para a CTNBio que eram próprias de outros órgãos, como o licenciamento ambiental, que é de responsabilidade do Ibama/MMA, e o registro de plantas, medicamentos e animais transgênicos, responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância da Saúde (Anvisa/Ministério da Saúde. Assim, violava a distribuição de autoridade constitucional do Ministério do Meio Ambiente e também do Ministério da Saúde (Hoschstetler, 2007, Lisboa,

2011). Havia também o argumento de que a Lei feria princípio constitucional estabelecido nos incisos I e II do artigo 225 da Constituição Federal, sobre garantias de meio ambiente saudável. A Adin impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, em 1995, comungava da mesma posição que essas organizações.

Criou-se uma polarização no debate sobre transgênicos no Brasil em que tanto aqueles que defendiam a autoridade da CTNBio e os que defendiam a responsabilidade do MMA/MSaúde tiveram ganhos e perdas na busca de seus interesses. (Hochstetler, 2007; Losekann, 2009). Com a eleição de Lula, em 2002, a coalização contra os transgênicos confiava que o novo governo agiria de forma a fortalecer as competências do Ibama e Anvisa nesse processo, conforme haviam se posicionado no passado. Essa expectativa, todavia, foi frustrada e com isso se instalou a primeira grande crise ambiental no novo governo do PT (Entrevistas 2; 21 32; Lisboa, 2011).

No estado do Rio Grande do Sul, agricultores vinham plantando ilegalmente⁸⁰ soja transgênica desde 1999 e precisavam de posicionamento do governo para liberar a comercialização da colheita das safras sob o argumento de que a não autorização teria considerável impacto negativo na economia. Por meio da Medida Provisória 113, de março de 2003, o governo federal permitiu a comercialização da safra de 2003 do grão da soja transgênica no mercado interno e para exportação, sendo proibida sua comercialização enquanto semente. Ao não exigir a avaliação de impacto ambiental, o governo se opôs a determinações constitucionais no que se refere à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum de todos⁸¹. Em junho do mesmo ano, o governo sancionou a Lei 10. 688, que estabeleceu normas para a comercialização da produção da safra de 2003 e deu outras providências.

Sob o argumento do setor do agronegócio de que não havia estoque de semente convencional no mercado, em setembro do mesmo ano, o governo editou e o Congresso Nacional (CN) aprovou a MP 131 que estabelecia normas para o plantio e comercialização

⁸⁰ O cultivo de soja transgênica estava proibido no Brasil por meio de sentença da Justiça Federal de junho de 1999. Apesar da sentença, havia certa tolerância em relação ao contrabando da soja transgênica que vinha da Argentina e Paraguai. Fonte: <http://brasil.indymedia.org/media/2005/01/303901.pdf>, acessado em 10/06/2015.

⁸¹ Fonte: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/medida-provis%C3%B3ria-n%C2%BA-11303-transg%C3%AAnicos>, acessado em 10/06/2015.

da produção de soja transgênica da safra de 2004 e dava outras providências. O Decreto 4846/2003 regulamentou o artigo 3º da MP 131/2004 estabelecendo Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC) para agricultores que plantassem soja transgênica até 31 de dezembro de 2004. Essas normas permitiram “unicamente o uso de grãos guardados da safra anterior para uso próprio como semente no cultivo daquele ano”⁸², contrariando sentença judicial e a MP 113 que proibia o plantio de OGMs. Estabeleceram também que a produção poderia ser comercializada desde que devidamente identificada e informada a transgenia e o compromisso do agricultor em assumir os riscos e responsabilidades que poderiam ser causados. A MP 131/2003 foi convertida na Lei 10.814/2003.

A exigência do TAC e a publicação do Decreto 4.680, de abril de 2003, que obriga a rotulagem de produtos que contenham organismos geneticamente modificados foram resultados da ação do MMA junto com organizações da sociedade civil que tentavam barrar a liberação dos transgênicos. Estavam à frente dessa ação pelo MMA Marijane Lisboa, Rubens Nodari, Marina Silva, dentre outros apoiadores, e, pela sociedade civil, *Greenpeace* e a ONG Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) eram os maiores articuladores da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos. Já que não conseguiam parar todo o processo, ao menos trabalhavam para disciplinar e restringir a prática e para informar a sociedade sobre os riscos agregados aos produtos geneticamente modificados. Além disso, o MMA ainda conseguiu dispor de recurso jurídico para impedir o plantio de soja transgênica em áreas de alta biodiversidade, como nas unidades de conservação, terras indígenas e áreas protegidas, o que Lisboa (2011) considerou como aparente vitória do ministério, diante das decisões que viriam futuramente.

No ano seguinte, por meio da MP 223/2004, o governo liberou pela terceira vez o plantio de soja transgênica e regulamentou o plantio e comercialização da soja geneticamente modificada de 31 de dezembro de 2004 a 31 de janeiro de 2006, prazo que poderia ser prorrogado por até 180 dias. A MP, no mesmo padrão das outras, seguiu a lógica da não exigência de estudo de impacto ambiental, que possibilitava analisar possíveis riscos para o meio ambiente e para a saúde, isentando de responsabilidade as empresas que produziam soja

⁸² Governo Libera Soja Transgênica por mais um Ano - <http://brasil.indymedia.org/media/2005/01/303901.pdf>

transgênica e apenas obrigando os produtores a assinarem o TAC. Essa MP foi convertida na Lei 11.092/2005.

Observamos, dessa forma, um governo que progressivamente se tornou leniente e autorizativo de uma prática vista como ilegal por diferentes setores da sociedade, mas imposta por agricultores enquanto realidade. O curioso dessa situação é: como, em menos de dois anos, um partido no governo poderia mudar tão drasticamente sua posição em relação a uma temática conflituosa e potencialmente impetrada de riscos, a qual foi contrário em outro momento? Uma vez ocupando a direção do governo federal, qualquer partido é confrontado com demandas por políticas públicas que não raras vezes são incompatíveis. Aqui, opõem-se diretamente interesses de agricultores e de ambientalistas. A estratégia do partido no governo compete escolhas que lhe concederão maior governabilidade. Nesse caso, a natureza da prática de lideranças sociais e de representantes de partidos políticos, grupos que partilham experiência na arena governamental, mostrou-se assaz conflitante e distinta, conforme abordamos no primeiro capítulo desta tese. Os ambientalistas se mantiveram fiéis ao seu histórico, o PT teve de recuar em nome da governabilidade e de certa segurança econômica do país.

O PT, pelas suas posições fortes contra a transgenia na década de 1990, construiu uma imagem pública para a sociedade e seus membros que foi quebrada em função de questões políticas, de governabilidade e econômicas quando assumiu o governo federal. O partido mudou um elemento de identidade que o vinculava com seus membros, simpatizantes e eleitores, gerando frustrações e iniciando um processo de quebra de identidade que se tornou mais intenso e agudo ao longo de seus 13 anos na chefia do poder Executivo⁸³. Conforme argumento de Janda et al. (2005), exposto no primeiro capítulo desta tese, os partidos políticos mudam suas estratégias e políticas que, por consequência, afetam sua identidade com seus eleitores e simpatizantes.

Em relação a aspectos econômicos, a soja, àquela época, era a principal *commodity* agrícola brasileira e extremamente importante para o equilíbrio da balança comercial do país. Durante a década anterior, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a

⁸³ A primeira grande quebra de identidade e frustração com o PT foi o escândalo de propinas do mensalão, revelado em 2005.

priorização da produção e exportação dessa *commodity* ganhou forte impulso econômico (Hochstetler, 2007). Como retrato disso, observa-se que a safra de 1993 totalizou 18,5 milhões de toneladas de soja, já a de 2003 registrou 52,2 milhões, um crescimento considerável na escala de produção. Dessa última safra, há informações de que 9 milhões de toneladas eram transgênicas⁸⁴.

A comercialização da soja em 2003 rendera 6 bilhões de dólares em divisas para o país e, em 2004, o valor subiu para 8 bilhões (Andrioli, 2005)⁸⁵. Economicamente, frear a progressão do plantio desse tipo de grão, ainda que transgênico, poderia arriscar o equilíbrio das contas públicas, risco que o governo certamente considerou mais severo do que aqueles potencialmente gerados à saúde e ao meio ambiente com o consumo de organismos geneticamente modificados. Havia ainda um forte argumento, defendido mundialmente, para a defesa do uso de OGM na agricultura, a saber: eles possibilitariam aumentar exponencialmente a produção de alimentos e, dessa forma, contribuir para redução da fome no mundo (Lisboa, 2011). Essa concepção desconsidera qualquer alusão à fome ser gerada pela ultrajante concentração de riqueza, desigualdades e tantos outros problemas socioeconômicos.

É necessário considerar, todavia, que o governo brasileiro não estava desamparado tecnicamente na sua progressiva abertura à introdução de transgênicos no país e às vulnerabilidades e riscos socioambientais que poderiam ser gerados. O setor da biotecnologia, com cientistas bem formados sobre a matéria, participava desse debate e sinalizava positivamente, calçados de autoridade científica, para a liberação da soja transgênica sem a necessidade de avaliação ambiental.

De acordo com Losekann (2009), os cientistas formavam um importante grupo de interesse em que muitos eram vinculados diretamente a empresas de biotecnologia com pesquisas avançadas em transgenia e, por isso, favoráveis à liberação dos OGMs pela CTNBio sem a interferência de procedimentos que complicassem ou atrasassem a utilização de seus produtos. Dessa forma, a polarização na batalha em relação à liberação de transgênicos não colocava apenas ambientalistas e pequenos agricultores rurais em polo

⁸⁴ Fonte: <http://brasil.indymedia.org/media/2005/01/303901.pdf>, acessado em 10/6/2015.

⁸⁵ Fonte: <http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.html>, acessado em 4/6/2015.

oposto aos representantes do agronegócio. Havia também o setor da biotecnologia que se associou aos agricultores patronais para a defesa de OGMs.

Marijane Lisboa, que nesse período era Secretária de Qualidade Ambiental do MMA e participava intensamente dessas discussões, especialmente por acompanhar a temática durante anos enquanto militou no *Greenpeace*, endossava a opinião de analistas políticos que observaram a mudança radical do governo Lula e do PT em relação aos transgênicos em função da “necessidade de construir uma base aliada no Congresso, atraindo o PMDB e outros pequenos partidos que se agrupam na bancada ruralista, representativa do agronegócio brasileiro” (Lisboa, 2011, p. 20). Lisboa entendeu que os custos políticos dessa ação foram “o esgarçamento das relações entre o núcleo do governo de um lado e os ministérios de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Agrário de outro” (Ibid.). Em sua opinião, o governo também perdia apoio de organizações da sociedade civil ligadas à defesa do consumidor, ao movimento ambientalista e ao movimento de agricultores rurais.

Os conflitos ainda se estenderiam para além da aprovação de uma nova regra sobre biossegurança. Quando enviou ao Congresso Nacional (CN) a primeira MP que liberava a comercialização de soja transgênica no Brasil, a bancada ruralista ameaçou emendar a proposta para autorizar novos plantios e novas colheitas de soja transgênica. O governo, a partir da relutância do Ministério do Meio Ambiente em não ceder, comprometeu-se com os representantes do agronegócio no CN a formar uma comissão interministerial que teria como objetivo elaborar uma nova lei de biossegurança em troca de aprovar as regras da MP 113/2003. Os ruralistas tinham interesse em afrouxar as leis existentes para que fosse liberado definitivamente o plantio e comercialização da soja e também buscavam desesperadamente fortalecer o papel decisivo da CTNBio sobre qualquer outra instância nas decisões de uso de OGMs (Lisboa, 2011). Lisboa (2011, p. 19) conta essa negociação com propriedade de quem participou de todo processo:

A nova comissão reuniu-se durante vários meses, sempre rodando em falso em torno de um ponto de discórdia central: a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) (...) deveria ter o poder exclusivo de autorizar transgênicos no país ou continuariam IBAMA e ANVISA com suas atribuições constitucionais. Tendo se chegado a um acordo em relação à manutenção das atribuições do IBAMA e da ANVISA, o projeto de lei foi enviado ao Presidente da República, sofrendo aí transformações radicais, a pior das quais foi cassar-se aquelas atribuições dos dois órgãos. Marina Silva foi ao Palácio do Planalto e obteve revisão

do texto, que retornou à versão anteriormente negociada. Enviada ao Congresso, o governo nomeou como relator o deputado Aldo Rebelo, que era, a essas alturas, seu líder no Congresso, ou seja, político de inteira confiança da Presidência e da Casa Civil. Além de emendar o projeto, concedendo à CTNBio plenos poderes para decidir sobre transgênicos no país, Aldo Rebelo introduziu o assunto do uso de células tronco para a pesquisa científica no corpo da lei, conseguindo com isso desviar a atenção do país sobre a questão dos transgênicos para um debate de natureza religiosa. Após idas e vindas na Câmara dos Deputados e no Senado, a versão final que emergiu de um Congresso Nacional cheio de lobistas da indústria de biotecnologia vestidos de branco foi uma lei que retirou do IBAMA e da ANVISA o poder de avaliar e autorizar a liberação de transgênicos no país, delegando tal responsabilidade para um conjunto de biotecnólogos, a maioria dos quais sem qualquer conhecimento e compromisso com o meio ambiente e a saúde pública, mas com estreitos vínculos com centros de pesquisa públicos e privados nos quais se desenvolvem transgênicos.

Em 24 de março de 2005, o presidente Lula sancionou a Lei nº 11.105 que regulamentou os incisos II, IV e V do § 1º do art. 25 da Constituição Federal, sobre meio ambiente, estabeleceu normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados, criou o Conselho Nacional de Biossegurança (CNB), instância superior de decisão sobre o tema com perfil mais político, e reestruturou a CTNBio. Essa comissão passaria a ser “formada por 27 cidadãos brasileiros de reconhecida competência técnica, de notória atuação e saber científicos, com grau acadêmico de doutor e com destacada atividade profissional nas áreas de biossegurança, biotecnologia, biologia, saúde humana e animal ou meio ambiente”⁸⁶. A determinação de representantes com formação em nível de doutorado em áreas específicas reduzia exponencialmente a possibilidade de atores da sociedade civil na CTNBio, segundo representante de ONG ambientalista (Entrevista 2, 27/4/2013; Entrevista 32, 26/5/2015). A Lei ainda dispunha sobre a Política Nacional de Biossegurança, revogando a Lei 8.974/1995. O CNB foi criado para ser uma instância superior de decisão sobre o tema, com formação política.

Na regulamentação da nova Lei de Biossegurança, o MMA conseguiu uma vitória importante, que era garantir a aprovação da comercialização de produtos transgênicos apenas com a aprovação de 2/3 dos membros da CTNBio. Porém, a regra acabou gerando um efeito inesperado. De acordo com um dos dirigentes do MMA naquele período, vinculado ao PT, a área ambiental e de desenvolvimento agrário, com menos de 1/3 de representação na

⁸⁶ Texto retirado da Lei 11.105/2005.

CTNBio, barrava todas as aprovações, o que levou o governo a rever a regra e a mudá-la para 50% + 1. Na sua leitura, ocorreu o seguinte:

Dentro dessa lógica que nós reproduzimos, que eu era contra - que era a lógica de movimento com o Nodari e a Marijane Lisboa dentro da CTNBio de barrar tudo - levou a um processo oposto de radicalização, fazendo que ocorresse um retrocesso. A partir daí, nós passamos a perder todas as votações da CTNBio desde então até hoje. A meu ver, por uma situação de equívoco que foi trazer para dentro do governo uma lógica que o movimento faz, mas no governo você precisa fazer algumas mediações para poder medir o que você barra e o que você não barra (Entrevista 12, 21/7/2014).

O relato do entrevistado torna claro que atores cuja trajetória passava pela experiência de militância em movimentos sociais não abandonavam suas práticas e estratégias ao assumirem posições na arena governamental. Não podemos negar, de acordo com Jasper (1997) e Mische (2001; 2008), que estratégias, identidades e projetos são ressignificados conforme se alteram as relações sociais. Ao cruzarem a fronteira do Estado, esses atores certamente refletiram sobre sua nova posição e estratégias a adotarem (conforme trataremos mais adiante), mas a lealdade com suas trajetórias e práticas políticas pareciam se manifestar com peso relevante na experiência governamental. As pessoas no MMA eram identificadas com os projetos e agendas que traziam de seus trabalhos anteriores, e o sucesso ou não da implementação dessa agenda definia, muitas vezes, a permanência em seus cargos. Conforme outro entrevistado narrou:

(...) a Marijane, que veio do *Greenpeace*, não ficou muito tempo, porque ela era uma pessoa muito vinculada ao tema dos transgênicos e esse tema foi a primeira grande derrota da Marina no governo, então, a Marijane saiu. (Entrevista 2, 27/4/2013).

Entidades ambientalistas e lideranças do movimento sugeriram a renúncia de Marina Silva do posto de ministra devido a essa fragorosa derrota. De acordo com assessor próximo à ministra, ela ficou sensibilizada, mas argumentou que seu *armagedom* era a Amazônia, portanto, ela se concentraria nesse bioma e tentaria conquistas para os anos vindouros (Entrevista 19, 7/3/2014). O comportamento da ministra expressa a prioridade de sua gestão e também que sua aproximação e identificação com pessoas e agendas vindas da sociedade civil não era vastamente deliberada, ela tinha um foco que encontrou guarida na Secretaria de Biodiversidade e Florestas e na ação de Capobianco, a ver em seção mais adiante.

Esse processo dos transgênicos demonstra três situações interessantes: i) o governo do PT reconsiderou suas posições anteriores em relação ao assunto, frustrando atores da sociedade civil que se identificavam com o partido e esperavam que mantivesse o compromisso assumido durante as campanhas eleitorais anteriores à sua eleição, em 2002. Isso sugere um alinhamento do governo aos setores econômicos que, além do compromisso de estimular a agricultura nacional e a economia, estava atento também aos alinhamentos políticos no Congresso Nacional com a importante bancada ruralista, a fim de garantir governabilidade. Tal situação revela dinâmicas políticas inerentes à prática partidária e que as estratégias partidárias estão focadas muito em questões materiais e de poder; ii) o caso dos transgênicos sugere falta de habilidade de dirigentes da área ambiental que mantiveram atitude movimentalista no governo, o que também indica certo grau de fidelidade à sua agenda e prática de ação. As estratégias dos movimentos sociais, segundo abordamos no capítulo 1, são elaboradas em função de um estoque de repertórios partilhado, de orientação instrumental e também simbólica e suscetíveis à influência do contexto, mas que são elaboradas muito mais por características internas aos movimentos em comparação com as estratégias partidárias; e, iii) o embate se deu mais fortemente com o núcleo do governo do PT, não era diretamente entre representantes do partido no Ministério com os dirigentes vindos da sociedade, mas respingava nos membros partidários, de forma a enfraquecer Marina Silva e a dar motivos a Viana e a Langone para criticarem os feitos dos dirigentes vindos do movimento ambientalista.

Para alguns representantes do MMA e da sociedade civil, a disputa contra os transgênicos estava perdida, não havia como barrar sua aprovação no Congresso Nacional (Entrevista 41, 16/11/2015; Entrevista 18, 28/11/2013). Diante das apostas econômicas envolvidas, a expansão de produção e exportação da soja transgênica, a avaliação ambiental do Ibama ou da Anvisa se tornava um pormenor, um detalhe. Restava-lhes, então, compreender que suas posições nas negociações deveriam considerar o elemento político tal como a Casa Civil e a Presidência da República o consideravam, afinal, eram todos do mesmo governo e o MMA havia conseguido garantias consideráveis nesse processo.

Nesse caso, ficaram explícitos os conflitos que se impõem na interação entre atores de movimentos sociais e partidos políticos que atuam conjuntamente na arena

governamental. A força da estratégia e do projeto de um partido no governo, que luta para permanecer no poder, em princípio terá (e teve) mais força que a estratégia e o projeto de representantes de movimentos sociais que atuam no mesmo governo, mesmo com as transformações que isso implica. Todavia, os atores sociais no Estado podem apresentar compromisso com suas convicções e práticas e negar a força e o poder do partido político, desistindo da luta no interior do Estado, buscando outras vias ou reforçando outras bandeiras que para eles possam implementar o seu projeto que é influenciar políticas públicas por dentro do sistema político e, conseqüentemente, acessar os recursos do Estado.

4.2.2. Licenciamento

Em seu discurso de posse do cargo de ministra, Marina Silva destacou a transversalidade da política ambiental como um dos eixos estratégicos de sua gestão. A ministra inovava ao propor levar a pauta ambiental como elemento determinante para outras áreas do governo, dentre elas a de infraestrutura, onde embates entre conceitos sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável são espinhosos. Os empreendimentos de infraestrutura geralmente produzem grandes impactos socioambientais que devem ser mitigados. Para garantir o direito constitucional de todos ao meio ambiente saudável, foi estabelecido na Política Nacional de Meio Ambiente (1981) e regulamentado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente a necessidade de licenças ambientais para a execução de empreendimentos de infraestrutura. De acordo com a resolução 237/1997 do Conama, a licença ambiental é

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

A licença ambiental está vinculada ao estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) que são realizados pelos responsáveis pelo empreendimento e avaliados por órgão ambiental competente. O EIA/RIMA, quando couber, é discutido em audiências públicas com interessados no empreendimento e pessoas por ele afetadas. Após a concordância com o EIA/RIMA, o poder público emitirá a licença prévia. O processo de

licenciamento é coberto por três licenças concedidas em momentos diferentes: a licença prévia, concedida na fase preliminar do empreendimento; a licença de instalação, que autoriza sua instalação mediante especificações e medidas de controle ambiental e condicionantes; e a licença de operação que, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, autoriza a operação da atividade ou do empreendimento.

O licenciamento de atividades que, por lei, sejam de competência federal serão submetidas à análise do Ibama, que poderá emitir ou não as licenças. O processo de licenciamento tem entrada e saída pelo Ibama, mas envolve outros órgãos na análise dos pedidos da licença, como a Fundação Nacional do Índio, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), dentre outros, para depois voltar para a análise do Ibama. Esse processo é sempre carregado de tensões dentro e fora do governo. De um lado, ambientalistas acusam empreendedores e os órgãos de infraestrutura do governo de não respeitarem elementos e impactos socioambientais das obras que apoiam. De outro, empreendedores e diferentes agências governamentais criticam as limitações dos setores ambientais do governo e da sociedade por quererem impedir e dificultar o progresso econômico e a implementação de obras.

O governo do PT, com a proposta de acelerar o crescimento do país, investiu em projetos de construção de infraestrutura pelo Brasil, e os caudalosos rios da Amazônia, com grandes potenciais para geração de energia elétrica, não ficaram de fora. De acordo com Lisboa (2011), desde o início da primeira gestão do governo Lula, o Ministério de Minas e Energia, chefiado por Dilma Rousseff, já demonstrava intenção de explorar o potencial hidrelétrico dos rios da região. Hochstetler (2015) nos informa que o grande empurrão para a exploração do potencial hidrelétrico aconteceu a partir de 2004, quando o MME criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Seu planejamento, que fazia projeções para até o ano de 2030, era o primeiro plano estratégico que estabelecia de fato várias hidrelétricas na Amazônia. Foi quando *WWF*-Brasil, *Greenpeace* e outras organizações da sociedade civil realmente começaram a prestar atenção nesse assunto. Com o governo Lula, diferentes projetos foram apresentados com a proposta de instalação de usinas hidrelétricas nos rios amazônicos, dentre eles: Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira; o Complexo do Rio Xingu;

e a proposta no rio Tapajós, além do já conhecido e conflituoso projeto da UHE de Belo Monte.

Diante do compromisso da transversalidade ambiental e de barrar o desmatamento na Amazônia, a gestão de Marina Silva foi mais contundente que as anteriores em relação às exigências do processo de licenciamento ambiental (Entrevista 21, 2/4/2014). O licenciamento não configurava como agenda, pauta ou projeto de militantes enquanto estavam na sociedade civil, mas ele é uma ferramenta importante de combate ao desmatamento e de promoção de garantias socioambientais aos atingidos pelos diferentes empreendimentos do governo ou do setor privado. Portanto, dirigentes do MMA o defendiam de forma aguerrida.

Um dos dirigentes do MMA relatou em entrevista que inserir elementos ambientais no planejamento de energia, de estradas, na política de infraestrutura e agrícola, dentre outros, para qualquer ambientalista era maravilhoso e o que deveria, de fato, ser feito. Mas, confessou que para quem estava operando a agenda tradicional, de infraestrutura, por exemplo, era um pesadelo. Ter que responder questionamentos da área ambiental - de um pessoal que antigamente não palpitava em nada e que passou a aumentar as exigências do processo de licenciamento ambiental com a gestão de Marina Silva - foi direcionado a “rever seus postulados e ainda ter que ver suas premissas sendo discutidas e questionadas” (Entrevista 9, 2/2/2015), o que gerou conflitos para as diferentes áreas do governo.

Ademais, esclareceu que para o empreendedor, ou empreiteira, quando um projeto ganha mais robustez ambiental, ele também ganha mais complexidade, ganha mais custos, mais dificuldades operativas. Então, a empresa terá que buscar profissionais mais qualificados em certas áreas, terá que qualificar o seu trabalho, aumentando os seus custos em vários sentidos (Ibid.). Isso gerava tensões políticas, pois as empreiteiras que realizam grandes obras de infraestrutura são também grandes doadoras de recursos para campanhas eleitorais e elas reclamavam diretamente com os órgãos de infraestrutura do governo e com o núcleo governamental do PT, que cobrava resoluções mais rápidas da área ambiental. O não cumprimento das normas do licenciamento ambiental era verdadeiro obstáculo para a efetividade de diferentes políticas ambientais, como o combate ao desmatamento na

Amazônia, uma vez que o licenciamento é uma das ferramentas que o MMA possui para controlar o desmatamento associado a grandes projetos de infraestrutura na região.

O complexo do rio Madeira foi especialmente complicado nesse sentido e gerou conflitos internos ao governo que expuseram e fragilizaram a imagem de Marina Silva e a reputação do Ibama. Esse é um dos casos considerados como um dos mais negativos da gestão da ministra. A pedido do consórcio formado pelas empresas Furnas e Odebrecht, em agosto de 2003, o Ibama abriu processo administrativo de licenciamento ambiental para a construção de duas barragens no rio Madeira. Em 2005, as empresas apresentaram o EIA/RIMA, exigidos pelo Ibama, e solicitaram a licença ambiental prévia. Após requerer estudos complementares, o órgão ambiental entendeu que o EIA poderia ser discutido publicamente com interessados, mesmo após parecer de consultor do órgão responsável pelo licenciamento informando que o estudo era superficial e que era necessário fazer uma avaliação ambiental estratégica mais abrangente (Rezende, 2009).

Organizações da sociedade civil, com apoio de dirigentes públicos do MMA, e o Ministério Público do Estado de Roraima entraram com ações judiciais solicitando estudos mais abrangentes e isentos e que tentavam impedir o andamento do processo de concessão de licença ambiental para o empreendimento. Esse processo foi bastante conturbado, demonstrava falhas graves no EIA/RIMA e expunha deficiências do Ibama. Isso era particularmente problemático para Marina Silva, pois as obras no Rio Madeira eram prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos carro-chefe da gestão de Lula, e o atraso para a emissão da licença preocupava o núcleo do governo. Em março de 2007, oito técnicos da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama emitiram o Parecer Técnico nº 14/2007 em que afirmavam não serem capazes de atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau devido

(...) ao elevado grau de incerteza envolvido no processo, a identificação de áreas afetadas não contempladas no estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessários à garantia do bem-estar das populações e ao uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução (Ibama, 2007, p. 220-221).

Os técnicos sugeriram a realização de outro EIA, considerando os impactos no território nacional e transfronteiriço, uma vez que regiões na Bolívia poderiam ser afetadas com o

empreendimento, e recomendaram a não emissão da licença prévia. Eles identificaram sinais de omissão no documento, tais como a possibilidade da área alagada ser duas vezes maior do que a projetada no EIA do empreendimento e a falta de confiabilidade nos dados sobre deposição de sedimentos nas barragens, que podem ampliar ainda mais a área de impacto de lagos. Com isso, observaram a possibilidade de alagamento de assentamentos do INCRA e de unidades de conservação na região, o que não foi considerado no estudo de impacto ambiental⁸⁷. O então diretor de licenciamento ambiental do Ibama, Luiz Felipe Kunz Júnior, rejeitou o parecer da equipe técnica e informou que caberia apenas complementar informações e não recomeçar do zero.

Entretanto, os impasses relativos ao licenciamento ambiental no Rio Madeira ficaram publicamente conhecidos após o presidente da república expor, em reunião do Conselho Político, sua irritação com a demora da concessão de licença. Em notícia publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em 20/4/2007⁸⁸, Lula teria atacado firmemente o Ibama e informado que teria uma reunião dura com a ministra. Para o presidente, o atraso no início das obras no rio Madeira traria riscos de falta de energia a médio prazo, além de atrapalhar o andamento das obras do PAC.

Em tom de crítica ao Ibama, que argumentou que as barragens atrapalhariam a migração de peixes popularmente conhecidos como Bagres e sua possível extinção, Lula comentou ironicamente: "Agora não pode por causa do bagre, aí jogam o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso? Tem que ter uma solução". Essa frase fez com que as discussões sobre a negativa de concessão de licença prévia girassem em torno do processo de migração dos peixes. Mas, na verdade, o problema era bem mais complexo, conforme exposto no parecer do Ibama e em outros estudos de viabilidade ambiental produzidos sobre a implementação das barragens (Rezende, 2009).

Para um dos secretários de Marina Silva, o licenciamento do rio Madeira saiu apenas após que todos os problemas foram resolvidos. Segundo expôs, nenhuma questão trazida pela unidade de licenciamento foi deixada de lado para atender as orientações do núcleo do governo. Reconhece que isso criou desconforto para a equipe ministerial, mas ratifica que

⁸⁷ Fonte: http://www.oeco.org.br/reportagens/1920-oeco_21677, acessado em 4/6/2015.

⁸⁸ Reproduzido em: http://www.antonioviana.com.br/2009/site/ver_noticia.php?id=38692, acessado em 4/6/2015

deveriam fazer o procedimento correto para que os processos de licenciamento não fossem barrados na justiça. (Entrevista 21, 2/4/2014)

A situação gerou constrangimentos gerais e a exoneração de Kunz do cargo de diretor de licenciamento ambiental. Para representante da sociedade civil, o MMA perdeu uma oportunidade de negociar com o governo sem suscitar tantos conflitos, pois era certo que as barragens do rio Madeira seriam construídas. Em suas palavras, “quem entra para uma negociação como essa, sabe o que vai enfrentar e ela [Marina] não é ingênua. Ela não fez uma análise fria de qual seria a vantagem política que se poderia obter” (Entrevista 28, 12/4/2013). O entrevistado atribuiu o desmembramento do Ibama a esse episódio, como exemplo consequente das práticas “arrogantes” e da falta de negociação do MMA.

O Ibama é uma autarquia federal responsável pela fiscalização e controle do meio ambiente. Em seu desmembramento, a gestão das unidades de conservação do país e dos centros de pesquisa foi transferida para o recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e o Ibama continuaria encarregado do licenciamento ambiental. A intenção dessa divisão era de garantir maior celeridade no trabalho da autarquia e parecia também ser uma intervenção do núcleo do governo federal que buscava garantir a implementação e operacionalidade das obras do PAC. Esse processo foi bastante polêmico, os servidores do Ibama protestaram, realizaram greves e foram apoiados por muitas organizações ambientalistas da sociedade civil também contrárias ao desmembramento.

Para dirigente do MMA, a área de fiscalização e controle cresceu imensamente em função do plano de controle e combate do desmatamento que era implementado em todo o Brasil. A atividade de fiscalização e controle passou a dragar pessoal e energia da equipe da área de conservação. Nesse sentido, a equipe de Marina Silva recorreu ao Palácio do Planalto e negociou a criação de uma área só para tratar de unidades de conservação (Entrevista 21, 2/4/2014). Junto a essa, outras reformas institucionais no Ministério e em suas autarquias seriam desenvolvidas.

O processo de fragmentação do Ibama ocorreu por meio de Medida Provisória (MP), que propunha mudanças profundas na gestão ambiental vigente. O governo editou a MP 366/07 e a encaminhou para apreciação do Congresso Nacional sem fazer debate com a

sociedade nem com os servidores públicos da autarquia. O interessante foi que no ano anterior, em março de 2006, o Decreto 5.718 reformava a estrutura do Ibama, criando duas novas diretorias: a de Desenvolvimento Socioambiental (Disam) e a de Qualidade Ambiental (Diqua). Foram meses dedicados para a reestruturação interna da autarquia e de suas superintendências nos estados, aprovadas pelo seu Conselho Diretor. Curiosamente, a publicação da MP 366/07 no Diário Oficial da União ocorreu no mesmo dia do lançamento da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, ocasião em que Marina Silva fez discurso garantindo que “a Disam representava um marco do socioambientalismo do país”⁸⁹. Porém, a MP acabava com a Disam sem explicações.

Para Lisboa (2011), o MMA foi completamente “encurralado” e Marina Silva se viu obrigada a concordar com a construção das duas usinas hidrelétricas no rio Madeira. Buscaram mitigar o problema em relação aos bagres construindo uma escada para que os peixes pudessem subir contra a corrente e adotaram ações para evitar o acúmulo de sedimentos e, dessa forma, assegurar o licenciamento da obra. Tal como no caso dos transgênicos, não havia muitas alternativas ao MMA e à Marina Silva do que aceitar que a licença ambiental fosse emitida e as obras das UHEs de Santo Antônio e Jirau fossem executadas. No confronto com a área econômica e com setores de infraestrutura do governo, o MMA e a influência de Marina Silva se tornaram pequenos e suas capacidades bastante diminuídas.

Esse caso foi um fiasco para a ministra. Muitos assumiram que ela não conseguiria manter o seu cargo, que já estava desgastada com o governo do PT, outros sugeriram que ela deveria renunciar, pois o governo deixava cada vez mais clara a orientação de que questões econômicas e de infraestrutura teriam prioridade no confronto com políticas socioambientais (Entrevista 19, 7/3/2014). O confronto mais uma vez foi com o núcleo do governo, que preferiu manter Marina no seu posto. Mesmo desgastada, Marina decidiu enfrentar seus desafios e continuar com a agenda para a Amazônia. Porém, quando seu projeto preferido foi seriamente ameaçado, sua permanência no MMA se tornou insustentável.

⁸⁹ Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/exclusivas/2007/06/22/31868-reportagem-especial-por-que-a-proposta-de-divisao-do-ibama-tem-que-ser-melhor-discutida-com-a-sociedade.html>, acessado em 4/6/2015.

Esse caso nos revela pontos em comum com o caso de liberação do plantio e comercialização de transgênicos no Brasil. As ONGs ambientalistas de atuação na Amazônia, em geral, são contrárias à construção de grandes usinas hidrelétricas nos rios dessa e de outras regiões. Essa mentalidade foi levada para o MMA quando pessoas dessas ONGs migraram para o Ministério. A equipe ambiental tentou asseverar e garantir as condicionantes do licenciamento ambiental, mas sem muitas condições de enfrentar os interesses, planos e a força do núcleo estratégico do governo do PT, por um lado, e sem muita capacidade ou vontade de negociar com o governo, por outro, conforme narrou entrevistado da sociedade civil que criticou o fato de membros do movimento ambiental não entenderem que, na posição de governo, deveriam negociar para obter ganhos. Acontece que o partido seguia com o propósito de implementar seu projeto desenvolvimentistas e se alinhava com os interesses econômicos para garantir poder e a implementação de seus projetos.

A disputa ocorreu entre o MMA de um lado, os órgãos governamentais de infraestrutura e o núcleo do governo de outro, demonstrando que os interesses partidários e a condução política na arena governamental têm muitos pontos incompatíveis com as intenções, agenda e projetos dos ambientalistas que partilhavam dessa experiência governamental. De uma parte, esse caso é mais um exemplo de que, a depender dos interesses em jogo, as estratégias de ação de partidos políticos e movimentos sociais em arenas políticas serão divergentes. De outra, evidencia as distintas frentes em que um partido no governo atua. Seu campo de atuação é muito mais amplo e complexo do que o projeto movimentalista pode alcançar para promover o desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente.

O licenciamento é uma das ferramentas que o MMA tem para controlar o desmatamento associado a grandes projetos de infraestrutura na Amazônia. Conforme abordaremos na próxima seção, a política de desmatamento das florestas na Amazônia obteve muito sucesso na gestão de Marina Silva. Mas, ao mesmo tempo, há uma contra-história sobre desmatamento que vem de partes do governo do PT que constantemente desafia esses sucessos e ameaça miná-los. O licenciamento do rio Madeira para construção de usina hidrelétrica é exemplo dessas ameaças.

4.2.3. Políticas de Biodiversidade e Floresta – PPCDAm e Lei de Gestão de Florestas

4.2.3.1. Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm)

Em junho de 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) publicou os dados relativos ao desmatamento na Amazônia ocorrido no período anual 2001-2002⁹⁰. Os dados indicavam um aumento de 40% no desmatamento em relação ao período anterior e sinalizavam para o agravamento da situação para o período seguinte, uma vez que o aumento havia acontecido em momento de contração econômica (Brasil, 2004). Caso houvesse uma aceleração da economia, o impacto no desflorestamento poderia ser muito pior⁹¹. O MMA, a fim de fazer uma análise cuidadosa das causas do desmatamento, buscou uma articulação com órgãos do governo federal e com a Casa Civil. Em 3 de julho do mesmo ano, foi publicado Decreto Presidencial sem número que estabeleceu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visassem a redução dos níveis de desmatamento na Amazônia (Ibid.).

Antes da criação do GTI, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, coordenada por Capobianco, havia realizado seminário para análise dos dados do desmatamento, do qual participaram cientistas e oito representantes da sociedade civil que trabalhavam com o tema. Durante o seminário, qualificaram os dados do desmatamento, especialmente ao que se refere à sua espacialização e estabelecimento de correlações com atividades produtivas, políticas públicas e forças sociais, econômicas e políticas da região (Ibid., p. 8). O MMA, junto ao Ibama, havia iniciado também a elaboração do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Exploração Madeireira Ilegal (PADEQ), envolvendo a participação de outros ministérios e também organizações da sociedade civil. O PADEQ serviu como subsídio para a elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm), lançado em março de 2004.

A ação de combate ao desmatamento foi coordenada, com demasiado envolvimento, por Capobianco. De acordo com um dirigente da SBF à época, na área de biodiversidade e

⁹⁰ O período de monitoramento do Programa de Cálculo de Desflorestamento da Amazônia (PRODES) vai de 1º de agosto de um ano a 31 de julho do ano seguinte. O PRODES utiliza imagens de satélites da classe Landsat e computa como desmatamento as áreas maiores que 6,25 hectares onde ocorreu remoção completa da cobertura florestal – o corte raso.

⁹¹ Em 2003, a taxa de desmatamento foi de 25.386 km² e, em 2004, aumentou para 27.772, a maior desde 1995, que registrou um desmatamento record de 29.059 km².

florestas, fizeram um planejamento muito bem detalhado, com etapas definidas, estratégias claras e isso deu à equipe da Secretaria capacidade de dialogar com o governo de maneira mais assertiva. A realização desse planejamento foi possível devido aos resultados do Projeto de Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira, coordenado por Capobianco enquanto estava no ISA, e sistematizado no Seminário de Macapá, em 1999 (Entrevista 21, 2/4/2014). De acordo com Bensusan (2006, p. 8), o Seminário produziu resultados significativos:

Sete mapas regionais foram produzidos e 379 áreas foram definidas como prioritárias. Para cada uma dessas áreas prioritárias, foi elaborada uma ficha com informações sobre localização; principais características; grau de importância biológica por grupo temático; grau de importância em temas de serviços ambientais; grau de estabilidade (inserção de unidades de conservação ou terras indígenas); grau de instabilidade (em relação à pressão antrópica e eixos/polos de desenvolvimento, recomendações, considerando proteção, recuperação, uso sustentável dos recursos naturais, necessidade de estudos e criação de unidades de conservação). Também foram arroladas ações prioritárias relativas às unidades de conservação de uso indireto e uso direto; às populações tradicionais; ao uso econômico de áreas alteradas; às terras indígenas, aos polos de desenvolvimento; e à pesquisa científica. Os resultados desse seminário de consulta são o principal subsídio para a identificação de novas áreas de conservação e para nortear políticas de proteção e uso sustentável da biodiversidade no Brasil.

Esse quadro demonstra o quão bem informada e direcionada estava a equipe de Capobianco. A elaboração do PPCDAm, com a coordenação da Casa Civil, foi resultado desse direcionamento que a SBF tinha em suas ações e também pela situação emergencial que trazia a ameaça de aumento ainda mais crítico no desflorestamento amazônico. Conforme narram dirigentes do ministério, uma conjunção de fatores foi fundamental:

Eu tenho a impressão de que isso [agenda de trabalho definida] não acontecia nas outras áreas do governo. Nós construímos isso. Pega o caso do desmatamento da Amazônia. Nós começamos de pouco, do comecinho, como tornar público os dados do INPE⁹². Depois, criar um GTI em que no decreto estivesse claro que o grupo estava organizado para reduzir o desmatamento na Amazônia, e isso saiu em Decreto. O Plano de Desmatamento que foi organizado em tempo recorde e o presidente lançou esse Plano. Garantimos que o Plano fosse coordenado pela Casa Civil e não por nós que éramos mais fracos. Isso em função da ação e persistência da Marina. Ela fez o governo avançar de forma impressionante. Então, ela

⁹² Em 2004, foi criado o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), do INPE. Esse sistema produz alertas diários de desmatamento aos órgãos de controle e fiscalização e também disponibiliza ao público geral relatórios elaborados mensal ou bimestralmente, para, para o Ibama, os relatórios são diários.

confiava na equipe dela, ela tinha boa interlocução com o governo e ela fazia disso uma batalha permanente (Entrevista 21, 2/4/2014).

Na agenda do desmatamento, tem dois elementos aí, a casa civil coordenava, mas tinha no Capô[bianco] uma liderança que fazia tudo acontecer. Então era assim: o Capô usava a legitimidade da Casa Civil, mas quem pressionava era ele, com o aval da Marina, que tinha acesso direto ao Lula também. E, no começo, ao Zé Dirceu [José Dirceu, que era ministro da Casa Civil à época]. A Marina tinha um acesso muito bom ao Zé Dirceu. Ele dava carta branca pra Marina. Ele conduziu [o Plano] durante dois anos e Marina tinha bom acesso a ele e ao Lula. E o Capô aproveitou isso também e fez a coisa rodar e a gente tinha naquele período altas taxas de desmatamento. Então, a agenda do desmatamento não entrou pela prioridade, ela entrou pela emergência. Teve que resolver porque era agenda negativa. Aí que a Casa Civil fazia a coisa acontecer. (Entrevista 4, 8/4/2013).

As narrativas acima revelam uma confluência de fatores do contexto político e também um trabalho de militância e agência de Marina Silva e Capobianco que contribuíram para o desenvolvimento da agenda de combate ao desmatamento. O ponto de começo é, de fato, o preparo da equipe da SBF em diagnosticar e projetar ações para combater tal situação crítica, viabilizado pelo trabalho realizado previamente por atores da sociedade civil. O apoio de Marina Silva à causa, que lhe era bastante cara - uma vez que a ministra já revelara que sua prioridade era a Amazônia-, cacifou politicamente o projeto até então técnico. O suporte alcançado com o núcleo político do PT no governo abriu as portas para, no início do mandato, definir uma ação interministerial importante, envolvendo órgãos de diferentes áreas no apoio à agenda emergencial. Por fim, o perfil de liderança de Capobianco e Marina Silva, juntos, “fazendo as coisas acontecerem” era determinante.

O GTI de combate ao desmatamento foi coordenado politicamente pela Casa Civil e tecnicamente pelo MMA e foi composto por representantes de 13 ministérios, envolvendo diferentes áreas do governo. Como primeiro passo, estabeleceram quatro subgrupos de trabalho para elaboração de propostas estratégicas, quais sejam: i) ordenamento fundiário e territorial, coordenado pela SDS/MMA; ii) monitoramento e controle, coordenado pelo Ibama/MMA; iii) fomento a atividades produtivas sustentáveis, coordenado pelo SBF/MMA; e iv) infraestrutura, coordenado pela SCA/MMA. Esses se tornariam os eixos de trabalho do PPCDAm.

Na primeira fase de implementação do Plano, de 2004 a 2008⁹³, o eixo ordenamento fundiário e territorial logrou êxito, com a criação de mais de 25 milhões de hectares de unidades de conservação federais e homologação de 10 milhões de hectares de terras indígenas. Os estados também empenharam esforços para a criação de áreas protegidas. Esse eixo estava sob a coordenação da SDS, mas a secretaria responsável pela consolidação do sucesso da primeira fase do PPCDAm foi, exatamente, a SBF com a estratégia de criar grandes hectares de unidades de conservação. Diante desses fatos, é possível compreender melhor a crítica feita por Gilney Viana de que a gestão de Marina Silva optou por um viés conservacionista e não houve espaço para a implementação dos instrumentos econômicos que Viana e sua SDS prezavam. Marina dava sinais de identificação prática, simbólica e política com um grupo específico no MMA.

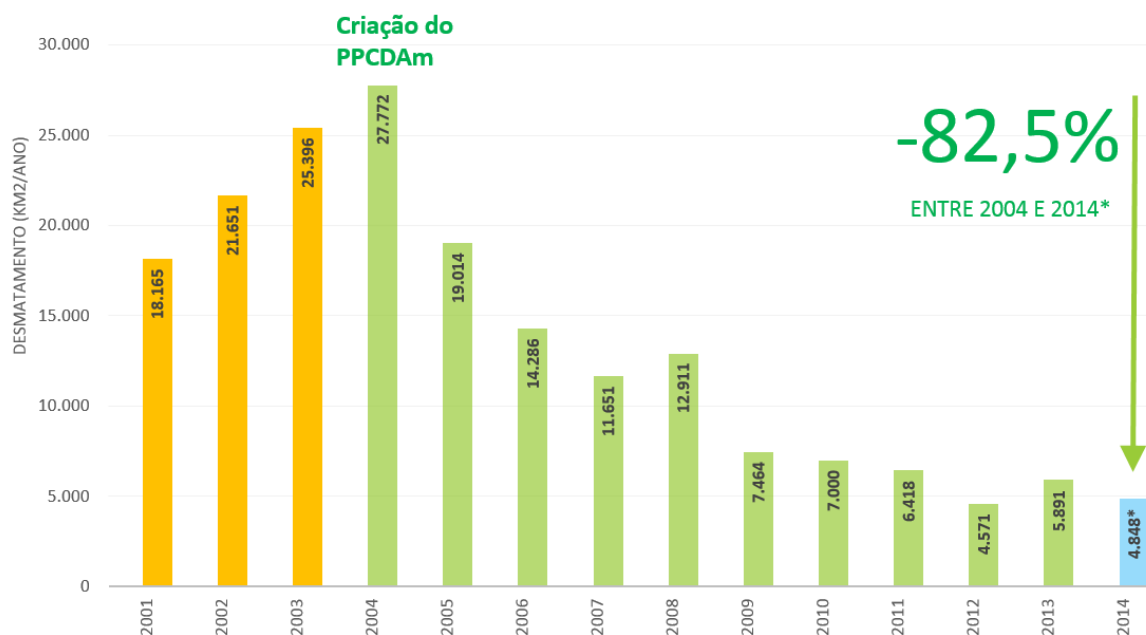
Essa estratégia contribuiu para a queda vertiginosa da taxa de desmatamento ao longo dos anos. A exceção foi em 2008, quando a área desmatada voltou a crescer, mas recuperou a margem decrescente já no ano seguinte. De acordo com dados da figura abaixo, a taxa caiu de 22.772 km², em 2004, para 4.848 km², em 2014, constatando o sucesso dessa política. Em 10 anos, a área de floresta desmatada na Amazônia fora reduzida em 82,5%. Esses dados posicionam o Brasil em alto patamar nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas e colocam o país mais próximo do cumprimento da meta voluntária estabelecida pela Política Nacional sobre Mudança do Clima, que é de 36% a 39% em relação ao projetado para 2020⁹⁴. Contudo, as responsabilidades de uma política de mudança climática não dizem respeito apenas à redução das emissões de gás carbônico na atmosfera em função da queda do desmatamento, trata-se também de outros limites, referentes à questão energética, de licenciamento, transporte, agronegócio que precisam ser enfrentadas⁹⁵.

⁹³ A segunda fase, que se estendeu de 2009 a 2011, o eixo monitoramento e controle foi o responsável pela queda do desmatamento e, na terceira fase, de 2012 a 2015, seria desenvolvido o eixo fomento a atividades produtivas.

⁹⁴ “Segundo o [Decreto nº 7.390/2010](#), que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a linha de base de emissões de gases de efeito estufa para 2020 foi estimada em 3,236 GtCO₂-eq. Assim, a redução absoluta correspondente ficou estabelecida entre 1,168 GtCO₂-eq e 1,259 GtCO₂-eq, 36,1% e 38,9% de redução de emissões, respectivamente.” Fonte: <http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima>, acessado em 5/9/2015.

⁹⁵ Ver “As lições da Política Nacional de Mudança do Clima”. *Greenpeace*. <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/image/2013/Novembro/relatorio%20pnmc%20final.pdf>, acessado em 5/9/2015.

Gráfico 1: Taxa de desmatamento na Amazônia Legal medidas por meio do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal)



Fonte: INPE/MCTI

O episódio de alta do desmatamento para 2008 já era esperado. Em julho de 2007, pouco antes do INPE revelar os dados de desmatamento do período anterior (2005-2006), André Lima, profissional de grande experiência de trabalho na temática, foi nomeado diretor do Departamento de Articulação de Ações da Amazônia, alocado na Secretaria-Executiva, para onde Capobianco havia migrado com a reforma ministerial. O novo dirigente fez uma avaliação dos dados do desmatamento e concluiu que esse iria aumentar principalmente pelos seguintes motivos: aumento de preço de *commodity* agrícola; aumento do processo de grilagem; e eleição municipal no ano seguinte. A estratégia de colocar o Ibama e Polícia Federal na rua, fiscalizando e controlando, não funcionaria para aquele ano. Então, foi chamada uma reunião de emergência, com a presença de Dilma Rousseff, a então ministra da Casa Civil, e de ministros de outras áreas, como o do Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA).

Lima foi realocado no Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, também da Secretaria-Executiva do MMA, e em três meses preparou um pacote de ações

para o governo implementar⁹⁶. Em dezembro de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou o Decreto 6.321, que dispunha sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia e previa que o MMA editaria anualmente portaria com lista de municípios situados na Amazônia que desmataram - a chamada “Lista Negra dos Municípios”.

Esse Decreto foi acompanhado de resoluções do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e também do Banco Central que determinavam corte de crédito rural para os municípios da lista negra. Ainda havia corresponsabilidade para as empresas que comprassem *commodity* de origem ilegal. Em abril de 2008, todas as normas estavam publicadas e, em 2009, conforme observado na figura 1, o índice de desmatamento voltou a cair. Em termos de políticas públicas, o Decreto foi bastante efetivo, mas ao que se refere ao jogo político, foi prejudicial ao PT, conforme narra entrevistado:

(...) a gente conseguiu o resultado que queria que batia de frente com os interesses da Amazônia. Quem estava pagando campanha eleitoral na Amazônia? O desmatamento, é ele que pagou a campanha eleitoral de 2008. Com aquela pesquisa que a gente fez da lista dos municípios críticos, o PT perdeu eleição em municípios que a gente colocou como desmatadores. Isso gerou pressão em cima dos governadores. Tem município do MT que perdeu investimento. Teve indústria que ia implementar uma planta de alimentos, mas deixou de implementar porque o município estava na lista negra. Teve impacto forte na área econômica: 4 bilhões de reais de crédito que deixaram de ir para a Amazônia, para a pecuária. Então, nós mexemos pra valer. Os governadores ficaram furiosos porque teve uma intervenção forte (Entrevista 4, 8/4/2013).

Outro entrevistado, também dirigente do MMA, faz relação direta desse evento político com a saída da Marina Silva do MMA, a ver:

Nós sempre fomos solidários com o governo, mas sempre na perspectiva nossa institucional. Isso não é muito comum, pois os ministérios tentam agradar o Palácio com soluções rápidas para casos complicados e nós não éramos assim. Agora, quando isso mudou e nos fez sair do governo? Foi quando percebemos que haveria um retrocesso na agenda. Pois apesar de você ter dificuldades para avançar a agenda, para nós, estava valendo. Mas, no momento que percebemos que haveria um retrocesso – e esse retrocesso foi anunciado pelo presidente Lula, numa reunião com governadores da Amazônia, em que o Lula disse publicamente, respondendo ao Maggi, que mudaria o decreto de dezembro de 2007 que estabeleceu rigor enorme ao controle do desmatamento e também decidiu transferir o PAS para a SAE – naquele momento, pela primeira vez, ficou claro que haveria um retrocesso. Ele não deu

⁹⁶ O tripé da agenda de combate ao desmatamento era estruturado pelos dirigentes do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento/MMA, André Lima; do Serviço Florestal Brasileira, Tasso Azevedo; e da Diretoria de Áreas Protegidas do Ibama, Flávio Montiel. Todos vindos de ONGs.

chance para Marina, ele não negociou o decreto, ele anunciou publicamente que mudaria o decreto. Nós decidimos que não dava mais para ficar. A saída do governo, para nós, foi a forma que utilizamos para que ele não alterasse o decreto. Se saíssemos antes que ele alterasse o decreto, nós poderíamos conseguir o que queríamos. Se saíssemos depois, seria um fracasso. (Entrevista 21, 2/4/2014).

A primeira narrativa dessas duas expõe uma condição *sine qua non* para os partidos políticos: a importância do mercado eleitoral e a conquista de votos. O que os entrevistados revelam é que o governo estava disposto a sacrificar uma política pública eficaz para rever as perdas eleitorais que aconteceram em função do acirramento das normas de combate ao desmatamento na Amazônia. Essa política era o foco de atenção e de luta de Marina Silva e, conforme expomos neste e no capítulo anterior, era o resultado de uma agenda que vinha da sociedade civil.

Com a mudança de perspectiva do governo, Marina apresentou sua carta de exoneração do cargo de ministra em 13 de maio de 2008. Para dirigente do MMA, ocorreu um processo de perda de legitimidade dentro do governo (Entrevista 4, 8/4/2013). Naquele período, a chanceler alemã Angela Merkel estava de visita ao Brasil e, perguntada sobre a saída de Marina Silva do governo, fez votos para que o presidente não mudasse a orientação ambiental. Os ambientalistas creditam a esse fato político a desistência do presidente de mudar o Decreto, que permaneceu como estava e ainda hoje é uma diretriz central. (Entrevista 21, 2/4/2014).

Fato curioso na narrativa acima é que o entrevistado, que formava o grupo de apoio, de defesa de projetos e de trajetória em comum com Marina Silva, colocou que eles eram solidários ao governo, mas que seguiam orientações próprias em suas funções no MMA, revelando a percepção de certa independência do resto do governo. Essa frase veio em sequência a uma análise das crises que o Ministério teve com o restante do governo, como na situação dos transgênicos e do licenciamento ambiental das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, a ver:

Nossa permanência no MMA foi sempre avaliada numa perspectiva de custo benefício. Em vários momentos, tivemos crises, como a dos transgênicos. Em vários momentos, nós avaliamos as dificuldades e as possibilidades de avançar com a agenda socioambiental. Nós pensamos dessa forma sempre. Não há nenhum caso do Ministério que tenha havido uma mudança de orientação por determinação do Palácio. No caso do licenciamento do Madeira, que foi bastante publicado na imprensa, o licenciamento saiu só depois que os problemas

foram resolvidos. O caso da transposição do São Francisco, a mesma coisa, todos os problemas foram contornados. (...) não houve nenhum caso que deixamos de lado um aspecto relevante para atender ao Palácio. Isso, obviamente, cria um desconforto. Vinha a pergunta: vocês são ou não do governo? Nós somos do governo, mas fazemos o procedimento certo (...) (Entrevista 21, 2/4/2014).

Tal situação vinha criando desgastes para a permanência de Marina Silva e sua equipe no governo do PT. Representantes do partido revelaram que esse comportamento os afastou da gestão da ministra, tanto em termos de participação no seu Ministério como em relação a apoio político (Entrevista 38, 5/6/2014; Entrevista 18, 28/11/2013). Com isso, a ministra se tornava mais livre para suas associações com o grupo da sociedade civil, mas se desgastava com seu partido. No segundo mandato do presidente Lula, que começou em 2007, Marina Silva foi a última ministra a ser anunciada. Na primeira gestão, ela fora a segunda.

Sua permanência no MMA teve de ser bastante negociada. Ela se comprometeu a desenvolver a agenda de mudanças climáticas, já que resultados positivos haviam sido alcançados com a política de combate ao desmatamento, isso seria relevante para a imagem internacional do governo, o que agradou a Lula. Também propôs uma reestruturação institucional e de direção do MMA e Ibama. Nessa reestruturação, o presidente garantiu a presença de aliados seus, membros do PT, no Ministério do Meio Ambiente.

Durante os cinco anos que coordenaram o MMA, Marina Silva e seu grupo alcançaram larga aprovação das ONGs ambientalistas. Conforme relataram entrevistados, essa gestão implementou o projeto da sociedade civil (Entrevista 5, 13/1/2015; Entrevista 30, 26/5/2015). Outro entrevistado revelou que, “já no primeiro ano, o sucesso do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento deu um resultado tão forte para o governo que isso alavancou nossa credibilidade e a capacidade de trabalhar, e nós usamos esse cacife para alavancar várias áreas do governo” (Entrevista 21, 2/4/2014). Mas também tiveram críticas a essa gestão, conforme narramos anteriormente, nos casos sobre os transgênicos e o licenciamento do rio Madeira. Outras duas agendas importantes avançaram durante esse período, em função do PPCDam: a lei de gestão de florestas públicas e a estruturação da carreira burocrática de analista ambiental. Essa situação evidenciava a competência técnica e política de duas figuras extremamente ativas na área ambiental.

4.2.3.2. Política Nacional de Florestas

As florestas públicas sempre foram vistas como obstáculos ao desenvolvimento do país, pois não podiam ser exploradas e cada vez mais se tornavam foco de especulação imobiliária, constituindo um dos vetores para o desmatamento. A nova gestão ministerial, baseada em estudos e relatórios preparados por ambientalistas que atuavam em diferentes ONGs, estava convencida de que era preciso desenvolver uma Política Nacional de Florestas para enfrentar esses problemas (Entrevista 9, 2/2/2015). Um caminho possível seria conceder o uso das florestas nacionais ao setor privado e, dessa forma, dar destinação econômica a essas unidades de conservação e contribuir para frear o desmatamento.

Já no início da gestão, em 2003, com os seminários promovidos pela SBF para discussão sobre desmatamento na Amazônia, o tema das florestas públicas despontou como estratégico. Em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO)⁹⁷, órgão colegiado de caráter consultivo, com representação de diferentes setores: ONGs, associações científicas, vários ministérios, universidades e setor privado. Sua reunião de abertura teve a presença do presidente Lula, o que legitimou a Comissão perante seus participantes. A Lei de Gestão de Florestas Públicas⁹⁸ foi criada no âmbito dessa Comissão. Entre 2003 e 2006, dirigente do MMA informou que foram realizadas mais de 20 reuniões no âmbito do CONAFLO, sendo que a obrigatoriedade era apenas de duas por ano (Entrevista 37, 25/4/2014), demonstrando o quanto essa instância participativa era dinâmica.

O trabalho militante de Tasso Azevedo, que estava à frente da Comissão, e a garantia de participação de vários setores da sociedade e do governo se configuraram como fatores essenciais para elaboração e rápida aprovação da Lei citada⁹⁹. Seu projeto de lei foi encaminhado, pelo Executivo, para o Congresso Nacional em fevereiro de 2005. Ele sofreu algumas alterações e, em outubro do ano seguinte, o presidente promulgou a Lei, em tempo recorde de aprovação de leis ambientais. O projeto de lei sobre a gestão de florestas recebeu

⁹⁷ A Comissão Nacional de Florestas foi criada pelo Decreto 4.864, de 24 de outubro de 2003. É formada por 37 membros, que se reúnem desde 2004. A Conaflor formulou as diretrizes do Plano Nacional de Florestas (PNF) e desenvolveu a proposta da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Em 2006, com a Lei de Gestão de Florestas Públicas, a comissão adequou-se ao novo marco regulatório e incluiu o Ministério das Relações Exteriores em seu quadro.

⁹⁸ Lei 11. 284 de 2006.

⁹⁹ A proposta de lei foi discutida também nos estados brasileiros de diferentes regiões (Araújo, 2007).

parecer negativo de consultor-técnico do PT na Câmara dos Deputados e também teve objeção de grupos do ambientalismo que se manifestaram publicamente (Araújo, 2007). O presidente da Frente Parlamentar Ambiental, José Sarney Filho, ex-ministro do MMA também apresentou ressalvas à intenção de conceder o uso das FLONAS ao setor empresarial. Contudo, o projeto conseguiu ir adiante e se tornar lei.

É importante destacar que instituições como ISA, *Greenpeace*, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), fortes militantes do socioambientalismo, manifestaram apoio à proposta. Araújo (Ibid) observou que a Lei tratava basicamente de concessão de florestas ao setor privado, pois 54 dos seus 85 artigos diziam respeito às concessões florestais, 15 artigos tratavam sobre o Serviço Florestal Brasileiro, que seria criado em função da Lei para gestão das florestas e concessões, e outros 15 tratavam dos demais temas, entre eles a gestão direta de florestas e a destinação das áreas de florestas às comunidades locais¹⁰⁰.

A pesquisadora chamou atenção para o fato de que Marina Silva, enquanto liderança histórica das entidades ambientalistas, pode ter influenciado a posição dessas entidades a favor do projeto. Os vínculos de confiança da Ministra com seu grupo de dirigentes mais próximos pareciam se intensificar a ponto de ela apoiar projeto florestal que dava centralidade ao setor privado. Conforme Araújo analisou: “o que não encontra explicação tão simples é a defesa da Ministra em prol de um texto que parece dedicar pouca atenção à questão da destinação das florestas públicas às comunidades locais” (2007, p. 134). Nesse ponto, as críticas endereçadas à Marina Silva não eram poucas, especialmente que ela havia se deixado levar pela personalidade forte de Capobianco e pelo seu perfil mais conservacionista (Entrevista 36, 29/5/2014; Entrevista 38, 5/6/2014). Outro entrevistado, que vinha da militância petista, havia desenvolvido projetos em organizações sociais e em ONGs e foi nomeado para desenvolver trabalho com agroecologia no Ministério, informou que:

Quando Marina foi ministra, o tema [comunidades tradicionais] foi trabalhado de forma mais complexa, (...) mas nunca se tornou tão importante quanto essas outras agendas [desmatamento, mudanças climáticas, energia]. (...) Marina gostava do tema das populações

¹⁰⁰ Para mais detalhes sobre essa matéria, ver Araújo (2007; 2013).

tradicionais (...), mas só falava em desmatamento e criação de unidades de conservação (Entrevista 11, 13/11/2013).

Para dirigente da SDS, que trabalhava com agricultura familiar, o MMA estava adotando políticas conservacionistas e parecia estar dragado pela agenda de desmatamento e de reforma do Estado (Entrevista 24, 26/5/2015).

A agenda de Capobianco, iniciada ainda quando atuava na sociedade civil e defendida pelos seus pares, mostrava-se deveras influente na política ambiental nacional e despontava como grande avanço da gestão de Marina Silva, sobrepondo-se até mesmo à agenda das comunidades tradicionais, uma forte referência para a ministra, que fora seringueira e construíra sua trajetória política embasada nessa experiência. Esse e outros casos demonstram a identificação de Marina com políticas, práticas e propostas que vinham de um determinado grupo de ambientalistas que compunham seu Ministério, liderados por Capobianco. Eles construíram um processo de identificação e de confiança que dava legitimidade às relações entre eles, inclusive ao papel de liderança de Marina Silva. Conforme narra um dos dirigentes do MMA: “(...) ela [Marina] confiava na equipe dela” (Entrevista 21, 2/4/2014)

Um argumento de defesa dos integrantes do MMA para a aprovação da Lei de Florestas era que a concessão da exploração de produtos e serviços dos recursos florestais não geraria qualquer direito real sobre o imóvel. A FLONA teria uma destinação funcional sem se tornar posse privada. Isso era um elemento novo no regimento jurídico brasileiro, pois as concessões de terras públicas davam direito de posse sobre o imóvel. Para dirigente do Ministério, isso resolveria um problema de destinação de terra pública (Entrevista 37, 25/4/2014). Mas esse também foi ponto de discórdia principalmente no Senado Federal que alegou que a Lei mudava determinação constitucional que delegava ao Congresso Nacional decidir sobre concessões de terras públicas, pois tratava de cessão do imóvel a ser explorado ao empreendedor. Esse conflito foi resolvido.

É fato que a implementação da Lei teve pouco sucesso. Poucas áreas foram concedidas à exploração florestal, mas impressiona como um tema polêmico teve tramitação tão rápida nos poderes Executivo e Legislativo quando o comum é propostas de temática

ambiental levarem anos para serem aprovadas no poder Legislativo¹⁰¹. No entanto, os esforços para aprovação da lei geraram alianças nada habituais para o setor ambiental, conforme extraímos do seguinte trecho:

A tentativa de impedir o naufrágio no Senado do projeto de lei que prevê o aluguel das florestas na Amazônia uniu em armas ontem atores improváveis: ONGs ambientalistas como *Greenpeace* e as empresas exportadoras do Pará. Ativistas e madeireiros entregaram ontem aos senadores uma carta na qual pedem que o PL de gestão de florestas públicas seja votado com urgência no plenário daquela Casa (Angelo, 2005 *apud* Araújo, 2007, p. 136).

A rede de apoio a essa Lei se expandia e incluía setores pouco prováveis. Essa dinâmica é justificada por dirigentes do MMA que informaram que o ministério buscou dialogar com os diferentes setores do governo e também da sociedade. Eles abriram diálogo com o setor privado e com o meio científico e a rápida tramitação desse Projeto de Lei no Congresso Nacional é resultado de uma gestão que se pautou pela transversalidade e inclusão. Nessa esteira, os dirigentes informam que uma prática constante do MMA nessa gestão foi consolidar instâncias de comunicação com a sociedade, como os conselhos internos e comissões. Para eles, ocorreu uma institucionalização das discussões entre Estado e sociedade na área ambiental, prática que não ocorria antes. (Entrevistas 4; 9; 19; 21; 38)

De fato, de acordo com estudo de Losekan (2009), representantes da sociedade civil esclareceram que os canais de diálogo com o MMA se tornaram muito mais institucionalizados do que eram nas gestões anteriores. O seu estudo demonstra que, para influenciar os dirigentes públicos fora desses canais, eles tinham que contar com as relações pessoais e encontros fortuitos que tinham com alguns dirigentes, mas que essa prática não era constante. Para eles, o ministério se tornara mais institucionalizado e isso refletiu na relação entre Estado e sociedade civil.

A Política Nacional de Florestas é identificada diretamente com Tasso Azevedo, que trabalhava com instrumentos econômicos para a conservação de florestas quando era funcionário da ONG IMAFLORA e atuava na Amazônia. A implementação do PPCDAm, a criação do maior mosaico de Unidades de Conservação e outras ações na área de biodiversidade e florestas são identificadas diretamente com Capobianco e sua equipe, que

¹⁰¹ A Lei da Mata Atlântica levou 11 anos para ser aprovada e a lei do Sistema Nacional de unidade de Conservação levou 8 anos. Para Araújo (2007), são propostas menos polêmicas que a Lei de Gestão de Florestas.

também incluía pessoas que não estavam em sua secretaria, mas que comungavam da mesma perspectiva para a Amazônia, como Muriel Sargoussi. Nessa área, é possível observar que as agendas que vieram da sociedade civil foram implementadas, contribuindo com o projeto dos ambientalistas de influenciar o sistema político desde dentro, transformando suas agendas em políticas públicas.

O sucesso dessas políticas contou positivamente para o apoio de representantes do movimento ambientalista ao MMA, que passaram a interagir mais amiúde com o Ministério em função das novas instâncias participativas criadas e do fortalecimento das existentes. O PT, por meio da influência e força política que Marina Silva possuía, foi coadjuvante dessas políticas, pois a imagem de seu governo era fortalecida com isso. Mas, quando essas políticas ameaçaram sua permanência no poder, o partido assumiu outra estratégia e, como dizem os ambientalistas, “fritou” a Ministra.

O apoio do partido à gestão de Marina Silva no MMA, com o passar dos anos, mostrou-se cada vez mais de conveniência com os interesses do partido. Esse é o jogo político, não é estranho o partido agir dessa forma. Mas esses casos revelam e dão força ao argumento de que, por mais que movimentos sociais e partidos políticos se proponham a caminhar juntos, a se unirem diante de propostas e projetos, essa dinâmica tem prazo de validade, tem alcance curto ou médio em função dos interesses que estão em jogo. A lógica de atuação desse Ministério, que se identificou com uma imagem e ação ongueira e movimentalista, conforme abordamos no capítulo anterior, valeu até o momento em que Marina Silva, apoiada por parte do movimento ambiental que acompanhava sua gestão desde perto, resolveu romper com o governo e, mais adiante, com seu próprio partido, motivada pelas escolhas que o PT tomara para a política ambiental, as quais considerava drásticas¹⁰².

4.2.3.3. Fortalecimento institucional do MMA

Por fim, o fortalecimento institucional do Ministério foi outra agenda que se desenvolveu junto com as políticas de combate ao desmatamento. Para que a implementação do PPCDAm fosse efetiva, era necessário fortalecer a equipe ministerial e também a de suas autarquias. Ao longo dos cinco anos que Marina Silva esteve no governo, foram criadas 1.474

¹⁰² Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=YrePB43f3mU>, acessado em 5/9/2015.

vagas novas no MMA e autarquias. A maioria da equipe ministerial em 2003 era formada por consultores de organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esses consultores eram, muitas vezes, mais bem pagos do que os servidores públicos, mas seus contratos eram muito precários, sem garantias do direito trabalhista (Abers e Oliveira, 2015).

O que mais incomodava a nova equipe era que esses consultores eram transitórios, e o conhecimento institucional era perdido. Outro problema, de acordo com dirigente do MMA, era que os poucos servidores públicos do Ibama tinham vícios históricos de gestão, como a produção de relatórios e consultorias sem valor público. Para ele, um dos símbolos mais fortes do vício de gestão foi o escândalo do mogno contrabandeado que foi apreendido pelo Ibama e estava apodrecendo em uma de suas unidades no Pará, sem nenhuma destinação. (Entrevista 9, 2/2/2015).

Uma nova equipe de dirigentes públicos, jovem e estimulada, que acumulara conhecimento sobre questões ambientais em diferentes instituições, havia chegado ao MMA ansiosa para compor uma equipe com o mesmo vigor. Para isso, seria necessário realizar concursos públicos e implementar de fato a carreira de analista ambiental, criada no final da gestão anterior, em 2002. Na avaliação de um dos dirigentes que acabava de assumir cargo no MMA, o Ministério e sua autarquia perdiam muito em termos institucionais com a rotatividade e o caráter transitório dos consultores que serviam essas instituições (Ibid.).

Outro dirigente expôs que na equipe de licenciamento do Ibama, apenas 20% era servidores públicos, ao passo que 80% era consultores contratados para projetos específicos. Essa era uma área estratégica para o governo e precisava ser fortalecida. Ao final da gestão Marina Silva, esse quadro foi revertido e 80% da equipe passou a ser de servidores públicos, conforme narram (Entrevista 21, 2/4/2014).

Essa agenda de fortalecimento institucional e de criação de novos cargos também era central ao projeto do pessoal do partido vindo da SEMA-RS para a Secretaria-Executiva do MMA. Langone, que foi o primeiro Secretário-Executivo do Ministério dirigido por Marina Silva, vinculado ao PT, declarava abertamente que essa era sua prioridade (Losekann, 2009). Além disso, por determinação do Ministério Público, Lula se comprometera a acabar com os contratos de consultoria com organismos internacionais, os quais eram bastante precários, e

realizou muitos concursos públicos, em diferentes áreas, criando e fortalecendo a burocracia estatal. Então, esse projeto dos petistas gaúchos, que ia ao encontro dos anseios da equipe de biodiversidade e florestas para implementar com mais eficiência suas políticas, estava em sintonia com uma política de governo, ou melhor, de Estado. Dessa forma, o MMA se fortaleceu bastante institucionalmente.

4.3. Achados

O objetivo deste capítulo foi apresentar, por meio da disputa de agendas, propostas e políticas, a dinâmica interacional entre representantes do movimento ambiental que assumiam cargos no MMA e a equipe do PT, partido no governo. Essa interação se mostrou prenhe de tensões, parte por que o PT mudou seu posicionamento político ao longo dos anos ao que se refere à causa ambiental e provocou um deslocamento em relação aos ideais daqueles que nomeou para conduzir a política ambiental de seu governo e em relação à identidade que seus eleitores ambientalistas construíram com o partido.

Essa mudança está associada à proposta de implementar o projeto desenvolvimentista do PT e à necessidade de atender aos interesses políticos, econômicos e eleitorais do partido, que também precisava construir governabilidade política. Conforme destacado nos casos dos transgênicos e do PPCDAm, o confronto com a agenda dos poderosos agricultores, importantes financiadores de campanha na Amazônia e no resto do Brasil, fez com que o PT mudasse sua linha política, para usar o termo de Panebianco, e, assim, interferisse na política partidária e governamental ao que se refere à defesa do meio ambiente. Se Marina Silva era a forte expressão do partido nessa área, essas ações do PT demonstravam que a Ministra perdera espaço político em função da busca do partido em se manter no poder e em aumentar seu apoio para outras áreas, o que é o objetivo final de um partido político, segundo Schattschneider (1960). Também demonstrava as diferentes percepções de Marina Silva e de setores do partido sobre desenvolvimentismo.

A Ministra se aproximou mais dos atores da sociedade civil do que de seus colegas partidários, partilhando com eles agendas, identidades, estratégias, práticas políticas e, dessa

forma, defendendo seu projeto: levar a agenda de sociedade civil para dentro do sistema político, transformando-a em política pública. As estratégias de ação adotadas pelos atores vindos da sociedade civil diferenciavam em muito das estratégias de ação partidária. Conforme posto no capítulo teórico, as estratégias partidárias são guiadas principalmente pela competição e disputa por votos e por espaço político, conforme ficou claro nos exemplos dos transgênicos e de tentativa de alteração do PPCDAm pelo partido no governo. Ao contrário disso, as estratégias dos movimentos sociais são elaboradas em função de seu estoque de legados e repertórios partilhados, das referências e identidades que constroem internamente em seus grupos (Jasper, 2004; Rossi, 2015). Para Poletta e Jasper (2001), as escolhas estratégicas podem ser declarações de identidade.

Observamos que os principais atores da política ambiental nessa gestão mantiveram coerência ao implementar suas agendas, às propostas e ao projeto que construíram enquanto sociedade civil. É certo que, conforme Mische (2001; 2008), Melucci (1996) e Tilly (2005) assinalaram, as identidades e projetos que dão liga aos atores sociais são cambiantes em função das relações que constroem e o contexto em que atuam, bem como o são suas estratégias (Jasper, 2004; 2014; Meyer e Stanggenborg, 2012). Na arena governamental - esse novo lugar de atuação dos ambientalistas que conviveram com pessoas de diferentes trajetórias -, suas agendas, estratégias, identidades, repertórios e projetos foram revisados, necessariamente, mas não sofreram realinhamentos como os do PT. Podemos considerar que permanecer no governo após as fragorosas derrotas em relação à agenda dos transgênicos e à liberação do licenciamento das hidrelétricas do rio Madeira, da forma que aconteceu, requereu mudanças nos planos desses atores, mas eles mantiveram coesão de grupo e estratégia em suas funções e conseguiram desenvolver parte importante da agenda que elaboraram para a Amazônia. Eles deviam responder aos seus pares na sociedade civil, os quais possibilitaram e apoiaram seu trânsito para o governo para que sua agenda fosse implementada.

Apesar das dificuldades, conflitos, dilemas e tensões gerados nessa gestão, conforme observado por alguns entrevistados, o projeto da sociedade civil foi implementado. Isso não aconteceu sem críticas, pelo contrário, o movimento ambientalista por muitas vezes expôs suas insatisfações com a gestão de Marina Silva. Mas, para eles, era a que mais avançara em

termos de consolidar a agenda ambiental como política de Estado, tanto que incomodou os outros setores do governo.

Marina e sua equipe permaneceram um bom período na direção do MMA. A contradição disso era que o partido no governo bloqueava diretrizes ambientais importantes ao mesmo tempo em que também fazia outras diretrizes dessa agenda deslanchar. Os dirigentes do MMA precisavam saber como se equilibrar nesse jogo de tensões e contradições. A permanência deles no MMA só foi possível pela perspicácia política de Marina Silva e técnica de Capobianco e sua equipe. Os dois se tornaram os grandes líderes ambientais desse período. Esse trabalho conjunto e a trajetória compartilhada aproximaram os laços das equipes envolvidas, produzindo identificação entre a equipe de assessoria direta à Marina e a equipe de apoio a Capobianco, que era maior do que a equipe da Secretaria que chefiava.

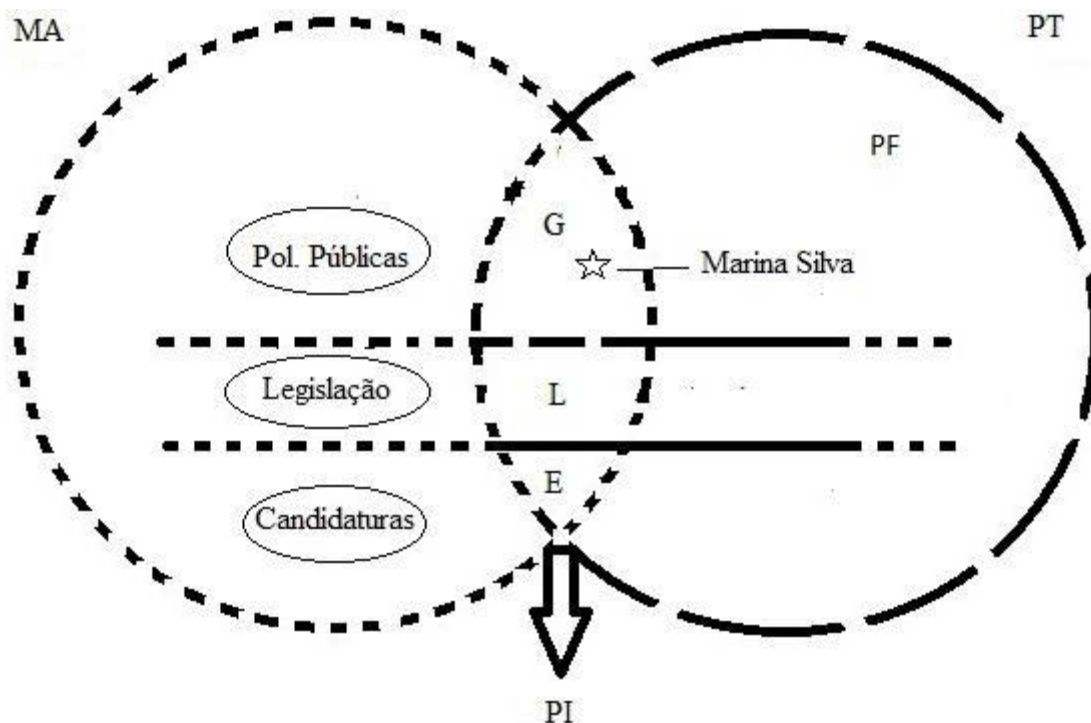
Para Melucci (1996), a capacidade do líder de fornecer símbolos de identificação e de reforçar a identidade coletiva é de grande importância, uma vez que o líder também reforça a estrutura psicológica dos membros individuais (p. 341). Dessa forma, o líder assume um papel de defesa dos projetos dos movimentos sociais, que contêm e reforçam suas identidades, repertórios, demandas, estratégias, enfim, seus projetos. Ao defender os projetos e obter sucesso em sua jornada, sua base reforça os poderes de recompensa, identificação e competência do líder, os quais lhe concedem legitimidade, o critério fundamental que governa as trocas entre o líder e sua base de apoio e o fundamento do poder do líder.

Ao cruzarem a fronteira para a arena governamental, os ambientalistas da sociedade civil traziam consigo seu projeto, com todos os elementos que lhe são próprios. Em grande medida, a luta política foi redirecionada da arena legislativa para a arena governamental. As agendas, estratégias e seus projetos mudaram e se adaptaram conforme os padrões de interação de seus defensores e o ambiente em que atuaram - com atores políticos e sociais que perseguiram outras agendas, estratégias e projetos -, mas observamos que uma dinâmica de distinção grupal dentro do MMA foi se conformando ao longo dos anos em torno daqueles que defendiam a mesma agenda e política para a preservação da Amazônia. A defesa que Marina Silva fez desse grupo e de seu projeto parece ter sido o garantidor da longa permanência de ambos (liderança e liderados) no MMA. O alcance das políticas de

biodiversidade e florestas, com destaque para o PPCDAm, além da força de Marina Silva para fora da arena governamental os fortaleciam como grupo num governo do PT.

A representação dessa situação no mapa do terreno de ação, em que a sobreposição entre movimento social e partido político acontece nas diferentes arenas políticas, destaca a arena governamental como espaço de atuação e de defesa de projetos de partido político e do movimento social no governo e identifica a líder sociopartidária mais com as práticas movimentalistas, conforme expomos ao longo do capítulo. Nesse sentido, a arena governamental é maior que as outras arenas, pela sua importância estratégica. Houve uma sobreposição maior da prática movimentalista na arena governamental do que da política partidária. Ainda que essa última seja mais forte, a identificação do MMA era feita com ONGs e não com o PT. Aqui, trazemos a linha da arena legislativa para perto da arena governamental (no mapa original, a arena eleitoral está entre essas duas arenas) e desenhamos pontos de acesso entre ambas as arenas, pois, conforme posto no capítulo anterior, a equipe do MMA fazia um trabalho forte no Legislativo, “poupando” o movimento ambientalista de agir intensamente nessa arena, e os possibilitando concentrar suas atividades na arena governamental, a fim de pautar seus representantes, a ver:

Diagrama 5: Mapa do terreno de ação na arena governamental – movimento ambientalista e PT



O principal projeto dos ambientalistas nesse período era influenciar a, e a principal estratégia era agir na, arena governamental para que suas propostas se tornassem políticas públicas. Com o PT no governo, eles vislumbraram possibilidades de participarem desse governo, considerando sua proximidade com o partido na área ambiental. E com Marina Silva nomeada Ministra do Meio Ambiente, a realização desse projeto ambiental parecia seguro. A Ministra, localizada na arena governamental, adotou uma prática de ação identificada com a de movimento social e defendeu o projeto dos ambientalistas vindos da sociedade civil, preterido ao do PT. Em nossa representação gráfica, os ambientalistas estavam situados na arena governamental junto com Marina Silva e centralizaram nessa arena a interação com ambientalistas que estavam na sociedade. Ao influenciar o governo, os ambientalistas também conseguiam influenciar a arena legislativa, uma vez que aqueles presentes na arena governamental faziam um trabalho forte no poder Legislativo, de acordo com entrevistados. A sobreposição de partido e movimento foi maior na arena onde a líder estava situada. Lembramos que as linhas horizontais separam as diferentes arenas, e o tracejado simboliza a influência dessas arenas na ação dos movimentos sociais e dos partidos políticos.

Parte 3:

Arena Eleitoral

Não consigo me programar para um futuro político, não faço esses cálculos. Fui ser candidata a deputada federal porque achava que tinha uma contribuição a dar com o olhar da Amazônia e para ajudar a eleger Chico Mendes, para que ele não fosse assassinado. Depois me elegi vereadora com o objetivo de ser porta-voz do que então era o PT, um partido sem expressão, que não tinha deputado, não tinha nada. Também não me programei para ser deputada estadual. Quando me elegi, me disseram: faça um bom mandato de estadual que poderemos assim fazer o deputado federal na próxima eleição. Não deu certo, porque eu adoeci, não tinha dinheiro nem saúde para aquele projeto.

Quando me programei, na verdade, foi para sair da política e voltar para a sociedade civil, para trabalhar como professora e apoiar o Movimento Brasil Sustentável.

Neste momento, a única coisa que eu sei é que estou neste projeto [candidatura à presidência da república, eleições de 2010] de corpo e alma. Sem nenhuma pretensão de ser porta-voz da verdade. Neste momento, estou imbuída deste projeto. É uma luta de Davi contra Golias? É. Mas não vou vestir a armadura de Saul nesta batalha.

Marina Silva em *Marina: a vida por uma causa*, biografia escrita por Marília Camargo César

5. Eleições, um acaso do destino?

5.1. Introdução

Em 18 de fevereiro de 2013, numa entrevista ao programa Roda Viva, Marina Silva relembrou sua saída do Ministério do Meio Ambiente, que ocorrera há cinco anos desde essa data. A ex-ministra explicou que foi a intenção do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anunciada subitamente, de rever o Decreto 6.321/2007 - que tornava mais rígidas as medidas contra o desmatamento na Amazônia - que a levava a deixar o governo, em maio de 2008. Conforme suas palavras, “eu saí do governo porque queriam revogar o PPCDAm (Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia), e o presidente estava sendo induzido pelo Reinhold Stephanes, Mangabeira Unger e pelo Governador do Mato Grosso e de Rondônia a revogar as medidas”¹⁰³. Esse fato parecia ter importância crucial na trajetória que a ex-ministra seguiu após deixar o Ministério do Meio Ambiente.

Com o golpe ao seu principal projeto, Marina percebeu à época que, no governo do PT, a agenda ambiental adquiria marginalidade crescente nas prioridades políticas e que não haveria mais possibilidade de alavancá-la, visto os embates com o setor de desenvolvimento de infraestrutura e econômico do governo federal. Diante da ameaça de perder mais espaço político e de haver um retrocesso em relação ao que foi implementado nos primeiros anos da gestão petista na área ambiental, a intenção de Marina e de seu grupo de apoiadores era trabalhar no campo da sociedade civil um projeto de tornar a agenda socioambiental central. Mas esse projeto se tornou algo muito maior.

¹⁰³ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=YrePB43f3mU>, acessado em 20/9/2015. Os governadores do Mato Grosso e de Rondônia, naquele momento, eram, respectivamente, Blairo Maggi e Ivo Narciso Cassol. Reinhold Stephanes era o então Ministro da Agricultura e Pecuária e Mangabeira Unger era Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Na ocasião do anúncio do presidente Lula sobre a revisão do Decreto, ele também comunicou que o Plano Amazônia Sustentável, elaborado pelo MMA e coordenado por Marina Silva, estava sendo passado para a coordenação de Mangabeira Unger, na SAE. Há uma crença, inclusive manifestada pelos jornalistas do programa Roda Viva, de que a crise com o núcleo do governo sobre o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira foi motivador da saída da ministra do MMA. Ela deixa bem claro que deixou o Ministério porque o presidente queria revogar normas que fortaleciam o PPCDAm.

Um ano após sair do MMA, Marina Silva deixou o Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação onde fez sua carreira política, filiou-se ao Partido Verde (PV) e concorreu ao cargo de Presidente da República, nas eleições de 2010, contra a candidata de Lula, Dilma Rousseff, conquistando o terceiro lugar no pleito. No âmbito da sociedade civil, Marina e seus apoiadores iniciaram o Movimento Brasil Sustentável, em 2008, criaram o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em 2009, e o Instituto Marina Silva (IMAS), em 2011. As mobilizações no campo social e político tiveram forte apoio de lideranças do setor empresarial que vinham desenvolvendo, desde o final da década de 1990, diferentes projetos de responsabilidade ambiental nas empresas. Essa união foi tão profícua que, nas eleições de 2010, Guilherme Leal, presidente da empresa de cosméticos Natura, foi candidato a vice-presidente da república na chapa de Marina Silva.

A trajetória de Marina Silva após sua saída do MMA foi acompanhada por fiéis apoiadores, que chamamos de *marineiros*. Eles são figuras repetidas nesta tese: João Paulo Capobianco, André Lima, Bazileu Margarido Neto, Carlos Vicente, Luciano Zica, Jane Vilas Boas, Muriel Saragoussi, Pedro Ivo Batista e Tasso Azevedo. Essas pessoas trabalharam com Marina Silva no MMA e são aquelas que criaram identidade de grupo em torno da implementação de projeto em comum. Além desses, ainda havia pessoas de referência do movimento socioambiental brasileiro, como Adriana Ramos, do ISA, e Miriam Prochnow, da APREMAVI, que também compunham o espectro dos *marineiros*, e outro grupo de pessoas que vinha do setor empresarial, os quais serão apresentados mais adiante. Juntaram-se a esses um coletivo de jovens militantes pela paz e pela participação política direta. Com esse grupo, Marina Silva continuou a fazer uma história inusitada.

Um conjunto de ambientalistas, que não era *marineiros*, mas que apoiava as ações desse grupo, acionou novas estratégias de atuação no campo social e político para trazer a questão socioambiental para centralidade. Para tanto, articularam ações com novos atores da sociedade e do setor empresarial e incorporaram estratégias político-eleitorais aos seus repertórios. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é descrever o processo de articulação dos ambientalistas para defender seu principal projeto político, de influenciar o sistema político e, dessa vez, garantir centralidade para a agenda ambiental. Portanto, a questão que se coloca é: porque ambientalistas decidiram participar diretamente das eleições de 2010,

apoiando Marina Silva ou, eles mesmos, sendo candidatos a cargos nos poderes Legislativo e Executivo? Os argumentos defendidos são três: i) o conflito com o PT e o embate de projetos entre ambientalistas e o núcleo do governo influenciaram atores da sociedade civil a buscarem novas formas de representar a agenda ambiental no sistema político; ii) a trajetória política de Marina Silva e seu papel de liderança partidária foi determinante para que os ambientalistas optassem pela estratégia eleitoral; iii) a experiência profissional que os ambientalistas tiveram no MMA lhes deu confiança para se dedicarem à aventura de buscar atuar definitivamente por dentro do sistema político e não apenas na sociedade.

No caso dos marineiros, toda experiência de articulação política acumulada ao longo dos anos, em especial aquela vivida no período em que estiveram no MMA, e as restrições que o presente lhes impunha - como as transformações nas prioridades do governo do PT, o embate entre desenvolvimentismo e meio ambiente e também a perda de espaço político - colocaram-no em situação de rever as estratégias de seus projetos, que agora incluem participar de pleitos eleitorais e de alargar sua base representativa, agregando outros setores da sociedade e do mundo partidário.

A associação de indivíduos de diferentes filiações institucionais expandiu a percepção dos marineiros sobre suas propostas e, juntos, começaram a formar um novo projeto político socioambiental para o Brasil. De acordo com Mische (2001; 2008), os projetos são influenciados pelas múltiplas filiações dos indivíduos e pelos diferentes tipos de contextos organizacionais que eles trazem à experiência coletiva. Eles também dizem respeito às identidades, estratégias, repertórios que os atores sociais construíram ao longo de suas trajetórias. A interação de pessoas que vêm de diferentes bases institucionais, com diferentes práticas políticas e de engajamento social tende a alterar a dinâmica de uma coletividade. Isto é, os marineiros que vinham agindo sob uma perspectiva desde sua experiência no MMA, ao agregar novos atores ao grupo de apoio à Marina Silva, transformaram suas estratégias, identidades e, portanto, projetos. Conforme será abordado, uma nova narrativa foi construída junto ao conceito de sustentabilidade, a da Nova Política.

A Nova Política é uma ideia construída por um coletivo de jovens militantes e mediadores de modelos de participação política direta que pensam e propõem novas formas de atuação política do cidadão e dos políticos, com um sistema político mais aberto à

sociedade, num modelo horizontal, e não vertical, que possibilite maior integração da sociedade ao processo de decisões políticas e às instituições públicas. Valorizam princípios éticos e morais na política. Esses jovens viam em Marina Silva uma liderança política e social que poderia plantar a semente da Nova Política em diferentes espaços públicos e arenas políticas. Eles fizeram dela sua representante política.

A narrativa da sustentabilidade e da Nova Política construiu elos entre os diferentes grupos que criaram uma identidade para fora de seu agregado, principalmente durante o período eleitoral de 2010 e o processo de formação da Rede Sustentabilidade. Organizavam-se todos em torno de sua liderança, Marina Silva, e se apresentavam como um bloco integrado para a sociedade. Mas, um olhar mais detido nessa coletividade demonstra disputas, conflitos e sociabilidades distintas, revelando visões de mundo variadas. É importante lembrar que o movimento ambientalista abordado neste estudo é aquele que atua em nível nacional, com interface com o sistema político e que se organiza em torno de iniciativas para influenciar o sistema político.

Este capítulo está dividido em seis partes. Na sequência desta introdução, apresentamos uma breve discussão da literatura sobre as transformações ocorridas na relação entre movimentos sociais e o PT, bem como nas prioridades políticas do partido no governo. Em seguida, são abordadas as articulações de ativistas ambientalistas logo após a saída de Marina Silva e dos marineiros do Ministério do Meio Ambiente e a escolha pela articulação via eleições. A quarta parte traz a experiência da campanha eleitoral de 2010, em que Marina Silva foi candidata à Presidência da República, e os embates entre os diferentes coletivos que tiveram influência nesta campanha. Por fim, nos achados, destacamos a construção de capital político de atores do movimento ambientalista, a característica de líder e de *broker* de Marina Silva, as mudanças nas interações entre movimento ambiental e partidos políticos e como esses elementos foram fundamentais para a participação dos ambientalistas nas eleições de 2010.

5.2. Transformações no PT

No Brasil, e também na América Latina, o Partido dos Trabalhadores foi um dos melhores exemplos do envolvimento de movimentos sociais com partido político (Meneguello, 1989; van Cott, 2005; Almeida, 2006). Em suas origens, na década de 1970, o PT se organizou em torno das mobilizações do novo sindicalismo, de movimentos populares, de setores da intelectualidade e da classe política de oposição envolvida com o debate da reforma partidária, tornando-se, dessa forma, a expressão do incomum no sistema partidário brasileiro (Meneguello, 1989). Ele era a criação orgânica de grupos marginalizados desejosos em promover uma agenda não representada no sistema político e de inventar uma maneira mais participativa e democrática de se fazer política (Keck, 1992).

Durante a década de 1990, de franca implementação do projeto político neoliberal no Brasil, realizado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o PT, partido de oposição, foi o recurso que diferentes movimentos sociais, dentre eles o ambientalista, confiaram para barrar medidas as quais eram contrários e para apoiá-los em suas ações de protesto. Na visão de Almeida (2006, p. 63), um partido político de oposição pode atuar como aliado e advogado dos movimentos sociais dentro de uma legislatura ou do sistema político, auxiliar campanhas de movimentos sociais ao enviar representantes oficiais para eventos de protesto e permitir governos locais sob o seu controle a também apoiar essas campanhas, e encorajar a base social do partido a participar das atividades de movimentos. Ele não considera uma surpresa para pesquisadores da ação coletiva o envolvimento de partidos eleitorais em atividades contenciosas de movimentos, visto que vários partidos políticos começaram suas atividades como movimento. O autor cita vários exemplos desse tipo de dinâmica em países da América Latina e destaca a ação do PT no Brasil.

Conforme abordado nos capítulos anteriores, o PT foi crucial para o desenvolvimento de certos projetos e ações coordenados pelo movimento ambientalista durante os anos de administração neoliberal. Tanto que, em 2003, quando o partido assume a presidência da república, vários de seus apoiadores do campo social alcançam cargos políticos importantes na estrutura burocrática do Estado. Mas, é preciso estar alerta aos meandros das relações do partido com os movimentos sociais. Para Gómez Bruera (2013), o campo sociopolítico do PT, o que chamamos de partido informal, é uma larga rede de relações informais entre atores políticos e sociais, que inclui quadros, líderes e ativistas que se identificam com o partido

mesmo sem ser seus membros. Esse tipo de relação, que tomou forma desde a fundação do partido, segundo o autor, foi essencial para garantir governabilidade quando o partido ganhou as eleições, em 2002, mas que foi alterada após as duas gestões do partido na chefia da presidência da república.

O PT passou por transformações ao longo de sua experiência na administração federal, já indicadas em diferentes estudos (Amaral, 2010; Hunter, 2010; Ribeiro, 2008; 2014), que afetaram a relação do partido com os movimentos sociais, pois, em busca de governabilidade política e de uma gestão pragmática, o governo petista concentrou a maioria de suas energias em alcançar acordos com atores estratégicos, como os partidos da oposição e grupos econômicos poderosos para se garantir no poder e no mercado eleitoral (Ribeiro, 2008; 2014; Gómez Bruera, 2013). Quando o poder estatal foi alcançado, novas formas de envolvimento com as instituições do Estado alterou a natureza das relações do partido com os movimentos sociais (Gómez Bruera, 2013).

Além disso, Gómez Bruera argumenta que a proposta de participação política inovadora que foi implementada nas experiências administrativas locais do partido tomou um outro sentido na gestão federal, a ver: *“participation as a national political agenda is very often embedded in a larger and complex political game in which electoral politics and the need to secure governability play a major role”* (2015, p. 1). Nesse sentido, o partido não apenas alterava o pacto com seu campo político, mas também alterava as políticas participativas das quais fora promotor em função da lógica eleitoral, ou de interesses mais imediatos, afetando as formas de relação com aqueles que consolidaram sua base social (Teixeira, 2013).

Para os defensores da teoria do Partido Cartel (Katz e Mair, 2009), ao considerar que os recursos do Estado se tornaram indispensáveis para a sobrevivência de partidos políticos e para o acúmulo de recursos organizacionais, uma vez no poder, os partidos tendem a iniciar um processo de mudança à medida que acessam os recursos Estatais. Os vínculos do partido com a sociedade civil são negativamente afetados por essa busca de recursos, de poder e de sobrevivência política da organização partidária (Katz e Mair, 2009; Ribeiro, 2014).

A mudança de interesse da orientação partidária do PT, sua preferência pela governabilidade política e econômica e pelas políticas eleitorais em detrimento do apoio aos

movimentos sociais fizeram que vários desses grupos de ativistas perdessem espaço político. A experiência narrada no capítulo anterior sobre o posicionamento de Lula a favor dos representantes do agronegócio e contra sua equipe ambiental, que culminou na saída de Marina Silva do MMA e o protesto de ambientalistas em relação às decisões do governo, é exemplo claro das consequências desse tipo de escolha.

Contudo, observa-se que os ambientalistas não se furtaram a recuperar o espaço perdido. Um grupo organizado de ativistas, com a liderança de Marina Silva, acionou novas estratégias de atuação no campo social e político para trazer a questão socioambiental para centralidade. Para tanto, articularam ações com novos atores do setor empresarial, político e de militância jovem e incorporaram estratégias político-eleitorais aos seus repertórios. Como isso aconteceu?

5.3. De volta à sociedade

Assim que Marina Silva deixou a coordenação do Ministério, gerando grande impacto na opinião pública nacional e internacional e algum constrangimento para o presidente Lula ao que dizia respeito à continuidade da agenda ambiental em curso, ela voltou a assumir o seu cargo de Senadora Federal da República, para o qual fora eleita em 2002. Segundo informações de um de seus assessores no Senado Federal, os espaços de articulação da ex-Ministra no governo foram muito reduzidos, e o Senado não é um lugar onde o discurso do desenvolvimento sustentável reverberasse. Uma alternativa precisava ser articulada, conforme o entrevistado narra:

Tinha muita dificuldade para debater, discutir, para fazer essa agenda de sustentabilidade avançar a partir do Senado. As tensões ali são grandes. No governo, não tinha espaço de articulação maior, no Senado também não tinha esse espaço para se colocar, para avançar nas posições, na legislação ambiental. Em função disso, a gente começou a discutir com um grupo de pessoas, fóruns da sociedade, para se criar um movimento na sociedade em prol da sustentabilidade, com essa avaliação de que os espaços no Congresso e no governo eram muito limitados (Entrevista 6, Brasília, 8/4/2015). (Grifo meu).

A partir dessa leitura, os espaços institucionais pareciam não configurar mais como arenas com sensibilidade para questões ambientais como o fora em momento anterior, ao menos para o grupo mais próximo à Marina Silva, que partilhava opiniões sobre desenvolvimento

sustentável. Sua inserção no PT e no governo foi desgastada. Ao passo que a ex-ministra tentava criar condições de trabalho no campo político; na sociedade, um conjunto de pessoas e instituições, que apoiaram seu mandato no MMA, acolheram-na e passaram a articular novas formas de intervenção para incrementar a política ambiental. O prestígio político de Marina Silva seria um aglutinador de possibilidades nesse momento de tentar fortalecer a agenda ambiental. O Instituto Socioambiental - ISA, novamente, foi uma instituição de fundamental importância nessa articulação, integrando diferentes grupos, como um *broker*.

No final de 2008, o ISA organizou um seminário em São Paulo sobre os desafios da sustentabilidade, pois avaliavam que a saída da Marina do MMA era um sinal de que aquela agenda estava pressionada (Entrevista 2, 27/4/2013). Nesse seminário, estavam presentes expoentes do setor econômico que militavam por uma prática empresarial com mais responsabilidade social e ambiental, quais sejam: Oded Grajev, Ricardo Young, Guilherme Leal; e também estavam presentes acadêmicos como José Eli da Veiga e Eduardo Viveiros de Castro. Representante do ISA informou que a instituição havia se aproximado muito dos dois primeiros empreendedores em função das discussões sobre o Fórum Amazônia Sustentável, demonstrando interesses em comum¹⁰⁴. De acordo com entrevistado, o seminário aconteceu em torno das seguintes preocupações:

(...) nós estamos numa crise ambiental grave! Tudo que a gente avançou, até agora, não foi suficiente para mudar os modelos de desenvolvimento e, se a gente não tiver um mega processo de mobilização da sociedade em torno disso, nós vamos andar pra trás e não vamos mais ver resultados de tudo que a gente fez até agora. E aí, começou a se falar naquele momento de que se precisava aquecer a sociedade civil em torno desse tema, numa ideia que fosse, mais ou menos, como a ideia que gerou a Campanha Contra a Fome, do Betinho, ou que gerou o Fórum Social Mundial (Entrevista 2, 27/4/2013).

As duas frases em grifo, feito por mim, induzem a uma reflexão importante: as conquistas na área socioambiental eram contabilizadas como feitos também de organizações da sociedade

¹⁰⁴ O Fórum Amazônia Sustentável é uma organização criada em 2007 com o objetivo de agregar os mais diversos setores da sociedade brasileira em torno de um debate amplo e participativo sobre o desenvolvimento sustentável da região amazônica. O Fórum reúne empresários, governos, academia, populações tradicionais, sindicatos e ONGs que formam a mais ampla rede nacional que se dedica a discutir e propor ações voltadas para o estabelecimento de uma cultura em favor da sustentabilidade, da construção de compromissos de boas práticas produtivas e o apoio ao desenvolvimento regional. O Fórum propõe um diálogo amplo e nacional pela Amazônia. Fonte: <http://www.socioambiental.org/pt-br/campanha/forum-amazonia-sustentavel-fas>, acessado em 20/10/2015.

civil, não apenas do governo de Marina Silva ou de outros ministros que passaram pelo MMA. Conforme já discutido na tese, a participação e a capacidade de liderança de organizações da sociedade organizada nesse campo definiram políticas públicas, o que as colocou como importantes articuladoras da política ambiental no Brasil. A mobilização narrada pelo entrevistado é exemplo de que eles não se aquietam, mesmo em situações áridas, como a falta de espaço de articulação no governo e no legislativo.

Marina Silva não esteve presente no seminário em São Paulo, enviou um de seus porta-vozes, Bazileu Margarido. Mas, ao fim do dia, todos jantaram com a Senadora e o assunto se desdobrou em torno das decisões do seminário e sobre uma possível candidatura de Marina Silva nas eleições de 2010. Essa ideia não era inédita, representante do ISA informou que Sérgio Xavier¹⁰⁵, de Pernambuco, e o acadêmico José Eli da Veiga já haviam feito provocações nesse sentido. Porém, conforme o entrevistado, a reação de Marina foi negativa. Ele relata a resposta que Marina lhe deu:

Naquele momento, Marina descartou totalmente essa possibilidade e disse o seguinte: ‘eu não tenho porque sair do PT, não quero sair do PT, não quero disputar, internamente, no PT. Primeiro, porque o PT decidiu que não vai fazer prévia e, segundo, que o PT já tem o nome da Dilma, então, não tem espaço para fazer essa disputa. Não tem o menor cabimento em pensar uma campanha. Vamos articular um movimento de sociedade civil’. (Ibid.)

Em maio de 2009, o ISA coordenou outro seminário na cidade de São Paulo. Os organizadores informaram que havia em torno de 50 pessoas de vários campos da sociedade, como representantes do ISA, do *Greenpeace* e de outras ONGs ambientalistas, do Movimento dos Sem Terra; o Chico Ita, um dos fundadores do Fórum Social Mundial; o ex-jogador Raí, da Fundação Gol de Letra; Guilherme Leal, presidente da Natura, dentre outros. Esse grupo de pessoas observou que o tema sustentabilidade perpassava a ação social de todas as organizações ali representadas, mesmo aquelas que não eram da área ambiental. Com essa preocupação, resolveram criar uma articulação chamada Movimento Brasil Sustentável (MBS). Esse grupo tinha o objetivo de aprofundar o debate sobre certas decisões

¹⁰⁵ Sérgio Xavier é jornalista, ecologista e empreendedor da área de comunicação digital. Fundou o Partido Verde no estado de Pernambuco. Foi um dos articuladores do convite para Marina Silva se filiar ao PT e ser candidata a presidente da república em 2010. Ele participava do Movimento Brasil Sustentável. Nas mesmas eleições, foi candidato a governador do estado de Pernambuco. Em 2011, foi convidado por Eduardo Campos, candidato vencedor ao pleito de governador de Pernambuco, para estruturar a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado. Fonte: <http://interblogs.com.br/sergioxavier/bio>, acessado em 31/10/2015.

no setor da sustentabilidade e propor soluções, inclusive na área econômica e política (Entrevista 2, 27/4/2013).

Essa dinâmica, coordenada pelo ISA com a participação de outras ONGs ambientalistas, revela as amplas redes de interlocução do movimento ambiental e a habilidade do ISA de congregar diferentes institucionalidades em torno do debate sobre desenvolvimento sustentável. Essa instituição, por meio de seus ativos funcionários, apoiara o trajeto de Marina Silva desde sua experiência no Senado Federal, na década de 1990. Também articulava ações importantes com representantes do Partido dos Trabalhadores, chegando a participar da elaboração de seu programa de governo para a área ambiental nas eleições de 2002. Uma vez que a relação com o partido estava enfraquecida, que não transitavam mais na esfera informal do PT nem o identificavam mais como seu porta-voz político, eles estavam buscando, junto com Marina Silva, outras formas de fortalecer e encaminhar o que chamam de projeto da sociedade civil em prol do desenvolvimento sustentável. O caminho, aparentemente, seria fortalecer a percepção da sociedade civil sobre a urgência desse tema.

Assessor de Marina Silva informou que a composição do grupo do MBS foi baseada mais em pessoas do que em organizações, visto que a diversidade institucional era rica e, nessa situação, era mais simples e seguro ter o engajamento de pessoas (Entrevista 6, 8/4/2015).¹⁰⁶ Um dos fundadores do ISA, Carlos Alberto (Beto) Ricardo, deixou de cumprir plantão na instituição e se dedicou integralmente à estruturação desse Movimento. Eles construíram coletivamente o mote do Movimento Brasil Sustentável, e Beto Ricardo passou a viajar o país em reuniões com organizações da sociedade civil para construir as bases de apoio para essa proposta. Porém, o processo foi interrompido pelo o que chamaram de agravamento da crise ambiental dentro do PT, que desgastou a ex-ministra e a fez sair do partido, em agosto de 2009. Pelo o que descreveu entrevistado, isso guardava relação com o posicionamento do partido a favor do desenvolvimentismo sem sustentabilidade, a

¹⁰⁶ O entrevistado narra que, no campo ambiental, o ISA estava desde o início com as seguintes pessoas: Adriana Ramos, Capobianco, Beto Ricardo, Márcio Santilli, e também contavam com o apoio de Sérgio Leitão, do Greenpeace. Num segundo momento, outras pessoas se aproximaram, como Beto Veríssimo, do IMAZON, e do IMAFLORA.

sinalização de afrouxamento de normas do Código Florestal e do licenciamento ambiental (Entrevista 2, 27/4/2013), o que era inaceitável para Marina Silva.

Políticos do Partido Verde, que eram interlocutores do grupo que se formava em torno do Movimento Brasil Sustentável, já expunham interesse em convidar a então senadora para se filiar ao partido e talvez ser sua candidata à presidência da república nas eleições de 2010. Com o agravamento da crise ambiental no PT, essa proposta amadureceu: políticos do PV tornaram público o seu interesse e o núcleo do MBS começou a discutir claramente sobre essa estratégia (Entrevista 6, 8/4/2015). Outro motivo que demandava de Marina Silva um posicionamento claro era que, de acordo com regras do Tribunal Superior Eleitoral, para participar das eleições de 2010, era necessário que os partidos estivessem preparados, com seus candidatos devidamente filiados ao partido, até 3 de outubro de 2009, um ano antes da realização do primeiro turno das eleições. Isso pode ter acelerado o processo de Marina se desfiliar do PT e aceitar o convite do PV.

O potencial das novas possibilidades políticas e o apoio que Marina recebeu para concretizar essa ideia parecem tê-la encorajado a deixar o partido onde fez carreira política. Em carta enviada ao então presidente do PT, Ricardo Berzoini, no dia 19/8/2009, Marina expôs os motivos de sua saída:

Tornou-se pública nas últimas semanas (...) a reflexão política em que me encontro há algum tempo e que passou a exigir de mim definições, diante do convite do Partido Verde para uma construção programática capaz de apresentar ao Brasil um projeto nacional que expresse os conhecimentos, experiências e propostas voltados para um modelo de desenvolvimento em cujo cerne esteja a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Hoje lhe comunico minha decisão de deixar o Partido dos Trabalhadores. É uma decisão que exigiu de mim coragem (...), mas estou certa de que o faço numa inflexão necessária à coerência com o que acredito ser necessário alcançar como novo patamar de conquistas para os brasileiros e para a humanidade. Tive a honra de ser ministra do Meio Ambiente do governo Lula e participei de importantes conquistas (...). Entendo, porém, que faltaram condições políticas para avançar no campo da visão estratégica, ou seja, de fazer a questão ambiental alojar-se no coração do governo e do conjunto das políticas públicas.

Uma parte das pessoas com quem dialoguei nas últimas semanas perguntou-me por que não continuar fazendo esse embate dentro do PT. E chego à conclusão de que, após 30 anos de luta socioambiental no Brasil – com importantes experiências em curso, que deveriam ganhar escala nacional, provindas de governos locais e estaduais, agências federais, academia, movimentos sociais, empresas, comunidades locais e as organizações não-governamentais – é o momento não mais de continuar fazendo o embate para convencer o partido político do

qual fiz parte por quase trinta anos, mas sim o do encontro com os diferentes setores da sociedade dispostos a se assumir, inteira e claramente, como agentes da luta por um Brasil justo e sustentável, a fazer prosperar a mudança de valores e paradigmas que sinalizará um novo padrão de desenvolvimento para o País. Assim como vem sendo feito pelo próprio Partido dos Trabalhadores, desde sua origem, no que diz respeito à defesa da democracia com participação popular, da justiça social e dos direitos humanos¹⁰⁷. (Grifos meus)

Em sua carta, Marina Silva demonstrou desistir da luta no interior do PT por reconhecer que as escolhas desse partido, que também se transformava, não eram compatíveis com aquilo pelo qual sempre lutou. Ela expôs sua preferência por caminhar com setores da sociedade civil com quem partilhava o projeto de “luta por um Brasil justo e sustentável”. Esse projeto, que passava por influenciar o sistema político desde dentro, conforme posto na introdução deste capítulo, poderia ser viabilizado com uma candidatura pelo Partido Verde, assunto no qual voltaremos logo em frente.

O embate da ex-Ministra com o PT se tornava cada vez mais evidente e isso refletia na imagem que as pessoas construíam do partido, dentro da perspectiva de que a identificação dos eleitores com um partido passa pelo conteúdo e imagem que ele constrói (Janda et al., 1995). Essa ocorrência tem um efeito significativo para a mobilização socioambiental, pois o distanciamento da líder Marina Silva do partido influenciava a compreensão das pessoas de que o PT estava adotando medidas equivocadas para a política ambiental. Ainda que o PT não fosse um partido da causa ambiental, ele canalizava a representação política do movimento ambientalista. Mas mudanças quanto a isso já estavam em curso.

Para ativista ambiental entrevistado, quando o PT assumiu o governo e o confronto passou a se dar em relação ao modelo de desenvolvimento, o partido abandonou as lutas socioambientais porque elas passaram a ameaçar o seu núcleo de poder (Entrevista 31, 16/1/2015), conforme demonstrado no capítulo anterior. Para outro ambientalista,

(...) no PT, os parlamentares ajudavam botando pra frente todas aquelas questões [ambientais] de embate, ajudava e inclusive boa parte das lideranças socioambientais tinha em parlamentares do PT apoios importantes no Congresso Nacional. Acontece que quando o PT vira poder, ele passa a depurar as agendas que para ele são relevantes para manter o seu projeto de poder. E, de repente, a questão ambiental para o PT virou uma questão incômoda,

¹⁰⁷ Fonte: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/marina-diz-em-carta-que-sair-do-pt-foi-difícil/>, acessado em 20/10/2015.

primeiro porque não era uma coisa de fato endógena e segundo porque é um tema que mexe com muitos interesses (Entrevista 9, 2/2/2015).

As narrativas de Marina Silva e dos últimos entrevistados demonstram como o PT era um interlocutor político importante e que a relação do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores foi abalada com a mudança no alinhamento político e com a prevalência da conquista de apoios que sustentariam o poder do partido no governo. Na opinião do entrevistado, o movimento ambientalista ficou “órfão do PT” (Ibid.). Esvaziado de representação política, era preciso criar nova força política para esse grupo de ambientalistas. Marina era um grande elo entre sistema político e sociedade para a maioria dos ambientalistas. Ao perder espaço no PT e ao sair do partido, abria-se um vão de força política para a agenda ambiental e para aqueles que defendiam essa bandeira.

A interação entre movimento ambiental e o Partido dos Trabalhadores na arena governamental foi profundamente afetada pelas escolhas estratégicas do partido em dar sobrevida à sua experiência política no poder, a defender o projeto desenvolvimentista e a se conduzir pelo mercado eleitoral, em detrimento da promoção da agenda ambiental conforme desejada pelos marineiros. Tais estratégias partidárias, já destacadas por Schattschneider (1960) e reconhecidas por tantos outros estudiosos (Mair, 1997; Katz e Mair, 2009; Ribeiro, 2014 etc.) são próprias da existência dos partidos políticos. Representantes do movimento ambiental, como estamos demonstrando, não aceitaram a sobreposição completa das estratégias e identidades partidárias sobre as suas e buscaram novos repertórios de interação, que incluíam participar de eleições gerais como candidatos. Eles foram informados pelo seu *estoque de legados*¹⁰⁸ na construção das novas estratégias. A experiência que tiveram no governo federal, de conhecer as instituições políticas desde dentro, além da liderança, mesmo que carismática, que Marina exercia no mundo partidário, deu coragem, força e, de certa forma, legitimidade para líder e liderados enfrentarem a batalha das eleições e representar uma agenda ambiental fortalecida. Sobre a experiência governamental, entrevistado narra que:

O movimento ambientalista começou a ter experiência de políticas públicas no MMA, em prefeituras, em governos, na elaboração de projetos de lei, na participação em conselhos. (...) Então, foi amadurecendo a visão de que o problema do ambientalismo no Brasil não é técnico, não é falta de profissionais, é ética política. É uma visão política, falta de projeto político para

¹⁰⁸ Ver discussão no capítulo 1 ou Rossi (2015).

fazer que a sustentabilidade entre como um elemento estratégico do desenvolvimento. Tudo isso serviu de acúmulo (...) se não se chegar ao centro do poder, não se implanta o desenvolvimento sustentável no Brasil. Isso é o elemento de tomada de consciência (Entrevista 33, 6/3/2014).

O entrevistado torna claro que o projeto desse grupo do movimento ambientalista é articular por dentro do sistema político, pelo “centro do poder”, e a experiência que obtiveram na arena governamental foi fundamental para o que chamou de tomada de consciência, da convicção sobre os caminhos estratégicos da ação movimentalista. Integrar a ação com Marina Silva, considerando seu capital político, era uma forma de viabilizar esse projeto.

Olhando para dentro do movimento ambientalista, a legitimidade aludida em parágrafo mais acima está calçada no que Melucci (1996) chamou de poderes de recompensa, identificação e competência - poderes que concedem legitimidade ao líder. Após defender, com relativo sucesso¹⁰⁹, projeto da sociedade civil em sua experiência governamental, Marina foi elogiada pela sua competência; ativistas ambientais se identificaram com sua postura, o que reforçava a identidade de ambientalista; e sua gestão havia deixado uma grande recompensa, que era o fortalecimento da política ambiental na agenda governamental e a redução drástica do desmatamento na Amazônia. Sua equipe ministerial, aqueles que também se empenharam para a realização desse projeto e agora continuam engajados com Marina Silva no Movimento Brasil Sustentável e na proposta eleitoral, também conferiram reconhecimento de representantes da sociedade civil pela competência de suas ações, especialmente Capobianco, que se revelou como importante líder ao que se refere a assuntos técnicos e também políticos. É importante reconhecer, entretanto, que havia críticas em vários sentidos em relação à gestão da Ministra. Mas, no geral, as avaliações percebidas nas 43 entrevistas realizadas para esta pesquisa são positivas.

Todavia, há um fato interessante em torno da mobilização política desse grupo: em diferentes falas públicas, Marina expunha que, após finalizar seu segundo mandato como Senadora do PT, em 2010, ela voltaria a atuar na sociedade civil, deixando em descanso a combativa atividade política. Essa informação é confirmada por diferentes entrevistados para

¹⁰⁹ Se não fosse a derrota da agenda dos transgênicos e das licenças ambientais das UHEs do Madeira. Todavia, é importante considerar que a situação ambiental poderia ser pior. Os ambientalistas não conseguiram o que queriam, que era evitar o plantio e comercialização de transgênicos e a implementação das UHEs, mas lutaram para ter o máximo de rigor ambiental possível nessas pautas.

essa pesquisa (Entrevistas 6, 33, 14). Marina comentou que precisava de um momento para refletir sobre os novos encaminhamentos necessários e que a atuação na sociedade civil lhe possibilitaria viver esse momento com maior intensidade (César, 2010).

Em sua carta de desfiliação do PT, a então Senadora da República esboçou que sua luta se daria junto a organizações da sociedade civil. Conforme exposto, ela disse que era hora de fazer “o encontro com os diferentes setores da sociedade dispostos a se assumir, inteira e claramente, como agentes da luta por um Brasil justo e sustentável”. Mas, ao mesmo tempo, assumia o convite do PV como também um fato motivador para se afastar do PT. O momento da decisão de deixar do PT e se filiar ao PV coincide com o cronograma eleitoral – de que era necessário estar filiado a algum partido político até 3 de outubro de 2009 para poder participar das eleições de 2010, e coloca em dúvida se Marina realmente tinha a intenção de não concorrer à Presidência da República nas eleições de 2010. Os fatos e declarações parecem contraditórios.

Conforme abordaremos nas próximas seções, ao se voltar para a sociedade civil, ambientalistas, empresários credenciados pela prática da responsabilidade socioambiental e um grupo de jovens militantes não dissociavam a imagem de Marina à vida político-partidária – exemplo vívido de como é construída a identidade partidária. Queriam a ex-ministra como candidata à Presidência da República. Só dependia dela decidir o seu futuro político, pois, ao que dependesse de parte da militância socioambiental, o caminho já estava traçado.

5.3.1. Partido Verde e as eleições de 2010

O Partido Verde havia tomado a decisão de apresentar um candidato ao posto de Presidência da República para veicular com força as suas ideias, ao contrário do que fizeram para as eleições de 2002 e 2006 (Sirkis, 2010). O que os estimulava era a campanha eleitoral de 2008 (municipal), em que Fernando Gabeira (PV) quase conquistou a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Ele perdeu em segundo turno com uma diferença de apenas 1.5% dos votos em relação ao candidato vitorioso, Eduardo Paes, do PMDB (Ibid.).

Entre os nomes que o partido pensou em promover para a campanha de 2010 estavam o de Marina Silva, de Cristóvão Buarque (que havia participado das eleições de 2006), do escritor Augusto Cury e o do presidente nacional do PV, José Luiz Penna. Marina Silva era a opção preferencial, mas sua fidelidade ao PT inviabilizava esse desejo. A intenção do PV

de ter um candidato próprio era muito animada pela proposta de trazer questões socioambientais para o debate eleitoral, pois nenhum dos outros possíveis candidatos seriam capazes de dar importância a esse debate, a saber: Dilma Rousseff, José Serra e talvez Ciro Gomes. Para o político Alfredo Sirkis, uma candidatura verde à presidência seguia a estratégia de, no segundo turno, forçar um apoio programático com os partidos que fossem para a disputa final (Sirkis, 2010).

Alguns políticos do PV, dentre eles Gabeira, Sirkis e Sérgio Xavier, avaliavam que a candidatura de Marina pelo seu partido poderia contribuir para superação da aliança compulsória do que consideram as duas vertentes da social-democracia, o PT e o PSDB, com as oligarquias políticas em nome da governabilidade. Caso Marina prosperasse e alcançasse um segundo turno, a proposta dos novos aliados políticos era de, conforme narra Sirkis, “um realinhamento histórico com ambas as vertentes hoje rivais da social-democracia no Brasil, numa perspectiva de sustentabilidade e economia verde” (2010, p. 39). Eles batalharam para que Marina aceitasse seu convite.

Em entrevista concedida ao Programa Roda Viva, em 2013, Marina informou que o convite para se filiar ao PV seria aceito desde que algumas condicionalidades fossem realizadas, a ver: i) revisão programática do partido; ii) reestruturação do partido para democratizá-lo; e, iii) possibilidade de candidatura à Presidência, o que já estava mais ou menos acertado quando o convite foi feito. A ex-petista informou que apenas a primeira condicionalidade foi cumprida porque a candidatura dela e do Guilherme Leal, como vice-Presidente, ajudou na revisão do programa. A proposta de reestruturação do partido foi abafada, conforme será debatido mais adiante na seção sobre a campanha de 2010. Outra imposição do grupo da Marina para migrar para o PV era que ela indicaria nove pessoas de sua equipe para compor a Executiva Nacional do partido junto com ela. O partido garantiria onze de seus membros atuais na Executiva. Juntos, compuseram a Coordenação Nacional do PV com o objetivo de discutirem a reforma programática e o plano político para o partido (Sirkis, 2010).

Para os articuladores do Movimento Brasil Sustentável, quando Marina sinalizou que seria candidata, chegaram à conclusão de que não eram um movimento de massa, que possuía quadros suficientes para enfrentar duas frentes de batalha: as eleições e a estruturação do

movimento. Também avaliaram que não poderiam deixar Marina Silva sozinha, “sem massa crítica e o grupo de apoio para as eleições” (Entrevista 2, 27/4/2013).

Para entrevistado do movimento ambientalista, o núcleo de apoio que formava a massa crítica incluía Ricardo Young, Guilherme Leal, Oded Grajev, Adriana Ramos, Beto Ricardo, Eduardo Viveiros de Castro, Capobianco, Márcio Santilli, José Eli da Veiga (Ibid.). Também contavam aquelas pessoas mais vinculadas a Marina Silva pela experiência política que construíram juntos: Carlos Vicente, Bazileu Margarido, Pedro Ivo e Jane Villas Boas. Os três primeiros tiveram vínculos com o PT. A resolução que deram ao empasse foi que cada um se disponibilizaria de alguma maneira nesse processo partidário-eleitoral. Vários dos apoiadores de Marina Silva se filiaram ao PV e alguns concorreram a cargos majoritários e proporcionais nas eleições¹¹⁰. A intenção era se envolver profundamente a fim de bombar a campanha nacional.

Essa era uma possibilidade de viabilizar o desejo de elevar a importância da agenda de sustentabilidade e de gerar um efeito na opinião pública que talvez tivesse mais expressão que uma campanha articulada no âmbito da sociedade civil, conforme os marineiros queriam. Era um novo campo de oportunidades que se abria para os diferentes atores que estavam mobilizados em torno da agenda ambiental. A decisão de Marina em ser candidata pelo PV demonstrou que ela estava dizendo sim para o projeto da sociedade civil, que estava seguindo a agenda dos ambientalistas. Ela reverteu sua decisão de atuar na sociedade civil para encarar uma candidatura ao maior posto político no Brasil, o de Presidente da República.

Ao migrar para o PV e participar das eleições com a justificativa de que precisava cumprir a missão de elevar a centralidade da agenda ambiental e debatê-la em nível nacional, Marina demonstrava sua tendência de encontrar uma causa nobre para suas investidas na vida política, conforme revela citação que abriu a terceira parte desta tese. Ela se coloca nessa posição de liderar mudanças, de se entregar a causas que acredita e ser representante delas em diferentes arenas. Isso seria explorado pelo movimento ambientalista, interessado em aumentar o espaço da agenda ambiental e em construir uma centralidade para ela no mundo

¹¹⁰ Sergio Xavier se candidatou a governador de PE; Fábio Feldmann, governador de SP; Miriam Prochnow, deputada federal em Santa Catarina; André Lima, deputado federal no Distrito Federal; Sérgio Guimarães, deputado federal no Mato grosso; Ricardo Young candidato a senador em SP; Gabeira, a governador do Rio de Janeiro; e Sirkis, a deputado federal pelo Rio de Janeiro

político. Para Marina, sua candidatura em 2010 está na conta da imprevisibilidade da política (Marina Silva, Programa Roda Viva; César, 2010) ¹¹¹.

Antes de prosseguir para análise da candidatura ambiental, é fundamental fazer uma pausa para trazer informações a respeito do Movimento Marina Silva, que surgiu em 2007, quando um grupo de jovens ativistas resolveu lançar um “anticandidato” à Presidência da República. Alguém que eles acreditavam que trabalharia a política com ética, que poderia ser um aglutinador de boas propostas, ideias e pessoas e que não estava na lista dos possíveis candidatos a eleições de 2010. A escolhida para tal era Marina Silva. As ideias desse grupo teriam importante influência na campanha eleitoral de 2010.

5.3.1. Movimento Marina Silva

No ano de 2007, em Brasília, um grupo de jovens que se denominam ativistas da paz, tornou pública uma ideia que compartilhavam: iniciar um movimento para defender a proposta de Marina Silva como Presidente do Brasil. Esse grupo não possuía nenhum vínculo partidário, nem mesmo com Marina Silva, que ainda era ministra do Meio Ambiente. Naquele ano, Dilma já figurava como sucessora do presidente Lula e o grupo tinha uma intenção provocativa: “incitar pessoas a imaginar uma outra possibilidade de candidatura – e também fortalecer a imagem de Marina Silva como representante político do ‘novo paradigma’”¹¹² O grupo intencionava questionar o procedimento em que os partidos escolhem seus candidatos, defendendo que a sociedade deveria ter espaço para fazer essa escolha.

A primeira ação do grupo foi distribuir anonimamente adesivos com a inscrição Marina Silva Presidente, no intuito de que essa ação fosse replicada por outros. O marco e local para iniciar o Movimento Marina Presidente foi o II Encontro dos Povos da Floresta, que ocorreu em setembro de 2007 na cidade de Brasília. Na ocasião, o site jornalístico *O Eco* registrou que um assessor direto de Marina também distribuiu adesivos e afirmou que a iniciativa era embalada por “membros afoitos do PT e militantes com tendências religiosas”.

¹¹¹ Programa Roda Viva. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=YrePB43f3mU>

¹¹² Fonte: <http://eduardorombauer.com/2011/01/10/movmarina-fase-1-semear-e-aguardar-setembro-de-2007-a-abril-de-2009/>, acessado em 2/11/2015.

¹¹³ Em outubro do mesmo ano, no Encontro Nacional de Colegiados Ambientais, continuaram com a distribuição de adesivos. Em maio de 2008, Marina solicitou que o movimento fosse suspenso porque não tinha a intenção de se candidatar. Além disso, conforme narra um de seus assessores, aquela situação causava constrangimentos políticos para a ministra para dentro do PT (Entrevista 39, 13/03/2014). O movimento suspendeu as atividades. Abaixo, segue exemplar do adesivo:

Imagem 1: Marina Silva Presidente



Fonte: <http://eduardorombauer.com/2011/01/10/movmarina-fase-1-semear-e-aguardar-setembro-de-2007-a-abril-de-2009/>

Para filiado do PT, que participou da gestão da ministra no MMA, mas não compunha o seu sector mais direto, o grupo de apoio a Marina dentro do MMA, que mantinha pés firmes nas ONGs, descolou-se do movimento social e se dedicou ao projeto de tentar construir a candidatura da Marina à Presidência da República por dentro do PT, como sucessora de Lula. Para ele, houve uma manobra explícita nesse sentido durante a realização da III Conferência Nacional de Meio Ambiente:

Considerando que estaria certa a presença do Lula na abertura da conferência, nessa abertura, estava escalada uma pessoa umbilicalmente ligada ao Pedro Ivo, chamado Themístocles Marcelus, que era o coordenador do FBOMS (Fórum Brasileiro das ONGs Ambientalistas e dos Movimentos Sociais) que ia fazer a abertura da conferência e o lançamento da campanha Marina Presidente, na frente do presidente Lula, como alternativa à Dilma. O que acontece no bastidor? O presidente decide não ir à abertura da conferência e manda um representante. E aí, os adesivos são distribuídos e o discurso é feito, mas perdeu muita intensidade. Esse cara representava a CUT, ou seja, havia claramente um processo ali. (Entrevista 12, 21/7/2014).

¹¹³ Fonte: <http://www.altinomachado.com.br/2007/11/fogo-do-senhor.html>, acessado em 2/11/2015.

Não há clareza sobre se Marina estava ciente desse movimento que crescia com intencionalidade político-eleitoral ou se apenas alguns de seus assessores, mais adeptos a essa ideia, faziam campanha à sua revelia. De qualquer forma, os criadores do Movimento Marina Silva, após sua solicitação, afirmam ter paralisado suas atividades, mas uma mobilização mais adiante coloca dúvidas sobre isso.

Em abril de 2009, no encerramento da III Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, o movimento Marina Presidente ressurgiu com força. As crianças presentes na conferência entoaram o coro “Brasil, pra frente, Marina presidente” após palestra da ex-ministra sobre o tema “Vamos Cuidar do Brasil”. Nessa ocasião, a então Sendora já havia deixado o MMA, mas ainda era filiada ao PT.

Para um dos coordenadores do movimento Marina Presidente, quando as crianças fizeram esse chamado, eles decidiram reiniciar o movimento e informaram Marina Silva, no jantar de encerramento da Conferência. Eles se apresentaram à Senadora, informaram que eram eles que distribuíram os adesivos em 2007 e que haviam resolvido recomeçar aquela mobilização. Esse coordenador narra a resposta de Marina: “Ela falou: ‘ah, não! Vai me dar trabalho para mais de metro’! Mas ela falou com um sorriso nos olhos. Aí, era tudo o que eu precisava, então, a gente saiu fazendo um site, ing, e quando a gente já tinha mais de 5 mil pessoas aderidas à rede do ing, o PV chamou a Marina”. (Entrevista 14, 7/7/2014)

Curioso é que as crianças não teriam essa iniciativa espontaneamente, o coro não estaria formado se alguma semente não estivesse sendo plantada. Isto é, tudo indica que mobilizações estavam acontecendo nos bastidores. Os facilitadores da conferência eram os jovens ativistas Rangel Mohedano e Jefferson Sooma, que participaram da organização inicial, em 2007, do Movimento Marina Presidente. É possível que existiram outras articulações, ao considerar a fala do representante do PT apresentada mais acima, sobre o envolvimento de Pedro Ivo com esse movimento.

A intenção do movimento que retomava suas atividades era induzir uma pressão popular para que Marina disputasse a vaga à Presidência da República internamente no PT, mas também consideravam que outro partido poderia se apropriar da ideia de oferecer espaço para que ela pudesse concorrer ao cargo. Conforme posto em entrevista, foi criado um site

com tecnologia para rede social e uma carta-convite que definia as “ideias-força” do movimento, expressas na caixa de texto abaixo:

- candidatura pedagógica: Apostamos no potencial político e pedagógico de uma liderança Feminina, Brasileira e Planetária que expressa o paradigma emergente da Democracia com Sustentabilidade.

- uma nova forma de fazer política através das redes sociais: Este movimento é uma expressão da força inovadora das redes sociais, que prenunciam um outro modo de construir legitimidade. Daqui em diante não mais se poderá restringir aos partidos a escolha de nossas lideranças. Os membros dos partidos ficam com os olhos enviesados em suas dinâmicas internas e esquecem da sociedade e das outras formas de vida.

- todos somos responsáveis: Nós, cidadãos e cidadãs, precisamos assumir as responsabilidades que temos para com o conjunto de nossa sociedade e com os outros seres da Natureza, e tomar parte das escolhas que afetam a todos e a cada um. Temos uma chance real agora.

- o objetivo de convencer Marina: Este é também um esforço coletivo para que Marina Silva seja sensibilizada a esta proposta. Quanto maior o apoio dos cidadãos e cidadãs, maior a chance de Marina assumir a força de sua liderança, e somar-se ao nosso propósito.

– uma firme posição apartidária e independente, para tentar evitar maiores problemas para Marina junto o PT: IMPORTANTE: esta iniciativa é formada apenas por cidadãos de modo apartidário e não possui vínculo com a própria Marina Silva.

Fonte: <http://eduardorombauer.com/2011/01/10/movmarina-fase-2-reinicio-abril-de-2009-a-agosto-de-2010/>, acessado em 2/11/2015.

Nesse conjunto de ideias, os jovens delegaram à Marina Silva a responsabilidade de representá-los em suas demandas e ideologias. Criaram para ela uma espécie de pauta política a ser desenvolvida que ultrapassava as fronteiras do campo da sustentabilidade. Essa mobilização é de extrema importância, pois se tornaria o embrião da Rede Sustentabilidade.

De acordo com relato de representante desse Movimento, a direção do PV informou que essa mobilização teve importante repercussão para o partido e na opinião pública nacional e internacional, contribuindo, dessa forma, para que decidissem definitivamente convidar Marina Silva para seu partido (Entrevista 15, 25/2/2014). Quando o convite se

tornou público, coordenadores do Movimento publicaram a informação em seu site e criaram um fórum de discussão sobre qual era o partido mais adequado para Marina concorrer à Presidência da República. O resultado dava mais credibilidade ao PV que ao PT¹¹⁴. O site <http://movmarina.com.br> e também <http://movimentomarinasilva.org.br>, onde foram publicadas ações do Movimento, não estão mais disponíveis para acesso. A essa altura, o Movimento Marina Presidente já havia se tornado Movimento Marina Silva (MMS).

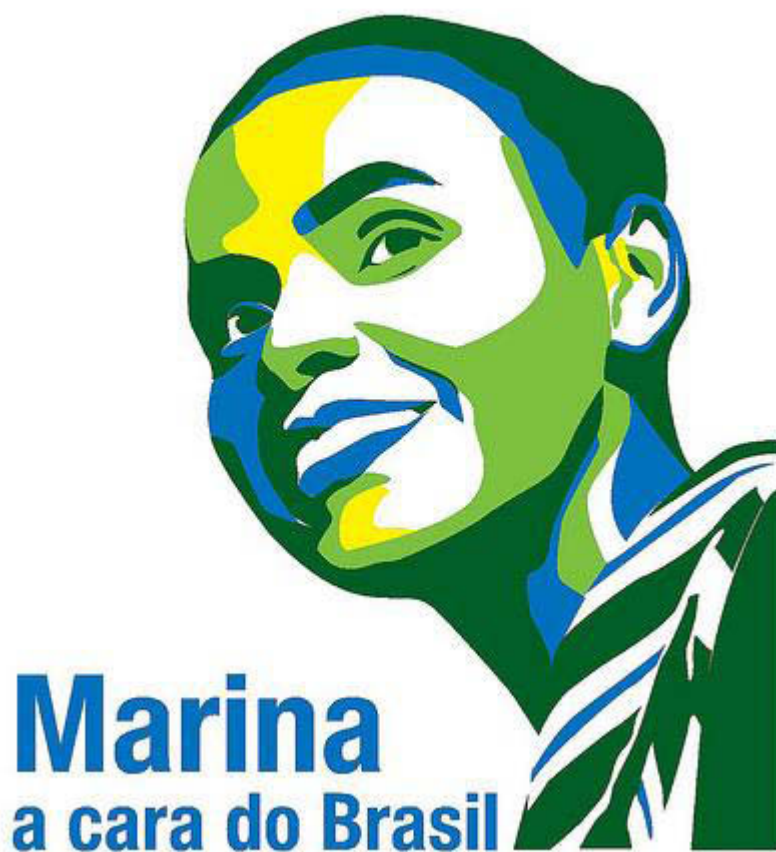
Quando Marina se filiou ao PV, em setembro de 2009, o Movimento reestruturou algumas de suas atividades e se revigorou. Reafirmaram sua condição suprapartidária, uma vez que militantes de diferentes partidos poderiam fazer parte dele, declararam-se autônomos durante o processo eleitoral e priorizaram “a ideia-força de construir coletivamente um novo jeito de se fazer Política na perspectiva de uma transição civilizatória”¹¹⁵, o que daria força à ideia de Nova Política, mote de Marina Silva na campanha eleitoral de 2010.

Os participantes do MMS, junto com lideranças da sociedade que aderiram ao Movimento, passaram a compor um núcleo estratégico e lideraram a composição de grupos locais e grupos de trabalho virtuais, com equipe para dar suporte. Para não configurar campanha extemporânea, retiraram a palavra “presidente” dos adesivos e imprimiram neles uma nova identidade, que se assemelhava ao *botton* utilizado por Barack Obama em sua campanha eleitoral de 2008, surfando na onda da popularidade que essa campanha trouxe, especialmente por trazer o novo e por fazer referência a minorias. Isso repercutiu com muita leveza e aceitação. Essa identidade se tornou ferramenta de campanha de Marina Silva.

Imagem 2: Marina, a cara do Brasil

¹¹⁴ Fonte: <http://eduardorombauer.com/2011/01/10/movmarina-fase-2-reinicio-abril-de-2009-a-agosto-de-2010/>, acessado em 2/11/2015.

¹¹⁵ Fonte: <http://eduardorombauer.com/2011/01/10/movmarina-fase-3-pv-e-marina-aderem-a-causa-agosto-2009-a-janeiro-2010/>, acessado em 2/11/2015.



No início de 2010, o conjunto de apoiadores da candidatura de Marina, aquele que se formou a partir da experiência do Movimento Brasil Sustentável, começou a articular a campanha formal da candidata, que seria iniciada em junho daquele ano. Eles fizeram convite a lideranças do Movimento Marina Silva para participarem da campanha eleitoral, colaborando com a elaboração do programa de governo e participando de algumas reuniões¹¹⁶.

Nesta seção, observamos interesses de diferentes grupos – ambientalistas; empresários; movimento de jovens; o Partido Verde – a se organizarem em torno do desejo de candidatura de Marina Silva. A demonstração de suas vontades e anseios se apresentam quase como se fosse um pedido para que ela os representasse politicamente. Destacamos duas

¹¹⁶ Fonte: <http://eduardorombauer.com/2011/01/10/movmarina-fase-4-pre-campanha-fevereiro-a-junho-de-2010/>, acessado em 3/11/2015

formas de liderança exercida por Marina Silva: i) liderança construída num processo relacional com seus apoiadores do movimento ambiental, com quem interagiu durante sua experiência nas arenas legislativa e governamental; e ii) liderança que se estabeleceu pela imagem que eleitores, militantes, cidadãos, enfim, simpatizantes das suas práticas político-partidárias construíram sem que fosse necessário se relacionar com sua líder, na lógica da construção do papel de elite ou liderança partidária. Marina defendia uma linha política - que gera identidades, no registro de Panebianco (1995) - socioambiental dentro do PT que tinha repercussão para o mundo externo da organização política. Ela ainda se mostrava como atora política que prezava por valores éticos e morais na política, era porta-voz legítima de um discurso que representava minorias étnicas e que abordava preocupações universais, como o socioambientalismo. Suas qualidades, sua história de vida, sua militância, seus atributos faziam dela um mito, característica própria das lideranças carismáticas.

A “demanda” para que Marina Silva fosse candidata à Presidência da República surgiu quando ela ainda estava vinculada ao Partido dos Trabalhadores. A inviabilidade dessa candidatura pelo PT, que já havia se decidido por Dilma Rousseff, e o aparente desejo da ambientalista de voltar a militar na sociedade civil fechavam as portas para essa possibilidade. Acontece que o Partido Verde, percebendo esse movimento na sociedade e as dificuldades que Marina vinha enfrentando com o PT, soube aproveitar o momento e oferecer a legenda para que concorresse ao posto sugerido. Essa proposta ganhou vulto com as manifestações de sua base – ambientalistas, empresários, marineiros, o grupo de jovens militantes, simpatizantes – para que construísse uma candidatura alternativa. Marina aceitou e esse movimento deslocou a relação de certa identidade de ambientalistas com partidos políticos, como aquela construída com o PT até sua experiência governamental, para uma relação estratégica com o Partido Verde, que viabilizaria a eleição da ex-Ministra. Ela e seu grupo de apoiadores entraram nesse partido ditando regras, o que não é comum na prática política (Entrevista 18, 28/11/2013). A relação com partidos políticos se reforça numa orientação de sentido mais instrumental.

5.4. Campanha eleitoral em 2010 – para onde os diferentes convergem

A fim de realizar seus desejos políticos, demandas e estratégias, os diferentes grupos que trabalhavam para promover a ideia de Marina Silva Presidente do Brasil convergiram durante a campanha da candidata. Os grupos principais eram: i) articuladores do Movimento Brasil Sustentável, que reúne principalmente ambientalistas e empresários socioambientalmente responsáveis, a equipe de apoio de Marina, que a acompanha desde sua experiência no Senado, na década de 1990; ii) o Movimento Marina Silva; e iii) políticos progressistas do PV. Conforme posto antes, o primeiro grupo é os marineiros. Há ainda pessoas de outras afiliações institucionais, como intelectuais, políticos do Partido dos Trabalhadores e de outras legendas que se simpatizavam com a ex-Ministra; grupos de ambientalistas que atuavam em ONGs e se envolviam de forma diferenciada em sua campanha, grupos de esquerda e, especialmente, os evangélicos. Os mais atuantes na campanha institucional de Marina Silva são os marineiros, os políticos do PV e o MMS.

Nesse processo, os marineiros que, apesar de não serem um grupo homogêneo, tinham a questão da sustentabilidade como foco. Lembrando a estratégia do Movimento Brasil Sustentável (MBS), eles queriam dar centralidade à agenda socioambiental e suas ações convergiam para esse objetivo. A intenção do PV com a candidatura da Marina era também evidenciar a agenda ambiental, especialmente em seu aspecto econômico, e propor o realinhamento histórico, com a união do que chamam de partidos da social-democracia, PT e PSDB. Para o MMS, o tema da Nova Política, da representação horizontal, do cidadão ativo era o anzol, mas também firmava a preocupação com a sustentabilidade.

Os diferentes interesses na campanha e as distintas institucionalidades presentes se tornaram os pontos de tensão e de atenção para esses diferentes grupos que, nas entrevistas concedidas sobre experiência da campanha eleitoral, focaram nos mesmos problemas: a disputa entre os grupos. É possível ter mais detalhes da experiência do MMS nas eleições de 2010, pela publicação dessa experiência em diferentes mídias, e também do PV, pelo livro publicado por Sirkis (2010) a respeito da campanha eleitoral. Mas os ambientalistas, aqui considerados também como os marineiros, relatam muito pouco sobre a dinâmica da campanha em si. Eles vão direto para os relatos de problemas que encontraram com o PV, para o resultado das eleições e o que resolveram fazer com a visibilidade alcançada. A

narrativa desta seção destaca os conflitos e os objetos em disputa, pois eles produzirão efeitos importantes para justificar a criação da Rede Sustentabilidade anos depois.

Durante a pré-campanha à candidatura de Marina Silva (outubro de 2009 a junho de 2010), foi organizado o Comitê Verde da Pré-campanha, composto por Guilherme Leal (Natura), João Paulo Capobianco (ISA), Alfredo Sirkis (PV), Luciano Zica (ex-PT), Sergio Xavier (PV) e Regina Gonçalves (SP). Sirkis era o coordenador dessa fase, mas se descredenciou formalmente nos primeiros meses de 2010 porque faria sua campanha para deputado federal no Rio de Janeiro e cuidaria das questões da campanha nacional em seu estado, sem poder acompanhar a candidata cotidianamente. Capobianco assumiu a coordenação da campanha nacional e em São Paulo (junho a outubro de 2010) (Sirkis, 2010).

Nesse período, o MMS criou outras estratégias de mobilização que viriam a se tornar ferramentas importantes para a campanha oficial de Marina Silva. Um deles era a estratégia “Eu sou +1”, que mais tarde se transformou no “Seja +1”, promovida pelo comitê de campanha oficial de candidatura. Ela estava calçada na proposta de os eleitores serem +1 a lutar pela sustentabilidade, pela ética na política, por novas formas de representação, enfim, por uma nova forma de fazer política (Entrevista 15, 25/02/2014). Outra contribuição de mobilização oferecida pelo MMS foi as Casas de Marina, que eram pequenos comitês do PV organizados nas casas dos eleitores de Marina Silva. De acordo com reportagem do periódico *O Globo*, 2.500 eleitores organizaram esses pequenos comitês¹¹⁷. Apesar das contribuições para a campanha oficial, o MMS se mantinha autônomo do grupo dos marineiros e do PV (Ibid.; Entrevista 13, 23/10/2013).

Imagem 3: Seja +1 e Casas de Marina

¹¹⁷ Fonte: <http://oglobo.globo.com/brasil/cabos-eleitorais-das-casas-de-marina-fecham-portas-eduardo-campos-13491382>, acessado em 9/11/2015.



Fonte: <http://oglobo.globo.com/brasil/cabos-eleitorais-das-casas-de-marina-fecham-portas-eduardo-campos-13491382>

Conforme as atividades do MMS e seu envolvimento com a candidatura se intensificavam no período de pré-campanha, seus coordenadores perceberam a necessidade de dedicação exclusiva da equipe à campanha e também buscavam maior apoio de recursos do núcleo de campanha de Marina Silva. Os representantes do setor empresarial, com destaque para Guilherme Leal, investiram recursos vultosos para viabilizar a candidatura, bem como empresas como Klabin. Na leitura de um entrevistado, o grupo mais próximo à Marina entendia que era muito complicado fornecer dinheiro de campanha para movimento social. Ainda que eles também fizessem campanha, juridicamente eram movimento social, com formato organizacional bastante informal em comparação com aquele de um verdadeiro comitê eleitoral (Entrevista 39, 13/3/2014).

Para assessor de Marina Silva, o comitê de campanha não podia repassar recursos para o movimento, conforme se tira de sua entrevista:

(...) eles queriam o suporte econômico, as ações e tal e uma integração do comitê. E, para nós, sempre foi uma coisa muito delicada você pegar um movimento da sociedade e enfiar nas regras partidárias do comitê de campanha presidencial formado por um partido. Então,

algumas vezes, houve choque de compreensão. Eu não sei se até hoje o MMS, que depois se dissolveu, elaborou suficientemente sobre isso, mas a posição da Marina, da equipe, de algumas pessoas do comitê, que também era muito múltiplo, era de tentar evitar um cooptação financeira do MMS. Agora, a autonomia também significa autonomia [deles] para captar recursos, para fazer do jeito que fizesse (Entrevista 39, 13/3/2014).

O interessante dessa narrativa é, para os participantes do núcleo da campanha, o MMS era um movimento social que não podia ser adequado às regras partidárias do comitê de campanha presidencial, ao passo que militantes do movimento socioambiental estavam na coordenação do comitê, como Capobianco, e outras pessoas que assessoraram muito de perto esse processo. Não é claro o critério que define que um tipo de movimento pode se ligar ao partido e outro não, talvez seja porque muitos do movimento ambiental se filiaram ao PV em apoio à Marina.

Esse conflito evidencia as distintas institucionalidades dos diferentes grupos que cercavam Marina Silva. Os representantes do movimento ambientalista, que tinham um histórico de relação com a senadora, como Capobianco, Muriel Saragoussi, Tasso Azevedo, Adriana Ramos, Beto Ricardo, Márcio Santilli, articulavam no núcleo técnico da campanha de Marina Silva, uns mais que os outros. Eles eram, junto com representantes do setor empresarial, Guilherme Leal, Ricardo Young, Oded Grajev, a massa crítica que não deixaria Marina Silva ir sozinha para uma campanha, de acordo com o que narrou um participante do Movimento Brasil Sustentável. A esse grupo, também se somavam os fiéis assessores de Marina, Bazileu Margarido, Pedro Ivo, Carlos Vicente e Jane Villas Boas. Havia políticos do Partido Verde, como Sergio Xavier, Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, e intelectuais, como José Eli da Veiga, Eduardo Viola e Eduardo Viveiro de Castro eram consultores do núcleo mais estratégico da campanha.

Mesmo com a negativa de transferência de recursos para a campanha paralela do MMS, houve conversão das ações do Movimento com a campanha oficial. De acordo com um dos membros do MMS, isso ocorreu porque se verificou o potencial estratégico, criativo e mobilizador das ações do movimento e também por que uma boa parte de suas atividades (produção e distribuição de materiais em escala) configuraria crime eleitoral caso não estivesse ajustada na campanha oficial, ou seja, por razões legais (Entrevista 15, 25/2/2014). Coordenadores do Movimento elaboraram uma proposta em que 10 pessoas de sua equipe se integraram profissionalmente à campanha oficial. Dentre eles, havia Cássio Martinho,

profissional da área de comunicação que idealizou a questão de representação em rede, que seria explorado de forma contundente na concepção da legenda Rede Sustentabilidade (Entrevista 2, 27/4/2013; Entrevista13, 23/10/2013).

Um dos participantes do Movimento Brasil Sustentável explicou que esse grupo, do MMS, veio com uma abordagem que não era a que priorizavam: a de discutir o modelo político. Todavia, reconhece que a turma do MMS - que se estrutura de forma horizontal, propõe novos mecanismo de diálogo entre sociedade e Estado e uma nova forma de fazer política - ganhou espaço e a campanha de Marina Silva absorveu esse novo discurso, “tanto que, quando acaba a campanha de 2010, a Marina tinha o discurso da sustentabilidade, que ela sempre teve, e o discurso de uma nova forma de fazer política, que foi muito alimentado por esse Movimento Marina Silva” (Entrevista 2, 27/4/2013). Isso demonstra como a articulação de um movimento social pode definir rumos de estratégia político-eleitoral.

Esta seção reservou espaço para abordar as ações do MMS para evidenciar o quanto elas foram importantes para a campanha de 2010, o quanto as estratégias de um movimento social com novas concepções sobre prática e representação política se tornaram recursos cruciais para maior popularidade de Marina Silva e para ampliar o mote da campanha com o discurso da Nova Política. O primeiro ato da campanha oficial da candidata foi visitar uma Casa de Marina, o que tornou as visitas a essas Casas uma das principais atividades de sua campanha¹¹⁸. O núcleo de coordenação da campanha oficial, coordenado por Capobianco, tinha outras estratégias para esse momento inicial, o que gerou choques internos. Com isso, tornaram-se mais evidentes as rivalidades entre os grupos. De acordo com um dos marineiros,

Algumas coisas que o MMS criou, o comitê gostou muito e resolveu implementar como campanha, como a questão das Casas de Marina (...) e isso só gera um ambiente de ambiguidade se você não tem muita clareza das identidades do comitê de campanha partidária e um movimento da sociedade (...) E também quando eles ofereciam coisas que o comitê se apropriava sem negar a autoria, parecia que eles estavam sendo espoliados em sua criatividade. Então, esse trânsito entre comitê e MMS foi muito delicado, como não poderia deixar de ser nesse contexto de estruturas velhas tentando gerar algo novo. Um comitê partidário tem regras, tem legislação, tem que se ater a normas, tem que evitar as armadilhas das mil ofertas (Entrevista 39, 13/3/2014).

¹¹⁸ Fonte: <http://eduardorombauer.com/2011/01/10/movmarina-fase-5-campanha-julho-a-outubro-de-2010/>, acessado em 9/11/2015.

Na perspectiva de Rombauer, líder do MMS, a campanha tinha três grupos: o MMS, o PV e o pessoal da campanha, o qual se pode ler como o pessoal que vem do Movimento Brasil Sustentável. Neste grupo, tem pessoas do ambientalismo, do empresariado e da assessoria mais próxima a Marina, já especificados acima. Para representantes do MMS, alguns dos ambientalistas, os representantes do PV e pessoas do setor empresarial destratavam ou desconsideravam os jovens do MMS e suas ideias. Elas eram incorporadas porque ou eram reconhecidas em seu valor estratégico ou alguém mais sensível às ações movimentalistas as levavam adiante, como o fez Marina Silva, que dava ouvidos às propostas do MMS, que marcava reuniões com seus representantes e trazia suas propostas para a campanha oficial (Entrevistas 13, 23/10/2013; Entrevista 15, 25/2/2014).

A questão geracional pode ter exercido influência sobre a harmonização entre os diferentes grupos. Políticos ou ativistas antigos se depararam com as formas inovadoras de mobilização dos jovens. As novas concepções sobre política, participação e ação coletiva parecem ter se chocado com as práticas dos mais antigos, que garantiram a condução do processo formal de campanha¹¹⁹. A correlação de forças entre os participantes da campanha foi desequilibrada. Para representante do MMS, eram os ambientalistas e os empresários que tinham poder nessa disputa (Entrevista 15, 25/2/2014).

Todavia, é necessário trazer ao debate que as disputas não se davam apenas com os jovens ativistas. Entrevistados notaram que pessoas do PV tinham críticas a Capobianco ao que se referia à coordenação da campanha. Um deles afirmou que foi um desperdício de recursos (Entrevista 3, 6/8/2014). Outros apelaram para a crítica de que movimento social não sabe fazer campanha nem política eleitoral porque são dinâmicas muito distintas (Entrevista 35, 5/6/2014). Havia também críticas de pessoas do PV ao grupo que era da equipe de Marina desde o Senado e que conseguiram estar na comissão executiva do partido.

Do lado da Marina, você tem uns ex-burocratas do PT que nunca tiveram muito mando dentro do PT e estavam loucos para ter um partido para chamar de seu e queriam entrar no PV com

¹¹⁹ Bringel (2015) chama atenção para questão geracional ser um problema para mobilizações. Pode haver um não reconhecimento das novas formas de mobilização (atributos, visões de mundo, formas de socialização) por ativistas mais experiente e a deslegitimação de sua ação.

aquela mentalidade de que vocês são uns merdas, nós vamos entrar aqui e transformar o partido como dever ser. (...) você tinha essa coisa, a turma da Marina que queria refundar o partido. Eles não são ambientalistas, são um grupo de esquerda vindo do PT e que uns são mais ambientalistas que outros (Entrevista 3, 6/8/2014).

Do outro lado, os ambientalistas tinham muita desconfiança do PV, pois consideravam o partido rachado, com uma ala mais progressista e alinhada com suas ideias e outra, a que estava no comando organizacional do partido, que era conservadora, fisiologista e de orientação bastante hierarquizada (Entrevistas 2, 6, 20, 33). Houve críticas à forma de operacionalizar do MMS, conforme já abordado, mas elas preocupam menos os ambientalistas do que as questões com o PV. Também preocupavam as ações conservadoras do grupo de evangélicos que fizeram campanha paralela para Marina Silva.

Os evangélicos não participavam diretamente das decisões do comitê de campanha ou do partido, mas formavam uma base de apoio importante para a candidata, pois se reconheciam nela enquanto religiosos de uma crença compartilhada. De acordo com um dos apoiadores de Marina Silva:

Tivemos também uma campanha do mundo evangélico, que também é da sociedade, os evangélicos são 45 milhões de pessoas, portanto um contingente de pessoas que deve ter sua concepção respeitada, considerada e não objeto de prescrição (...) É um mundo de uma campanha e uma cosmovisão muito especial, que tinha seus conflitos com as alas da campanha, com as pessoas que lidam com causas culturais, que têm rebatimento de visão moral no mundo evangélico, ou filosófica, teológica (...) mas essa campanha achava que Marina era digna de governar um país sob princípios cristãos (...) (Entrevista 39, 13/3/2014).

Essa era mais uma mobilização em torno de Marina Silva, que enfrentou temas polêmicos durante a campanha, como a questão da legalização do aborto no Brasil, o reconhecimento dos direitos civis de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT), e a liberalização do uso da maconha. Essas pautas eram defendidas pelo PV desde sua origem e eram pontos de constrangimento para a candidata. Marina, saindo pela tangente, posicionou-se pessoalmente contra esses temas, mas liberou o partido para defendê-los (Entrevista 2, 27/4/2013; Entrevista 3, 6/8/2014).

As diferentes filiações institucionais dos diversos grupos seguidores de Marina pareciam condicionar suas formas de agir e isso tinha influência, positiva e negativa, para os diferentes grupos que passaram a trabalhar na campanha eleitoral. A crítica era endereçada a coletividades específicas. Não se nota muitas críticas ao grupo de representantes do setor

empresarial por parte dos ambientalistas nem de pessoas do PV, talvez por sua participação nesta campanha ser mais objetiva no sentido de cumprir funções mais pragmáticas, como manejo dos recursos e estratégias de comunicação.

Eram diferentes coletividades que se sobrepunham nesse processo. Cada um em busca de eficácia política em suas propostas e juntos articulando politicamente para que Marina Silva fosse a representante de suas demandas. Com grupos tão diversos, os conflitos não poderiam estar ausentes. As diferentes institucionalidades, todavia, foram importantes para formar uma candidata que, ao longo da campanha, foi adotando as pautas dos distintos grupos, além de defender a sua própria - a da sustentabilidade.

Na campanha, fortaleceram o discurso da Nova Política junto com aquela proposta de alinhamento histórico do PV, de juntar pessoas do PT e do PSDB, o que Marina Silva chamou de “governar com os melhores”. Para representante do MMS, o discurso da Nova Política se sobrepôs ao de sustentabilidade (Entrevista 15, 25/02/2014). Marina estava preocupada com o estigma da sustentabilidade, uma vez que analistas políticos e jornalistas consideravam que era a única pauta da candidata e que havia uma carência de outras agendas em seus debates. Com isso, ela buscou variar o seu discurso (Entrevista 14, 7/7/2014).

Essa experiência descreve que para uma campanha que surgiu no bojo de um movimento com temática definida, o Movimento Brasil Sustentável, as estratégias de ação do Movimento Marina Silva e sua plataforma ganharam peso relevante. Talvez por que a pauta que defendiam tivesse mais aderência social do que a da sustentabilidade. Um marco importante para análise é, na carta que Marina Silva enviou à presidência do PT comunicando sua desfiliação do partido, em 2009, não havia nenhuma menção à necessidade de se pensar um novo modelo de representação política. Sua abordagem é apenas a da sustentabilidade. Conforme será demonstrado no próximo capítulo, após as eleições de 2010, a ambientalista assume de vez a proposta da Nova Política, ampliando o seu discurso. Dessa forma, na campanha, junto com o tema da sustentabilidade, outra pauta também ganhou destaque e houve a agregação de diferentes coletividades, com distintas institucionalidades.

Sobre a importância das instituições, Ann Mische alerta para o papel que elas têm ao definir as práticas discursivas e de ação dos indivíduos. Em sua leitura, os indivíduos agem em grupos organizados e muitos pertencem a múltiplos grupos, simultaneamente. Essas

coletividades ensejam práticas culturais distintas que identificam os membros, ajudam-no a construir relações, estabelecer fronteiras com grupos externos e a dar significado e orientação às ações (2001, p. 38).

A coletividade, representada por pessoas de institucionalidades diversas, que se organizou em torno da campanha eleitoral de Marina Silva tentou adotar um discurso similar para fora de seus limites, para a sociedade, para a imprensa e para o mundo político. Nisso, eles construíram uma identidade de reconhecimento para fora de seu grupo. Entretanto, ao conversar com representantes dessa coletividade e reportar suas experiências em conjunto, percebemos concepções da ordem social, política e econômica muito distintas, que são aproximadas apenas pela ideia de desenvolvimento sustentável. Nesse quesito, alguma narrativa comum pode ser encontrada entre eles.

5.4.1. Resultado das Eleições

O resultado das eleições de 2010 foi surpreendente. Era a primeira vez que uma mulher fora eleita para o posto de Presidente da República e ainda sem nunca ter ocupado qualquer cargo eleitoral, o que a diferenciava de muitos outros Presidentes da República. Os três primeiros lugares na corrida presidencial foram ocupados por duas mulheres e um homem, e, nessas eleições, discutiu-se o possível surgimento de uma nova clivagem política ou de um voto pós-material no Brasil (Limongi e Cortez, 2010). Trata-se dos quase 20 milhões de votos que o discurso da Nova Política e o de defesa da sustentabilidade canalizou para a candidata Marina Silva, que finalizou esse processo em terceiro lugar. O segundo turno, como de praxe, seria novamente disputado pelo PT e pelo PSDB¹²⁰.

À época, analistas políticos argumentavam que Marina Silva havia levado a disputa eleitoral para o segundo turno. A expectativa do Partido dos Trabalhadores era vencer o pleito em primeiro turno, mas a entrada de um novo ator político nessa disputa reforçou o que Mair (1997) observou há mais quase duas décadas: mudanças na estrutura de competição contribuem para desestabilizar o sistema partidário. A candidatura de Marina Silva pelo PV

¹²⁰ Desde a democratização até 2010, ocorreram seis eleições. O PT e PSDB participaram de todas elas e chegaram a termos em cinco delas (Limongi e Cortez, 2010). Nas eleições de 2014, esse padrão se repetiu.

parecia ter causado algum desequilíbrio para o sistema partidário em termos de disputa presidencial.

O posicionamento da ambientalista nessa disputa era inesperado para seu grupo, para atores políticos e da sociedade e para analistas que não deixavam de expor a surpresa do terceiro lugar (Limongi e Cortez, 2010; Nicolau, 2014). Para os representantes do Movimento Brasil Sustentável, que no primeiro seminário para discutir as estratégias do movimento, em 2008, cogitou a candidatura de Marina Silva à Presidência da República como forma de chamar a atenção da população para a causa socioambiental, esse resultado era muito mais do que esperavam (Entrevista 2; 6; 9; 39). De fato, nenhuma campanha de sociedade civil teria tamanha força ou influência como uma campanha eleitoral.

Para além de valorizar o tema da sustentabilidade ao longo da campanha presidencial, Marina Silva influenciou também a campanha dos outros candidatos que eram obrigados a destacar essa agenda em seus programas de governo, só pela presença da ambientalista na disputa. O terceiro lugar nas eleições contribuiu para qualificar as discussões no segundo turno entre os presidenciáveis José Serra e Dilma Rousseff. Ao brigarem pelo apoio do PV e de Marina Silva, os dois assumiram compromissos políticos ambientais para atrair a confiança de ambos (Sirkis, 2010; Entrevista 35, 5/6/2014).

Para Marina Silva, a base para concessão de apoio seria o acordo programático que o PT e/ou PSDB fariam com o PV. Este estabeleceu 10 pontos, subdivididos em 42 subitens, para debate de programa no segundo turno. Em entrevista, Marina afirmou que seria o debate entre propostas que definiria o apoio no segundo turno e não a oferta de cargos públicos para o PV:

Um processo complexo como esse não é puramente declaratório. É uma dinâmica que vai se estabelecendo a partir de agora. Fizemos algo respeitoso com a democracia. Estabelecemos um processo. A primeira fase foi ouvir diferentes segmentos da sociedade civil, numa reunião com cerca de 70 pessoas, o outro foi a reunião que tivemos hoje com a coordenação nacional da campanha e do partido. (...) Terminamos agora e temos aqui um documento que, como havíamos dito, seria a base programática para discussão com as candidaturas que foram para o segundo turno, bem como a exposição da plataforma para o conjunto da sociedade¹²¹.

¹²¹ Fonte: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/marina-divulga-dez-temas-para-debate-de-programas-no-2-turno.html> acessado em 9/11/2015.

Alfredo Sirkis, deputado federal eleito pelo PV/RJ nessas eleições, apoiou as afirmações da ambientalista sobre a aliança programática e reforçou que "não é que todo mundo no PV necessariamente tem essa visão, mas de fato ela é hegemônica na direção do PV"¹²². O PV apoiou Dilma Rousseff (PT) e Marina se manteve independente no segundo turno das eleições presidenciais de 2010.

É interessante observar que, ao serem questionados sobre a experiência de participar de uma campanha eleitoral, os ambientalistas dizem muito pouco sobre a campanha em si, eles focam nos problemas que tiveram com o PV e em como o objetivo que deu o pontapé em toda essa mobilização havia sido realizado: impulsionar a agenda ambiental em nível nacional. Já os políticos do PV entrevistados pautam os problemas de administração de recursos, de moderar os conflitos existentes entre a ala mais conservadora do partido e os novos atores que ingressavam no partido trazidos pela candidatura de Marina e o esforço de abrir os 20 milhões de votos que receberam, compreendendo o perfil dos eleitores¹²³. Eles destacam muito a aliança com o empresariado que viabilizou todo o processo de campanha. Colocam a popularidade da Marina e os recursos angariados como elementos diferenciais das campanhas passadas coordenadas pela sigla.

5.5. Pós-eleições

O sucesso de Marina Silva nas eleições não foi transferido para o partido, que conseguiu eleger apenas 14 deputados federais para a Câmara dos Deputados, em apenas 8 estados brasileiros. Nas eleições de 2006, o partido elegera 13 Deputados Federais, a diferença foi apenas de uma pessoa - nessas eleições, o partido não havia apresentado nenhum candidato à Presidência da República e apoiou a candidatura de Cristovam Buarque (PTB)¹²⁴. Não elegeram Governadores nem Senadores Federais em 2010. Nem mesmo ambientalistas ligados a Marina Silva, que se candidataram a diferentes cargos nessas eleições, conseguiram se eleger. Os votos da ativista não estavam, portanto, relacionados com o partido, mas com

¹²² Ibid.

¹²³ É considerado que houve três tipos de voto: da classe média iluminista, os jovens das redes sociais e o eleitorado dos pobres e evangélicos (Entrevista 3, 6/8/2014)

¹²⁴ Fonte: <http://bancadaverde.org.br/historico/>, acessado em 9/11/2015.

a sua pessoa¹²⁵. Entrevistado afirmou que esse seria um argumento para que o presidente do PV, José Luiz Penna, não cumprisse acordos de renovação programática e organizacional feitos com a ambientalista e sua equipe, como requisito para que se filiassem ao partido (Entrevista 6, 8/4/2015).

De acordo com Marina Silva, em entrevista concedida ao Programa Roda Viva, em fevereiro de 2013¹²⁶, o PV não fez a reestruturação para se democratizar e era muito incoerente falar sobre lideranças multicêntricas, partido em rede, democracia em que as pessoas não são expectadoras e permanecer em um partido que sequer elege seus dirigentes – eles são nomeados e podem ser substituídos a qualquer momento. A ambientalista informou que houve um esforço grande do Sirkis, do Gabeira, do Sérgio Xavier, da base do partido, mas a burocracia do PV não permitiu fazer a renovação por receio de perda de poder.

Um dos assessores de Marina relatou que, após as eleições, esperaram um movimento do partido para fazer a reestruturação interna, conforme o combinado. Isso não aconteceu e descobriram que a Executiva Nacional, na pessoa de José Luiz Penna, estava realizando reuniões com os presidentes das regionais do PV, nas quais ele fazia críticas à Marina no sentido de que ela não agregou nada ao partido (Entrevista 6, 8/4/2015). Outro problema identificado pela equipe da ex-Ministra foi que o Penna começou a negociar apoio ao então novo partido do direitista Gilberto Kassab, o Partido Social Democrático (PSD), criado formalmente em setembro de 2011. O PV havia participado da gestão de Kassab, na prefeitura de São Paulo, ocupando a Secretaria de Meio Ambiente, e as relações que tinham com o ex-Prefeito eram mais profundas do que imaginavam. Nessa parceria, não havia espaço para Marina, conforme narra o entrevistado:

Foi aí que começou o processo de saída da Marina do PV. Ela falou que se pela via da discussão, nas instâncias do partido, já que não se convoca reunião da executiva – e nunca se convocou depois disso – mas se articula os caminhos sem que isso seja discutido, debatido, eu também vou discutir publicamente os caminhos do PV. Se as instâncias internas estão

¹²⁵ Alguns desses ambientalistas se candidataram a cargos proporcionais pelo Partido Verde: Sérgio Guimarães, do Instituto Centro e Vida (ICV), foi candidato a deputado federal pelo Mato Grosso e coordenou a campanha de Marina naquele estado. Miriam Prochnow, da Fundação Apremavi, foi candidata ao mesmo cargo pelo estado de Santa Catarina e também coordenou a campanha de Marina por lá. André Lima, que era funcionário do ISA, foi candidato a deputado federal pelo Distrito Federal. Fábio Feldmann, que não é tão vinculado à Marina Silva, mas a apoiava nessas eleições, candidatou-se ao cargo de governador de São Paulo e não conseguiu eleição.

¹²⁶ Op. Cit.

obstruídas, vamos a público discutir isso. E aí começou aquele processo que a gente chamou de transição democrática, que a gente fazia reuniões públicas para discutir a estrutura do PV (Entrevista 6, 8/4/2015).

O movimento transição democrática não vingou e, em junho de 2011, Marina Silva anunciou sua saída do PV. Um grupo defendeu a criação de um novo partido naquela ocasião, mas Marina e outras pessoas de sua equipe ponderaram que era necessário um tempo de maturação. Era necessária maturação dos projetos, das propostas para que o partido fosse algo verdadeiramente novo. Se surgisse naquele momento, seria assimilado como uma dissidência do PV e não como uma nova proposta. Em vez de lançar um novo partido, lançaram o Movimento Nova Política, que será abordado no próximo capítulo.

A experiência na arena legislativa, na arena governamental e, agora, na arena eleitoral com partidos políticos foi importante para os marineiros articularem um movimento mais político. Após o longo percurso de caminhada com o PT, a união de interesses com o PV e a constatação de que partido político se guia pelo mercado eleitoral, muito mais do que por aliança programática, como queriam os marineiros, eles partiram para fundar seu próprio partido.

5.6. Achados

O problema levantado neste capítulo foi: porque ambientalistas decidiram participar diretamente das eleições de 2010, apoiando Marina Silva ou, eles mesmos, sendo candidatos a cargos nos poderes Legislativo e Executivo? Os argumentos defendidos foram: i) o conflito com o PT e o embate de projetos entre ambientalistas e o núcleo do governo influenciaram atores da sociedade civil a buscarem novas formas de representar a agenda ambiental no sistema político; ii) a trajetória política de Marina Silva e seu papel de liderança partidária foi determinante para que os ambientalistas optassem pela estratégia eleitoral; iii) a experiência profissional que os ambientalistas tiveram no MMA lhes deu confiança para se dedicarem à aventura de buscar atuar definitivamente por dentro do sistema político e não apenas na sociedade.

As ações do grupo de ambientalistas demonstram capacidade de agência, de mudar rumos, de influenciar o contexto sociopolítico e de se adaptar às suas exigências,

transformando seus projetos e suas estratégias numa dinâmica entre agência e estrutura. Para Emirbayer e Mische (1998, p. 962), agência é um processo de engajamento social, situado no fluxo do tempo, informado pelo passado (em seu aspecto “interacional” ou habitual), mas orientado para o futuro (como uma capacidade “projetiva” para imaginar alternativas possíveis) e o presente (como capacidade “prática avaliativa” de contextualizar hábitos passados e projetos futuros com as contingências do momento). Dessa forma, os agentes sociais se conectam a diferentes experiências, passadas e presentes, para formularem suas ações, projetando o futuro que desejam. Eles são informados por essas experiências e, de forma inventiva, projetam novas ações.

As escolhas feitas pelo Partido dos Trabalhadores no governo foram orientadas pela estratégia de sobrevivência no poder, conforme demonstrado nos dois capítulos anteriores, e isso confrontava a agenda ambiental que Marina Silva e sua equipe de apoiadores desejavam implementar. A identificação dos ambientalistas com a legenda foi se quebrando ao longo dos anos até ser rompida por completo em nome da viabilização, por outras vias, do seu projeto de continuar influenciando o sistema político desde dentro. O embate entre o desenvolvimentismo do PT e o desenvolvimento sustentável dos ambientalistas também asseverava as divergências.

A linha política liderada por Marina no PT perdeu fôlego dentro do partido. Abria-se, com isso, um abismo na representação política da causa ambiental. Tornava-se cada vez mais difícil para a ex-Ministra respirar e ela procurou novos ares. Sua sinalização de não mais atuar na política e migrar para a sociedade civil foi interceptada pela intenção de grupos, de distintas institucionalidades, que a queriam como representante política de suas causas. Ela era associada à vida político-partidária. Marina Silva construiu um papel de liderança para além das suas relações cotidianas com os ambientalistas e se tornou o norte político para uma assembleia diversificada de atores. Ela rompeu definitivamente com o partido ao qual foi filiada por quase 30 anos e se vinculou ao Partido Verde para viabilizar o projeto dos ambientalistas e os anseios de empresários preocupados com questões de justiça social e sustentabilidade, de jovens militantes de uma cultura da paz, da horizontalização e ampliação da participação política, dentre outros. Estrategicamente, os anseios desse grupo casaram com aqueles do Partido Verde, ávido por conseguir votos e por eleger candidatos Brasil afora, senão a nova Presidenta do Brasil.

Marina era a pessoa mais próxima aos ambientalistas que poderia mobilizar multidões, levar uma campanha eleitoral de forma a alterar a programação dos tradicionais partidos políticos que sempre assumiam o pódio das eleições presidenciais no Brasil. Ela, de certa forma, alcançou o projeto dos ambientalistas na arena eleitoral, que era o de influenciar o sistema político, dessa vez, trazendo centralidade política para a questão ambiental e chamando atenção da população para esse tema. Isso reforçava seu vínculo de identidade e de liderança com os ambientalistas. A candidatura de Marina Silva obrigou os outros candidatos a serem mais cuidadosos com essa pauta em seus programas e propostas. Durante o segundo turno, PT e PSDB disputaram o apoio da ex-Ministra, que afirmou dar seu apoio apenas àquele partido que seguisse a orientação programática que estabelecera com o PV. Eles tiveram que negociar apoios e agendas. Com a candidatura de Marina pelo PV, ambientalistas saíram da estrutura que compõe o partido informal do PT para fazerem parte do partido formal do PV. Eles tiveram que reformular suas estratégias, repertórios e identidades para adotarem uma nova frente de ação coletiva.

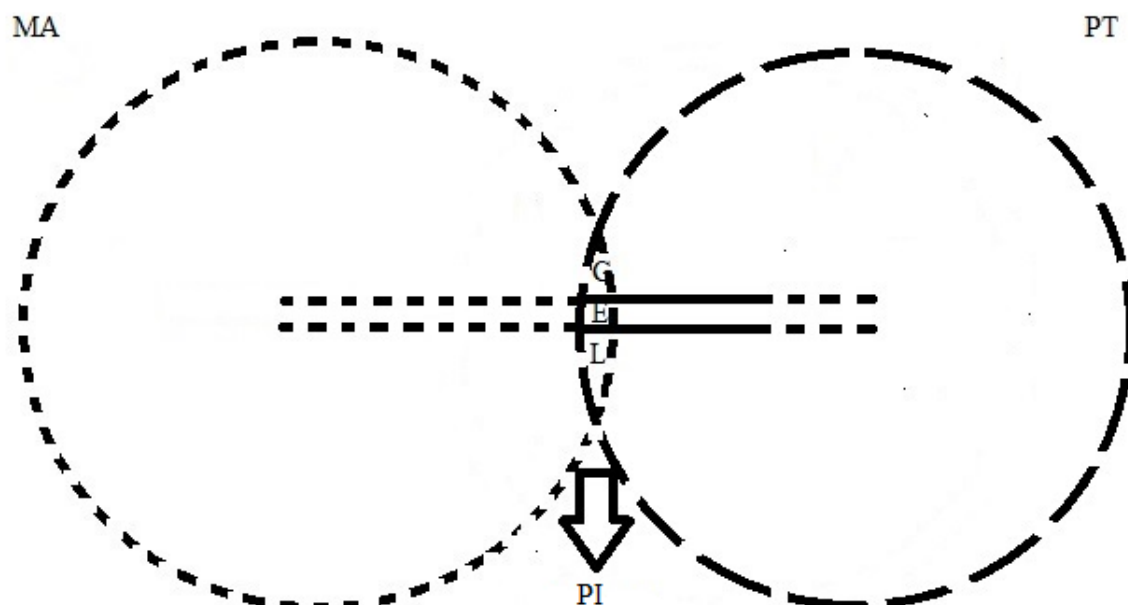
Uma vez que os ambientalistas, junto com Marina, enfrentaram diferentes embates políticos, com apoio de parte da sociedade, enquanto atuavam na arena governamental, eles conheceram e se capacitaram sobre o funcionamento das instituições políticas. Eles atuaram no campo político, aprimoraram o seu capital político – ainda que esse parecesse fraco comparado com os atores “poderosos” do sistema político – e isso lhes possibilitou melhor compreensão sobre a luta a ser travada, que passava pelo meio institucional. Isso reafirmava seu projeto de influenciar as instituições públicas desde dentro.

Neste capítulo, também analisamos o processo de constituição de liderança de Marina Silva com diferentes grupos, construindo diferentes tipos de liderança. Ela desenvolveu um papel central ao promover o encontro desses grupos, conectando atores que agiam separados. O processo eleitoral foi fundamental para consolidar o seu papel de líder política e social e de *broker*.

Fazendo a representação no mapa do terreno de ação, temos duas situações: uma se refere à relação do movimento ambientalista com o PT; a outra é em relação ao PV. Na primeira, a sobreposição entre movimento e partido vai se estreitando de forma contundente, deixando espaço para uma pequena articulação na arena legislativa, na defesa de projetos de

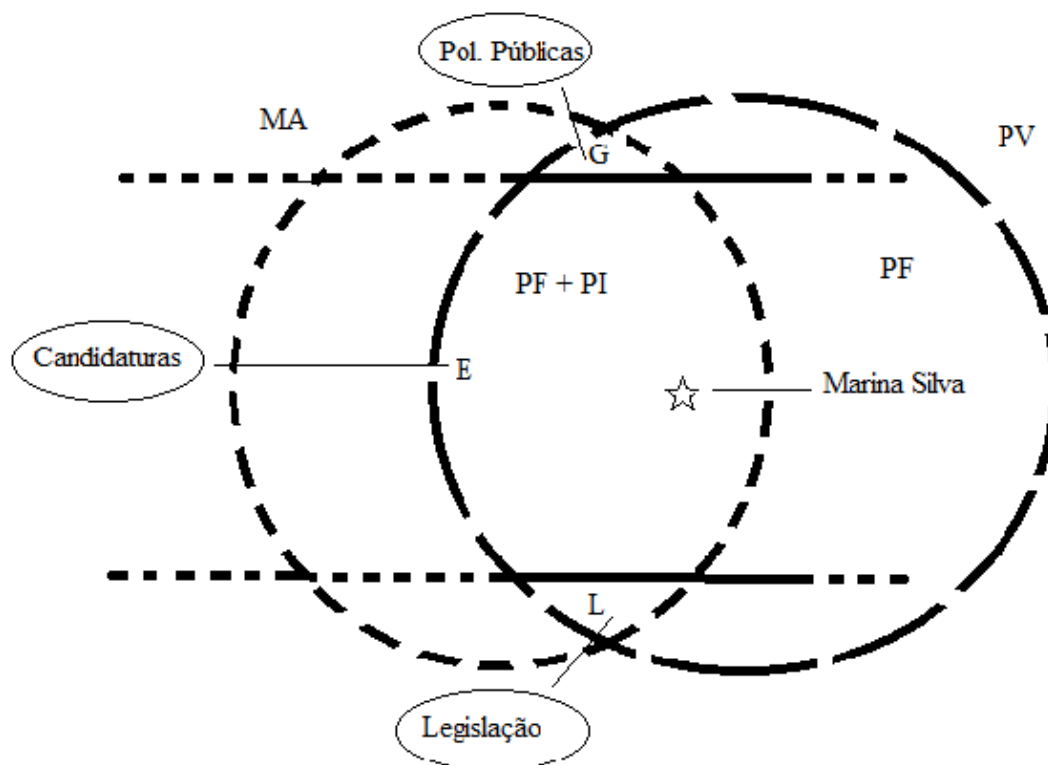
lei ou propostas correntes no Congresso Nacional. Mas, esse espaço também estava mais fechado que antes. Há também uma pequena sobreposição na arena governamental, ao que se refere à participação nos conselhos e instituições participativas. A arena eleitoral é quase desfeita, pois não há apoio desse grupo de ambientalistas ao PT. À esquerda, o círculo corresponde ao movimento ambientalista, e o círculo à direita é o Partido dos Trabalhadores. Marina Silva não se localiza mais na sobreposição desses círculos, em nenhuma das arenas, não há defesa de projetos dos ambientalistas nem identidade com essa sobreposição. O partido informal, que no mapa apresentamos como a sobreposição dos círculos que representam o movimento ambiental com o PT, neste caso, foi minguando. Provavelmente, numa sobreposição do PT com grupos de interesse da área de infraestrutura, a sobreposição do partido informal será bem maior do que a sobreposição com o movimento ambiental. Lembramos que quando falamos de movimento ambiental, estamos abordando o grupo de atores do movimento, analisado nesta tese, que interage de forma mais constante com o partido político.

Diagrama 6: Mapa do terreno de ação na arena eleitoral - movimento ambientalista e PT



Na segunda situação, parte do movimento ambientalista migra para o PV, fazendo parte da sua estrutura formal, a Executiva Nacional do partido, para viabilizar o projeto eleitoral. A arena eleitoral se destaca no modelo, sendo responsável por quase toda sobreposição entre movimento e partido. Há parlamentares do PV na arena legislativa que podem articular com os ambientalistas e também possíveis representantes do partido na arena governamental. Parte do partido formal - com a presença dos marineiros, ambientalistas e Marina Silva em sua estrutura - se transforma em partido informal, pois o novo grupo de Marina Silva, que chega compondo a Executiva Nacional do PV, tem fortes laços com o movimento ambiental e abre a estrutura formal do partido para maior interação com o movimento. O lugar de sobreposição entre movimento ambiental e PV se dá na arena eleitoral, e em vez de acontecer apenas na estrutura do partido informal, conforme as interações ocorridas nas outras representações do mapa nesta tese, ela ocorre na estrutura formal e informal do partido. Visto que o movimento ambiental adentra a estrutura partidária, a influência das arenas governamental, eleitoral e legislativa é imperativa, demonstrada pelas linhas contínuas que dividem essas arenas. Quando o movimento estava na sociedade, a influência dessas arenas existia, mas era representada por uma linha pontilhada para significar que os atores sociais tinham maior controle sobre as formas de interagir com essas arenas. Vejamos a representação:

Diagrama 7: Mapa do terreno de ação na arena eleitoral – movimento ambiental e PV



O projeto dos ambientalistas nesse momento era dar centralidade política à agenda ambiental, e a estratégia que encontraram para promoverem seu projeto foi apoiar a candidatura de Marina Silva à Presidência da República e também, eles mesmos, serem candidatos a cargos nos poderes Executivo e Legislativo, sendo ativos na arena eleitoral. Líder e liderados estavam num mesmo espaço político, conciliando as diferentes institucionalidades que se organizaram em torno de Marina Silva e atualizando projetos. Inicialmente, o projeto eleitoral do movimento ambiental e do PV era compatível, o que permitiu fazer a representação da interação entre movimento e partido no mapa do terreno de ação, com forte sobreposição na arena eleitoral. Mas, quando o PV se voltou para elementos de estratégia partidária, conciliando-se com sua identidade partidária, os ambientalistas e Marina Silva não aceitaram. Mais uma vez, eles demonstraram que o projeto do movimento, ainda que atualizado em sua identidade e estratégia, é mais forte que o projeto partidário, junto com suas identidades e estratégias. Assim, os marineiros abandonaram o PV e buscaram um novo rumo.

6. Tecendo a Rede

6.1. Introdução

A literatura interessada em examinar a aproximação entre movimentos sociais e partidos políticos revela uma ligação estreita entre essas organizações e destaca o papel mediador exercido pelos partidos políticos nas interações que os movimentos constroem com o sistema político e partidário. É defendido que, desde o surgimento dos partidos modernos, no século XIX, tronou-se consenso que partidos políticos se desenvolvem de movimentos sociais ou em associação com eles, especialmente em lugares onde os partidos existentes perderam apoio político, situações de crise de representação ou do sistema partidário (Glenn, 2003; van Cott, 2005). Na prática interativa entre movimentos e partidos, os primeiros podem moldar a competição eleitoral e as políticas partidárias e criarem novos partidos políticos. Ao seu turno, os partidos políticos e as eleições igualmente influenciam as oportunidades de ação coletiva dos movimentos (Goldstone, 2003). A formação de um novo partido político é o tema deste capítulo.

O surgimento de um novo partido político, para Hug (2001), é resultado da interação entre partidos existentes e grupos que consideram formar um novo partido. O processo de sua formação, na leitura do autor, está inserido numa arena específica – a eleitoral – e segue uma lógica subjacente definida por restrições, aspectos estratégicos e interações que são comuns em todas as classes de novos partidos. Portanto, mesmo um partido que surja da organização de movimentos sociais está inerentemente vinculado à lógica eleitoral.

Para tratar dos partidos políticos formados por mobilizações de movimentos sociais, Kitschelt (2006, p. 280) apresentou o conceito de partido de movimento (*movement party*), que é coalizões de ativistas políticos que emanam dos movimentos sociais e tentam aplicar práticas organizacionais e estratégicas de movimentos sociais na arena da competição eleitoral. O partido de movimento, na opinião do autor, não é um partido puro, pois os empreendedores políticos do partido de movimento mudam para o espaço institucional da competição eleitoral partidária sem fazer os investimentos necessários para vencer os problemas funcionais de ação coletiva e escolha social que se impõem aos políticos

partidários nem os investimentos institucionais adequados para migrar para as arenas legislativa, governamental e eleitoral¹²⁷. Caso o projeto do partido de movimento seja ser competitivo na arena eleitoral, ele necessita de uma organização como a de um partido puro, com estratégias voltadas para a competição eleitoral e o alcance do poder político. Suas características de movimento serão sobrepostas pelas características próprias dos partidos políticos (Kitschelt, 2006, p. 279).

O resultado da interação entre partido político e movimento social em torno da candidatura de Marina Silva nas eleições de 2010 se apresentou como uma difícil experiência ao que concerne à viabilidade dos marineiros de atuarem num partido político. Tal experiência os fez refletir se a melhor alternativa para viabilizar suas propostas não seria a formação, por eles mesmos, de um novo partido político. Eles amadureceram a ideia e apresentaram, em fevereiro de 2013, a Rede Sustentabilidade, um partido que agrupa práticas de movimentos sociais.

Nosso objetivo é demonstrar os passos dos marineiros e de sua líder, que agrega diferentes coletividades em seu entorno, para formação da Rede Sustentabilidade. A questão que se coloca é: como foi o processo de formação da Rede Sustentabilidade após a experiência das eleições de 2010? Argumentamos que nesse processo: i) o projeto ambiental defendido por Marina e marineiros foi transformado em conteúdo e estratégia e deixou de representar as estratégias, identidades e projetos da amplitude dos ambientalistas que interagem com o sistema político; e ii) a liderança de Marina Silva perdeu força e importância.

O projeto dos ambientalistas e do coletivo de pessoas que passaram a compor o grupo dos marineiros se transformou em algo maior do que buscar centralidade política para a agenda ambiental e passou a tratar de aspectos da sustentabilidade política. A intenção continuava a ser a de influenciar o sistema político desde dentro, mas, agora, a estratégia era tomar o poder com suas próprias ferramentas. Essa estratégia descaracterizava o projeto

¹²⁷ Para Kitschelt, os modos de articulação de interesse é o que diferencia grupos de interesse e movimentos sociais de partidos políticos puros. Caso os primeiros grupos queiram se tornar partidos políticos, eles terão de fazer investimentos funcionais, que estão relacionados com solucionar problemas de ação coletiva e de escolha social, e institucionais, isto é, investir para participar das arenas políticas institucionais nas quais participam partidos políticos formais: legislativa, governamental e eleitoral.

daqueles ambientalistas que, da sociedade, apoiavam aos marineiros e suas ações. A Rede Sustentabilidade e o discurso da Nova Política se mostrava mais como um equívoco do que como uma aposta para eles.

Para recapitular, os marineiros são aqueles que trabalharam com Marina Silva no MMA e seguiram articulando com a ex-Ministra o projeto de influenciar a agenda política ambiental desde dentro do sistema político. São eles João Paulo Capobianco, André Lima, Bazileu Margarido Neto, Carlos Vicente, Luciano Zica, Jane Vilas Boas, Muriel Saragoussi, Pedro Ivo Batista e Tasso Azevedo. Além desses, havia pessoas de referência do movimento socioambiental brasileiro, como Adriana Ramos, do ISA, e Miriam Prochnow, da APREMAVI, e outros atores mais dispersos na sociedade que também compunham o espectro dos marineiros. Havia ainda um grupo de empresários e de jovens que vinham do Movimento Marina Silva que apoiavam as ações da ex-Ministra, mas esses não são chamados de marineiros.

Este capítulo, que encerra a tese, acompanha a articulação dos marineiros e ambientalistas até 5 de outubro de 2013, data em que Marina Silva e seu grupo se filiaram ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o projeto de institucionalização da Rede Sustentabilidade é adiado. Ele está dividido em 5 partes. Na sequência desta introdução, apresentamos o Movimento Nova Política, sua formação e razão de ser. Na terceira parte, trazemos detalhes e análise sobre a formação da organização partidária Rede Sustentabilidade, seguida pelos dilemas que surgem entre ambientalistas e a aposta na estratégia partidária de articulação do projeto da sociedade civil. Por fim, observamos que a Rede Sustentabilidade não representa a amplitude dos ambientalistas e a liderança de Marina Silva nesse processo é questionada.

6.2. Movimento Nova Política

A partir do que analisamos no capítulo anterior, os diferentes tipos de mobilizações alcunhadas pela palavra Movimento, como o Movimento Brasil Sustentável (MBS) e Movimento Marina Silva (MMS), foram suspensas com ou após as eleições de 2010. A

organização do MBS, por exemplo, assumiu um novo propósito que incorporava preocupações sobre democracia política, conforme entrevistado narrou:

Aquele movimento que era o Movimento Brasil Sustentável, centrado na questão da sustentabilidade, se amplia e ganha um componente muito forte da democracia política. Ele se torna, não se transforma – porque não é exatamente a mesma coisa. A gente vinha de um processo de eleição, de conversa com outros setores da sociedade, de adensamento, e aí ressurge com essa nova perspectiva de agregar fortemente a questão política com o Movimento Nova Política (...) é a nova política com questões de politização, com um ambiente já ampliado com setores que não têm sua identificação imediata unicamente com a questão da sustentabilidade. Tem esse componente político maior (Entrevista 6, 8/4/2015).

A mudança de perspectiva do MBS para o Movimento Nova Política (MNP) demonstra a atualização das estratégias dos ambientalistas às novas oportunidades políticas para realização do projeto de levar a agenda sustentável para dentro das instituições políticas. A partir das experiências que viveram nas eleições de 2010, junto com as contingências e oportunidades do contexto político, foi necessário ampliar o projeto político que iniciou apenas com a intenção de mobilizar o Brasil numa campanha cujo elemento central fosse a sustentabilidade. Trata-se também de assimilar as novas institucionalidades que agregaram em seu percurso.

O MMS e suas ideias sobre a nova política influenciaram profundamente o *modus operandi* e o repertório da coletividade que se organizou em torno de Marina Silva naquela campanha. Agora, a mobilização trata da sustentabilidade da política, diz respeito a uma forma diferenciada de se fazer política que incorpore também, em seu DNA, a sustentabilidade socioambiental. O que o MMS propôs se transformou em ordem primeira dos marineiros engajados na vida política. Isso não quer dizer que a questão da sustentabilidade perdeu potência, ainda porque Marina Silva é inevitável e diretamente associada a ela, mas buscaram assimilar questões de sustentabilidade à ética política. A concepção da nova política, que surge a partir da reflexão de jovens ativistas que trabalham e refletem sobre formas inovadoras de participação política, entra na boca e nos programas dos marineiros como um discurso novo e, de certa forma, parece ser vazio de conteúdo, pois não era do repertório deles questionar a ordem política.

Para representante do MMS, a necessidade de se criar uma nova forma de fazer política está relacionada com os efeitos perversos dos modelos atuais de representação

política, que são muito excludentes e hierarquizados. Era necessário pensar a representação política num formato horizontal, que incluísse o cidadão, o ativista na prática política formal, nos moldes do que propunha o Movimento dos Indignados, na Espanha. Em sua leitura, essa ideia forte e importante foi transformada em um discurso vazio que acabou se tornando um mote de campanha que, para ele, tinha mais apelo político do que o discurso da sustentabilidade (Entrevista 15, 25/2/2014).

O questionamento das formas tradicionais de se fazer política e a crise de representação é muito marcada e localizada nas mobilizações e protestos desencadeados por jovens e estudantes mundo afora. Bringel (2015) e Schavelzon (2015) explicam como, na Espanha, o descontentamento com a democracia no país e as crises política e econômica levaram ativistas, muito mobilizados por jovens, às ruas a batalharem por mudanças do modelo político vigente, o que culminou em transformação dos repertórios dos movimentos sociais e também gerou inovações para o sistema político (Bringel, 2015). Von Bülow e Bidegain (2015) registram manifestações de estudantes no Chile contra as reformas no sistema estudantil e contra outras questões políticas que resultam numa reformulação da relação entre movimento estudantil e os partidos políticos. Em alguns países, como na Grécia e em outros do mundo árabe, experiências de protesto ratificaram o poder e a novidade dos jovens ativistas¹²⁸. No Brasil, essa maré mundial alcançou mentes e corações juvenis e sensibilizou ativistas mais experientes que procuraram assimilar a novidade. O Movimento Nova Política (MNP) apareceu como um reflexo desse processo. O líder do MNP no Brasil, Eduardo Rombauer, havia passado um período na Espanha, acompanhando e absorvendo as transformações políticas que as mobilizações sociais estavam produzindo no país. A Espanha se tornava, assim, uma referência para brasileiros em termos de mobilização política. O MNP foi o embrião da Rede Sustentabilidade, merece uma discussão apropriada.

O MNP foi idealizado e capitaneado por Rombauer e um grupo de ativistas com o qual militava e realizava diferentes trabalhos de mediação política entre sociedade e instituições públicas. Sua proposta é lançar ideias para que a sociedade se aproprie delas, promover debates sobre participação política e criar uma cultura participativa. Ainda que o assunto da Nova Política tenha sido algo que se popularizou na campanha de Marina Silva,

¹²⁸ Como as intensas manifestações contra as políticas de austeridade e a formação do partido popular Syriza e a Primavera Árabe que destituiu chefes de Estado autoritários.

em 2010, Rombauer fazia um trabalho de peso com a sociedade para que essa proposta tivesse legitimidade e se assentasse no poder popular. Dessa forma, o MNP tem uma vertente na sociedade e outra que se endereça à articulação política em torno da líder Marina Silva.

Em reportagem para o site *Página 22*, um dos veículos das propostas do MNP, Borges (2011) informou que o principal objetivo do MNP é debater novas formas de participação e representação política com a ideia de influenciar os partidos políticos e ampliar o contato desses com os cidadãos apartidários. Na sua leitura, os pontos em comum entre os membros que compõem o movimento são a sustentabilidade, a busca de ética na política, a aproximação entre sociedade e parlamentares e a deliberação horizontal. Para membro do movimento e ex-liderança do Partido Verde, pensar em como se organizar de maneira horizontal, com o mínimo de hierarquia, é uma das principais dificuldades que enfrentam¹²⁹. O movimento reuniu intelectuais, cidadãos apartidários, jovens militantes, alguns políticos e, principalmente, os marineiros. Seus membros se auto definem como sonháticos.

Borges (2011) informou ainda que ele surgiu de uma percepção, manifesta principalmente nas redes sociais e em ações de protesto em diferentes partes do Brasil, de insatisfação geral com a corrupção na política, com a falta de ética dos políticos e com o problema da representação, uma vez que enxergam ser “crescente o sentimento, de parte dos cidadãos, de que os políticos não os representam”. De acordo com a reportagem, os grupos que manifestam insatisfação com a política são muito pulverizados e de difícil identificação, portanto, o MNP se organizou para congregar os grupos, organizar as reivindicações e catalisar o processo de renovação política, ao menos ao que se refere à conscientização e mudança de cultura política.

Marina Silva se tornou a líder política desse movimento e conduziu o processo de discussão sobre formas alternativas de fazer política. Essa liderança se construiu muito em função da campanha eleitoral, em 2010, quando integrantes do MMS entregou em suas mãos a responsabilidade de representá-los e também essa pauta política tão atual e conectada com os protestos que se propagavam em diferentes partes do globo. Os marineiros, dessa forma, faziam parte também do núcleo de discussão sobre uma Nova Política.

¹²⁹ Fonte: <http://www.pagina22.com.br/2011/12/09/antes-e-depois/>, acessado em 10/11/2015.)

No dia 13 de setembro de 2011, em Brasília, ocorreu a inauguração política e apresentação formal do Movimento Nova Política. O ato contou com a presença de políticos de diferentes partidos, como Eduardo Suplicy (PT), Jean Willys (PSOL), Alfredo Sirkis (PV), Pedro Taques, Walter Feldmann (ex-PSDB), Cristovam Buarque (PDT), Heloísa Helena (PSOL), Sergio Xavier (PV), dentre outros, além de diferentes lideranças sociais. Alguns desses políticos teriam papel importante na formação da Rede Sustentabilidade¹³⁰. Os princípios do Movimento eram:

i) o Movimento é livre, aberto, autônomo e democrático, sem vínculos partidários ou religiosos; ii) o Movimento é constituído por pessoas, onde cada um fala por si; iii) o Movimento acolhe as diferenças e a diversidade, buscando fazer a gestão de conflitos pela via do diálogo, da negociação e da progressiva construção de consensos, respeitando o direito à divergência; iv) o Movimento é uma experiência de um novo modo de fazer política: horizontal, participativo, dialógico, democrático, em rede; v) o Movimento é vivo, em permanente mutação e será o resultado da interação entre os seus integrantes¹³¹.

Nessa data, informaram que as ferramentas e os instrumentos para a interação das pessoas interessadas em participar e para divulgação do MNP ainda estavam em construção, porém alguns espaços já podiam ser acessados, como os diferentes sites criados para o preparo da campanha eleitoral de Marina Silva, em 2010. O Movimento estava, em termos políticos, organicamente vinculado à ambientalista, à sua equipe e à sua experiência política¹³². Ele ainda não tinha identificação partidária, mas expressava sua identidade política na face de Marina Silva, essa líder que construiu seu papel de liderança num processo relacional com sua base ambiental, mas que também agregou liderados por meio da identidade partidária, construída principalmente pela imagem e características da ambientalista, que tem carismas.

O Partido Popular Socialista (PPS), que apoiou essa iniciativa, publicou em seu site a seguinte fala de Marina Silva:

¹³⁰ Fonte: <http://www.miriamprochnow.com.br/2011/09/16/movimento-por-uma-nova-politica/>, acessado em 17/12/2015.

¹³¹ Fonte: Ibid.

¹³² Os sites são: www.minhamarina.org.br; www.casas.org.br; www.transicaodemocratica.com; www.florestafazadiferenca.com.br; e www.movmarina.com.br.

“O Movimento é transpartidário, e o apoio vai do compromisso do programa e do testemunho de vida, daquele (candidato) que está se comprometendo com a plataforma do movimento. A priori não é uma questão por ser do PV, do PT, do PPS ou do PSDB. Vou apoiar de acordo com a coerência programática. Não serão apoios pragmáticos”, afirmou Marina. Para Marina, o Movimento é uma oportunidade para “discutir a política que está em crise”. “Infelizmente a política tem se tornado projeto de poder pelo poder. (...) A gente não pode ter uma visão pragmática de que o movimento tem que ter uma finalidade eleitoral. Só merece participar de eleição, quem discute ideias, propostas, quem tem objetivos para além da disputa do poder pelo poder”, avaliou a ex-senadora¹³³. (Grifos meus).

Tomando como base as propostas do MNP e o depoimento de Marina Silva ao PPS, observamos que, ao mesmo tempo em que se exalta a importância dos programas políticos, há também uma personificação da política, referente ao poder de Marina em apoiar ou não algum programa, político ou partido pelo seu julgamento, pela análise do testemunho de vida do candidato, e também certa desvalorização da política. Pela sua fala, não parece ser os diferentes movimentos mobilizados no interior do MNP que dão a tônica da mobilização e da discussão, mas o julgamento de uma liderança política ou de seu grupo, conforme será abordado mais adiante.

Em dezembro de 2012, aqueles que participavam do núcleo do MNP, especialmente os marineiros, entenderam que estavam maduros em discussão política e em propostas para propor a criação de um novo partido político (Entrevista 4, 8/4/2013). Essa intenção, de acordo com entrevistado, tornou-se mais forte após a derrota fragorosa que os ambientalistas tiveram, no Congresso Nacional, em 2012, quando da votação do novo Código Florestal, que previa uma série de alterações que fragilizavam sua estrutura. Nesse embate, as propostas da bancada ruralista obtiveram mais êxito do que aquela defendida por Marina Silva e grande parte dos ambientalistas que militavam pela permanência das regras do Código, elaborado em 1965, mas que haviam se tornado mais rígidas com a edição de Medidas Provisórias entre os anos 1996 e 2001.

Um ativista ambiental, envolvido no MNP, relatou que o acesso dos ambientalistas aos partidos políticos foi restrito nesse processo:

Na votação do código florestal, a gente não teve acesso a nenhuma liderança de partido. A gente pegava os caras no corredor, um ou outro, o PSB teve uma reunião de liderança, o PPS, mas nem o PT chamou uma reunião de liderança do partido para as ONGs apresentarem suas avaliações. A gente tinha que falar com o Paulo Teixeira [Deputado Federal do PT] aqui, com

¹³³ Fonte: <http://www.pps.org.br/2011/12/18/noticia-220702/>, acessado em 17/12/2015.

o Chinaglia [Deputado Federal do PT] ali. Eles não se falavam. (Entrevista 4, 8/4/2013). (Grifo meu).

A frase grifada nesse relato revela que nem mesmo o PT, partido ao qual tinham acesso nas negociações políticas, que fazia a representação de diferentes pautas ambientais, mostrou-se aberto para diálogo com as ONGs e o movimento ambientalista. A falta de acesso aos partidos políticos reforçava a proposta de criação de um novo partido por aqueles que se sentiam cada vez mais excluídos da política institucional. A aprovação das alterações do Código Florestal também significava um grande golpe ao projeto dos ambientalistas que atuaram no MMA e que apoiaram a gestão de Marina Silva, pois ameaçava e até inviabilizava regras do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento (PPCDAm), carro chefe da gestão da ex-Ministra e a pérola de reconhecimento da realização do projeto ambiental da sociedade civil no governo. Outra ocorrência que estimulou o movimento para a formação de um novo partido político foi a ocorrência das eleições municipais de 2012. De acordo com entrevistado, as propostas de sustentabilidade e de nova política não tiveram êxito, então, era novamente o momento de chamar a atenção da sociedade para a questão da sustentabilidade ambiental e, agora, para a Nova Política (Ibid.).

O MNP tem uma associação muito forte com a experiência política dos marineiros durante as eleições de 2010 e o dissabor vivido na parceria construída com o PV. Não deixava de refletir também os desapontamentos vividos pela sua maior líder com o PT, que lhe assegurou vida e sobrevida política e partidária por quase 30 anos (Entrevista 6, 8/4/2015). Ele é a expressão da assimilação de uma agenda, de reforma da velha para a nova política, que não era pronunciada nos discursos ambientalistas dos marineiros, mas nos de jovens militantes. Ele surge de um enlace da articulação desses diferentes grupos na arena eleitoral apoiando a candidatura de Marina Silva. O MNP se mostrou, assim, restrito a pessoas e coletivos engajados, sem alcançar a sociedade, conforme veremos na seção 4 deste capítulo. O Movimento, que se tornou a razão de ser da Rede Sustentabilidade, parecia ser a manifestação social de uma crise política que Marina Silva e seu grupo quis representar politicamente, porém há dúvidas se construíram e refletiram com maturidade e tempo sua contribuição para o sistema político, de onde a crise surge, se manifesta e para onde os marineiros querem ir.

Na dúvida sobre formar um partido político assim que saíram do PV - já que influenciar a política ambiental desde dentro do sistema político continuava sendo o projeto maior desse grupo -, formaram o MNP para também permitir a ideia do novo partido amadurecer. O MNP, todavia, já carregava na sua origem uma intenção partidária. Considerando o argumento de Rosenblum (2008), para quem os passos de transição de um grupo de identidade social para um grupo de identidade político-partidária envolvem perder, eclipsar ou transformar a identidade social para propósitos políticos (p. 346), o MNP já possuía identidade partidária, e as bandeiras e agendas motivadoras dos grupos que se associavam ao Movimento, especialmente os marineiros, já estavam a serviço dos interesses políticos, partidários e eleitorais.

6.3. Formação da Rede Sustentabilidade

Antes de descrever o processo de formação da Rede, faz-se necessário trazer brevemente algumas características do sistema partidário e eleitoral em que essa nova legenda se desenvolve. Para vários autores, a institucionalização, ou a estrutura da competição (Mair, 1997), do sistema partidário é elemento analítico chave para compreender as transformações e dinâmicas que nele são empreendidas (Sartori, 1982; Mainwaring e Torcal, 2005; van Cott, 2005; Tarouco, 2015)¹³⁴. Para van Cott (2005), um ambiente institucional aberto ou mudanças que ocorrem nas provisões constitucionais, como leis e normas que estruturam a competição eleitoral, facilitam a formação de partidos políticos. Já para Mair (1997), uma mudança na estrutura de competição pode desestabilizar o sistema partidário e criar oportunidades para a inclusão de novas legendas. No Brasil, de acordo com Ribeiro (2008), as regras institucionais favorecem a criação de novos partidos políticos, fenômeno facilmente observável com as dezenas de partidos políticos existentes atualmente.

¹³⁴ A institucionalização do sistema partidário é trabalhada pelos autores de diferentes formas. Para Mainwaring, por exemplo, os critérios de institucionalização parecem destacar mais as relações do partido com a sociedade e sua importância para a sociedade. Para Rose e Mackie, os critérios são mais minimalistas e relativos aos partidos políticos como organizações. A percepção de Mainwaring está mais direcionada para o sistema partidário e a de Rose e Mackie para a institucionalização dos partidos. Para Mair, o aspecto crucial é a competição eleitoral e formação dos governos. Para encontrar mais informações a respeito das diferenças, ver Carreirão (2014)

Segundo Carreirão (2014), ao observar a competição eleitoral *strictu sensu* em nosso país, é percebido que o sistema partidário tem se estruturado em função da competição para presidente. De 1994 em diante, como afirma, formou-se uma estrutura de competição em torno das coligações dirigidas pelo PT e PSDB. A partir de 2003, quando o PT assumiu a Presidência da República, as coalizões passaram a envolver muitos partidos com abordagens ideológicas variadas (direita, centro e esquerda). Aumentou o número de partidos que participam do governo junto com as incertezas políticas dessas coalizões e o sentimento de promiscuidade no processo de formação dos governos (p. 16), especialmente com a negociação de cargos públicos.

O surgimento de coalizões ideologicamente inconsistentes no governo do PT estimulou a sociedade a criticar as alianças feitas por esse governo, em princípio de esquerda, e a exigir alianças mais coerentes. Esse cenário forneceu ferramentas para o MNP e Marina Silva construírem os pilares da Rede Sustentabilidade em função de uma ordem programática, o que a ambientalista também chama de governabilidade programática para a formação de governo.

No dia 16 de fevereiro de 2013, ocorreu o Encontro Nacional da Rede Pró-Partido, em Brasília, onde Marina Silva fez o lançamento do partido Rede Sustentabilidade. Nesse evento, estavam presentes aproximadamente 1.700 pessoas, que assessor da ex-ministra afirmou ser da militância originada no MNP (Entrevista 39, 13/3/2014). Também haviam simpatizantes, curiosos, apoiadores, políticos, dentre tantos outros interessados em conhecer as estratégias partidárias de Marina Silva.

Desde sua saída do PV, em junho de 2011, a perspectiva de fundação de um novo partido rondava o grupo dos marineiros. De fato, conforme abordado anteriormente, essa expectativa era real, mas, de acordo com um dos coordenadores do processo de estruturação da Rede Sustentabilidade, a decisão foi tomada em cima da hora:

A gente decidiu mesmo criar um partido no dia 23 de janeiro, e a Rede foi lançada em 16 de fevereiro. Foi uma coisa de 10 pessoas que produziram uma coisa em 20 dias para aquele negócio acontecer e mais ou menos 15 pessoas estão tocando para a coisa começar a existir (Entrevista 4, 8/4/2013).

O entrevistado destaca que a formação da Rede aconteceu pela ação de um grupo pequeno de pessoas, que corresponde àquelas que caminharam com Marina Silva desde sua saída do

Ministério do Meio Ambiente, os conhecidos marineiros, com apoio de empresários socioambientalmente responsáveis, de políticos e da militância jovem. Apesar da força-tarefa ficar concentrada em poucos, Marina Silva explicou que, após as eleições municipais de 2012, fizeram uma reflexão para que as pessoas revelassem se continuariam como movimento ou se participariam da política institucional. O resultado foi que “a maioria das pessoas, ditas cabeça de rede, disse que sim [para o partido], mas a gente não podia decidir sobre isso sozinho, então, vamos fazer uma grande plenária num processo de auto-convocação. Fizemos uma reunião em São Paulo no dia 23 de janeiro (...)”¹³⁵.

Essas falas reforçam que a organização movimentalista tem um núcleo que atua com maior independência e consulta suas bases, mesmo dispersas, para fechar decisões importantes. Ou seja, um assunto é debatido e decidido internamente e depois é passado para a consulta das bases. Nesse sentido, questionamos sobre a construção conjunta dos assuntos a serem debatidos pelo Movimento e seu núcleo. O processo hierárquico não parece ser um problema para determinadas práticas partidárias, mas não sinaliza para a representação horizontal proposto pelo MNP. Nessa dinâmica, surgiu a Rede Sustentabilidade que, de acordo com seus fundadores,

é fruto de um movimento aberto, autônomo e suprapartidário que reúne brasileiros decididos a reinventar o futuro do país. É uma associação de cidadãos e cidadãs dispostos a contribuir de forma voluntária e colaborativa para aprofundar a democracia no Brasil e superar o monopólio partidário da representação política institucional. (...) Aberta ao diálogo e construída com a participação direta de seus integrantes, a Rede Sustentabilidade é um espaço de mobilização e inovação, no qual floresce uma nova cultura política. Uma legenda capaz de abrigar candidaturas de cidadãos que não façam parte de seus quadros, mas que compartilhem de seus ideais, comprometida com a transparência de seus processos internos e empenhada na renovação de suas lideranças¹³⁶. (Grifos meus)

Em coletiva de imprensa no dia do lançamento da Rede, Marina e seus assessores afirmaram que o novo partido é uma quebra de paradigma, de desconstrução do monopólio que o partido tem da política e reforçaram a busca pela política de base e comunitária. Destacaram ainda que esse é um partido que questiona a si próprio e não é direcionado para a eleição. Esse último aspecto foi repetido por Marina Silva inúmeras vezes, pois a militante queria passar a ideia de que não buscavam o poder pelo poder, que queriam contribuir com ideias e

¹³⁵ Fonte: Entrevista ao Programa Roda Viva, em 18/2/2013 - <https://www.youtube.com/watch?v=YrePB43f3mU>, acessado em 15/12/2015.

¹³⁶ Fonte: <https://redesustentabilidade.org.br/a-rede/>, acessado em 15/12/2015.

programas e, para tanto, o partido precisava se desenvolver¹³⁷. No entanto, a temática das eleições se fez onipresente porque dia 5 de outubro de 2013 era a data final para registro de partidos políticos que concorreriam às eleições de 2014.

No mesmo dia do lançamento, publicaram o Manifesto do partido em que expressaram as diretrizes programáticas da Rede Sustentabilidade, reproduzidas resumidamente neste texto: mudanças no modelo econômico para a construção de um projeto sustentável; reforma do sistema político que viabilize um outro modelo de governabilidade que não se baseie na troca de vantagens fisiológicas; educação pública e universal de qualidade em todos os níveis; democratização do sistema de comunicação; respeito aos direitos humanos; redução das desigualdades e erradicação da pobreza; universalização e melhoria dos serviços de saúde; defesa dos direitos animais; reforma urbana sustentável; política externa baseada na cultura da paz e que promova o diálogo em nível internacional com outros movimentos e partidos que defendem as mesmas bandeiras propostas pelo Partido¹³⁸.

O manifesto não foi considerado revolucionário e apresenta diretrizes genéricas para uma proposta inovadora de partido político. Contudo, no estatuto do partido, publicado no Diário Oficial da União, dez dias após o lançamento da Rede, algumas inovações foram apresentadas: reforça o propósito de “superar o monopólio partidário da representação política institucional”; destina 30% do total das vagas nas eleições proporcionais para candidaturas “cívica-independentes”, que serão oferecidas à sociedade para cidadãos não filiados e que não pretendem exercer vínculos orgânicos com nenhum partido político, dispostos exclusivamente a disputar as eleições e exercer mandato parlamentar para defender e representar movimentos, redes e causas sociais consideradas legítimas e relevantes para a sociedade, o programa, o estatuto e o manifesto da Rede; veda o recebimento de doações por empresas do setor de bebida alcoólica, cigarro, arma e agrotóxicos; limita a 16 anos o tempo dos mandatos por parlamentares eleitos. Eles poderão concorrer a apenas uma reeleição.

¹³⁷ Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/o-partido-da-sustentabilidade>, e <http://www.cartacapital.com.br/politica/nem-oposicao-nem-situacao-diz-marina-silva-sobre-seu-novo-partido>, acessado em 15/12/2015.

¹³⁸ Fonte: <https://redesustentabilidade.org.br/manifesto/>, acessado em 15/12/2015.

O Estatuto trouxe, de fato, propostas de dinâmica partidária diferenciada em relação a de outros partidos¹³⁹. Contudo, há críticas a suas inovações e há ainda um ponto que choca com a legislação eleitoral. A Lei nº 9.504/1997, conhecida como Lei das Eleições, em seu artigo 9º, estabelece que não é permitida eleição de cidadão que não seja filiado a um partido político, inviabilizando as candidaturas independentes¹⁴⁰. Como resolver esse problema? De acordo com entrevistado de importante ONG ambientalista, o partido surge com restrição de direitos ao impedir reeleições de parlamentares por mais de uma vez e de restringir seus mandatos (Entrevista 32, 26/5/2015). As inovações político-partidárias da Rede são recebidas com certa desconfiança.

Nos termos do § 1º, art. 7º, da Lei nº 9.096/95, sobre partidos políticos, só é admitido registro de nova legenda partidária nacional aquele que comprove apoio de eleitores, não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em brancos nem nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

Com essa regra, a Rede tinha o desafio de coletar 492 mil assinaturas, entre fevereiro e setembro de 2013, para conseguir o registro do partido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a tempo de participar das eleições gerais de 2014. No dia 3 de outubro de 2013, por 6 votos a 1, os ministros do TSE votaram contra o registro da Rede Sustentabilidade. Faltavam 50 mil assinaturas das 492 mil necessárias. A Rede alegou que 95 mil fichas com as assinaturas foram invalidadas pelos cartórios sem justificativas e solicitou que o Tribunal as aceitasse, mas este se negou, pois, para a relatora do processo, não cabia ao TSE fazer análise de assinaturas. Segundo representante do Ministério Público Eleitoral, Eugênio Aragão, "todos os partidos que pediram o registro aqui no TSE também passaram por isso e tiveram as mesmas restrições. (...) não é um tratamento diferenciado à Rede Sustentabilidade"¹⁴¹. Essa fala busca contestar a argumentação de alguns marineiros de que houve um boicote à criação

¹³⁹ Ver <http://www.cartacapital.com.br/politica/marina-lanca-a-sua-rede>, acessado em 15/12/2015.

¹⁴⁰ Art. 9º – “Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo”. Isto é, apresenta duas condições de elegibilidade: domicílio eleitoral e filiação partidária.

¹⁴¹ Fonte: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/03/maioria-do-tse-vota-contracriacao-do-partido-de-marina-silva.htm>, acessado em 15/12/2015.

da Rede Sustentabilidade, e eles apontam o Partido dos Trabalhadores como articulador do seu insucesso (Entrevistas 39, 6, 9, 33, dentre outras).

No dia 5 de outubro de 2013, Marina Silva anunciou o inesperado: sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) que já havia noticiado o então Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, como candidato à Presidência da República nas eleições de 2014. Essa resolução da ambientalista mobilizou uma saraivada de opiniões contrárias, uma vez que, com essa decisão, ela se vinculava a tudo aquilo que combateu desde sua candidatura, em 2010: a velha política. Marina informou que fazia esse movimento para apresentar, junto com Campos, um programa para a sociedade brasileira que fosse capaz de promover o alinhamento histórico e de sepultar de vez a velha república. Ela continuava afirmando que seu objetivo não era a candidatura à Presidência, não era estar no poder, mas de promover uma discussão programática¹⁴².

Entretanto, a aliança causava estranhamento e colocava em questão até mesmo pronunciamentos públicos da ex-Ministra. Em entrevista ao programa Roda Viva, em 18 de fevereiro de 2013, logo após o lançamento da Rede Sustentabilidade, inquirida sobre o que achava de Eduardo Campos, Marina respondeu que reconhece sua trajetória e liderança histórica, mas que seus posicionamentos são diferentes. Confessou que isso não os impede de conversar, todavia, emendou que prefere um “outro caminho, uma outra maneira de caminhar”¹⁴³. Disse estar em disputa uma visão de país, de política e sinalizou que preferia a disputa que ela está liderando e não a de Eduardo Campos.

Outra contradição é que Marina ressaltou exaustivamente que a criação da Rede não estava atrelada às eleições de 2014. Se não existisse essa intenção, qual a razão de se vincular à velha política, a um partido tradicional, ao que negou e depreciou desde sua campanha presidencial, em 2010? Seus assessores políticos colocaram algumas vezes que “não poderiam jogar 20 milhões de votos no lixo” e faziam outras referências sobre o aproveitamento dos votos conquistados em 2010 como justificativa para essa inflexão (Entrevistas 9, 31, 33, 39). A corrida para conseguirem o registro da Rede em tempo hábil para participarem das eleições de 2014 se apresentava, com isso, como contabilizada nos

¹⁴² Fonte: Entrevista ao Programa Roda Viva, 21 de outubro de 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=WxsZKO4S0Bk>, acessado em 15/12/2015.

¹⁴³ Ibid.

anseios dos marineiros desde o início. A identificação partidária desse grupo era crescente, pois começava a se caracterizar mais como partido do que como movimento em relação a estratégias políticas. Com a negação de registro da Rede, havia a alternativa de fortalecer o MNP e sua base social, mas o desejo de se organizar em partido político se mostrava urgente.

Por meio de entrevistas, jovens do MNP - alguns presentes na reunião em que Marina e os marineiros que faziam parte do núcleo de formação da Rede decidiram se filiar ao PSB para participar das eleições de 2014 – narraram que não estavam seguros dessa decisão, mas que compreendem o jogo político (Entrevistas 15; 20; 34). Como exposto antes, o MNP surgiu com identidade partidária, uma vez que seus objetivos eram político-partidários. A Rede, que se desenvolveu desse movimento, apresentou uma estratégia partidária e eleitoreira ao se filiar ao PSB.

Entrevistado de ONG ambientalista, que se dedicou ao projeto eleitoral desde o período do Movimento Brasil Sustentável e se envolveu na criação da Rede, criticou a atitude da ex-Ministra como contraditória, como negação de todo o discurso que estava sendo construído (Entrevista 42, 16/3/2014). Outro, que era umbilicalmente ligado ao projeto eleitoral e assessorou Marina desde perto, justificou a estratégia da líder como uma resposta ao seu eleitorado que precisava estar representado nas eleições de 2014, mas confirmou que houve dispersão considerável de contingente de apoiadores da Rede Sustentabilidade (Entrevista 39, 13/3/2014). Marina, que dizia querer mudar a cultura política no Brasil¹⁴⁴, demonstrara que ela mesma era vítima dessa cultura.

A filiação de Marina ao PSB e de alguns de seus apoiadores mais próximos causou dissenso dentro da Rede e muitos abandonaram esse projeto. Segundo entrevistados, a situação exigiu que a decisão fosse tomada de forma rápida pelo núcleo da Rede, que não tinha tempo hábil para consultar a vastidão de seus apoiadores (Entrevista 6, 8/4/2015; Entrevista 39, 13/3/2014). Esse é um dos problemas vivenciados por partidos que se desdobram de movimentos sociais, os partidos de movimento (Kitschelt, 2006).

Em nova entrevista ao programa Roda Viva, agora em 21 de outubro de 2013, a ex-Ministra explicou que sua aproximação a Eduardo Campos, cuja “candidatura se dava no velho diapasão, como os demais partidos”, o fez buscar um novo caminho político, pois “o

¹⁴⁴ Ver entrevista concedida pela ex-Ministra ao Programa Roda Viva, no dia 18 de fevereiro de 2013.

que era uma frágil possibilidade [eleitoral] agora ganha um pouco mais de substância com a ação da Rede”. Ela afirmou que a Rede trazia mais substância para a candidatura de Eduardo Campos e associou essa análise ao aspecto programático. O fato é que a Rede não havia elaborado um programa naquele momento, sua legenda “clandestina”, como se acostumou a dizer, estava em processo de elaboração de propostas. Campos, por outro lado, visualizou a oportunidade de assimilar os 20 milhões de votos com a filiação de Marina Silva ao PSB. Conforme argumenta Kitschelt (1990), os partidos estão em busca de votos, esse é o capital principal de que podem dispor, e a Rede, com a popularidade de Marina Silva, representava ganho real para a candidatura do pernambucano.

A partir desse momento, Marina passou a traçar seu caminho político em união com o de Eduardo Campos. Ela afirmava o quanto o PSB assumiu as ideias da Rede, mas, por outro lado, não informava o quanto teve de se adaptar para que essa união fosse próspera. A política é um jogo em que todos apostam ganhar. Para tanto, é necessário fazer negociações e concessões. Segundo Célio Turino, um dos articuladores da Rede Sustentabilidade, o partido assimilou teses econômicas mais liberais em função da aliança com o PSB, como as que envolvem a proposta de autonomia do Banco Central. Todavia, Marina as defendia como se tivessem sido gestadas no ventre de seu partido¹⁴⁵.

Poguntke (1992), ao analisar a experiência do Partido Verde no parlamento alemão, durante a década de 1980, observou que o desempenho político do PV, em comparação com os partidos tradicionais - dentre eles o Partido Socialista -, era prejudicado porque sua dinâmica e forma organizacional os obrigavam a consultar as bases antes de tomar decisões. Em algumas situações, as consultas não eram possíveis, o que frustrava a base movimentalista. De outra parte, causava ineficiências do partido no parlamento. A organização partidária e a dinâmica movimentalista são distintas, conforme demonstrou o pesquisador, e isso pesa para ambos os lados que podem acabar se distanciando. O Partido Verde na Alemanha acabou por mudar várias regras organizacionais e por se adaptar à institucionalização do sistema eleitoral. Eles mudaram a eles mesmos em vez de mudar o

¹⁴⁵ Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/politica/201ccandidatura-do-aecio-nao-representa-o-que-estava-expresso-na-construcao-da-rede201d-diz-celio-turino-6188.html>, acessado em 15/12/2015. Outro rompimento de articuladores da Rede com o partido e com Marina Silva aconteceu quando a candidata, após o resultado das eleições de 2014, resolveu apoiar Aécio Neves, candidato do PSDB que disputou o segundo turno contra Dilma Rousseff, do PT.

sistema político, conforme desejavam (Poguntke, 1992; 2001). Utilizando como base os princípios de horizontalidade e democracia participativa destacados pelo MNP e institucionalizados nos documentos da Rede, viabilizar e operacionalizar essa democracia participativa e a Nova Política no mercado competitivo da arena eleitoral imporia ajustes organizacionais relacionados ao que Kitschelt (2006) observou sobre a transformação de partido de movimento para partido puro.

Para que ocorra a transição de partido de movimento para partido político puro, Kitschelt sugere que se faça investimentos na estrutura organizacional do partido e nas formas de agregação de interesses, reduzindo os custos organizacionais de transação de preferências, para que sobreviva institucionalmente nas diferentes arenas políticas. É similar ao que o Partido Verde fez na Alemanha. Para Kitschelt, a sobrevivência de partidos políticos na arena político-institucional demanda um partido que saiba exercer a função de organizar preferências, gerir distintas vertentes ideológicas, negociar com os diferentes e atuar com eficácia nas arenas políticas, características que Marina e seu grupo não demonstraram ter ao não negociar os diferentes interesses e linhas políticas quando estavam filiados ao PV. De acordo com políticos desse partido, Marina e seu grupo impunham sua agenda e o não aceite dessa agenda os fez sair do PV e criar um partido para “chamar de seu” (Entrevista 3, 6/8/2014).

Convém lembrar que Meneguello (1989) e Keck (1992) já demonstraram que o Partido dos Trabalhadores se constituiu com a retórica anti-partidária, anti-sistema, exaltando a democracia participativa e partidária. Tal prática foi extremamente importante para o partido e para a sociedade, mas as primeiras eleições estaduais no âmbito de prefeituras e de assembleias legislativas já demonstravam que essa prática não era facilmente realizável no mundo institucional, gerando diversas frustrações (Ribeiro, 2008; Amaral, 2009; Hunter, 2010). O PV também tinha a mesma proposta (Viola, 1987; Hoschtetler e Keck, 2007) e sua trajetória política denuncia práticas partidárias comuns a qualquer partido conservador. Nesse sentido, um partido anti-partidário é realmente viável e sustentável? Um partido de movimento consegue se manter fiel ao seu estatuto? A Rede Sustentabilidade, mesmo ainda sem conseguir registro institucional, sinalizou que isso é um problema. A velha cultura política e as regras do jogo são muito fortes na arena eleitoral e, na perspectiva de alavancar

um novo partido, a estratégia de movimento social deu espaço para estratégias e formas de atuação partidária, o que é natural para seu propósito.

6.4. A Rede e o movimento ambientalista

A participação de Marina Silva nas eleições de 2010 aconteceu com um objetivo muito marcado para os ambientalistas: chamar atenção para a agenda da sustentabilidade em âmbito nacional. A estratégia era aproveitar o momento em que a sociedade estava mais aberta para discussões políticas e associar as questões de sustentabilidade como um problema político. A intenção, dessa forma, era de âmbito social e de formação de uma cultura política sensível à sustentabilidade. O sucesso de Marina Silva nas urnas foi inesperado e os ambientalistas não sabiam o que fazer com esse resultado. Continuariam sua batalha no campo social? Decidir-se-iam pela luta política dentro das instituições públicas? A resposta não era trivial.

Na leitura de lideranças do mundo ambiental entrevistadas para esta pesquisa, tanto ativistas do campo social como do político, a candidatura de Marina Silva à Presidência da República conquistou muitos adeptos, pois era uma forma de pôr em evidência a pauta ambiental. Um entrevistado esclareceu que se Marina ganha 20 milhões de votos, isso fortalece o movimento (Entrevista 26, 17/6/2014). Sua candidatura acontecia dentro das coordenadas socioambientais, com perceptível legitimidade. Quando a abordagem é a Rede Sustentabilidade, as transformações, associações e assimilações de diferentes frentes articuladas para a formação desse partido parecem confundir parte desse ambientalismo, que passa a expressar contrariedades.

Para uma liderança ativa e bastante referenciada no movimento ambiental, com experiência na vida partidária, “a relação com movimento ambientalista e Rede não é uma coisa muito clara. Não tem uma coisa muito orgânica nessa relação” (Ibid.). Para ele, é muito mais importante ganhar espaço na sociedade, dar organicidade ao aspecto difuso do ambientalismo do que criar um partido, pois a lógica partidária é muito diferente da lógica de um movimento social. Para o primeiro, quanto mais poder, melhor. A sociedade, por sua vez, não opera nessa matriz, acrescentou. A ação por meio de um partido, para ele,

desmobiliza o difuso que precisa ser trabalhado na sociedade. A característica informal e de rede do movimento social, nesse sentido, dá lugar a uma organização menos porosa e orientada para o poder político, que é a organização partidária.

Outra liderança para o movimento ambiental, também com experiência partidária, destaca a perda de autonomia da sociedade civil quando se aproxima de partidos políticos. O movimento ambiental, em sua opinião, não pode ter partido político, pois, à medida em que assume uma candidatura, acaba estreitando a ação política das suas agendas e suas temáticas (Entrevista 16, 3/11/2014). Sua fala se aproxima, de certa forma, com a do entrevistado anterior em relação às potencialidades do movimento social que são tiradas ao se transformar em partido político. A Rede Sustentabilidade se apresenta, para ele, como um partido importante, mas bastante ingênuo quando acredita que se abrirá para a sociedade civil mais do que os outros. Em suas palavras, “não supera a crise de representação que é muito maior do que isso”. Ademais, considera que não representa o movimento ambiental, porque virou outra coisa.

O estranhamento em relação à Rede Sustentabilidade se manifesta de diferentes maneiras para os ambientalistas que veem uma parte de seus colegas se entregarem a esse projeto político com afinco, sob a liderança da maior ativista brasileira nessa área e que também é referência internacional. Vários não acham que a escolha partidária seja a mais adequada, ou mesmo necessária, para encaminhar a pauta ambiental na agenda política. Como afirma entrevistado, integrante de uma famosa ONG ambientalista, “a história de ter que ter um partido para entrar no sistema político não me convence, acho que é mais fácil agir com os partidos que existem para ir por dentro do sistema” (Entrevista 32, 26/5/2015). Outro entrevistado, de outra ONG, apresenta crítica mais contundente em relação a esse ponto:

(...) essa tese em que a saída está em operar por dentro do governo, eu acho que ela pode ser um objetivo. “Opa, eu preciso operar por dentro do governo sendo eu quem senta no Palácio do Planalto”? Isso é personalista, é quase egoísta, por isso, a gente sempre leva para um interesse de poder das pessoas. Ou, de novo, tinha um outro caminho: operar por dentro do governo pode ser caprichar na argumentação e caprichar na mobilização social. Seriam dois outros caminhos: um mais técnico de mostrar o caminho do atendimento dos preceitos ambientais ou de direitos humanos, e com isso trazer uma massa política. A sua proposta operaria por dentro do governo e não você. É muito marcante e a opção personalista desse

grupo é o que talvez seja a coisa mais pesada para eles carregarem (Entrevista 41, 16/11/2015). (Grifos meus)

A ocupação do sistema político por lideranças ambientais é, nessa fala, analisada como crítica ao personalismo que a Rede enseja, expondo o perigo de se apostar todas as fichas em uma única liderança política e em algumas pessoas que a assessoram. Para o entrevistado, a Rede “se tornou um projeto de pessoas” (Ibid.) e isso, em nossa análise, já se desenhava com a formação do MNP, que vinculou a existência política do Movimento, embrião da Rede, à figura política de Marina Silva. Essa liderança parecia começar a se compor como um problema para o movimento ambiental.

Os ativistas receosos com a proposta da Rede argumentam que o foco de ação do movimento ambiental deve ser a sociedade e não o sistema político-partidário, pois consideram que, ao conquistar a sociedade, isso se refletirá no Estado (Entrevista 26, 17/6/2014). Observamos que a criação da Rede Sustentabilidade tem efeitos para as estratégias e ações do movimento. O mesmo entrevistado refletiu ainda que o movimento que atua em nível nacional é pequeno. Se parte dele opta pela atuação por dentro das instituições políticas, gera-se desequilíbrios significativos na ação coletiva, o que enfraquece o movimento, a ver:

Eu acho, de um lado, tem uma parte da origem desse movimento da Rede que, pra mim, vem de uma atuação em gueto - a palavra que vem é meio ruim... Era o mesmo, sempre foi o mesmo grupo atuante na agenda ambiental. A Rede parece que é um negócio de movimento de elite, no sentido que eu chamei de gueto, não é pejorativo, mas no sentido de que ele é circunscrito em si mesmo. É de pessoas de elite mesmo, de elite técnica, de relacionamentos. Porque a Rede? Porque essas pessoas quiseram, em oposição a terem escolhido um outro caminho. Se tivessem, não sei nem se seriam as mesmas pessoas, mas um outro caminho para a área ambiental era um caminho de reconstruir as bases. (...). Parece que a Rede foi criada para eleger a Marina presidente. Agora, mais que tudo, eu acho que talvez o erro... talvez tenha um problema de achar que a agenda ambiental, ou qualquer agenda, se resolve pela tomada do poder (Entrevista 41, 16/11/2015). (Grifo meu).

A visão de que a Rede é composta por um grupo de elite casa com a perspectiva de que ela foi gestada da experiência política de grupos específicos que discursavam em nome da sociedade antes de terem conquistado tal sociedade em suas diferentes frentes. Isso deflagra um olhar crítico sobre a formação do MNP vinculado à figura de Marina Silva. De acordo com o que expomos anteriormente, esse Movimento tinha certa entrada na sociedade com a

ação de Rombauer, todavia, isso parece não ter sido amplamente explorado e sua expressão política-partidária apareceu com mais força.

As entrevistas realizadas com ambientalistas que não se associaram à Rede congregam tons de críticas ao partido e à atitude de seus colegas. A avaliação é diferente quando são questionados sobre a candidatura de Marina Silva nas eleições de 2010. Naquele período, o objetivo era fortalecer a agenda ambiental, influenciar a opinião pública sobre a urgência dessa pauta. A Rede, para muitos, virou outra coisa, perdeu propósito. Um dos principais articuladores do novo partido informou que a Rede não tem identificação imediata e única com a questão da sustentabilidade (Entrevista 6, 8/4/2015). Esse aspecto fez a visão dos ambientalistas ficar turva em relação ao que vinha e o que poderia vir da proposta da Rede e ao papel de liderança de Marina Silva.

Para ambientalista, que conhece bem o funcionamento de partidos políticos, enquanto não houver reforma do sistema político, a única coisa que resta é formar pessoas e infiltrá-las em diferentes partidos, pois o movimento ambientalista se estrutura enquanto rede e não enquanto partido. Para além da Rede, o entrevistado acrescenta:

Marina tem uma característica de liderança populista. Ela tinha coisas de nem sempre querer se enquadrar em uma organicidade, suas decisões são tomadas pelo mesmo colegiado de sempre, aquela inorganicidade completa. E a participação massiva é uma forma de inibir. Se você coloca 40 pessoas para decidirem, não vai decidir nada e depois vai ter de decidir sozinho. A Marina tem muito mais a ver com sociedade civil do que com partido. É um erro ela querer ser dona de partido político. Ela não foi feita para o exercício do poder (Entrevista 3, 6/8/2014)

O entrevistado questiona a liderança de Marina Silva e a centralidade das ações em torno de sua pessoa. Os ambientalistas que militam para a criação da Rede Sustentabilidade fazem uma leitura da estratégia de ação diferente das opiniões até então expostas nesta seção. Para um dos marineiros, a força política do movimento ambiental esteve vinculada ao PT, mas, com o divórcio entre o movimento e esse partido, fez-se necessária a busca por uma nova representatividade, e a Rede Sustentabilidade é o caminho para isso (Entrevista 9, 2/2/2014). Eles também recorrem à experiência que tiveram no MMA para justificar a adoção de um repertório político-eleitoral:

(...) na minha visão, fica claro, de forma mais radicalizada ainda depois da experiência da gestão Marina no governo Lula, da relevância que tem a política institucional (...). Tendo vivido no governo e enxergando o que está acontecendo agora, eu acho que é inegável para qualquer pessoa minimamente racional que não adianta ter boas propostas, boas ideias, bons projetos pilotos se você não tem uma política pública que permita que essas propostas ganhem escala. Esse ganho de escala depende da ação de política pública e depende de uma atuação na política institucional que inclui ação no Executivo, Legislativo e Judiciário. (Entrevista 21, 2/4/2014).

O movimento ambientalista começou a ter experiência de políticas públicas no MMA, em prefeituras, em governos, na elaboração de projetos de lei, na participação em conselhos. (...). Então, foi amadurecendo a visão de que o problema do ambientalismo no Brasil não é técnico, não é falta de profissionais, é ética política. É uma visão política, falta de projeto político para fazer que a sustentabilidade entre como um elemento estratégico do desenvolvimento. Tudo isso serviu de acúmulo (...) se não se chegar ao centro do poder, não se implanta o desenvolvimento sustentável no Brasil. Isso é o elemento de tomada de consciência (Entrevista 33, 6/3/2014).

A experiência no governo lhes demonstrava que não adiantava militar e defender projetos sem ter o veículo que permita sua realização política. Isso era o que os fazia dar continuidade à militância no interior do sistema político, a se aventurarem, ainda sem saber as consequências de suas escolhas, na política partidária-eleitoral com grupos diferentes dos seus. Ademais, a experiência política-institucional e o reconhecimento que conquistaram pelos feitos no MMA, e também da histórica militância na sociedade civil, pareciam ser os recursos que os credenciavam como atores que formavam um grupo mais complexo do que um movimento social. O multi-engajamento dos ambientalistas, sua prática de andar em duas pernas, uma no campo político e outra no social¹⁴⁶, os levava a deferências distintas e os faziam acreditar que eles poderiam ser bons políticos ou assistentes de políticos.

As pessoas e instituições que faziam a interface entre sociedade e Estado, que participaram da gestão de Marina Silva no MMA, ocupando cargos ou acompanhando como conselheiros, davam passos mais ousados na estratégia de atuação por dentro do sistema político. Conforme posto por Amenta et al. (2009), atuar em partido político e participar diretamente de eleições é uma estratégia muito mais contundente, em termos de efeitos políticos, para lideranças sociais do que apenas assumir cargos de confiança no Estado. Para os autores, significa uma mudança mais que incremental de concepção sobre a ação coletiva, e se os resultados das eleições forem positivos para o movimento social, sua estratégia

¹⁴⁶ Expressão utilizada por Carls Boggs (1986).

política conseguiu induzir a uma mudança de concepção da ação coletiva, o que consideram um dos efeitos políticos mais relevantes da articulação de movimentos sociais.

Acontece que a aderência dos ambientalistas à Rede é uma questão em aberto. De diferentes fontes, podemos escutar que não há vínculo orgânico na relação entre movimento e partido, e muitos que se identificavam com a ex-Ministra antes, agora estranham suas escolhas e seus projetos. Tem-se aí um dilema de identidade coletiva, nem todo membro do grupo se adequou às mudanças de estratégias ou às novas ideias que adentraram sua coletividade, problema sinalizado por Jasper (2014) ao analisar conflitos que podem afetar a identidade coletiva dos grupos. A mudança de estratégia teve efeito para a mudança de identidade coletiva. Talvez se Marina continuasse determinada em fortalecer seu apoio e base no campo socioambiental e levar essa proposta em suas campanhas políticas, como fez em 2010, o vínculo com os ambientalistas poderia se mostrar mais sólido. Nesse aspecto, o que se apresenta é que parte do movimento deseja continuar sendo movimento e outra parte deseja ser partido. Não necessariamente essas partes se confluem.

6.5. Achados

O objetivo deste capítulo foi demonstrar os passos dos marineiros e de sua líder, que agrega diferentes coletividades em seu entorno, para formação da Rede Sustentabilidade. A questão que colocamos foi: como foi o processo de formação da Rede Sustentabilidade após a experiência das eleições de 2010? Argumentamos que: i) o projeto ambiental defendido por Marina e marineiros foi transformado em conteúdo e estratégia que deixou de representar as estratégias, identidades e demandas da amplitude dos ambientalistas que interagem com o sistema político; e ii) a liderança de Marina Silva perdeu força e importância.

A formação da Rede Sustentabilidade é marcada por assimilações e transformações do projeto ambiental para influenciar o sistema político. Entre as eleições de 2010 e a fundação da Rede, em 2013, as narrativas se transformaram, identidades foram forjadas para mais adiante serem rompidas e um novo discurso, o da Nova Política, moldou a fala dos ambientalistas e se adaptou ao da sustentabilidade, ou melhor, o da sustentabilidade se adaptou ao da Nova Política. Os marineiros assimilaram as práticas de diferentes

coletividades que se organizaram em torno de Marina Silva, especialmente as práticas de atores políticos e o discurso propagado pelos jovens da Nova Política.

Como consequência do processo relacional com atores de institucionalidades e agendas diferentes, o projeto dos marineiros foi reorientado em conteúdo e estratégia, confirmando o argumento de Mische (2001; 2008) de que, na relação com grupos diferentes, identidades, estratégias e projetos são transformados. O mote da ação política desse grupo passou a ser a sustentabilidade da política e a estratégia de ação coletiva passou a ser desenhada pelas dinâmicas partidárias. Para ambientalistas que atuavam na sociedade civil, dentre eles alguns marineiros, essa nova atuação lhes causava estranheza, não concordavam e não se sentiam identificados no conteúdo e no formato da ação. Os poderes de reconhecimento e de identificação com esse grupo e também com Marina, dessa forma, são questionados. Tais poderes, de acordo com Melucci (1996), fazem parte dos cinco poderes que dão legitimidade à relação de líder e liderados¹⁴⁷. Neste capítulo, focamos em dois deles: o poder de recompensa e o de identificação.

O poder de recompensa é baseado no reconhecimento de que o líder está apto a fornecer benefícios aos membros e ajudá-los a obter as vantagens que buscam. Com as falas apresentadas na última seção, as estratégias de Marina Silva, para os ambientalistas, não demonstravam ser as mais adequadas para ajudar a obter as vantagens de influenciar o sistema político com sua agenda ambiental. Eles não concordavam que tomar o poder era necessário, mas concordavam com uma ação no âmbito da sociedade para se refletir politicamente no Estado. A diferença entre eles terem apoiado as eleições de 2010 e não apoiarem integralmente a formação da Rede está centrada justamente no projeto. Em 2010, o projeto era dar centralidade à agenda ambiental, e participar das eleições se fazia como uma estratégia muito forte, mais eficaz do que qualquer ação na sociedade civil em termos de alcance. Formar um partido político, todavia, desvirtua o projeto original, até porque esse novo partido é tomado por uma agenda que não é a principal agenda pela qual militam.

O poder de identificação é baseado na identificação dos membros com o líder, no respeito e aceitação de que ele goza, e na gratificação emocional que ele proporciona. A

¹⁴⁷ Os cinco poderes são: poder de recompensa; poder de coerção; poder de conformidade; poder de identificação; e poder de competência

capacidade do líder de fornecer símbolos de identificação e de reforçar a identidade coletiva é de grande importância, uma vez que, dessa forma, o líder também reforça a estrutura psicológica dos membros individuais (Melucci, 1996, p. 341). Os símbolos fornecidos por Marina Silva aos ambientalistas, como o enfoque na narrativa política e nas estratégias partidárias, não pareciam fortalecer o seu papel de liderança da sociedade civil, principalmente ao que concerne às estratégias, uma vez que, em relação ao conteúdo, não há como desvincular totalmente o elemento da sustentabilidade socioambiental de Marina Silva. Nesta tese, vinculamos o conceito de estratégia ao de identidade, ambos se retroalimentam, portanto, estratégia está vinculada à identidade, e alterações em um ou em outro interferem nessa relação. Nesse sentido, a relação líder/liderança que se baseia no poder de identificação é afetada de forma a comprometer a legitimidade e a defesa de projeto dos liderados pela líder.

Nós analisamos o processo de formação da Rede Sustentabilidade. Nosso recorte temporal aqui é o pós-eleições de 2010 a 5 de outubro de 2013, data quando Marina e alguns marineiros se filiaram ao PSB. A Rede só foi institucionalizada como partido político formal em 22 de setembro de 2015. Portanto, analisamos sua versão embrionária que se mostrou muito marcada por regras movimentalistas. Em termos organizacionais, um partido político que busca competitividade no mercado eleitoral pode enfrentar diversas dificuldades por ter em seu regramento organizacional e na sua dinâmica práticas de democracia participativa, conforme a análise trazida por Poguntke (1992; 2001) sobre o Partido Verde alemão. Para participar das eleições de 2014, Marina e seu grupo fizeram concessões inesperadas ao se filiarem ao PSB. O sinal que esse grupo nos dá ao fazer esse movimento é que estarão disponíveis a fazer concessões políticas necessárias quando estiverem institucionalmente inseridos no mercado competitivo da arena eleitoral, o que pode pôr a perder a sua proposta original.

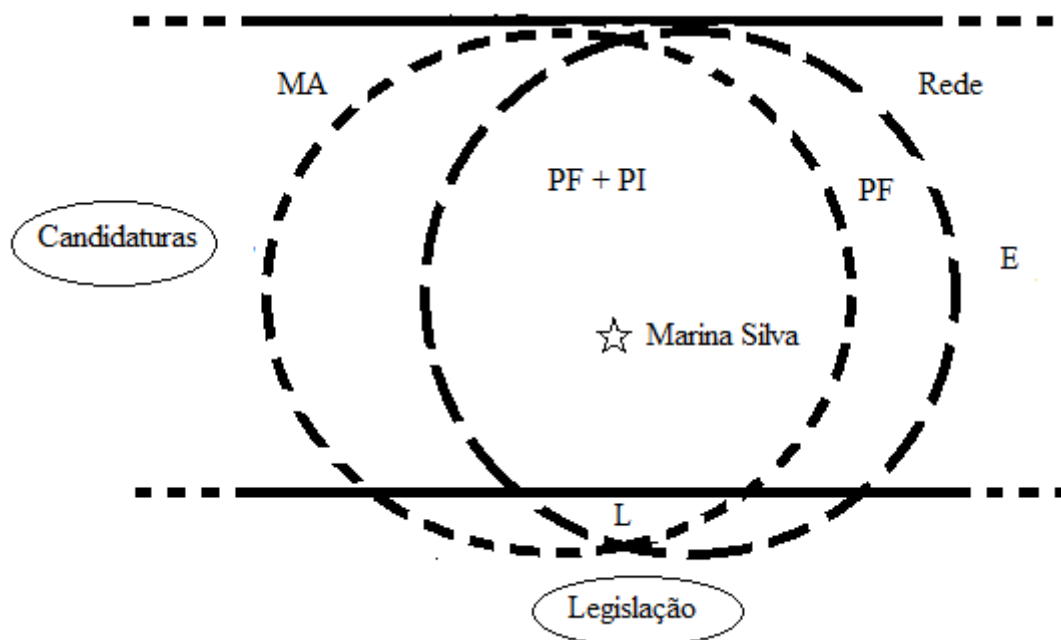
Apesar de Marina Silva ratificar a importância da representação horizontal, do ativismo político, da cidadania autoral como preceitos de sua prática política e do partido que criou, toda a narrativa deste capítulo se baseia na pessoa de Marina Silva pelo papel, a ela concedido, de centralizar a articulação tática e política. A exaltação de pessoas como proposta política e, principalmente, a crença exacerbada na liderança da Marina demonstra o

efeito da hiperliderança, que é a capacidade de confiar em excesso no líder (Monedero, 2009). Ela exerce papel importante em momentos de confusão ideológica e vazio político, abrindo, dessa forma, um caminho político. Para o autor, “a hiperliderança desativa, em última instância, uma participação popular que pode confiar em excesso nas capacidades do líder” (Monedero, 2009, *apud* Schavelzon, 20015, p. 48).

A Rede resultou da junção de diferentes institucionalidades: movimentos sociais distintos; políticos; empresários; comunidade dita apartidária, com discursos e práticas distintas, que se uniram para influenciar o sistema político com ideias que julgavam estarem fora ou descartadas da agenda política, como a sustentabilidade. Mas, também, questionava a ordem política que precisava ser renovada. A Rede se propôs a reconstituir as demandas do público que antes eram absorvidas pelo PT. Este último partido, por sua vez, teve fundação enraizada no novo sindicalismo e nos movimentos sociais urbanos que formavam a classe trabalhadora, dando vida ao partido e constituindo sua base, sua razão de ser. A Rede surge de ideias, de insatisfações, surge junto com protestos, se faz deles e se baseia em discursos que são confusos para aqueles que os escutam. A fundação do PT foi muito mais enraizada na sociedade do que foi a da Rede. Será, então, que a Rede conseguirá fazer um trajeto diferente daquele que fez o PT? Há espaço para uma nova conduta ou para a Nova Política no sistema partidário e eleitoral brasileiro? Perguntas para uma nova pesquisa...

Ao que se refere à representação desse partido político no mapa do terreno de ação, a interação entre marineiros e o movimento ambientalista com o PT nas arenas institucionais continua distanciada, conforme demonstramos no capítulo anterior. Já o desenho da interação entre movimento ambientalista e a Rede no mapa demonstra que a sobreposição entre os círculos que os representam não acontece apenas na estrutura informal do partido, mas na sua estrutura formal e informal, devido à origem da Rede no movimento social, a ver:

Diagrama 8: Mapa do terreno de ação na arena eleitoral – movimento ambientalista e Rede



A Rede é um partido de movimento, mas, nem por isso, deixa de ter sua parte formal, que se ocupa mais diretamente com a organização partidária e abriga o núcleo do partido, formado pelos marineiros, que vêm, em sua maioria, de movimentos sociais e com eles interagem. Portanto, partido formal e partido informal se misturam em alguns aspectos. Apesar disso, há uma parte formal da organização partidária que é preservada das interações com o movimento, como as que se referem a questões de recursos financeiros e estratégicos, e que estão fora da estrutura informal do partido também. O círculo que representa a Rede Sustentabilidade é mais pontilhado que a representação gráfica dos outros partidos políticos apresentados nesta tese pela sua proposta de horizontalidade e participação política direta.

Lembramos que, quando nos referimos a movimento ambientalista, estamos tratando daquelas organizações e atores que interagem com o sistema político em nível federal e não à totalidade do movimento. Como esses não são numerosos, os poucos que se vincularam à Rede de alguma forma impactam significativamente a organização do movimento ambientalista, conforme narrou um dos nossos entrevistados. Para expressar essa dinâmica, aumentamos a parte do movimento ambientalista que se sobrepõe com o partido.

Como a representação de diferentes coletivos dentro dos movimentos sociais e do partido foi delegada à liderança de Marina Silva, ela tem um peso forte nesse mapa, que se desenha quase que inteiramente dentro da arena eleitoral. Segundo abordamos, a centralidade

da líder, ou certa hiperliderança, ameaça a proposta de horizontalidade do partido e tem efeitos tanto para a ação dos ambientalistas que apoiam a Rede como para aqueles que estão inseridos no partido. A Rede também atua na arena legislativa, buscando influenciar a legislação ambiental e a de partidos políticos¹⁴⁸ e também conquistar apoio político.

¹⁴⁸ No Congresso Nacional, durante esse período, houve esforços para alterar a legislação sobre a formação de novos partidos políticos, dificultando a aparição e revendo os direitos das novas legendas. A Rede Sustentabilidade não foi afetada pela nova legislação.

7. Conclusão

Por que um grupo de ambientalistas se dispôs a alterar sua prática de ação coletiva para a criação de um novo partido político? Portanto, por que investiram na formação da Rede Sustentabilidade? Ao buscar respostas para essa pergunta, refizemos o percurso do movimento ambientalista em sua luta para defender e promover a agenda ambiental como pauta política relevante. Aliar-se a partidos políticos e a outros grupos da sociedade civil, atuar nas arenas partidárias e adentrar o sistema político eram estratégias para promover seu projeto. Nesse percurso, as relações com os diferentes, ou com atores de distintas institucionalidades, como aborda Mische (2008), enriqueceram e diversificaram a experiência dos ambientalistas que mudaram sua prática de ação coletiva de movimento social para uma prática de partido político. Na interação com partidos, os ambientalistas aprenderam e incorporaram suas práticas.

Ao traçar um panorama analítico para compreender a iniciativa de fazerem, eles mesmos, sua representação partidária, que fora outrora delegada a outros partidos políticos, observamos que as oscilações e crises na relação com as legendas partidárias que os representaram, com destaque para o Partido dos Trabalhadores, foram fatores importantes para a mudança de estratégia. A formação de novos partidos, segundo Hug (2001), é resultado possível da relação que os grupos têm com partidos políticos existentes. Na introdução desta tese, abordamos que a formação de novos partidos por movimentos sociais pode estar relacionada com a crise da esquerda, mas essa hipótese não foi testada amplamente, é um fenômeno observado em algumas circunstâncias. Contudo, o argumento que defendemos ao longo desta tese tem relação com esses dois pontos: os ambientalistas que criaram a Rede Sustentabilidade foram influenciados pelas oscilações na sua experiência política com o Partido dos Trabalhadores que, após se tornar partido no governo, mudou seu direcionamento político e seu posicionamento em relação a bandeiras que defendia, especialmente aquelas que colocavam em risco sua permanência no poder. Não é afirmar que ocorreu uma crise da esquerda com o caso que apresentamos, mas, ao menos, essa esquerda deixou de ter o mesmo significado para os ambientalistas.

Nas entrevistas que realizamos, a crise com o PT apareceu, de diferentes formas, como aspecto central da narrativa dos ambientalistas. Um trecho de entrevista expressa com fidelidade o argumento que defendemos: “(...) olhando para o movimento ambiental, eu acho que ele está bastante desnorteado, sabe? Ficou órfão do PT. Apesar de nunca ter essa ligação orgânica, ele sempre encampava as bandeiras” (Entrevista 9, 2/2/2015). O partido era central na organização política desse movimento que escolheu como estratégia de ação coletiva influenciar o sistema político, por entender que o ambientalismo é uma questão de disputa de poder. Quando a relação entre partido e movimento entra em crise, o movimento ambientalista também perde espaço no sistema político e isso o fez buscar novas formas de representação política.

O papel de intermediação de Marina Silva entre o movimento ambientalista e os partidos políticos e as arenas partidárias é outra constante na narrativa dos entrevistados e forma o segundo argumento desta tese. Essa informação também aparece nas entrevistas de diferentes formas, como: “Marina foi essencial para acessarmos a estrutura governamental” (Entrevista 4, 8/4/2013), ou “a importância de Marina é fundamental para o movimento entrar nas instituições” (Entrevista 33, 6/3/2014), ainda “Marina era o nosso contato mais próximo com o PT” (Entrevista 25, 7/2014). Ela assumiu um importante papel de liderança sociopartidária e isso foi significativo para a implementação do projeto de um grupo de ambientalistas.

A ligação de ambientalistas com o PT foi construída ainda na década de 1980, quando da criação do partido e estruturação do movimento ambientalista. Naquele momento de distensão política, movimentos sociais se envolveram com intensidade em ações de construção e promoção da democracia, de reconhecimento de direitos e cidadanias, de luta política. Os partidos políticos eram veículos apropriados para fazer a defesa em arenas políticas das numerosas bandeiras sociais que emergiam. O PT, com sua proposta de alargamento da participação política e de envolvimento de coletividades de diferentes tons e formas em sua luta política, fez simpatizantes e congregou constelações sociais que orbitavam na sua estrutura organizacional informal, sem se filiarem ao partido e sem se comprometerem diretamente com as políticas partidárias.

Os ambientalistas se aproximaram do PT e ambos, partido e movimento, apoiaram um ao outro em diferentes situações, conforme foi demonstrado nos primeiros capítulos desta tese. Outros partidos eram acessados nesse período, como o PMDB, mas, o PT assumiu um lugar de destaque ao que se refere à representação nos espaços político-partidários. Dessa forma, o movimento ambientalista se estruturou participando de campanhas eleitorais para eleger parlamentares do PT que, ao seu turno, defenderiam e promoveriam a agenda ambiental. Esse movimento, desde cedo, atuou para influenciar a arena eleitoral. Parte dele, que se decidiu pela luta política, constituiu-se como um movimento de identidade e estratégia políticas – em contrapartida daqueles que permaneceram nas campanhas locais e de conteúdo prioritariamente técnico.

Partido e movimento evoluíram juntos e, no processo de coevolução, Heaney e Rojas (2015) argumentam que é possível a criação de *path dependence*, pois as lógicas de desenvolvimento dos partidos se tornam, em parte, dependentes das suas respostas às estratégias dos movimentos sociais, e as lógicas de desenvolvimento dos movimentos sociais também dependem, em parte, das oportunidades abertas e fechadas para eles pelos partidos políticos. As relações podem não ser tão fortes a ponto de criarem dependências, mas eles exercem influências mútuas. Ademais, o trânsito de indivíduos em organizações tão distintas como partidos políticos e movimentos sociais pode resultar na formação de identidades múltiplas. A estruturação do movimento ambientalista, nesse sentido, aconteceu com significativa relação com o Partido dos Trabalhadores.

Na década de 1990, com a profissionalização do movimento que assumiu a forma de organizações não governamentais e passou a prestar serviços ao Estado, por meio de contratos de gestão, sua atuação política foi muito direcionada para a arena legislativa, pois o principal partido político que apoiavam conseguiu eleger parlamentares¹⁴⁹. Algumas ONGs abriram filiais em Brasília para poderem acompanhar as discussões nas Casas Legislativas e as ações do governo federal. Essa prática de *lobby* nas instituições públicas aproximou ambientalistas e parlamentares sensíveis à causa ambiental. Nesse período, a maior

¹⁴⁹ A despeito da atuação na arena governamental, destacamos durante a década de 1990 a importância da arena legislativa, pois era o lugar de ação política. Na arena governamental, a relação era mais profissional, técnica, de prestação de serviços. Mas não podemos negar que a prática política é inerente aos cidadãos, em todos os lugares em que atuam.

representante do socioambientalismo, Marina Silva, exercia o mandato de Senadora da República. A parceria construída entre ambientalistas e Marina Silva - que primava por um legislar coletivo, em que consultava diferentes setores da sociedade – criou vínculos pessoais e profissionais e também aproximou os ativistas das questões partidárias ao que se referia à pauta socioambiental. Essa relação foi tão profícua que, ao ser nomeada Ministra do Meio Ambiente, ela formou sua equipe ministerial de confiança com diferentes representantes do movimento ambientalista e também com pessoas do partido.

Marina, conforme relatou entrevistado, tornou-se o “porto seguro” do movimento no Senado Federal. Ela se tornou uma referência para os ambientalistas e também uma defensora de seus projetos no Legislativo. Ao mesmo tempo, Marina também era forte referência no partido para questões socioambientais. Sua dupla cidadania – representante de movimentos sociais e de partidários -, além de suas capacidades pessoais, de militante e políticas fizeram dela uma forte liderança sociopartidária. Ela fortalecia a aproximação dos ambientalistas com o PT na arena legislativa.

Vários ambientalistas participaram da campanha eleitoral de 2002, que elegeu Luís Inácio Lula da Silva presidente do Brasil, pela proximidade que tinham com o partido e com seus parlamentares. A seção ambiental do programa de governo do PT para aquelas eleições teve contribuições de representantes do ISA, *Greenpeace* e de outras ONGs e associações da sociedade civil. Ao ganhar as eleições, fazia sentido que ambientalistas participassem do governo do PT, conforme narrou entrevistado: “para a maioria de nós, pareceu lógico ir para um governo que a gente tinha apoiado. A maioria de nós ajudou a escrever programas. Nós sempre tivemos compromisso muito forte com programas de governo (...)” (Entrevista 31, 16/1/2015).

Desde a década de 1990, muito da interação entre movimento e partido foi intermediada por Marina Silva, que abria seu gabinete para apoiar e ser assessorada por pessoas do movimento ambientalista. Entre os anos 2003 e 2008, Marina viabilizou que os ambientalistas vivessem uma experiência governamental e que suas propostas se tornassem políticas públicas, como foi o caso das políticas de combate ao desmatamento na Amazônia, realizando o “projeto da sociedade civil”. Com isso, seu papel de liderança era fortalecido,

pois eram ativados nos ambientalistas os poderes de recompensa, identificação e competência que davam legitimidade à sua liderança.

Os ambientalistas, na relação com o PT, acessaram diferentes experiências que transformavam suas estratégias e identidades, portanto, seus projetos. Partido e movimento se reinventaram e se redefiniram na experiência governamental. O PT cumpriu sua função primeira de partido político, que é garantir sua permanência no poder (Schattschneider, 1964) e governabilidade política em sua gestão, além de implementar seu projeto político. Mas, para isso, a agenda ambiental do governo deveria sofrer considerável recuo. Os ambientalistas, fieis à proposta de expandir a agenda ambiental e a muitos dos princípios que defendiam antes de irem para o governo, negaram algumas escolhas partidárias e sua permanência na arena governamental se tornou impossível.

As transformações que sofreram com a experiência no governo e pela atuação por dentro do partido não foram suficientes para demovê-los totalmente de sua origem movimentalista. Nesse embate entre partido e movimento, é demonstrado pela literatura que analisa elementos das relações sociopartidárias (Heaney e Rojas, 2015; Rosenblum, 2008) que as estratégias e identidades partidárias são preponderantes às estratégias e identidades movimentalistas. Nesse aspecto, o caso que analisamos nesta tese demonstra uma divergência com a literatura. Mesmo trabalhando no governo do PT, os ambientalistas expunham que trabalhavam para Marina Silva e não para o partido ou para o governo. Mesmo adentrando a arena governamental, acessando novos aprendizados políticos e partidários e cedendo em causas importantes para terem ganhos mais estruturais, seus valores, a identidade coletiva de ambientalista permaneceu.

Dizer que trabalhavam para Marina Silva e não para o governo atesta a importância que a ex-seringueira tinha para esse grupo. Era como um selo de garantia, de diferenciação dos outros Ministros do governo e mesmo de outros políticos do PT. Era a demarcação do “nós” e dos “outros” no processo de construção da identidade coletiva. Isso não significa que os ambientalistas eram homogêneos e que não se transformaram ao longo dos anos com a experiência governamental e partidária, eles só não assumiram completamente identidades partidárias. Políticos e representantes de diferentes organizações associaram Marina Silva a ambientalistas e a ONGs enquanto ela era Ministra do MMA. O então Deputado Federal,

Aldo Rebelo, declarou que ela não era Ministra dos brasileiros, mas de um grupo de ambientalistas. De fora do grupo, do secto de Marina Silva, a identificação dela com ongueiros ambientalistas também era um fato. O papel de líder e de liderados estava estabelecido.

A rota que o grupo de marineiros seguiu após a experiência na arena governamental não deixaria mais dúvidas sobre a consolidação dessa relação. Na sociedade, eles formaram o Movimento Brasil Sustentável (MBS) cuja líder era Marina. Nesse Movimento, foram agregados outros ambientalistas, políticos e pessoas do setor empresarial sensíveis à causa socioambiental e da sustentabilidade. O MBS planejou fazer uma grande campanha na sociedade civil para conscientização da importância da preservação ambiental e para trazer novamente à centralidade a agenda política ambiental, uma vez que consideravam que o PT estava dando passos para trás em relação aos avanços conquistados. Mas, essa estratégia de atuação na sociedade civil foi interceptada por outra que envolvia uma campanha eleitoral. Ambientalistas, empresários, políticos e uma nova turma de jovens que se juntava ao MBS, o Movimento Marina Silva, viam em Marina Silva uma representante política. Sua imagem era associada à identidade partidária e logo se tornou público o desejo de que ela se candidatasse à Presidência da República para realizar o projeto de dar centralidade política à agenda ambiental e também realizar o projeto dos outros grupos que se associaram a ela.

Marina Silva colocou sua vida política à disposição desse projeto e se candidatou ao posto nas eleições de 2010, apoiada pelos marineiros e pessoas de diferentes grupos que, igualmente a ela, filiaram-se ao Partido Verde e concorreram a diferentes postos nessas eleições. Pessoas do movimento ambientalista concorreram a cargos políticos pelo PV, como André Lima e Miriam Prochnow que se candidataram ao posto de Deputado Federal no Distrito Federal e em Santa Catarina, respectivamente. Os ambientalistas agora atuavam na arena eleitoral. A ligação de movimento com partido político, dessa vez o PV, passava pela liderança de Marina Silva. A condição para que Marina se filiasse ao PV - que fez o convite à ex-Ministra para se filiar ao partido concedendo a ela a possibilidade de candidatura à Presidência da República - era que ela pudesse levar para a Executiva Nacional do partido pessoas do seu grupo. Isto é, ambientalistas passaram da estrutura informal da organização

partidária para o núcleo formal do partido. Isso dificilmente aconteceria se não fosse a força, o carisma e o poder de liderança da ex-seringueira.

No processo eleitoral de 2010, observamos uma mistura do discurso da sustentabilidade com o da Nova Política, trazido por jovens ativistas e defensores de formas inovadoras de participação política que se juntaram ao grupo dos marineiros para participarem da campanha eleitoral. A agenda da Nova Política assumiu importância durante a campanha de Marina Silva, pois parecia ter mais aderência à sociedade do que o discurso abstrato da sustentabilidade. Havia uma grande descrença com a política institucional, o clamor por reformas políticas era sentido no Brasil e era bandeira de luta em outros países como Espanha, Chile e Grécia. Esse processo demonstra uma assimilação e atualização de novas agendas, estratégias, identidades e projetos conforme o espectro das relações sociais dos ambientalistas e dos marineiros foi ampliado em função da intenção de dar centralidade política à agenda ambiental.

À medida que caminhavam no percurso da prática partidária, laços de liderança eram fortalecidos e Marina Silva continuava intermediando o grau de relação entre movimento ambientalista e partidos políticos, conforme defendia o projeto do movimento, concordava com suas estratégias e fortalecia a identidade coletiva do grupo que a acompanhava. Mais uma vez, choques de estratégias e identidades partidárias com estratégias e identidades coletivas de grupos que vêm de movimentos sociais fazem os marineiros, junto com sua líder, deixarem o PV por não concordarem com seu posicionamento. De acordo com entrevistados, o PV não concordou em cumprir o acordo de democratização do partido, que deveria distribuir poder numa relação mais horizontal, dentre outras discórdias. O PV, por sua vez, parecia não querer dar poder a esse grupo.

Nessa situação, o projeto de continuar influenciando o sistema político desde dentro permanecia firme, mas a estratégia estava mudando. Muitos dos apoiadores de Marina Silva na arena eleitoral, após a desfiliação ao PV, sugeriram a formação de um novo partido político. Para não parecer que o novo partido era uma dissidência da legenda verde, mas sim uma nova ideia de partido, resolveram esperar para formar a Rede Sustentabilidade. Nesse ínterim, criaram o Movimento Nova Política (MNP), que congregava pessoas que discutiam questões sobre a sustentabilidade da política muito envolvidos pelas experiências difíceis que

tiveram com o PT, especialmente na arena governamental, e os dissabores com o PV, na arena eleitoral. Em 2013, sentiram-se corajosos e necessitados de criarem o partido com os valores que defendiam e lançaram a Rede Sustentabilidade.

A Rede, dentro do recorte temporal desta tese, foi considerada por nós como um partido de movimento. Um partido que tem a organização e articulação institucional diferente daquela de um partido puro, conforme definiu Kitschelt (2006). Sua estruturação organizacional carrega mecanismos e práticas movimentalistas que conflitam com os mecanismos e práticas de um partido puro, principalmente ao que se refere aos processos de tomada de decisão e eleição de preferências. A Rede se propõe um partido inovador, com mecanismos que estimulam a participação ativa de cidadãos comuns e de seus filiados, propõe a reforma que queria ver na política a partir de seu estatuto e manifesto. Enfim, propõe uma nova política. Contudo, para viabilizar a participação de Marina Silva nas eleições de 2014, após a Rede ter seu registro de partido institucionalizado negado pelo TSE no dia 3 de outubro de 2013, a líder se filiou ao PSB, representante de todos os esquemas da velha política. Marina Silva sinalizava, portanto, que faria o que fosse necessário para viabilizar a participação de seu grupo nas arenas político-partidárias.

Essa última fase de formação de um partido político revela o limite das transformações das estratégias, identidades e projetos dos ambientalistas. Conforme abordado no último capítulo desta tese, alguns ambientalistas entenderam que a campanha para as eleições de 2010 era o limite de ação política, que a pauta era dar centralidade à agenda ambiental e não tomar o poder. Outrossim, a proposta principal da Rede, de promover a Nova Política, não colocava em centralidade a agenda ambiental. Os marineiros acreditam que, por apenas se tratar de Marina Silva, a questão da sustentabilidade socioambiental está presente. Pode ser, mas vários ambientalistas narraram que a Rede se tornou outra coisa, que não é uma representação do ambientalismo. Com isso, a identificação com Marina Silva, com a nova estratégia adotada e com o projeto defendido não rebatia em boa parte dos ambientalistas que têm como estratégia de ação a articulação com o sistema político. Os poderes de recompensa, identificação e competência foram afetados com as atualizações dos projetos, e a legitimidade da liderança de Marina Silva foi maculada. Aquele grupo pequeno

de indivíduos e organizações que atuavam nas arenas partidárias para fazer deslanchar a agenda política ambiental se mostrou fraturado.

A transmutação de parte desse movimento em partido político é, conforme argumentamos, o resultado de uma ligação forte que se estabeleceu com partidos políticos e especialmente com o PT. Com a análise apresentada, esta tese contribuiu ao mapear os efeitos possíveis que a relação duradoura com partidos políticos pode trazer para movimentos sociais. Ademais, aborda as consequências políticas para um movimento social do processo de transformação pelo qual passou o Partido dos Trabalhadores. Essa legenda, que acolheu diversas bandeiras e movimentos sociais na sua estrutura formal e informal, ao seguir a lógica partidária de assumir o poder e lutar para nele permanecer, atribuiu maior relevância à estrutura estatal. Em vez do partido se colocar entre o Estado e a sociedade civil, o Estado foi colocado entre partido e sociedade civil. Esse é um movimento do que Katz e Mair (1995; 2009) chamam de partido cartel.

O partido cartel é aquele partido que, ao assumir o governo, aproxima-se mais do Estado do que da sociedade civil por ser dependente dos recursos estatais para sua sobrevivência política. De uma parte, há análises de que o PT chegou muito próximo de se tornar um partido cartel (Ribeiro, 2008; 2014), mas elas são cuidadosas ao reconhecer que parte da militância continuou vinculada à legenda e exercendo influência nas políticas partidárias (Ibid., Amaral, 2009). Ribeiro (2014), nesse sentido, chamou o PT de partido anfíbio, que se adaptou ao terreno do Estado, mas que ainda mergulha nas águas profundas da sociedade civil. De outra parte, o distanciamento do partido dos movimentos sociais e o enfraquecimento da proposta de participação política ampla são confirmados por estudos ao longo do período em que o partido esteve no governo (Gómez-Bruera, 2014; 2015). Já que o PT não servia mais como intermediário para avançar muito de suas demandas, restou aos movimentos sociais atualizarem seu projeto de interferência no sistema político.

A elaboração do marco teórico desta pesquisa foi um desafio em vários sentidos. A literatura sobre partidos políticos se desenvolveu apartada da literatura sobre movimentos sociais, e a recíproca é verdadeira. Apesar de ambas reconhecerem a importância que uma tem para a outra, elas dialogaram pouco e quando o fizeram, o diálogo foi marcado por fenômenos específicos, tais como: interação entre movimento sociais e partidos políticos nas

eleições; na elaboração de políticas públicas; na formação de partidos políticos; na relação com o Estado; em situações de protesto. Faltava uma análise da interação cotidiana, das interações em torno da coevolução de partido político e movimento social. É neste nicho que se encaixa a contribuição desta tese para a literatura de ambas as áreas. Propomos um diálogo entre as duas literaturas que partisse dos conceitos mais básicos sobre o que é movimento e partido, como se organizam, como constroem suas identidades, quais são suas estratégias, em quais pontos eles se relacionam, onde se localizam os principais pontos de atrito. Com isso, trabalhamos com a seguinte questão: quais elementos podem contribuir para aproximação e distanciamento entre movimentos sociais e partidos políticos?

Com essa perspectiva, a análise das relações sai do aspecto situacional, momentâneo, para fornecer instrumentais que dão fôlego para uma análise histórica, plena de nuances, de atores e organizações que interceptam e mudam o percurso daqueles que cruzam seu caminho. Usar ferramentas da teoria dos movimentos sociais - como a construção processual da identidade coletiva, das estratégias, dos projetos - e vincular suas transformações e atualizações às diferentes formas de relações sociais engendradas pelos movimentos sociais foi uma elaboração necessária para perceber como a interação com partidos políticos, especialmente nas arenas partidárias, demanda esforços e replanejamentos da ação coletiva.

Conhecer sobre o funcionamento da organização partidária, sua dependência identitária e estratégica do mercado eleitoral, ajudou a marcar as diferenças na lógica de atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais. A conquista de votos e as estratégias para conquistá-los serão o foco principal dos partidos políticos. Se isso inclui atuar junto aos movimentos sociais, excelente, mas a estratégia pode ser contrária, de se desligar dos movimentos sociais para conquistar votos e/ou permanecer no poder. A intermediação de uma liderança sociopartidária defendendo projetos do partido político ao qual é vinculada e do movimento social com o qual construiu legitimidade para sua representação é fator que pode possibilitar a longevidade e a intensidade das interações entre movimento e partido.

A relação é tensa, os atritos são constantes, mas, nesse jogo, a líder pode ter a sabedoria de conciliar os projetos ou se ver na encruzilhada de decidir por um ou por outro. Nesse aspecto, o projeto de um pode se sobrepor ao projeto do outro, independente de se é movimento social ou partido político, o que contraria a literatura sobre o assunto que espera

que a identidade e estratégia partidárias, portanto o projeto partidário, terão sobreposição ao projeto social. Com essa leitura, aproximamos elementos da teoria dos movimentos sociais ao da organização partidária, contribuindo para esse diálogo que precisa ser desenvolvido. O conceito de líder sociopartidário, que se destaca no exercício do papel de liderança tanto na organização partidária como com movimentos sociais e pode ter desempenho crucial na intensidade das interações entre movimento social e partido político e definir suas formas relacionais, é a contribuição que trazemos à teoria que analisa e relaciona atores sociais e políticos. É importante observar que, para exercer o papel de liderança, os mecanismos que ativam e legitimam esse papel devem estar ativos entre líder e liderados para ambos os campos, social e político, para ter efeito. Eles são ativados em função da defesa de projetos dos liderados pela líder.

Na literatura sobre formação de partidos políticos, há críticas de que a observação sobre a formação de um novo partido político se atém à organização partidária e ao seu subsequente sucesso na arena eleitoral. As razões e os porquês que levam à formação de novos partidos políticos não são amplamente debatidos. Nosso foco foi justamente o processo que levou à formação da Rede Sustentabilidade. Portanto, contribuímos com essa literatura, usando instrumental teórico de diferentes tradições analíticas, com destaque a de movimentos sociais. A perda de espaço político e a experiência de conviver nas arenas partidárias, interagindo com partidos políticos, pode levar atores de movimentos sociais a criarem novos partidos políticos.

A liderança de Marina Silva durante todo esse processo se, por um lado, possibilitou voos altos dos ambientalistas na vida político-partidária, por outro, acabou representando um dilema por conta da sua identidade com os movimentos sociais e sua forte identidade partidária. Por meio da legitimidade que alcançou exercendo o papel de líder dos ambientalistas, ela defendeu os seus projetos e fortaleceu a interação entre movimento e partidos políticos. Marina deu oportunidade a ambientalistas agirem em diferentes arenas partidárias, em distintos momentos. A relação com partidos políticos e com outros grupos que se sentiram identificados politicamente com Marina Silva fizeram os ambientalistas atualizarem seus projetos e a assumirem uma estratégia partidária para defesa do ambientalismo como agenda política. Esse mergulho no mundo partidário a ponto de um

grupo de ambientalistas decidir por, junto com Marina, formar seu próprio partido político gerou um dilema de identidade coletiva para outros ambientalistas que outrora apoiavam esse grupo e também questionamentos sobre a liderança de Marina Silva na defesa de seus projetos.

8. Bibliografia

- ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa; LITTLE, Paulo; MILLIKAN, Brent, 2000. *Civil society participation in the Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest*. Strategic Compact and Rain Forest Trust Fund Study. World Bank.
- _____; VON BULOW, Marisa. 2011. “Movimentos sociais na teoria e na prática: Como estudar o Ativismo Através da Fronteira entre Estado e Sociedade?” *Sociologias*, ano 13, nº 28, pp. 52-84.
- _____; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana F. “Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula” *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, nº 2, pp. 325-357.
- _____; OLIVEIRA, Marília S. 2015. “Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. *Revista Opinião Pública*, vol. 21, nº 2, pp. 336-364, doi: 10.1590/1807-01912015212336
- ALMEIDA, Paul. 2006. “Social movement unionism, social movement partyism, and policy outcomes: health care privatization in El Salvador. In: JOHNSTON, Hank; ALMEIDA, Paul. *Latin American Social Movements: Globalization, Democratization, and Transnational Networks*. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. 2007. “Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro”, *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 4, n. 70, pp. 151-167.
- ALVAREZ, Sonia E. 1990. *Engendering democracy in Brazil: women’s movement in politics*. Princeton: Princeton University Press
- AMARAL, Oswaldo M. E. 2010. As transformações na organização interna do partido dos trabalhadores entre 1995 e 2009. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Tese de doutorado)
- _____. 2013. “O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura.” *Revista Debates*, vol. 7, n. 2, pp. 11-32.
- AMENTA, Edwin; CAREN, Neal; CHIARELLO, Elizabeth; SU, Yang. 2010. “The political consequences of social movements”. *Annual Review o. Sociology*, nº 36, pp. 287-307
- ANRIA, Santiago. 2013. “Social movements, party organization, and populism: insights from the Bolivian MAS”. *Latin American Politics and Society*, doi: 10.1111/j.1548-2456.2013.00201.x

- ANDRIOLI, Inácio A. 2005. “Nova Lei de Biossegurança: o governo Lula derrota a si mesmo”. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.htm> , acessado em 4/6/2015.
- ARAÚJO, Suely M.G. 2007. *Coalizões de Advocacia na Formulação da Política Nacional de Biodiversidade e Florestas*. Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Dissertação de Mestrado).
- _____. 2013. *Política ambiental no Brasil no período 1992/2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom*. Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Tese de Doutorado).
- AVRITZER, Leonardo. 2002. *Democracy and the public sphere in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- BANASZAK, Lee A. 2005. “Inside and outside the state: movement insider status, tactics and public policy achievements”. In: MEYER, David S.; JENNESS, Valerie; INGRAM, Helen. (Orgs.) *Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy*. Minneapolis: University of Minesota Press. Pp. 149-176.
- BANASZAK, Lee A. 2010. *The women’s movement: inside and outside the State*. New York: Cambridge University Press.
- BERNARDO, Maristela B. 1999. *Do Monopólio dos sonhos aos descaminhos da política: ambientalismo e espaço público*. Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Tese de doutorado).
- BERNSTEIN, Jonathan. 2005. “Party network research, faction, and the next agenda”. Artigo apresentado na State of the Parties Conference Akron, Ohio, October 5-7.
- _____. 1999. *The expanded party in American politics*. Berkeley: University of California. (Tese de doutorado)
- BLEE, Kathleen M.; CURRIER, Ashley. 2006. “How local social movement groups handle an election”. *Quarterly Sociology*, nº. 29, pp. 261-280
- BOGGS, Carl, 1986. *Social movements and political power*. Philadelphia, Temple University Press.
- BORGES, Bruna. 2011. “Antes... e depois? ”. Disponível em <http://www.pagina22.com.br/2011/12/antes-e-depois/> , acessado em 10/11/2015.
- BRINGEL, Breno. 2015. “15-M, Podemos e os movimentos sociais: trajetórias, conjuntura e transições”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 103, pp. 59-77.
- CARDOSO, Ruth L. 1983. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Beranrdo; ALMEIDA, Maria Hermínia T. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense. Pp. 313-350.

-
- _____. 1987. “Movimentos sociais na América Latina”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, nº 3, pp. 27-37.
- CARREIRÃO, Yan S. 2014. “O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 14, pp. 255-295.
- CÉSAR, Marília C. 2010. *Marina: a vida por uma causa*. São Paulo: Mundo Cristão.
- COHEN, Marty; NOEL, Hans; ZALLER, John. 2008. *The party decides: presidential nominations before and after reform*. Chicago: University of Chicago Press.
- COMBES, Hélène. 2006. “Des militants par intermittence? Le Parti de la Révolution Démocratique au Mexique (1989-2000) ”. *Critique Internationale*, nº. 30, pp. 145-160.
- _____. 2009. “Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvement sociaux à partir du cas Mexican”. *Sociologie et Société*, vol. 41, nº. 2, pp. 161-188, doi: 10.7202/039263ar
- COWELL-MEYERS, Kimberly B. 2014. “The Social Movement as Political Party: The North Ireland Women’s Coalition and the Campaign for Inclusion”. *Perspectives on Politics*. Vol. 12, N. 1, pp. 61-80
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Orgs.). 2006. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DALTON, Russell J.; KUECHLER, Manfred. 1990. *Challenging the political order: new social and political movements in western democracies*. Cambridge: Polity Press.
- DAVIS, Gerald F.; ZALD, Mayer. 2005. “Social change, social theory, and the convergence of movements and organizations”. In: DAVIS, Gerald F.; MCADAM, Doug; SCOTT, W. Richard; ZALD, Mayer. 2005. *Social movements and organization theory*. New York: Cambridge University Press.
- DE LEON, Cedric; DESAI, Manali; TUGAL, Cihan. 2009. “Political articulation: parties and the construction of cleavages in the United States, India, and Turkey”. *Sociological Theory*, vol. 27, nº 3, pp. 193-219.
- DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. 1986. “Unwanted children: political protest and the cycle of protest in Italy, 1966-1973”. *European Journal of Political Research*. vol. 14, nº. 5-6, doi: 10.1111/j.1475-6765.1986.tb00852.x
- _____; RUCHT, Dieter. 1995. “Left-libertarian movements in context: a comparison of Italy and West Germany, 1965-1990. In: JENKINS, Craig; KLANDERMANS, Bert (Orgs.). 1995. *The politics of social protest: comparative perspectives on State and social movements. Social Movements Protest and Contentions*. Vol. 3. Minneapolis: University of Minnesota Press. Pp. 229-275.

- _____.; DIANI, Mario. 2006. *social movements: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishing. 2ª edição.
- _____. 2014. "In depth interview". In: DELLA PORTA, Donatella (Org). *Methodological practices in social movements research*. Oxford: Oxford University Press.
- D'ARAÚJO, Maria C. 2009. *A elite dirigente do governo Lula*; participação de Camila Lameirão – Rio de Janeiro: CPDOC.
- DESAI, Manali. 2003. "From movement to party to government: why social policies in Kerala and West Bengal are so different diferente?". In: GOLDSTONE, Jack A.(Ed.) *States, Parties and Social Movements*. New York: Cambridge University Press.
- DIANI, Mario. 1992. "The concept of social movement". *The Sociological Review*, doi: 10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943x
- _____. 1995. *Green networks. a structural analysis of the Italian environmental movement*. Edinburgh: Edinburgh University Press
- _____. 2003a. "Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: from metaphor to substance?" In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Orgs.). 2003. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press. Pp. 1-21
- _____. 2003b. "'Leaders' or brokers? positions and influences on social movement networks". In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Orgs.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- _____.; MCADAM, Doug (Orgs.). 2003. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- _____.; BISON, Ivano. 2004. "Organizations, coalitions, and movements". *Theory and Society*, vol. 33, nº 3-4, pp. 281-309.
- DRUMMOND, José; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia, 2006. "Brazilian environmental laws and policies, 1934-2002: a critical overview". *Law and Policy*, vol. 28, nº 1 January, pp. 83-108.
- DUVERGER, Maurice. 1970. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- EMIRBAYER, Mustafa; MISCHKE, Ann. 1998. "What is agency?" *American Journal of Sociology*, vol. 103, nº 4, pp. 962-1023.
- ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E. (Eds) 1992. *The making of social movements in Latin America: identity, strategy and democracy*. Colorado: Westview Press.

- FISCHER, Dana R., 2012. "Youth political participation: bridging activism and electoral politics". *Annual Review of Sociology*. N. 38, pp. 119-137.
- FLIGSTEIN, Neil. 2001. "Social skill and the theory of fields. *Sociological Theory*, vol. 19, nº 2, pp. 105-125.
- _____; MCADAM, Doug. 2012. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press.
- FRANCO, José L. A.; DRUMMOND, José A. 2009. *A proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- FRIEDLAND, Roger; ALFORD, Robert R. 1990. "Bringing society back in: symbols, practices, and institutional contradictions". In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Orgs.) *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press. Pp. 232-263.
- GABEIRA, Fernando. 1987. "A ideia de um Partido Verde no Brasil", em: PÁDUA, José A. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ. Pp. 163-180.
- GAMSON, William A. 1990. *The strategy of social protest*. Belmont, CA: Wadsworth.
- GENRO, Luciana; Robaina, Roberto. 2006. *A falência do PT e a atualidade da luta socialista*. Porto Alegre: L&PM.
- GLENN, John K. 2003. "Parties out of movements: party emergence in postcommunist Eastern Europe". In: GOLDSTONE, Jack A. (Org.) *States, Parties and Social Movements*. New York: Cambridge University Press. Pp. 147-168.
- GOLDSTONE, Jack A. Org. 2003. *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press.
- _____. 2004. "More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields". *Theory and Society*, vol. 33, nº .3/4. Pp. 333-365
- GÓMEZ BRUERA, Hernán F. 2013. *Lula, the Workers' Party and the governability dilemma in Brazil*. Nova York: Routledge, 2013.
- _____. "Participation under Lula: between electoral politics and governability". *Latin American Politics and Society*, doi: 10.1111/j.1548-2456.2015.00265x
- GUIMARÃES, Roberto P. 1991. *The ecopolitics of development in the third world: politics and environment in Brazil*. Colorado: Rienner.
- GURZA LAVALLE, Adrian; VON BÜLOW, Marisa. 2015. "Institutionalized brokers and collective actors: different types, similar challenges". In: ROSSI, Frederico; VON

- BÜLOW, Marisa (Orgs.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Nova York: Routledge. Pp. 157-180.
- HABERMAS, Jürgen. 2003. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Volume II.
- HEANEY, Michael; ROJAS, Fabio. 2007. "Partisans, nonpartisans, and the antiwar movement in the United States". *American Politics Research*, vol. 35, nº 4, pp. 431-464.
- _____; MASKET, Seth E.; MILLER, Joanne M.; STROLOVICH, Dara Z. 2009. "Networking the parties: a comparative study of Democratic and Republican National Convention Delegates". Artigo apresentado no The State of the Parties: 2008 and Beyond". Universidade de Akron. Ohio, 15-16 de Outubro.
- _____; ROJAS, Fabio. 2014. "Hybrid activism: social movements in a multimovement environment". *American Journal of Sociology*, vol. 119, nº 4, pp. 1047-1103.
- _____; ROJAS, Fabio. 2015. *Party in the street: the antiwar movement and the Democratic Party after 9/11*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HELLMAN, John A. 1992. The study of new social movements in Latin America and the question of autonomy. In: Escobar, Arturo; Alvarez, Sonia (Eds.). *The making of social movements in Latin America*. Identity, strategy and democracy. Boulder: Westview Press.
- HOCHSTETLER, Kathryn. 2007. "The multi-level governance of GM food in Mercosur". In: FALKNER, F. (Org.) *The international politics of genetically modified food: diplomacy, trade, and law*. Hampshire: Palgrave MacMillan. Pp. 157-173.
- _____; KECK, Margaret E. 2007. *Greening Brazil: environmental activism in state and society*. Durham and London, Duke University Press.
- _____; FRIEDMAN, Elisabeth. 2008. "Can civil society organizations solve the crisis of partisan representation in Latin America?" *Latin American Politics and Society*, vol. 50, nº 2, pp. 1-32.
- HUG, Simon. 2001. *Altering Party Systems: Strategic Behavior and the Emergence of New Political Parties in Western Democracies*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- HUNTER, Wendy. 2010. *The transformation of the Worker's Party in Brazil (1989-2009)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JANDA, Kenneth; HARMEL, Robert; EDENS, Christine; GOFF, Patricia. "Changes in Party Identity". *Party Politics*, vol. 1, nº 2, pp. 171-196.

- JASPER, James M. 1997. *The art of moral protest: culture, biography, and criativity in social movements*. The University of Chicago Press.
- _____. 2004. "A strategy approach to collective action: looking for agency in social-movement choices". *Mobilization: An International Journal*, vol. 9, n° 1, pp. 1-16.
- _____. 2014. *Protest: acultural introduction to social movements*. Cambridge: Polity Press.
- JENKINS, J. Craig, KLANDERMANS, Bert (Eds.). 1995. *The politics of social protest*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- KATZ, Richard S; MAIR, Peter. 1994. *How paties organize: change and adaptation in party organization in Western democracies*. Londres: Sage.
- _____; MAIR, Peter. 1995. "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, vol. 1, n° 1, pp. 5-28.
- _____; CROTTY, William (Orgs.). 2006. *Handbook of party politics*. Londres: Sage Publications.
- _____; MAIR, Peter. 2009. "The cartel party thesis: a restatement. " *Perspective on Politics*, vol. 7, n° . 4. Doi: 10.1017/S1537592709991782
- KECK, Margaret E.1992. *The Workers' Party and democratization in Brazil*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- _____; SIKKINK, Kathryn. 1998. *Activists beyond borders*. New York: Cornell University Press.
- KEY, V. O. JR. 1942. *Politics, parties, and pressure groups*. Nova York: Thomas Y. Crowell.
- KITSCHOLT, Herbet. 1989. *The logics os faprtty formation: ecological politics in Belgium and Germany*. Nova York: Cornell University Press.
- _____. 1990. "New social movements and the decline of party organization. " In: DALTON, Russell J.; KUECHLER, Manfred. 1990. *Challenging the political order: new social and political movements in Western democracies*. Cambridge: Polity Press. Pp. 179-208
- _____. 1993. "Social movements, political parties, and democratic theory". *Annals, APPS*, 528.
- _____. 2006. "Movement parties". In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Orgs.). *Handbook of party politics*. Londres: Sage Publications. Pp. 278-289.

- KRIESI, Hanspeter. 1995. "The political opportunity structure of new social movements: its impacts on their mobilization", em: JENKINS, J. Craig, KLANDERMANS, Bert (Eds.) *The politics of social protest*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- LAMEIRÃO, Camila R. 2011. "A ordenação dos cargos de direção e assessoramento superiores (DAS) como estratégia para o fortalecimento institucional e decisório do presidente da república", em: CARDOSO JR., José C.; PIRES, Roberto Rocha. C. (Orgs.) 2011. *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea. Pp. 174-196.
- LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. 2010. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos CEBRAP* 88, pp. 21-37.
- LISBOA, Marijane V. 2011. "Balanço da política ambiental do governo Lula: grandes e duradouros impactos", em PAULA, Marilene de (Org.). 2011. *"Nunca Antes na História desse País...? " Um balanço das políticas do governo Lula*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung
- LOPEZ, Félix G.; BUGARIN, Karina; BUGARIN, Maurício. 2013. Partidos, facções e a ocupação de cargos de confiança no executivo federal (1999 – 2011). 37º Encontro Anual da ANPOCS. GT 3 Estudos legislativos: avanços e perspectivas, pp. 1-27.
- LOSEKANN, Cristiana. 2009. *A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS (Tese de Doutorado).
- LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina S. 1995. "Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consenso e disputas (1972-92)". *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 4, pp. 137-53.
- _____; ABRÚCIO, Fernando L.; PACHECO, Regina S. 2010. *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- MAINWARING, Scott. 1999. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- _____; TORCAL, Mariano. 2005. "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democracia. *Revista Opinião Pública*, vol. XI, nº 2, pp. 249-286.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Orgs.) 1996. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. New York: Cambridge University Press.
- _____; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. 2001. *Dynamics of Contention*. Cambridge Studies in Contentious Politics. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- _____; SCOTT. 2005. "Organizations and movements". In: DAVIS, Gerald F.; MCADAM, Doug; SCOTT, W. Richard; ZALD, Mayer. *Social movements and organization theory*. New York: Cambridge University Press.
- _____; TARROW, Sidney. 2010. "Ballots and barricades: on the reciprocal relationship between elections and social movements". *Perspective on Politics*, vol. 8, nº 2, pp. 529-542.
- MCGARRY, Aidan; JASPER, James M. 2015. "Introduction: the identity dilemma, social movement and contested identity". In: MCGARRY, Aidan; JASPER, James M. *The identity dilemma: social movements and collective identity*. Filadelfia: Temple University Press. Pp. 1-17.
- MAIR, Peter. 1994. "Party organizations: from civil society to the State". In: KATZ, Richard S. e MAIR, Peter (Eds). *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*. London: SAGE Publications, pp. 1-22.
- _____. 1997. *Party system change: approaches and interpretations*. New York: Oxford International Press
- _____; BAN BIEZEN, Ingrid. 2001. "Party membership in twenty European democracies, 1980-2000". *Party Politics*, vol. 7, nº 1, pp. 5-21
- MANEY, Gregory et al. 2012. "An introduction for strategies for social change". In: MANEY, Gregory et al. (Orgs.). *Strategies for social change*. Minnesota: University of Minnesota Press. Pp. xi-xxxviii.
- MASKET, Seth. 2004. A Party by other means: the rise of informal party organizations in California. Los Angeles: University of California. (Tese de doutorado)
- MELUCCI, Alberto. 1996. *Challenging codes: collective action in the information age*. New York: Cambridge University Press.
- MENEGUELLO, Rachel. 1998. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz & Terra.
- MEYER, David S.; JENNESS, Valerie; INGRAM, Helen. (Eds.) *Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy*. Minneapolis: University of Minesota Press.
- _____; TARROW, Sidney. 1998. *The social society: contentious politics for a new century*. Lahan, Maryland: Rowman & Littlefield.
- _____; STAGGENBORG. 2008. "Opposing Movement Strategies in U.S. Abortion Politics". Doi: 10.1016/S0163-786X908028007-9.
- _____; STAGGENBORG. 2012. "Thinking about strategy". In: MANEY, Gregory et al. (Orgs.). *Strategies for social change*. Minnesota: University of Minnesota Press. Pp. 3-22.

- MICHEL, Robert, 1962 [1915]. *Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*. New York, Free Press.
- MISCHE, Ann. 1997. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política." *Revista Brasileira de Educação*, nº 5/6, pp. 134-150.
- _____. 2001. "Juggling multiple futures: personal and collective project-formation among Brazilian youth leaders". In: BARKER, Colin; JOHNSON, Alan; LAVALETTE, Michael. *Leadership and social movements*. Manchester: Manchester University Press.
- _____. 2008. *Partisan Publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2015. "Partisan performance: the relational construction of Brazilian youth activist publics". In: ROSSI, Frederico; VON BÜLOW, Marisa (Orgs.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Pp. 43-72
- MEGUID, Bonnie M. 2005. "Competition between unequals: the role of mainstream party strategy in niche party success". *American Political Science Review*, vol. 99, nº 3. Pp. 347-359.
- MONROE, J. P. 2001. *The political party matrix*. Albany: State University of New York Press.
- MUDGE, Stephanie L.; CHEN, Anthony. 2014. "Political parties and the sociological imagination: past, present and future directions". *Annual Review of Sociology*, nº 40, pp. 305-330.
- MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand. 1990. "New political movements and "new politics" parties in Western Europe". In: DALTON, Russell J.; KUECHLER, Manfred. 1990. *Challenging the political order: new social and political movements in Western democracies*. Cambridge: Polity Press. Pp. 209-231.
- MUNK, Gerardo L. 1997. "Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudos dos movimentos sociais." *Dados*, v. 40, n. 1. DOI: 10.1590/S0011-52581997000100005
- NAUJORKS, Carlos J.; SILVA, Marcelo K. "Correspondência identitária e engajamento militante". *Civitas*, vol. 16, nº 1, pp. 136-152.
- NICOLAU, Jairo. 2014. "Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória". *Revista Opinião Pública*, vol. 20, nº 3, pp. 311-325.
- PANEBIACO, Angelo. 1995. *Modelos de partidos: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza Editorial.

- POGUNTKE, Thomas. 1992. "Unconventional participation in party politics: the experience of the German Greens". *Political Studies*, XL, pp. 239-254.
- _____. 2001. "Green Parties in national governments: from protest to acquiescence?" *Working Paper 9*. Keele European Parties Research Unit.
- POLETTA, Francesca; JASPER, James M. 2001. "Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, nº 27, pp. 283-305.
- POUPART, Jean. 2010. "A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas". In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes. Pp. 215-253.
- POWER, Timothy J. 2010. "Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: debating the institutional design of Brazil and Democracy." *Bulletin of Latin American Research*, vol. 29, nº 1, pp. 18-33.
- REZENDE, Raimar R. 2009. *Navigating the turbulent waters of public participation in Brazil: a case study of the Santo Antônio and Jirau hydroelectric dams*. Utrecht: Universidade de Utrecht (Dissertação de Mestrado).
- RIBEIRO, Pedro J. F. 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Tese de doutorado)
- RIBEIRO, P. F. "An amphibian party? Organisational, change and adaptation in the Brazilian Worker's Party, 1980-2012". *Journal of Latin American Studies*, vol 46, pp. 87-119, doi: 10.1017/S0022216X13001831
- ROSENBLUM, Nancy. 2008. *On the side of angels: an appreciation of parties and partisanship*. Princeton: Princeton University Press.
- ROSSI, Frederico. 2015. Conceptualizing strategy making in a historical and collective perspective. In: ROSSI, Frederico; VON BÜLOW, Marisa (Orgs.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Pp. 15-42
- SAMUELS, David. 2004. "As bases do petismo". *Opinião Pública*. Vol. 7, nº 1, pp. 89-102.
- _____. 2008. "Brazil: democracy under Lula and the PT". In: DOMINGUEZ, Jorge I.; SHIFTER, Michael. *Constructing democratic governance in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. Pp. 214-235.
- SARTORI, Giovanni. 1982. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editor da UnB.
- SAUNDERS, Claire. 2007. "Using social networks analysis to explore social movements: a relational approach". *Social Movement Studies*, vol. 6, nº 3, pp. 227-243.
- _____. 2013. *Environmental networks and social movement theory*. Londres: Bloomsbury Publishing.

- SAWICKI, Frédéric. 1994. "Configuration sociale et genèse d'un milieu partisan: Le cas du Parti Socialiste en Ile-et-Vilaine". *Société Contemporaine*, n° 20, pp. 83-110
- _____. 1997. *Les réseaux du Parti Socialiste. Sociologie d'un milieu partisan*. Paris: Belin.
- SCHAVELZON, Salvador. 2015. "A Formação do Podemos: América do Sul, populismo e hegemonia flexível". *Novos Estudos CEBRAP*, 103, p. 33-57.
- SCHATTSCHNEIDER, Elmer E. 1960. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- _____. 1964. *Regimen de partidos*. Madrid: Editorial Tecnos.
- SCHLOZMAN, Daniel A. 2015. *When movements anchor parties: social movements, political parties, and electoral change*. Princeton: Princeton University Press.
- SCHNEIBERG, Marc; LOSBURY, Michael. "Social movements and institutional analysis". Disponível em: <http://academic.reed.edu/sociology/faculty/schneiberg/papers/SchneibergLounsburyCh27.pdf>, acessado em 20/3/2014.
- SCHWARTZ, Mildred A. 1990. *The party network: the robust organization of Illinois Republicans*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- _____. 2006. *Party movements in the United States and LCanada: strategies of persistence*. Maryland: Rowman and Littlefield.
- _____. 2010. "Interactions between social movements and US political parties". *Party Politics*, vol. 16, n° 5, pp. 587-607.
- SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson L. 2011. "A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, vol. 13, n° 28, pp. 86-125.
- SIMMEL, Georg. 1955. *Conflicts and the web of group affiliation*. Nova York: Free Press.
- SINGER, André. 2009. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIRKIS, Alfredo. 2010. *O efeito Marina: bastidores da campanha que mudou os rumos das eleições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TAROUÇO, Gabriela S. 2010. "Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 4, pp. 169-186.
- TARROW, Sidney. 1990. "The phantom at the opera: political parties and social movements of the 1960s and 1970 in Italy". In: DALTON, Russell J.; KUECHLER, Manfred. 1990. *Challenging the Political Order: New social and political movements in Western democracies*. Cambridge: Polity Press. Pp. 251-276

- _____. 1994. *Power in movement: social movements and contentious politics*. New York: Cambridge University Press.
- TAVOLARO, Sergio B. F. 2001. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/FAPESP. 226p.
- TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. Reading MA, Addison-Wesley.
- _____. 2008. *Identities, boundaries and social ties*. Colorado: Paradigm Publishers.
- TOURAINE, A. 1984. *Le retour de l'acteur: essai de sociologie*. Paris: FAYARD, 1984.
- VAN BIEZEN, Ingrid. 2005. "On the theory and practice of party formation and adaptation in new democracies". *European Journal of Political Research*, vol. 44, pp. 147-174.
- VAN COTT, Donna Lee. 2005. *From movements to parties in Latin America: the evolution of ethnic politics*. New York: Cambridge University Press.
- VERGE, Tânia. 2012. "Party strategies towards civil society in new democracies: The Spanish case." *Party Politics*, vol. 18, nº 1, pp. 45-60
- VIOLA, Eduardo. 1987. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica", em: PÁDUA, José A. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, pp. 63-110.
- _____; VIEIRA, Paulo. 1992. "Da preservação à natureza e de controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil". In: *Revista de Administração Pública*, vol. 26, nº 4, pp. 81-104.
- VON BÜLOW, Marisa; BIDEGAIN, Germán. 2015. It takes two to tango: students, political parties and protests in Chile (2005-2013). In: ALMEIDA, Paul; ORDERO ULATE, Allen (Orgs.). *Handbook of social movements across Latin America: bridging the divide*. Burlington: Ashgate, pp. 1-11.
- WEBER, Marx. 1999. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- WEISS, Robert S. 1994. *Learning from strangers*. Nova York: Free Press.
- YOUNG, Iris. 2000. *Inclusion and democracy*. Oxford, UK: Oxford University Press.

9. Anexo 1

A SBF comportava três diretorias. Capobianco nomeou para o cargo de diretor do Programa Nacional de Áreas Protegidas o servidor público Maurício Mercadante, engenheiro florestal com mestrado em ecologia, consultor legislativo para meio ambiente da Câmara dos Deputados e ex-funcionário da ONG Funatura. Mercadante era importante aliado dos ativistas ambientais na Câmara dos Deputados. A troca de informações técnicas e políticas beneficiava tanto o movimento quanto o servidor público no exercício de suas funções. Devido à sua experiência de trabalho com o tema unidades de conservação, na Funatura, foi o principal protagonista na elaboração do Projeto que resultou na Lei do Sistema de Unidades de Conservação, a Lei do SNUC. Na Câmara dos Deputados, era seu defensor mais aguerrido. Paulo Kageyama, professor de engenharia florestal da Universidade de São Paulo, foi o diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. Apesar de ser acadêmico, Kageyama desenvolvia projetos com movimentos sociais, dentre eles com o MST (Movimento Sem Terra) e, enquanto acadêmico, contribuiu com o trabalho de definição de áreas prioritárias para a conservação na Amazônia, coordenado por Capobianco.

Carlos Vicente, engenheiro agrônomo com mestrado em economia, havia trabalhado em projetos com comunidades tradicionais no Acre e foi secretário de gestão de florestas daquele estado durante a primeira gestão petista (1999-2002), e, no MMA, foi nomeado para o cargo de diretor do Programa Nacional de Florestas. Ao final de 2003, Vicente foi realocado para trabalhar no gabinete de Marina Silva, e Tasso Azevedo, que vinha da organização não-governamental IMAFLORA, assumiu sua função. O Departamento de Patrimônio Genético, vinculado à SBF, foi chefiado por Eduardo Velez Martin. Velez, à época, era mestre em ecologia e havia sido diretor do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (1999-2002).

A Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA), chefiada por Marijane, tinha em sua estrutura duas diretorias. A Diretoria de Gerenciamento Ambiental Territorial foi assumida por Jaqueline Low-Beer, arquiteta com doutorado em estruturas ambientais urbanas pela USP. Antes de assumir esse cargo, era professora substituta na Universidade de Brasília e havia realizado diversas consultorias tanto para

empresas quanto para o poder público. Ruy de Goes Leite de Barros, que vinha da *Greenpeace*, foi nomeado inicialmente chefe de gabinete da secretária, mas logo depois assumiu a Diretoria de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental.

Na SDS, Gilney Viana nomeou inicialmente para cargos de diretores Roberto Vizentin, engenheiro agrônomo, acadêmico, militante do PT para questões rurais e ambientais, mas também havia trabalhado para ONGs no Mato Grosso; e, mais adiante, nomeou Gerson Teixeira, militante do núcleo agrário do PT. Vizentin foi assessor parlamentar de Gilney Viana enquanto exercia cargo de deputado federal e estadual e trabalhou com o político no Mato Grosso. Teixeira era da assessoria agrária do PT, muito envolvido com o partido e importante interlocutor com os movimentos sociais rurais. Com a dissolução da SCA, Jorg Zimmermann, servidor públicos que era responsável pelo Programa Demonstrativo da Amaônia (PPG-7), foi realocado na SDS e ficou responsável por uma diretoria.

Na SRH, coordenada por Senra, os dois diretores eram Júlio Kettelhut, engenheiro civil, servidor público, técnico de desenvolvimento regional; e Marley Mendonça, advogada e consultora jurídica em órgãos ambientais em prefeituras e do estado de Minas Gerais. Havia trabalhado com Senra no Instituto Mineiro de Gestão das Águas antes de ir para o MMA.

Na Secretaria-Executiva, Langone trouxe pessoas com quem trabalhou na SEMA-RS. São eles: Fabrício Barreto, engenheiro químico especializado em planejamento ambiental; Gustavo Trindade, advogado ambiental com mestrado, atuou como consultor jurídico em órgãos ambientais do Rio Grande do Sul antes de assumir a consultoria jurídica do MMA; Silvio Botelho, cientista social, atuou em órgãos e instituições ambientais do Rio Grande do Sul e foi secretário adjunto da SEMA-RS junto com Langone; Volney Zanardi, engenheiro químico com doutorado em ciências ambientais, atuou em órgão ambiental da prefeitura de Porto Alegre e na SEMA-RS. Ainda havia o diretor Marcos Sorrentino, doutor em educação, professor da USP, que foi diretor de educação ambiental do MMA. Sorrentino também desenvolvia importante trabalho com movimentos sociais na área de educação ambiental.

Mary Alegretti, da SCA, nomeou para suas diretorias Alberto Lourenço, economista, à época era consultor; e Ana Lange, antropóloga com experiência de trabalho na FUNAI,

Eletronorte e em consultorias para questões indígenas, mas também trabalhou e assessorou diferentes ONGs. Lange e Lourenço acompanhavam Allegretti desde a gestão anterior.

Na equipe de assessoria direta à Marina Silva, as pessoas que possuíam DAS 5 eram Bazileu Margarido, engenheiro de produção com mestrado em economia, vinculado ao PT e consultor do partido para assuntos econômicos no Senado Federal. Fernando Lyrio, mestre em meio ambiente e desenvolvimento, servidor público do Senado Federal, consultor legislativo para a área de meio ambiente, foi para a assessoria internacional do MMA. Ele era um importante aliado de Marina no Senado. Jane Vilas-Boas, antropóloga, era assessora do gabinete de Marina Silva no Senado Federal, assim como também eram Nilo Sérgio Diniz, sociólogo com mestrado em comunicação, e Terezinha Lopes, assessora de comunicação de Marina Silva. Por fim, havia Bruno Pagnoccheschi, engenheiro civil e especialista em hidráulica e hidrologia, que havia realizado consultorias para diferentes instituições e trabalhado na ONG Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), com sede em Brasília, antes de assumir cargo no MMA.

No rearranjo institucional do MMA, , em 2007, os três secretários do PT foram substituídos. Capobianco assumiu a Secretaria-Executiva, Gilney Viana deixou a SDS, que foi renomeada como Secretaria de Extrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural, para Egon Krakhecke, também político do PT, assumi-la. A secretaria conduzida por Senra, SRH, assumiu novas competências e se tornou Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Com isso, Senra passou a ser diretor de recursos hídricos e Luciano Zica, deputado federal eleito pelo PT e com histórico de atuação na área de resíduos sólidos, assumiu a nova secretaria. Os petistas saíram, mas outras pessoas do partido assumiram seus cargos, cientes das novas prioridades do MMA.

Na SBF, substituindo Capobianco, veio Maria Cecília Wey de Britto, engenheira agrônoma com mestrado em ciências ambientais e importante experiência de trabalho no governo do estado de São Paulo, mesmo estado de Capobianco. Hamilton Pereira Silva, que presidia a Fundação Perseu Abramo e era integrante da diretoria executiva do PT, assumiu a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAICA), criada na reestruturação do ministério. Thelma Krug, matemática, doutora e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisa Energética (INPE) assumiu a também recém-criada Secretaria de

Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQA). Foi criado na reestruturação o Serviço Florestal Brasileiro (SBF), dirigido por Tasso Azevedo, o Ibama foi desmembrado e a área de gestão de unidades de conservação foi passada para o recém-criado Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), presidido em caráter substitutivo por João Paulo Capobianco até a nomeação de Rômulo Mello para sua presidência, em 2008. O novo presidente do Ibama era Paulo Lacerda, ex diretor-geral da Polícia Federal, o que sinaliza mesmo para a política de fiscalização, comando e controle a ser exercida pelo órgão.

Ao analisar as trajetórias das pessoas que assumiram diretorias no MMA com a reestruturação, foram identificadas três que possuíam ligação direta com ONGs: André Lima, ex-advogado da Fundação SOS Mata Atlântica e do ISA, foi nomeado para a Diretoria de Articulação de Ações da Amazônia, mas, pela sua experiência profissional com questões sobre desmatamento na Amazônia, passou para a Diretoria de Políticas para o Combate ao Desmatamento, vinculada à Secretaria-Executiva. Ele trabalhou com Capobianco na Fundação SOS Mata Atlântica e também no ISA.

A outra pessoa era Mauro Pires, que foi chefe de gabinete de Capobianco enquanto estava na SBF, mas na reestruturação assumiu diferentes diretorias de programa relacionadas ao bioma amazônico. Pires trabalhou no Instituto Sociedade, População e Natureza, foi articulador da Rede Cerrado de ONGs, consultor de projetos no MMA durante a gestão do PSDB e foi filiado ao PT. Apesar de diferentes experiências, construiu uma ligação forte com ONGs e seus representantes. O terceiro é Pedro Ivo Batista que, apesar de sua identidade forte com o PT e do trabalho que desenvolveu na SMAD do partido, era presidente da ONG Terra Azul, no Ceará, e foi representante das ONGs da região Nordeste no CONAMA. Ele foi responsável pela Agenda 21 no MMA.

Para a SBF, Bráulio Dias foi nomeado a cargo de diretor do Departamento de Conservação e Biodiversidade. Ele é biólogo, professor universitário e desde a década de 1990 desenvolvia trabalho na área de biodiversidade no MMA. Maria Celeste Emerick foi nomeada para o cargo de diretora do Departamento de Patrimônio Genético. Ela é cientista social, analista de gestão em saúde e desenvolveu sua carreira profissional na Fundação Oswaldo Cruz.

Para a SDS, Paulo Guilherme Franciso Cabral foi nomeado diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável. Cabral é agrônomo e mestre em desenvolvimento rural, realizou trabalhos em órgãos públicos no estado do Mato Grosso do Sul e possuía vínculos com Egon Krakhecke. Na recém-cirada SAICA, foram nomeados Paulo Sérgio de Castilho Muçouçah, para o cargo de diretor do Departamento de Coordenação do SISNAMA e Pedro Ivo de Souza Batista como diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Muçouçah é cientista social com experiência profissional prévia no MMA e no Ministério do Trabalho e Emprego, onde foi chefe da Assessoria Internacional. Realizou pesquisa junto ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea e possui vínculo com o Partido dos Trabalhadores.

Para a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Silvano Silvério da Costa foi nomeado diretor do Departamento de Ambiente Urbano. Engenheiro civil, com mestrado em recursos hídricos e ambiente urbano, é servidor público, especialista em infraestrutura do governo federal, foi cedido à prefeitura de São Paulo onde atuou como gestor em órgãos de saneamento. É vinculado ao PT e chegou ao MMA trazido por Luciano Zica. Senra foi o diretor do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria.

